



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 884

Segunda-feira - 12 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta	2
Ascurra	3
Biguaçu	6
Braço do Trombudo	6
Caçador	28
Campo Alegre	28
Campos Novos	29
Canoinhas	31
Capinzal	32
Concórdia	36
Cordilheira Alta	36
Coronel Martins	44
Corupá	44
Ermo	48
Forquilha	49
Fraiburgo	49
Garopaba	53
Gaspar	54
Guaramirim	58
Herval do Oeste	58
Imbituba	145
Itapoá	147
Joaçaba	149
José Boiteux	156
Lages	157
Lauro Muller	157
Leoberto Leal	157
Luzerna	158
Massaranduba	160
Meleiro	160
Navegantes	161
Novo Horizonte	162
Palhoça	162
Passo de Torres	167
Paulo Lopes	170
Pinheiro Preto	170
Porto Belo	172
Porto União	172
Rio do Sul	173
Salto Veloso	174
Santa Terezinha do Progresso	174
São Bento do Sul	232
São Lourenço do Oeste	233
São Pedro de Alcântara	236
Schroeder	237
Timbó	251
Tunápolis	256
Turvo	257

Vargeão	257
Videira	257
Vitor Meireles	258

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 147/2011

DECRETO N° 147/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento
Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n°. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 27.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 27.000,00

Artigo 2° - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 27.000,00.

Artigo 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 08 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1560, de 08/12/2011.

LEI Nº 1560, DE 08/12/2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Subvencionar o Centro de Tradições Gaúchas - Tropeiros da Tradição de Arroio Trinta, e da outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a subvencionar o Centro de Tradições Gaúchas - Tropeiros da Tradição de Arroio Trinta, com sede na Linha Passoni, interior, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 02.541.764/0001-10, com a importância financeira de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

§1º. Os recursos deverão ser destinados na aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação da sede da Entidade.

§2º. O valor mencionado no caput deste Artigo, será repassado mensalmente, em única parcela de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), após a aprovação da presente Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas de débito junto ao INSS e FGTS.

§4º. O CTG - Tropeiros da Tradição de Arroio Trinta, deverá prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de devolução dos recursos.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações do Orçamento Municipal vigente:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0205 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

0205.13 CULTURA

0205.13392 DIFUSÃO CULTURAL

0205.133921301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL

0205.133921301.2039 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

33500000 - 0100 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 6.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 08 de dezembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 08 de dezembro de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1561, de 08/12/2011.

LEI Nº 1561, DE 08/12/2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Subvencionar a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio Trinta, e da outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas Atribuições Legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a subvencionar a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARROIO TRINTA, com sede na Rua XV de Novembro, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.923.159/0001-40, com a importância financeira de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

§1º. Os recursos deverão ser destinados ao pagamento de aluguel para sede da escola e pagamento de serviços de hidroterapia para alunos da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

§2º. O valor mencionado no caput deste Artigo, será repassado mensalmente, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), após a aprovação da presente Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas de débito junto ao INSS e FGTS.

§4º. A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, deverá prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações do Orçamento Municipal vigente:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12 EDUCAÇÃO

0204.12367 EDUCAÇÃO ESPECIAL

0204.123671201 ENSINO PARA TODOS

0204.123671201.2036 APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

33500000 - 0100 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 18.000,00

Art. 3º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012 a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 08 de dezembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 08 de dezembro de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1562, de 08/12/2011.

LEI Nº 1562, DE 08/12/2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a título de subvenção, ao Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente o HOSPITAL BENEFICENTE SÃO ROQUE, com sede na Rua Francisco Nava, Município de

Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.830.083/0001-73, com a importância financeira de até R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais).

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser aplicados na aquisição de medicamentos, material médico-hospitalar, material de limpeza, pessoal e plantão médico.

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados em 09 (nove) parcelas de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), sendo que a primeira parcela será repassada até o 5º dia útil do mês de fevereiro/2012 e as demais de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas: INSS e FGTS.

§4º. O Hospital fica obrigado a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0301.10 SAÚDE
0301.10301 ATENÇÃO BÁSICA
0301.103011001 SAÚDE PARA TODOS
0301.103011001.2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE
33500000 - 0102 Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 171.000,00

Art. 3º A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 08 de dezembro de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 08 de dezembro de 2011.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 186, de 01/12/2011.
PORTARIA Nº 186, de 01/12/2011.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARILENE SILVA DA SILVA, brasileira, viúva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2010 à 01/03/2011, e gozo das mesmas no período de 01/12/2011 a 30/12/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de dezembro de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pavimentação Nº 09/2011 - Rua Indaial EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 09/2011 (CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA)

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faz saber aos interessados que foi efetuada a Pavimentação com Lajotas sextavada prensada e serviços adicionais, com fornecimento e execução da lajota sextavada e fornecimento e execução de meio fio, conforme projeto da RUA INDAIAL, através do Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136. De 15/06/2009, neste município de Ascurra.

1 - De acordo com o Artigo 5º da Lei nº 1136. De 15/06/2009, combinado com o Artigo nº 448 da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela LC 089, de 08/12/2008, torna público mediante este Edital o processo licitatório nº 30/2011 para pavimentação da Rua acima citada dos confrontantes que não aderiram ao referido programa.

– Processo licitatório nº 030/2011:
modalidade: convite obras e Serviços de Engenharia;
Tipo de comparação: menor preço pelo por itens;
1.1.3 Descrição obra: Pavimentação com lajotas de concreto sextavada de parte da Rua Indaial - área a pavimentar 1.993,40m²

PARÁGRAFO ÚNICO – Aos proprietários que não aderiram ao programa, o município contratou a empresa que apresentou melhor preço, conforme “caput” deste artigo e de acordo com o artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009, rateando entre estes o valor pago, respeitando a valorização dos imóveis, através de Laudo de avaliação emitido por profissional competente.

2. CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2011 e em conformidade com o Art. 449, I, b, da LC 0043/02, alterada pela LC 089, de 08/12/2008:

EMPRESA CONTRATADA: RCPA EMPREITEIRA LTDA (menor preço)
Processo Licitatório nº 030/2011

Materiais Aplicados	Metros²	Valor Total	Valor M²
Lajotas sextavada, prensada e serviços adicionais: meio fio, areia e mão de obra.	1.993,40	99.396,62	49,862

2.1 – Delimitação da Zona Beneficiada (Art. 449, I, d), da LC 0043/02) alterada pela LC 089, de 08/12/2008.

Fica fixado como zona beneficiada pelas obras públicas ora descritas neste Edital, os terrenos que não aderiram ao Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136. De 15/06/2009, conforme Anexo II da já citada Lei (Termo de Compromisso) sendo:

Rua Indaial

Proprietário	Cadastro	Testada Cadastrada m.	Testada Calçada m.	Área metros
--------------	----------	-----------------------	--------------------	-------------

Augusto Giovannella	1711.6	92,00	92,00	368,00
Marsinho Bernardo	2975.0	50,75	49,5	198,00
Rosana Hafemann	2389.2	150,00	133,00	532,00
Robson Hafemann	1713.2	154,10	38,60	154,40
Empresa Hoteleira GRB S.A.	3355.3	40,00	60,00	240,00
PM Ascurra (acesso)		4,00	6,00	24,00
PM Ascurra (Trevo)		18,00	18,00	130,00
PM Ascurra (faixa marginal BR470)		114,00	114,00	347,00

2.2 – Fator de Absorção (Art. 449, I, e), da LC 0043/02)

A zona beneficiada terá um fator de absorção de 100% (cem por cento) do benefício advindo da valorização proporcionada pela obra pública descrita neste Edital.

3. A cada proprietário a seguir relacionado, caberá de acordo com o artigo 449, I, c), § 1º c/c o artigo 454 ambos da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela LC 089, de 08/12/2008; artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009 e considerando o limite total da obra, as parcelas abaixo discriminadas¹:

RUA INDAIAL

Proprietário	Cadastro	Vao	Vdo	Valorização	%	Vcm
Augusto Giovannella	1711.6	133.000,00	148.830,00	15.830,00	15,9	15.830,00
Marsinho Bernardo	2975.0	94.000,00	102.520,00	8.520,00	8,6	8.850,00
Rosana Hafemann	2389.2	235.000,00	257.880,00	22.880,00	23,0	22.880,00
Robson Hafemann	1713.2	215.000,00	221.640,00	6.640,00	6,7	6.640,00
Empresa Hoteleira GRB S.A.	3355.3	100.000,00	110.320,00	10.320,00	10,4	10.320,00
TOTAL PROPRIETARIOS					64,6	64.520,00
PM Ascurra (acesso; trevo; faixa marginal)¹					35,4	34.876,62
TOTAL					100	99.396,62

4 SISTEMA DE PAGAMENTO DA PAVIMENTAÇÃO

4.1 Pagamento a vista com 20% (vinte por cento) de desconto ou em até 36 parcelas, conforme Artigo nº 462, § 1º da Lei Complementar nº 043/2003 de 10/12/2003, e alterações.

5 DO PRAZO PARA RECLAMANÇÃO E/OU IMPUGNAÇÃO

5.1 De acordo com o artigo 449, II, da Lei Complementar nº 043

1 Vcm = Vdo – Vao; Vcm = Valor da Contribuição de Melhoria; Vdo = Valor do imóvel Depois da Obra; Vao = Valor do imóvel Antes da Obra

de 10/12/2003, alterada pela LC 089, de 08/12/2008, os proprietários ou titulares dos imóveis acima relacionados, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida ao Prefeito Municipal, através de petição fundamentada, que servirá para o início do Processo Administrativo Fiscal. (Art. 449, III da LC 0043/02), alterada pela LC 089, de 08/12/2008.

6. As partes a serem rateadas pelos proprietários dos imóveis beneficiados com a pavimentação, devem ser lançados pelo setor competente, de acordo com o previsto no item 2, observadas e anotadas as alterações que porventura se fizerem necessárias, em face de reclamações ou erros de cálculos.

Município de Ascurra em, 12 de dezembro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital na forma regulamentar
Município em, 12 dezembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

(Footnotes)

² Confusão: Art. 381 do CC. Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor". E é exatamente por isso que, à falta de previsão específica no CTN, essa norma, embora encartada em diploma típico de direito privado, serve de embasamento legal para extinção do crédito tributário por obra da confusão, providência essa de especial interesse no âmbito da Administração Pública que, por imperativo constitucional, deve guiar-se sempre segundo estrita legalidade (CF/88, art. 37, caput). João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior, Procurador do Estado do Piauí e Advogado. (<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5982>)

Edital de Pavimentação Nº 10/2011 - Rua Valdir Jose Fachini

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 10/2011
(CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA)

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faz saber aos interessados que foi efetuada a Pavimentação com Lajotas sextavada prensada e serviços adicionais, com fornecimento e execução da lajota sextavada e fornecimento e execução de meio fio, conforme projeto da RUA VALDIR JOSE FACHINI, através do Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136. De 15/06/2009, neste município de Ascurra.

1 - De acordo com o Artigo 5º da Lei nº 1136. De 15/06/2009, combinado com o Artigo nº 448 da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela LC 089, de 08/12/2008, torna público mediante este Edital o processo licitatório nº 32/2011 para pavimentação da Rua acima citada dos confrontantes que não aderiram ao referido programa.

– Processo licitatório nº 032/2011:

modalidade: convite obras e Serviços de Engenharia;

Tipo de comparação: menor preço pelo por itens;

1.1.3 Descrição obra: Pavimentação com lajotas de concreto sextavada prensadas e serviços de fornecimento e execução da lajota sextavada, e fornecimento e execução de meio fio em parte da Rua Valdir José Fachini - área a pavimentar 480,00m²

PARÁGRAFO ÚNICO – Aos proprietários que não aderiram ao programa, o município contratou a empresa que apresentou melhor preço, conforme “caput” deste artigo e de acordo com o artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009, rateando entre estes o valor pago, respeitando a valorização dos imóveis, através de Laudo de avaliação emitido por profissional competente.

2. CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2011 e em conformidade com o Art. 449, I, b, da LC 0043/02, alterada pela LC 089, de 08/12/2008:

EMPRESA CONTRATADA: RCPA EMPREITEIRA LTDA (menor preço)

Processo Licitatório nº 032/2011

Materiais Aplicados	Metros²	Valor Total	Valor M²
Lajotas sextavada, prensada e serviços adicionais: meio fio, areia e mão de obra.	480,00	22.732,08	47,35

2.1 – Delimitação da Zona Beneficiada (Art. 449, I, d), da LC 0043/02) alterada pela LC 089, de 08/12/2008.

Fica fixado como zona beneficiada pelas obras públicas ora descritas neste Edital, os terrenos que não aderiram ao Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136, de 15/06/2009, conforme Anexo II da já citada Lei (Termo de Compromisso) sendo:

Rua Valdir Jose Fachini

Proprietário	Cadastro	Testada Cadastrada m.	Testada Calçada m.	Área Metros²
Edineia Agostini	362.0	28,00	30,00	120,00
Feliciano Moser	320.4	28,00	30,00	120,00
Jose Lino da Cunha	318.2	28,00	30,00	120,00
Gilberto Eyng	937.7	28,00	30,00	120,00

2.2 – Fator de Absorção (Art. 449, I, e), da LC 0043/02)

A zona beneficiada terá um fator de absorção de 100% (cem por cento) do benefício advindo da valorização proporcionada pela obra pública descrita neste Edital.

3. A cada proprietário a seguir relacionado, caberá de acordo com o artigo 449, I, c), § 1º c/c o artigo 454 ambos da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela LC 089, de 08/12/2008; artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009 e considerando o limite total da obra, as parcelas abaixo discriminadas2:

RUA VALDIR JOSE VACHINI

Proprietário	Cadastro	Vao	Vdo	Valorização	%	Vcm
Edineia Agostini	362.0	89.000,00	94.161,00	5.161,00	22,7	5.161,00
Feliciano Moser	320.4	100.000,00	105.161,00	5.161,00	22,7	5.161,00
Jose Lino da Cunha	318.2	91.000,00	96.161,00	5.161,00	22,7	5.161,00

1 Vcm = Vdo – Vao; Vcm = Valor da Contribuição de Melhoria; Vdo = Valor do imóvel Depois da Obra; Vao = Valor do imóvel Antes da Obra

Gilberto Eyng	937.7	93.000,00	98.161,00	5.161,00	22,7	5.161,00
TOTAL PROPRIETARIOS					90,8	20.644,00
PM Ascurra (acessos)1					9,2	2.088,00
TOTAL						22.732,08

4 SISTEMA DE PAGAMENTO DA PAVIMENTAÇÃO

4.1 Pagamento a vista com 20% (vinte por cento) de desconto ou em até 36 parcelas, conforme Artigo nº 462, § 1º da Lei Complementar nº 043/2003 de 10/12/2003, e alterações.

5 DO PRAZO PARA RECLAMANÇÃO E/OU IMPUGNAÇÃO

5.1 De acordo com o artigo 449, II, da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2003, alterada pela LC 089, de 08/12/2008, os proprietários ou titulares dos imóveis acima relacionados, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida ao Prefeito Municipal, através de petição fundamentada, que servirá para o início do Processo Administrativo Fiscal. (Art. 449, III da LC 0043/02), alterada pela LC 089, de 08/12/2008.

6. As partes a serem rateadas pelos proprietários dos imóveis beneficiados com a pavimentação, devem ser lançados pelo setor competente, de acordo com o previsto no item 2, observadas e anotadas as alterações que porventura se fizerem necessárias, em face de reclamações ou erros de cálculos.

Município de Ascurra em, 12 de dezembro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital na forma regulamentar Município em, 12 de dezembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

2 Confusão: Art. 381 do CC. Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor”. E é exatamente por isso que, à falta de previsão específica no CTN, essa norma, embora encartada em diploma típico de direito privado, serve de embasamento legal para extinção do crédito tributário por obra da confusão, providência essa de especial interesse no âmbito da Administração Pública que, por imperativo constitucional, deve guiar-se sempre segundo estrita legalidade (CF/88, art. 37, caput). João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior, Procurador do Estado do Piauí e Advogado. (inhttp://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5982)

Biguaçu

PREFEITURA

61ª Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
GABINETE DO PREFEITO
61ª CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2007, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu - SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação em exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

CARGO: ESCRITURÁRIO

164	MARCOS TULIO BORGES
165	KELEN CRISTINA GRUDTNER
166	EZIO JOÃO RODRIGUES JUNIOR

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA

21	JOSIANE MARIA VIEIRA
----	----------------------

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

42	MAIRA RIBEIRO MELO
----	--------------------

CARGO: PSICÓLOGO

15	PABLO RAIMUNDO
----	----------------

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

06	KARINE LUIZA PIANCETINI
----	-------------------------

Biguaçu, 09 de Dezembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 067/2011

DECRETO 067/2011 07.12.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

11.01 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer
13.392.0130.1.022 - Reforma e Melhoria no Antigo Hotel Serril
4490.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
12.01 - Secretaria dos Desportos
27.812.0270.2.050 - Reequipamento e Manutenção da CME
3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.500,00
- Total R\$ 10.500,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 07 de dezembro de 2011.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Ata de Registro de Preço 9/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011 **Data do Registro: 24/02/2011** **Válido até: 24/02/2012**

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AREIA MEDIA (7)	M3	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Pouso Redondo	0	65,2798	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	65,9348	2
2	ARAME RECOZIDO (11)	KG	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,1544	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BELGO	0	5,1870	2
3	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GASPARZINHO	0	0,7126	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7162	2
4	REGISTRO PVC 32MM (1791)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	13,6444	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	13,7580	2
5	AREIA FINA (1958)	M3	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Pouso Redondo	0	69,8448	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	70,5453	2
6	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CIPLA	0	17,8215	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumasa	0	17,9511	2
7	CAP 40MM (5366)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,9160	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,9220	2
8	CAP 32 MM (5367)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,4711	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,4771	2
9	LUVA SOLDÁVEL 40MM (5379)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2304	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,2354	2
10	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	otto baugart	0	4,0540	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	4,0707	2
11	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24 (INTEIRO) (6447)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TESKE	0	0,4118	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	braço novo	0	0,4134	2
12	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	14,4885	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	14,5472	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	19,5624	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	19,8131	2
110	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,3082	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11,4531	2
111	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	16,8915	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GYNCOL	0	16,9668	2
112	Fechadura interna metalica (7183)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	18,2996	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	18,7976	2
113	Fechadura externa metálica c/ cilindro (7184)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	23,9637	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	24,6160	2
114	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	0	15,2721	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	15,4218	2
115	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	15,2721	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	15,4218	2
116	Alicate de bico (7187)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	15,5164	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	15,6685	2
117	Aplicador de silicone (7188)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	7,5224	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	7,5559	2
118	Serra para cortar ferro (7189)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	3,3576	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	0	3,4172	2
119	Cabo para enxada (7190)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	3,9022	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	0	3,9716	2
120	Cabo para pá de ajuntar (7191)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	3,9476	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGETIL	0	4,0178	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEPA	0	5,4979	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	5,5518	2
122	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	8,8934	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	9,0517	2
123	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	3,9930	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CDK	0	4,0640	2
124	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	bosch	0	17,6961	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	0	18,0109	2
125	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	11,5705	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	11,7764	2
126	Enxada com cabo (7197)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	27,9053	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	28,4019	2
127	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	faber castel	0	1,1616	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FABER CASTEL	0	1,1823	2
128	Lima chata nº 8 (7199)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	10,5723	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	0	10,7604	2
129	Martelo 25mm (7200)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	14,4291	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	14,6858	2
130	Pá de juntar com cabo (7201)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	13,6850	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	13,9285	2
131	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	18,7215	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	19,0547	2
132	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	26,9071	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	27,3859	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Trena 5 metros (7204)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	8,3035	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	0	8,4513	2
134	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	12,4996	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BELGO	0	12,5785	2
135	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	24,6985	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BELGO	0	24,8543	2
136	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	16,7091	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BELGO	0	16,8145	2
137	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	7,0989	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EUROCEL	0	7,1306	2
138	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	1,9819	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	0	1,9908	2
139	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	incesa	0	10,1185	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FEHRMANN	0	10,2986	2
140	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	9,4142	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	9,4561	2
141	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	7,0269	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	7,0582	2
142	Linha de nylon n°100 (7213)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	8,6212	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	8,7746	2
143	Pares de luvas de látex (7214)	PAR	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	4,4013	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	4,4796	2
144	Mangueira para tirar nível metro (7215)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASBOHN	0	0,9530	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	0,9578	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Mangueira preta 1/2x2.0mm (7216)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6292	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carpes	0	0,6323	2
146	Mangueira preta 3/4x2.0mm (7217)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6939	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carpes	0	0,6974	2
147	Mangueira preta 1x2.0mm (7218)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,9067	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carpes	0	0,9113	2
148	Massa acrílica 1kg (7219)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	8,1800	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN	0	8,2164	2
149	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	12,6645	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	13,0092	2
150	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	10,2439	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	10,5227	2
151	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	6,1483	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	6,3156	2
152	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	6,0999	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	6,2659	2
153	Prego 22x48 (7224)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	6,5840	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	6,7632	2
154	Rolo de lâ 5cm c/ cabo (7225)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	2,2972	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	2,3075	2
155	Rolo de lâ 9cm c/ cabo (7226)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,8287	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	3,8458	2
156	Rolo de lâ 15cm c/ cabo (7227)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	5,9008	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	5,9271	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Rolo de lã natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	10,4772	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	10,5239	2
158	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	5,4954	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	5,5199	2
159	Sifão para esgoto 50cm (7230)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,2922	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	0	4,3472	2
160	Silicone 280 gramas (7231)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	8,7836	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIFIX	0	8,8227	2
161	Cap soldável 20mm (7232)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,4458	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4476	2
162	Cap soldável 25mm (7233)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6509	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6535	2
163	Cap soldável 40mm (7234)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,9615	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,9695	2
164	Cap soldável 50mm (7235)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2736	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2828	2
165	Joelho soldável 90 graus 20mm (7236)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,4012	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4028	2
166	Joelho soldável 90 graus 25mm (7237)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,4904	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4924	2
167	Joelho soldável 90 graus 40mm (7238)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,7208	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,7278	2
168	Joelho soldável 90 graus 50mm (7239)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,9883	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,9963	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,3374	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3428	2
170	Joelho RL 25x3/4 (7241)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,1145	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1190	2
171	Luva soldável 20mm (7242)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,3121	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,3133	2
172	Luva soldável 25mm (7243)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,3834	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,3849	2
173	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2304	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,2354	2
174	Luva soldável 50mm (7245)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2750	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,2802	2
175	Registro de pressão soldável (7246)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEKAT	0	10,7137	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	11,1268	2
176	Registro esfera 20mm (7247)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,3719	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	4,4083	2
177	Registro esfera 25mm (7248)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,8132	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	5,8616	2
178	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6241	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6266	2
179	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6687	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6714	2
180	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,9245	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,9363	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Tee soldável 50mm (7252)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,1919	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,2049	2
182	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	7,2220	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,2512	2
183	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	8,0690	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,1017	2
184	Tubo soldável 40mm. (7255)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	25,3660	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25,4688	2
185	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	30,4036	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	30,5267	2
186	Solvente (1 litro) (7257)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gool	0	6,3062	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	6,3343	2
187	Malha pop 3.4 20x20 (7258)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	22,7656	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BELGO	0	22,9092	2
188	Telha de fibrocimento 122x4mm (7259)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ETERNIT	0	4,9029	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	embralit	0	4,9217	2
189	Telha de fibrocimento 244x4mm (7260)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	8,9527	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	embralit	0	8,9871	2
190	Tinta esmalte cores - 3,6lt (7261)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	45,4945	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN	0	45,6971	2
191	Fundo a óleo - 3,6 lt (7262)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	32,4768	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	32,6214	2
192	Tinta acrílica semi brilho cores - 3,6 lt (7263)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	53,6925	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN	0	53,9317	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	20,9004	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	20,9935	2
194	Acrílico semi brilho - 18 lt (7265)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	212,6079	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN	0	213,5549	2
195	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	75,2236	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	75,5586	2
196	Verniz solar incolor - 3,6 lt (7267)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	48,1971	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN	0	48,4118	2
197	Tinta esmalte cores - 1 kg (7268)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	14,4141	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN	0	14,4783	2
198	Osmocolor transparente - 3,6 lt (7269)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	85,5837	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	85,9649	2
199	Tinta spray cores - 250gr (7270)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rener	0	10,3601	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN	0	10,4063	2
200	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,2206	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2318	2
201	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,4519	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,4643	2
202	Torneira para lavatório plástica (7273)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	5,9031	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,9329	2
203	Torneira bóia 3/4 (7274)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CIPLA	0	5,1629	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cipla	0	5,1890	2
204	Trincha cerdas medias 1" (7275)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	2,0270	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	2,0360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	Trincha cerdas médias 2" (7276)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,2882	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	3,3029	2
206	Trincha cerdas médias 3" (7277)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	5,3152	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	5,3389	2
207	Trincha cerdas médias 4" (7278)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	7,3422	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	7,3749	2
208	Válvula para pia plástica (7279)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	0	2,4084	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,4258	2
209	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,8468	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	1,8550	2
210	Mangueira de jardim 1/2 siliconada (7281)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	1,4804	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	1,4879	2
211	Brita nº1 (7354)	M3	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Pouso Redondo	0	57,0627	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	57,6351	2
212	Brita nº 0 (7355)	M3	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Pouso Redondo	0	57,0627	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	57,6351	2
213	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	3,4327	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	3,4466	2
214	LUVA DE CORRER 40 MM (7360)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	8,4970	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,5314	2
215	LUVA DE CORRER 32 MM (7361)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	7,5786	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,6093	2
216	Curva PBA 90° 110mm (7979)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	57,5083	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	57,7411	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	Curva PBA 90° 85mm (7980)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	33,4350	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	33,5704	2
218	Curva soldável 90° 85mm (7981)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	29,9578	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	30,0791	2
219	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	22,2900	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	22,3803	2
220	Curva PBA 45° 60mm (7983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	14,3548	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	14,4129	2
221	Joelho soldável 90° 60mm (7984)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	10,7527	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,7962	2
222	Joelho soldável 45° 60mm (7985)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,6800	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11,7273	2
223	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,1844	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,1933	2
224	Joelho soldável 32mm (7987)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,0253	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,0295	2
225	Tee soldável 85mm (7988)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	35,4411	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	35,5846	2
226	Tee soldável 60mm (7989)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	12,9728	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,9806	2
227	Adaptador p/ mangueira 20mm c/ registro 3/4 (7990)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	6,6156	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,6489	2
228	Adaptador p/ mangueira 20mm 3/4 emenda p/ mangueira 20mm (7991)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	6,7081	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,7419	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	LUA PBA 85X75MM (6916)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,6931	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,7283	2
14	LUA SOLDAVEL 85MM (6917)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	18,0103	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	18,0833	2
15	LUA SOLDAVEL 60MM (6919)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,9676	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,0732	2
16	LUA SOLDAVEL 32MM (6922)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6954	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6983	2
17	JOELHO SOLDAVEL 85MM (6923)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	31,7856	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,9143	2
18	TEE PBA 85MM (6924)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	16,3609	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	16,4271	2
19	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	13,9981	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	14,0548	2
20	TEE PBA 60MM (6926)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,6171	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,6398	2
21	TEE SOLDAVEL 40MM (6927)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,9245	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,9363	2
22	TEE SOLDAVEL 32MM (6928)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,3641	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3697	2
23	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	10,9221	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	10,9663	2
24	REDUÇÃO PBA 85X60MM (6930)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,7954	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,8189	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
229	Mangueira ramal predial 20mm. (7992)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	1,9245	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	1,9342	2
230	Kit cavalete 3/4 código 2798004-0 (7993)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	37,4255	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	37,7371	2
231	Adesivo 175gr (7994)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	8,0244	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,0569	2
232	Adesivo 75gr (7995)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,4772	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	3,4913	2
233	Registro PVC 110mm (7996)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	328,6143	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	331,3503	2
234	Registro PVC 85mm (7997)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	174,8766	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	176,3326	2
235	Registro PVC 60mm (7998)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	33,3226	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	33,6001	2
236	Registro PVC 40mm (7999)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	17,2955	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	17,4395	2
237	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	174,2545	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	174,9601	2
238	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	88,1258	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	88,4827	2
239	Mangueira transparente 3/4 (8002)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	2,4982	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	2,5108	2
240	Telha germânica (8003)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOM JESUS	0	0,9806	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taio	0	0,9843	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011**Número do Registro de Preços: 9/2011****Data do Registro: 24/02/2011****Válido até: 24/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
241	Trena 8 metros (8004)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	18,1498	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	18,4728	2
242	Telha fibrocimento 153x4mm (8005)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	5,6873	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	embralit	0	5,7092	2
243	Tubo de concreto 15 cm (8006)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	15,7600	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	15,8493	2
244	Tubo de concreto 20cm (8007)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	16,9933	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	17,0889	2
245	Bloco de concreto (8008)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	JCS	0	1,4777	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	1,4860	2
246	Calha de concreto (8009)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	JCS	0	1,7240	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	1,7337	2
247	Mangueira corrugada 1" (8010)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NACIONAL	0	0,9715	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,9764	2

BRACO DO TROMBUDO , 24 de Fevereiro de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	REDUÇÃO PBA 60X40MM (6931)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	3,8339	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	3,8494	2
26	REDUÇÃO PBA 85X40MM (6932)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	10,5655	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	10,6083	2
27	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,3703	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,3839	2
28	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8024	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,8057	2
29	CAP 110MM (6935)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	28,3083	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	28,4230	2
30	CAP 85MM (6936)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	15,3355	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	15,3976	2
31	CAP 60MM (6937)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,8860	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,9058	2
32	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	129,2821	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	129,8056	2
33	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110X3/4 (6939)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,2375	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,3000	2
34	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,0273	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,0655	2
35	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,3656	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,4064	2
36	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	4,6212	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	4,6563	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 32X3/4 (6943)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	3,7704	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	3,7991	2
38	EMENDA P/ MANGUEIRA C/ REGISTRO (6946)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	6,8469	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,8814	2
39	REGISTRO BORBOLETA 3/4 (6949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,5997	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	8,6713	2
40	TUBO PBA 85X75MM (6955)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	87,3769	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	87,7307	2
41	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	49,3055	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	49,5052	2
42	TUBO SOLDAVEL 40MM (6957)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	25,3660	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25,4688	2
43	TUBO SOLDAVEL 32MM (6958)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	17,6537	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	17,7252	2
44	CURVA PBA 60MM (6959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	24,8311	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	24,9316	2
45	CURVA SOLDAVEL 60MM (6960)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	10,3247	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,3665	2
46	CURVA SOLDAVEL 40MM (6961)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,3956	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,4134	2
47	CURVA SOLDAVEL 32MM (6962)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,1220	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,1306	2
48	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	44,7138	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	44,8948	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	25,4552	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	25,5583	2
50	Abraçadeira c/ chaveta 1 polegada (7121)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMANN	0	0,6546	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,6609	2
51	Abraçadeira de nylon 20cm (pct c/ 100und) (7122)	PCT	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	13,1340	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	foxlux	0	13,2627	2
52	Argamassa AC1- saco com 20kg (7123)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	0	6,4365	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	6,4884	2
53	Argamassa AC 2 - saco com 20kg (7124)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	0	13,9899	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	14,1028	2
54	Argamassa AC 3 - saco com 20kg (7125)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	0	25,9353	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	26,1446	2
55	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	0	34,7770	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	35,0290	2
56	Avental de raspa sem manga (7127)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	17,6283	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	retke	0	17,8012	2
57	Balde para concreto plástico (7128)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	5,9310	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	6,1101	2
58	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	9,4057	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	9,5300	2
59	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	6,6620	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	6,7500	2
60	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	4,8361	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	4,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Broca de vídea 10mm (7132)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	9,9979	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	10,1300	2
62	Broca de vídea 8mm (7133)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	7,6983	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	7,8000	2
63	Broxa nº 1 (7134)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,0630	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	3,0766	2
64	Broxa nº2 (7135)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	5,0900	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	5,1127	2
65	Cadeado 30mm (7136)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	0	8,1810	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	8,4035	2
66	Cadeado 40mm (7137)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	0	11,9092	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	12,2334	2
67	Caixa d'água 310 litros (7138)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FORTELEV	0	95,3717	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	arcor	0	96,0628	2
68	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FORTELEV	0	132,4607	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	arcor	0	133,4206	2
69	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ciplá	0	89,1433	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CIPLA	0	90,2800	2
70	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	guling	0	5,2972	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EB	0	5,3208	2
71	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	88,3480	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	88,5408	2
72	Caçamba para carrinho de mão pvc (7143)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PARABONI	0	29,7460	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	30,6464	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Cesto de lixo com tampa pvc (7144)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	JAPI	0	19,7067	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cipla	0	20,3033	2
74	Cilindro para fechadura (7145)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	10,5053	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	10,7912	2
75	Cimento CP 2 - saco com 50kg (7146)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	votoram	0	18,3800	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	0	18,4800	2
76	cola cano 17gr (7147)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,6762	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,6830	2
77	Cola cano 75gr (7148)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,3435	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	3,3570	2
78	Dobradiça zincada 2 (7149)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	0,8520	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,8752	2
79	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,2877	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,3228	2
80	Dobradiça zincada 4 (7151)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	2,4206	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	2,4865	2
81	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durapoxi	0	4,2792	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HENKEL	0	4,2982	2
82	Engate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5529	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,5714	2
83	Escada 5 degraus alumínio (7154)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	66,0832	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUMASA	0	67,7777	2
84	Escada 7 degraus madeira (7155)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	95,8752	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUMASA	0	98,3335	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,4160	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,4726	2
86	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,6001	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,6334	2
87	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2947	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3241	2
88	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,3619	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3794	2
89	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,0091	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,0860	2
90	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,7367	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,8102	2
91	Joelho de esgoto 90 graus 150mm (7162)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	16,5084	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	16,7199	2
92	Joelho de esgoto 90 graus 100mm (7163)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,3359	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3659	2
93	Joelho de esgoto 90 graus 75mm (7164)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,1461	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,1736	2
94	Joelho de esgoto 90graus 50mm (7165)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,1143	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1286	2
95	Joelho de esgoto 90graus 40mm (7166)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7264	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7357	2
96	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,9232	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,9479	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2011

Número do Registro de Preços: 9/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,6343	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,6553	2
98	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,1143	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1286	2
99	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6191	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6270	2
100	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7841	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7942	2
101	Tee de esgoto 150mm (7172)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	19,3561	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	19,6041	2
102	Tee de esgoto 100mm (7173)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,6636	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,7234	2
103	Tee de esgoto 75mm (7174)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,0280	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,0797	2
104	Tee de esgoto 50mm (7175)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2286	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2572	2
105	Tee de esgoto 40mm (7176)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,4032	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,4212	2
106	Tubo de esgoto de 6 metros 150mm (7177)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	71,5639	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TUBOZAN	0	72,4808	2
107	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	25,5467	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25,8740	2
108	Tubo de esgoto de 6 metros 75mm (7179)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	24,1848	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	24,4946	2

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 60-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2011
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS PARA ATENDIMENTO AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO.
1.750 HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA
750 HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA
200 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE
300 HORAS DE RETROESCAVADEIRA
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 27/12/2011.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 27/12/2011.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 08 de Dezembro de 2011.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.736 de 08 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.736 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; DECRETA:
Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora - EVANIR RIBICZINSKI HÜBL, Matrícula Funcional nº 000590, Registro no Sistema Sob o nº 954813, declarando vacância no cargo de Enfermeira, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 08 de dezembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre "SC", 08 de dezembro de 2011.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

08/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Decreto Nº 6.737 de 08 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.737 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 013/2011.

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 013/2011, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Eliana Pessoa Machado Collet, matrícula nº. 954718;
Aurionize Cosentino, matrícula nº 000574;
Maria de Lurdes Cândido da Rosa, matrícula nº 000252;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;
Zurita Maria Pacheco Rückl, matrícula nº 282.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes Cargos: Médico IV e Enfermeira, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 013/2011 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre "SC", 08 de dezembro de 2011.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.712 de 08/12/2011

LEI Nº 3.712 DE 08/12/2011

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir com recursos financeiros para a Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos - "AMA" entidade civil filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.408.672/000-57, e declarada de utilidade pública pelo município pela Lei nº 3.590 de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º. O valor da contribuição mencionada no artigo 1º será de R\$ 8.689,00 (oito mil seiscentos e oitenta e nove reais).

Art. 3º. Os recursos serão utilizados para desenvolver o Projeto - aquisição de moveis, utensílios, materiais adaptados e pedagógicos da entidade.

Art. 4º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações orçamentarias do Fundo da Infância e da Adolescência - FIA, consignado sob a rubrica:

Orgão: 13. Fundo da Infância e da Adolescência.

Unidade: 01. Fundo da Infância e da Adolescência.

Projeto/Atividade: 1034. Reequipamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos: 5.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0167.0

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,

08 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.425 de 05/12/2011

DECRETO Nº 6.425 DE 05/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, nos projetos atividades abaixo descritos os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 18 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL

PROJ/ATIV. 2.026 - Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Estrutural

27-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ/ATIV. 1.009 - Realização de Obras e Ref. da Secretaria de Transp. e Obras e Urbanismo

55-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIV. 2.039 - Manutenção do Departamento de Esportes

51-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJ/ATIV. 1.025 - Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Cultura de Campos Novos

1-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) provenientes da subtração do provável excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

05 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 115/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 115/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 5.531,52 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos)

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 115/2011

Extrato de Contrato 116/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 116/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS



NOVOS
CONTRATADA: VP INFORMATICA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.
VALOR: R\$ 1.340,00 (hum mil trezentos e quarenta reais).
DATA: 08/09/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 116/2011

Extrato de Contrato 117/2011 Processo 37/2011

EXTRATO DE CONTRATO 117/2011 PROCESSO 37/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 37/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: METROMED - COM. DE MATERIAL MED.HOSP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, DE BANHO, ANDADORES E MULETAS PARA EMPRESTIMO POR TEMPO INDETERMINADO A PESSOAS DO MUNICIPIO QUE NECESSITAM DEVIDO A PROBLEMAS DE SAUDE
VALOR: R\$ 9.239,00 (nove mil duzentos e trinta e nove reais).
DATA: 14/09/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 117/2011

Extrato de Contrato 118/2011 Processo 31/2011

EXTRATO DE CONTRATO 118/2011 PROCESSO 31/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 31/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: CIRURGICA ERECHIM
OBJETO: EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS PARA OS CONSULTORIOS DAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA, COHAB E INTEGRACÃO
VALOR: R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais).
DATA: 15/09/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 118/2011

Extrato de Contrato 119/2011 Processo 38/2011

EXTRATO DE CONTRATO 119/2011 PROCESSO 38/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 38/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: ANDREA C. SCHUCKES BOMM EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE NECESSAIRE, BOLSA PORTA MEDICAMENTOS E KIT DE HIGIENE BUCAL PARA DISTRIBUIÇÃO EM CAMPANHAS PREVENTIVAS REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR: R\$ 38.820,00 (trinta e oito mil oitocentos e vinte reais).
DATA: 03/10/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 119/2011

Extrato de Contrato 120/2011 Processo 38/2011

EXTRATO DE CONTRATO 120/2011 PROCESSO 38/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 38/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NECESSAIRE, BOLSA PORTA MEDICAMENTOS E KIT DE HIGIENE BUCAL PARA DISTRIBUIÇÃO EM CAMPANHAS PREVENTIVAS REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR: R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais).
DATA: 03/10/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 120/2011

Extrato de Contrato 121/2011 Processo 40/2011

EXTRATO DE CONTRATO 121/2011 PROCESSO 40/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 40/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: STUDIO - D ARQUITETURA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETONICO, HIDRO-SANITARIO, ELETRICO COM TELEFONIA, E DADOS, PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, PREVENTIVO DE INCENDIO E ESTRUTURAL, TAMBEM ORÇAMENTO, CORNOGRAMA FISICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAUDELOCALIZADO NA AVENIDA CAETNAO BELINCANTA NETO ESQUINA COM A RUA VERGILIO ANTUNES COM APROXIMADAMENTE 750 M2
VALOR: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
DATA: 06/10/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 121/2011

Extrato de Contrato 122/2011 Processo 39/2011

EXTRATO DE CONTRATO 122/2011 PROCESSO 39/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 39/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: CBA INFORMATICA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO COM SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO E COMPUTADORES PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ESTRETEGIAS SAUDE DA FAMILIA.
VALOR: R\$ 14.640,00 (Quatorze mil seiscentos e quarenta reais).
DATA: 20/10/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 122/2011

Extrato de Contrato 123/2011 Processo 39/2011

EXTRATO DE CONTRATO 123/2011 PROCESSO 39/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 39/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: DIMEP DIMAS MELO PIMENTA SIST PTO
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO COM SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO E COMPUTADORES PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ESTRETEGIAS SAUDE DA FAMILIA.
VALOR: R\$ 24.150,00 (Vinte e quatro mil cento e cinquenta reais).
DATA: 20/10/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 123/2011

Extrato de Contrato 124/2011 Processo 39/2011

EXTRATO DE CONTRATO 124/2011 PROCESSO 39/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 39/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REGISTRADOR ELE-
TRÔNICO DE PONTO COM SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO
E COMPUTADORES PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.
VALOR: R\$ 1.356,00 (hum mil trezentos e cinquenta e seis reais).
DATA: 20/10/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 124/2011

Extrato de Contrato 125/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO 125/2011 PROCESSO 01/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: AMPLAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA
OBJETO: Dispensa de Licitação para INSTALÇÃO DE 08 PONTOS
DE REDE DE INFOVIA, NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE CENTRAL,
CAPS E NAS ESFS SANTO ANTONIO, CAIC, SENHOR BOM JESUS,
INTEGRAÇÃO, APARECIDA E SÃO SEBASTIÃO, DEVIDO AO TEM-
PORAL OCORRIDO NO MUNICIPIO.
VALOR: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).
DATA: 18/11/2011
Contrato nº 125/2011

Extrato de Contrato 126/2011 Processo 43/2011

EXTRATO DE CONTRATO 126/2011 PROCESSO 43/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 43/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: MECANICA ATLAS LTDA
OBJETO: FORNECER PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE
VEICULO SPRINTER CDI PLACA MFL 9978 DA SECRETARIA MUNI-
CIPAL DE SAÚDE.
VALOR: R\$ 13.128,00(treze mil cento e vinte e oito reais)
DATA: 02/12/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 126/2011

Extrato de Contrato 127/2011 Processo 41/2011

EXTRATO DE CONTRATO 127/2011 PROCESSO 41/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 41/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: ANILDO ANTUNES ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS PARA AS
AGENTES DE SAÚDE E DEMAIS FUNCIONARIOS DAS ESTRATE-
GIAS SAUDE DA FAMILIA E AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA
FUNCIONARIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE
VALOR: R\$ 25.575,00 (Vinte e cinco mil quinhentos e setenta e
cinco reais)
DATA: 05/12/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 127/2011

Extrato de Contrato 128/2011 Processo 41/2011

EXTRATO DE CONTRATO 128/2011 PROCESSO 41/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 41/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-
VOS
CONTRATADA: COR URBANA IND E COM DE CONF LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS PARA AS
AGENTES DE SAÚDE E DEMAIS FUNCIONARIOS DAS ESTRATE-
GIAS SAUDE DA FAMILIA E AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA
FUNCIONARIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE
VALOR: R\$ 16.585,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e cinco
reais)
DATA: 05/12/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
Contrato nº 128/2011

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços n.º 52/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 201/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 52/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28 de dezembro de 2011, às 10h15min, a abertura de propostas para a contratação de empresa para execução de obras relativas a ampliação e reforma do C.E.I. Mario Edson de Aguiar. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Tomada de Preços n.º FMS 07/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 47/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 07/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27 de dezembro de 2011, às 14h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA NOS PRÉDIOS DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Republicação do Edital de Tomada de Preços n.º 46/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 185/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 46/2011
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28 de dezembro de 2011, às 14h15min, a abertura das propostas para

contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a reurbanização da Rua Wendelin Metzger, com extensão de 4.263 metros. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações. Foram alterados, o valor máximo e documentação referente capacidade técnica.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Resolução 009/2011 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 009/2011

Define parâmetros para a inscrição/renovação das entidades e organizações de Assistência Social, bem como os serviços, programas e projetos no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências.

ROSELI ZANON CORDEIRO, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal (CMAS), Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995 e;

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e das deliberações da Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 27 de outubro de 2011.

Considerando o decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993;

Considerando a Resolução do CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Lei Federal 12.101 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando a Resolução do CNAS nº 16 de 5 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto Federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 que dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.

Considerando a Resolução do CNAS nº 33 de 11 de outubro de 2010, altera alínea "e" do inciso IV do art. 3º da resolução CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Solicitar a apresentação dos seguintes documentos para a Inscrição de Entidades, Organizações, Programas, Projetos e Serviços de Assistência Social:

- a) Requerimento para obtenção da inscrição (anexo I);
- b) Estatuto registrado em Cartório de Registro Civil;
- c) Cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria,

devidamente registrada em Cartório de Registro Civil;

d) Plano de Ação/Plano de Trabalho para o exercício em curso que descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas (anexo III);

e) Cópia de documento de inscrição no CNPJ atualizado;

f) Relatório das atividades desenvolvidas no exercício anterior ao requerimento, destacando informações sobre o público atendido e os recursos envolvidos;

§1º - A entrega dos documentos será protocolada na Sala de Reuniões do CMAS, situada à Rua Rolindo Casagrande - anexo ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;

§2º A secretaria do conselho fará a conferência no ato da entrega, somente sendo protocolado com toda a documentação;

§3º - As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nesta área deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do § 1º e 2º do artigo 6º e o artigo 7º da Resolução CNAS nº 16/2010, mediante a apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo II;

II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em Cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrado em Cartório;

IV - Plano de Ação (anexo III).

§4º - As entidades, organizações, programas, projetos e serviços de assistência social que atuam em mais de um município deverão inscrever os serviços, programas e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município onde estão sendo executadas as atividades.

Art. 2º - Quando houver mudança da diretoria da entidade, a mesma deverá apresentar a cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente registrada em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

Art. 3º - A inscrição das entidades, organizações, programas, projetos e serviços no CMAS terão sua validade por prazo indeterminado.

§1º - O CMAS terá o prazo de até 3 (três) meses para apresentar o deferimento, a partir da data de protocolo da documentação na secretaria da CMAS;

§2º - As entidades, programas e serviços serão comunicados do deferimento do CMAS e o mesmo publicado no Diário Oficial dos Municípios;

§3º - O CMAS poderá cancelar a qualquer tempo a inscrição da entidade, programa e serviço, quando houver descumprimento dos requisitos.

Art. 4º - Para comprovar as ações de assistência social, as entidades, organizações, programas, projetos e serviços cadastrados devem apresentar anualmente, até 30 de abril, o Relatório Anual de Atividades (ano anterior - anexo IV) e o Plano de Ação (do ano em exercício - anexo III).

Art. 5º - Ficam adotados os critérios do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, no que se refere às atividades de assistência social prestadas pelas entidades, para fins de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se.

Capinzal (SC), 27 de outubro de 2011.

ROSELI ZANON CORDEIRO
Presidente CMAS - Capinzal

ROSELAINE BEVILAQUA
Secretária CMAS - Capinzal

ANEXO I

Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de Capinzal

Requerimento de Inscrição

Senhora Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal/SC

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário: _____

Data de Inscrição no CNPJ: ____/____/____

Endereço: _____

Nº _____

Bairro: _____ Município: _____

UF: _____ CEP: _____ Te-

lefone: _____

Fax: _____

Email: _____

Atividade Principal: _____

Inscrição CONSEA: _____

CMDCA: _____

Outros (Especificar): _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

B - Dados do Representante Legal:

Nome: _____

Endereço: _____

Nº _____

Bairro: _____

Município: _____

UF: _____ CEP: _____ Telefo-

ne: _____

Celular: _____

E-mail: _____

RG: _____ CPF: _____ Data

nasc. ____/____/____

Escolaridade: _____

Período do Mandato: _____

C - Informações Adicionais

Termos em que,
Pede deferimento.

Capinzal/SC, ____/____/____.

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II

Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de Capinzal

Requerimento de Inscrição

Senhora Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal/SC

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário: _____

Data de Inscrição no CNPJ: ____/____/____

Endereço: _____

Nº _____

Bairro: _____ Município: _____

UF: _____ CEP: _____ Te-

lefone: _____

Fax: _____

Email: _____

Atividade Principal: _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

B - Dados do Representante Legal:

Nome: _____

Endereço: _____

Nº _____

Bairro: _____ Município: _____

UF: _____ CEP: _____ Telefo-

ne: _____

Celular: _____

E-mail: _____

RG: _____ CPF: _____ Data

nasc. ____/____/____

Escolaridade: _____

Período do Mandato: _____

C - Informações Adicionais

Termos em que,
Pede deferimento.

Capinzal/SC, ____/____/____.

Assinatura do representante legal da entidade

Anexo III e IV

PLANO DE AÇÃO e RELATÓRIO DE ATIVIDADES

O Plano de Ação e o Relatório de Atividades deverão conter:

a) Finalidades estatutárias;



- b) Objetivos;
- c) Origem dos recursos;
- d) Infraestrutura;
- e) Identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:
 - e.1) o público alvo,
 - e.2) capacidade de atendimento,
 - e.3) recursos financeiros,
 - e.4) recursos humanos envolvidos,
 - e.5) abrangência territorial,
 - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Resolução 010/2011 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 010/2011

Define data para entrega dos documentos de inscrição das entidades, serviços, programas e projetos socioassistenciais junto ao CMAS.

ROSELI ZANON CORDEIRO, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal (CMAS), Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995 e;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995 e de acordo com a Reunião Ordinária do Conselho realizada em 25 de novembro de 2011;

Considerando as orientações da Resolução do CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, do CNAS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Definir como 31 de janeiro de 2012 a data de entrega da documentação para inscrição das entidades, serviços, programas e projetos socioassistenciais junto ao CMAS em conformidade com a Resolução CMAS Nº 009/2011.

§ 1º - A documentação completa deve ser protocolada na Sala de Reuniões do CMAS, sito à Rua Rolindo Casagrande - Centro - junto ao Centro de Referência de Assistência Social.

Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se.
Capinzal (SC), em 25 de novembro de 2011.
ROSELI ZANON CORDEIRO
Presidente

ROSELAINÉ BEVILAQUA
Secretária

Convite para Obras e Serviços de Engenharia Nº0029/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº0029/2011

OBJETO: Contratação de empresa para execução de pintura das unidades de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo elas: Centro de Convivência da Criança e do Adolescente (CECON) localizado no Lot. Santa Terezinha e o

Centro de Convivência Comunitário (CCC) localizado na comunidade de Vila União, com fornecimento de material e mão de obra, recursos do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 16:00 horas, para abertura às 16:05 horas do dia 20/12/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 12 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Convite para Obras e Serviços de Engenharia Nº0147/2011.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Diretoria de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº0147/2011.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de subestação externa ao tempo de 112,5 KVA e instalações internas (iluminações, tomadas e infraestrutura elétrica) no Ginásio de Esportes Prefeito Dileto Bertailli, recursos referentes ao contrato de apoio financeiro nº11. 492/2011-8, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba e do Sistema Estadual de Incentivo a Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) e R\$56.006,18 referente à contrapartida do município de Capinzal/ Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 11:00 horas, para abertura às 11:05 horas do dia 20/12/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 12 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Pregão Presencial Nº 0148/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0148/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, objetivando a elaboração e execução de PROCESSO SELETIVO para contratação dos cargos constantes do ANEXO I, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 11:00 horas, para abertura às 11:05 horas do dia 23/11/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 12 de dezembro de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Termo de Alteração - Pregão Eletrônico Nº 0029/2011

TERMO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0029/2011

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médica e Odontológica, nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospitais, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 10:00 horas, para abertura às 10:05 horas do dia 15/12/2011.

DAS ALTERAÇÕES

Onde se lê:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Máximo
1	Anestesista para atendimento na Unidade Central, Hospital São José e Hospital Nossa Senhora das Dores, em Sistema de Sobreaviso, 24 horas/dia, incluindo finais de semana e feriados.	Mês	12,00	12.500,00
13	Ginecologista / Obstetra para atendimento na Unidade Central, ESF São Cristovão, ESF Loteamento Parizotto e Sobreaviso 24 horas/dia - 1ª quinzena do mês (80 horas mensais).	Mês	12,00	6.900,00
14	Ginecologista / Obstetra para atendimento na Unidade Central, ESF São Cristovão, ESF Loteamento Parizotto e Sobreaviso 24 horas/dia - 2ª quinzena do mês (80 horas mensais).	Mês	12,00	6.900,00
20	Pediatra para Atendimento na Unidade Central (40 horas mensais), no horário das 13:00 às 14:00 horas.	Mês	12,00	1.750,00
21	Pediatra para Atendimento na Unidade Central (40 horas mensais), no horário das 13:00 às 14:00 horas.	Mês	12,00	1.750,00

Leia-se:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Máximo
1	01 Anestesista para atendimento na Unidade Central, Hospital São José e Hospital Nossa Senhora das Dores, em Sistema de Sobreaviso, 24 horas/dia, incluindo finais de semana e feriados, durante 24 dias por mês.	mes	12,00	12.500,00

13	01 Ginecologista / Obstetra para atendimento na Unidade Central, ESF Loteamento Parizotto e Sobreaviso 24 horas/dia - 1ª quinzena do mês (80 horas mensais).	mes	12,00	6.900,00
14	01 Ginecologista / Obstetra para atendimento na Unidade Central, ESF São Cristovão e Sobreaviso 24 horas/dia - 2ª quinzena do mês (80 horas mensais).	mes	12,00	6.900,00
20	01 Pediatra para Atendimento na Unidade Central (20 horas mensais), no horário das 13:00 às 14:00 horas.	mes	12,00	1.750,00
21	01 Pediatra para Atendimento na Unidade Central (20 horas mensais), no horário das 13:00 às 14:00 horas.	mes	12,00	1.750,00

Capinzal, 08 de dezembro de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Contrato 0045/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0045/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0019/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

VALOR R\$: 5.152,71

VIGÊNCIA: 09/12/2011 A 31/12/2011

Contrato 0046/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0046/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0017/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 5.581,57

VIGÊNCIA: 09/12/2011 A 31/12/2011

Contrato 0047/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0047/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0018/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

VALOR R\$: 2.038,76

VIGÊNCIA: 09/12/2011 A 31/12/2011



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0016/2008

TERMO ADITIVO 001/2011
CONTRATO SUPERIOR 0016/2008
Pregão Nº. 0130/2007

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MAQ.LTDA.
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2012.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 08/12/2011 A 31/12/2012

Termo Aditivo 002/2011 - Contrato SUPERIOR 0073/2009

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO 002/2011
CONTRATO SUPERIOR 0073/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: ELETRONICA BEBBER LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2012.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 08/12/2011 A 31/12/2012

Concórdia

PREFEITURA

Aviso Edital de Tomada de Preços Nº 48/2011 - PMC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 48/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obras de pavimentação das Ruas Frei Albino Chardon no Loteamento Frei Lency e Rua José Albiero no Bairro Santa Rita, neste Município, de acordo com os Projetos Básicos constantes no Anexo "D" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 24/01/2012

Abertura: dia 25/01/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 08 de dezembro de 2011
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 116/2011

DECRETO No 116 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

04 - Secretaria de Educação

04.01 - Secretaria de Educação

04.01.12.361.2506.2.013 - 3.3.90.00 - 01.01 - 21 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.01 - Recursos de Impostos e Transferências para educação.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº 117/2011

DECRETO No 117 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

07.01 - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

07.01.20.606.2510.2.009 - 3.3.90.00 - 01.00 - 71 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso

de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.00 - Recursos Ordinários.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Notificação de Recebimento Recursos Federais 01/12/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 01/12/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		914,66
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	914,66
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	914,66
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	548,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	365,86

Notificação de Recebimento Recursos Federais 02/12/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 02/12/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.626,19
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.356,11
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.356,11
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.958,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.398,11
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.270,08
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.270,08
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	762,05
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	508,03

Notificação de Recebimento Recursos Federais 05/12/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 05/12/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.837,68
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	2.641,29
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.641,29
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	2.641,29
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.196,39
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.196,39
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	717,83
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	478,56

Notificação de Recebimento Recursos Federais 06/12/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 06/12/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		580,06
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	580,06
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	580,06
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	348,04
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	232,02

Notificação de Recebimento Recursos Federais 07/12/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 07/12/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		605,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	605,71
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	605,71
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	363,43
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	242,28

Notificação de Recebimento Recursos Federais 08/12/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 08/12/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.506,02
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.826,23
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	4.826,23
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.826,23
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	2.895,74
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	1.206,56
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	723,93
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	679,79
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	679,79
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	407,87
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	271,92

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 172, de 02 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 172, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 535, de 03/08/2010, Lei da LDO nº. 536, de 10/08/2010, Lei Orçamentária Anual nº. 540, de 18/11/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) utilizando parte do superávit financeiro na fonte de recursos 0.3.0000, apurado entre o confronto do ativo financeiro (-) menos passivo financeiro do balanço patrimonial da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, suplementando a seguinte Programação de despesa:

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS			
10.301.0051.2.014	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0.3.0002	30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 30/11/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 02 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 413 - AUTORIZA A ABERTURA de CRÉDITOS SUPLEMENTARES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 413/2011

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor

de R\$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

03.000 Secretaria Municipal de Administração

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 22.000,00

04.000 Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

04.001 Divisão de Agricultura

020.606.0063.2005 Manutenção Divisão de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 7.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção Divisão de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 55.000,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 175.000,00

09.000 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

09.001 Manutenção da Assistência Social

008.244.0064.2011 Manutenção do Departamento de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 7.000,00

TOTAL 266.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, conforme Lei nº 2011/2010, Artigo 5º Inciso II, da fonte 03.00.00 Recursos Ordinários no valor de R\$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 11 de Novembro de 2011.

CARLOS DIETER WERNER
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 414/2011 - AUTORIZA A ABERTURA de CRÉDITOS SUPLEMENTARES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 414/2011

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor

de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
 03.000 Secretaria Municipal de Administração
 03.001 Divisão de Administração
 004.122.0009.2003 Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 37.500,00

03.000
 Secretaria Municipal de Administração
 03.001 Divisão de Administração
 004.122.0009.2008 Manutenção Ativ. Divisão Desenv. Municipal e Planejamento
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 13.500,00

04.000 Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
 04.001 Divisão de Agricultura
 020.606.0063.2005 Manutenção Divisão de Agricultura
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 2.800,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde
 06.001 Fundo Municipal de Saúde
 010.301.0081.1010 Bloco de Atenção Básica
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 125.600,00

06.000
 Secretaria Municipal de Saúde
 06.001 Fundo Municipal de Saúde
 010.301.0080.2009 Manutenção Divisão de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 12.600,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
 07.001 Divisão de Serviços Públicos
 015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 56.000,00

09.000 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
 09.001 Manutenção da Assistência Social
 008.244.0064.2011 Manutenção do Departamento de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 12.000,00

TOTAL 260.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), e fonte 01.02.00 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp.-Saúde no valor de R\$ 125.600,00 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 21 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
 Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
 Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 415/11 - AUTORIZA A ABERTURA de CRÉDITOS SUPLEMENTARES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 415/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 562.000,00 (quinhentos e sessenta e dois mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
 03.000 Secretaria Municipal de Administração
 03.001 Divisão de Administração
 004.122.0009.2003 Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 28.500,00

03.000
 Secretaria Municipal de Administração
 03.001 Divisão de Administração
 004.122.0009.2008 Manutenção Ativ. Divisão Desenv. Municipal e Planejamento
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 12.500,00

04.000 Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
 04.001 Divisão de Agricultura
 020.606.0063.2005 Manutenção Divisão de Agricultura
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 22.600,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde
 06.001 Fundo Municipal de Saúde
 010.301.0081.1010 Bloco de Atenção Básica
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 85.000,00

06.000
 Secretaria Municipal de Saúde
 06.001 Fundo Municipal de Saúde
 010.301.0080.2009 Manutenção Divisão de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 60.500,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
 07.001 Divisão de Serviços Públicos
 015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 110.500,00

08.000
 Secretaria Municipal de Educação
 08.001 Divisão de Educação
 012.361.0047.2018 Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.18.00 Aplicações Diretas 141.800,00
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.01.00 Aplicações Diretas 83.000,00

09.000 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
 09.001 Manutenção da Assistência Social
 008.244.0064.2011 Manutenção do Departamento de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 17.600,00

TOTAL 562.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no



artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 191.700,00 (cento e noventa e um mil e setecentos reais), fonte 01.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. Imp. - Educação no valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), fonte 01.02.00 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp.-Saúde no valor de R\$ 145.500,00 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais) e fonte 01.18.00 Transf. do FUNDEB (aplic. Profis.).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 21 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 416/11 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 416/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

03.000 Secretaria Municipal de Administração

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 17.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção Divisão de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 35.000,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 10.000,00

10.000 Encargos Gerais do Município

10.001 Encargos Gerais do Município

004.131.0090.2030 Publicações Oficiais e Divulgação do Município

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 8.000,00

10.000

Encargos Gerais do Município

10.001 Encargos Gerais do Município

004.122.0090.2032 Despesas Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL 100.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação, conforme Lei nº 2011/2010, Artigo 5º Inciso I, da fonte 01.00.00 Recursos Ordinários no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) e da fonte 01.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp.-Saúde no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 21 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

Decreto Nº. 417/11- AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 417/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/10 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares em favor da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá, até o valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

15.000 Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

15.001 Divisão de Esportes

027.812.0018.2025 Manutenção da Divisão de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 13.500,00

15.002 Divisão de Turismo

023.695.0070.2007 Manutenção da Divisão de Turismo

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 29.500,00

TOTAL 43.000,00

ART. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, conforme Lei nº 2011/2010, Artigo 4º a saber:

Código DR Classificação Valor R\$

15.000 Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

15.001 Divisão de Esportes

027.812.0018.2025 Manutenção da Divisão de Esportes

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 13.500,00

15.000 Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

15.002 Divisão de Turismo

023.695.0070.2007 Manutenção da Divisão de Turismo

3.3.50.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 29.500,00

TOTAL 43.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 21 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

Edital de Convocação Para Apresentação de Documentos Nº 13-2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 13/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2011)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, aprovados na etapa de prova escrita, bem como no exame médico do concurso público de que trata o respectivo Edital, à comparecer no prazo de 13 (treze) dias, contados da data de publicação deste, ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, Avenida Getúlio Vargas, nº. 443 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Cargo	Nome	Situação
Auxiliar de Setor	Janinha Starowski - PNE	Apta
Auxiliar de Setor	Daniela Rivelles	Apta
Auxiliar de Setor	Leandro Francisco Burger	Apto
Auxiliar de Setor	Eliane Denise Muller	Apta
Auxiliar de Setor	Taciane Voit	Apta
Auxiliar de Setor	Tayná Larissa Eggert	Apta
Auxiliar de Setor	Morgana Patrícia Gebhardt Ponath	Apta
Auxiliar de Setor	Maiza Beatriz Klann Zick	Apta
Auxiliar de Setor	Regina Dantas Izidro	Apta
Auxiliar de Setor	Jakson Wajand	Apto
Auxiliar de Setor	Juarez Matias dos Passos	Apto
Auxiliar de Setor	Patricia Graczeck Marquardt	Apta
Auxiliar de Setor	Noemi Aparecida Fossille	Apta
Auxiliar de Setor	Camila Milanez Pereira	Apta
Auxiliar de Setor	Roberta de Oliveira e Silva Dresch	Apta
Auxiliar de Setor	Jéssica Tamara Pezzatto	Apta
Auxiliar de Setor	Ana Paula Floriani	Apta
Auxiliar de Setor	Talita Kohls	Apta
Auxiliar de Setor	Maria Izabel Amaral Barcia	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Cristiano Darós	Apto
Médico Estratégia Saúde da Família	José Jorge Magris Fernandes	Apto

Os aprovados no Concurso, ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

I. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;

II. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

III. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

IV. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

V. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares;

VI. Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;

- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;

- CPF;

- Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

- Comprovar idade mínima de 18 anos no ato da posse;

- Uma foto 3x4;

- Certidão de Nascimento ou Casamento;

- Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;

- Folha Corrida Judicial;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

- Outros documentos exigidos por Lei, que venham a ser exigidos pelo setor de recursos humanos do município;

VII. O candidato, mesmo aprovado no concurso, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido de 13 (treze) dias, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 09 dias do mês de dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Errata da Portaria Nº 1549/11 - de 23 de Setembro de 2011

Errata da Portaria Nº 1549/11 - de 23 de Setembro de 2011 publicado em 18 de outubro de 2011.

ONDE SE LÊ: Corupá, 23 de setembro de 2011.

LEIA-SE: Corupá, 13 de outubro de 2011

Resultado de Exame Médico Nº 12-2011 - Edital 01-2011

EDITAL DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO nº 012/2011 (Edital de Concurso Público nº 001/2011)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2011 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Divulga o resultado da 2ª fase - Exame Médico pré-admissional, referente ao Edital de Convocação para Exame Médico nº 001/2011 de 23 de setembro de 2011, nº 002/2011 de 14 de outubro de 2011 e 003/2011 de 01 de novembro de 2011.

Cargo	Nome	Situação
Auxiliar de Setor	Janinha Starowski - PNE	Apta
Auxiliar de Setor	Daniela Rivelles	Apta
Auxiliar de Setor	Leandro Francisco Burger	Apto

Auxiliar de Setor	Eliane Denise Muller	Apta
Auxiliar de Setor	Taciane Voit	Apta
Auxiliar de Setor	Tayná Larissa Eggert	Apta
Auxiliar de Setor	Morgana Patrícia Gebhardt Ponath	Apta
Auxiliar de Setor	Maiza Beatriz Klann Zick	Apta
Auxiliar de Setor	Regina Dantas Izidro	Apta
Auxiliar de Setor	Jakson Wajand	Apto
Auxiliar de Setor	Juarez Matias dos Passos	Apto
Auxiliar de Setor	Patricia Graczeck Marquardt	Apta
Auxiliar de Setor	Noemi Aparecida Fossille	Apta
Auxiliar de Setor	Camila Milanez Pereira	Apta
Auxiliar de Setor	Roberta de Oliveira e Silva Dresch	Apta
Auxiliar de Setor	Jéssica Tamara Pezzatto	Apta
Auxiliar de Setor	Ana Paula Floriani	Apta
Auxiliar de Setor	Talita Kohls	Apta
Auxiliar de Setor	Maria Izabel Amaral Barcia	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Cristiano Darós	Apto
Médico Estratégia Saúde da Família	José Jorge Magris Fernandes	Apto

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 09 dias do mês de dezembro de 2011.

LUÍZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ermo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 11/2011 - FMS -Dispensa de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2011 - FMS
DISPENSE DE LICITAÇÃO

Do objeto: Aquisição de medicamentos para atender o Programa da Saúde Mental para serem utilizados pelos munícipes de Ermo, durante os meses de janeiro à março de 2012, conforme relação anexa.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos produtos adquiridos importam em R\$ 2.992,12 (dois mil, novecentos e noventa e dois reais e doze centavos) que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos. Os preços dos medicamentos serão irredutíveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 09 de dezembro de 2011.

CINARA MATEUS RÉUS CLEMES

Pres. Com. Perm. Licitação

RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Termo de Dispensa de Licitação- Processo Licitatório nº 27/2011

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 27/2011

Do Objeto: Contratação de serviço visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes, matriculados no ensino médio, supletivo e superior, permitindo treinamento prático para o futuro profissional.

Do Contratado: Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina-CIEE/SC.

Do Valor e do Pagamento: A Prefeitura pagará ao contratado o valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), mensais por Bolsa Auxílio concedida, totalizando a presente contratação no valor estimado de R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais), que serão pagos em 12 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A Dispensa de Licitação se faz necessário por se tratar de instituição brasileira, cujo objeto contratado está relacionado com o ensino, conforme parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/346/01, no Processo de Consulta nº CON-01/01586000, que resultou no Pré Julgado nº 1283

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Ermo, 08 de dezembro de 2011.

CINARA MATEUS RÉUS CLEMES

Presidente da C.J.L

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, 08 de dezembro de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Termo de Dispensa de Licitação-Processo Licitatório nº 29/2011

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 29/2011

Do Objeto: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme Plano Anual de Trabalho (PAT) a ser executado de janeiro à dezembro de 2012.

Do Contratado: Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A - EPAGRI.



Do Valor e do Pagamento: A presente contratação importa em R\$ 21.318,00(vinte e um mil, trezentos e dezoito reais), que serão pagos em 12 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A dispensa de licitação para contratação dos serviços, objeto do presente termo, justifica-se pela notória especialização, experiência e trabalho de pesquisa no desenvolvimento agropecuário, além de tratar-se de empresa pública que integra a administração estadual criada para este fim específico e o preço estar em conformidade com o valor de mercado.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

Ermo, SC, 09 de dezembro de 2011.
CINARA MATEUS RÉUS CLEMES
Presidente da C.J.L

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, SC, 09 de dezembro de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

Termo Aditivo PMF Nº 78/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 78/2011
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 146/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - VALDIR RONZONI EPP

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 146/PMF/2011 o valor de R\$ 6.495,65 (seis mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens do pregão 93/PMF/2011:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
6	37	KG	Biscoito Maisena	Araré	4,95	183,15
30	2375	LT	Leite Longa Vida	Pia	1,90	4.512,50
34	150	KG	Massa Aliment. Sêmola - Tipo Parafuso	Casaredo	3,50	525,00
48	250	LT	Suco de Frutas Líquido Concentrado Natural	Háfruta	5,10	1.275,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -10/11/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso de Retificação da Tomada de Preços Nº 0034/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0249/2011 - PMF
TOMADA DE PREÇOS Nº 0034/2011 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo (SC), torna público que o PAL em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma ampliação na Escola Municipal Carlos Gomes, situada na localidade de Dez de Novembro, nesta cidade de Fraiburgo,SC, vem retificar a metragem descrita no objeto:Onde se lê: com área a ser construída de 309,00 m², Leia-se: com área a ser construída de 150,41 m². Fica mantida o dia e hora de abertura do certame, ou seja: Protocolo dos Envelopes: Até às 15:00 horas do dia 27/12/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 15:15 horas.O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 09 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0020/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2011 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue: Objeto: Aquisição de um poliguidaste e caçambas estacionárias para instalação no caminhão que será utilizado na operação e transporte de rejeitos oriundos da separação dos recicláveis da Usina de Triagem de lixo para o Aterro Sanitário da SANEFRAI. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 22/12/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2011.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0021/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2011 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue: Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, novo, de fabricação nacional, para uso na operação e transporte de lixo até o Aterro Sanitário da SANEFRAI. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 22/12/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na

Íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2011.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0162/2011-PMF RP0076

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0162/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0076/2011

O Prefeito Municipal de Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de gás liquefeito de petróleo em cargas de 13kg e 45kg, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de janeiro a abril de 2012, retifica-se a forma de julgamento anteriormente publicada de menor preço por LOTE para menor preço por ITEM. Como tal modificação não afeta a formulação das propostas, permanece inalterada a data de abertura do certame para: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 27/12/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0033/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0033/2011 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação CAUQ na Av. Renê Frey, nesta cidade de Fraiburgo, com extensão de 259,98m, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0033/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0033/2011 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação CAUQ na Av. Renê Frey, nesta cidade de Fraiburgo, com extensão de 259,98m, de acordo com os

Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS após renúncia acerca de interposição de recursos da empresa habilitada, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte proponente ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor total e global de R\$ 107.652,88 (cento e sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TA 0459/2011

TERMO ADITIVO Nº 0459, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.
PRIEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 397/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/09/2011 a 08/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VILMAR DIAS DE ALMEIDA
Contratado

TA 0460/2011

TERMO ADITIVO Nº 0460, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 149/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 18/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DENISE CAREGNATO
Contratado

TA 0461/2011

TERMO ADITIVO Nº 0461, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 370/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2011 a 18/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

DAYANA PULCENO

Contratado

TA 0462/2011

TERMO ADITIVO Nº 0462, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 373/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/08/2011 a 17/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

HERICA DOS SANTOS BARCELOS MOREIRA SANTANA

Contratado

TA 0463/2011

TERMO ADITIVO Nº 0463, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 135/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 29/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA CRUZ ANTUNES

Contratado

TA 0464/2011

TERMO ADITIVO Nº 0464, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 339/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

LINDOMAR PRATES

Contratado

TA 0465/2011

TERMO ADITIVO Nº 0465, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 0611/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/12/2010 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA

Contratado

TA 0466/2011

TERMO ADITIVO Nº 0466, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 610/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2010 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

REGINALDO JOSÉ DE MELLO

Contratado

TA 0467/2011

TERMO ADITIVO Nº 0467, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 259/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES

Contratado

TA 0468/2011

TERMO ADITIVO Nº 0468, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 431/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/11/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ALEXSANDRO DE VASCONCELOS IESBIK

Contratado

TA 0469/2011

TERMO ADITIVO Nº 0469, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 083/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

IVAN PADILHA DE GOES

Contratado

TA 0471/2011

TERMO ADITIVO Nº 0471, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 082/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JESUS DANILO ANTUNES LACORTT

Contratado

TA 0472/2011

TERMO ADITIVO Nº 0472, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 426/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/10/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JOSEANA APARECIDA TOMCHAK

Contratado

TA 0473/2011

TERMO ADITIVO Nº 0473, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 340/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/05/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JULIANO DE JESUS

Contratado

TA 0474/2011

TERMO ADITIVO Nº 0474, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 266/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

LÉLIO BOTTCHER

Contratado

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 181/2011

DECRETO N.º 181, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 195.206,98 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 195.206,98 (cento e noventa e cinco mil e duzentos e seis reais e noventa e oito centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 66.206,98

12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil 50.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

10306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 3.465,21

3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas 3.465,21

12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 12.741,77

3.3.90.0.1.15.000052 - Aplicações Diretas 12.741,77

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 19.000,00

23695512.029 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turístico 10.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

27812512.031 - Func. e Manut. Do Setor de Esporte 6.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00

13392512.033 - Apoio a Cultura 3.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 50.000,00

26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 50.000,00

4.4.90.0.1.24.001040 - Aplicações Diretas 50.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 60.000,00

10301252.073 - Func. E Manutenção do Setor Saúde 50.000,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

3.3.90.0.2.14.000063 - Aplicações Diretas 20.000,00

10301252.074 - Manut. Do Samu 10.000,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de

R\$ 195.206,98 (cento e noventa e cinco mil e duzentos e seis reais e noventa e oito centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 182/2011

DECRETO N.º 182, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 122.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 12.000,00

20606482.012 - Func. e Manut. da Sec. de Agricultura e Pesca 12.000,00

3.3.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 12.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 60.000,00

26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 60.000,00

4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 60.000,00

14.02 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 50.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 50.000,00

17512311.044 - Const., Ref., e Ampliação Sist. Saneamento Básico 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 195.206,98 (cento e noventa e cinco mil e duzentos e seis reais e noventa e oito centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Errata: Processo Seletivo Simplificado n.º 016/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA: Processo Seletivo Simplificado n.º 016/2011

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado n.º 016/2011.

O item 3. DAS VAGAS, passa a vigorar acrescido do seguinte cargo:

Fonoaudiólogo	01 CR	40hs	1.416,21
---------------	-------	------	----------

Os demais itens do edital permanecem inalterados

Garopaba, 08 de Dezembro de 2011

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 84/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84.2011
PMG

Ata nº. 84/2011; Processo nº. 228/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRAFICOS LTDA. Objeto: Registro de Preço para confecção de boletim informativo para a Assessoria de Imprensa Municipal. Valor: 9.900,00; Data da Assinatura da Ata: 23/11/2011.

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº. 3.381, de 02 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.381, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, a Fundação Municipal de Esportes e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro do ano de 2012 em R\$ 255.406.165,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil e cento e sessenta e cinco reais), de acordo com as especificações abaixo e com os anexos que integram esta Lei, assim desdobrado:

RECEITA DESPESA

Administração Direta 233.512.165,00 211.534.565,00
Câmara de Vereadores - 3.353.000,00
Fundação Municipal de Esportes 960.700,00 2.464.000,00
Fundo Municipal de Saúde 6.770.100,00 18.781.100,00
Fundo Municipal de Assistência Social 692.700,00 5.289.300,00
Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente 964.500,00 1.478.200,00

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE
12.506.000,00 12.506.000,00
Total 255.406.165,00 255.406.165,00

Art. 2º A receita da Administração Direta será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas, seguindo a metodologia de cálculo constante nos anexos, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

Receitas Correntes
Receita Tributária 18.196.880,00
Receita Patrimonial 1.813.453,00
Receita de Serviços 470.000,00
Transferências Correntes 89.259.377,00
Outras Receitas Correntes 7.514.221,40
Receita de Contribuições 1.926.000,00
Dedução para Formação do FUNDEB - 11.388.781,40
Subtotal 107.791.150,00

Receitas de Capital
Operação de crédito 30.817.000,00
Transferências de Capital 94.869.015,00
Alienação de Bens 35.000,00
Subtotal 125.721.015,00

Total 233.512.165,00

Art. 3º A despesa fixada da Administração Direta observará a programação por unidade orçamentária, constante nos anexos incluídos, como segue:

Gabinete do Prefeito 1.927.684,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças 10.368.222,00
Secretaria Municipal de Educação 35.702.402,00
Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio 4.227.500,00
Secretaria Municipal da Agricultura 2.833.900,00
Secretaria Municipal de Transportes e Obras 18.865.692,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento 136.637.165,00
Procuradoria-Geral do Município 972.000,00
Total 211.534.565,00

Art. 4º A transferência financeira para a Câmara de Vereadores bem como as receitas da Administração Indireta e dos Fundos Municipais especificados serão realizadas na forma da Lei, sendo estimadas de acordo com o constante nos anexos, observados os seguintes desdobramentos:

I - Câmara de Vereadores:

Transferências Financeiras 3.353.000,00
Total 3.353.000,00

II - Fundação Municipal de Esportes:

Transferências Financeiras 1.503.300,00
Transferências Correntes 412.000,00
Receita Patrimonial 10.700,00
Outras Receitas Correntes 250.000,00
Capital 288.000,00
Total 2.464.000,00

III - Fundo Municipal de Saúde:

Transferências Financeiras 12.011.000,00
Receita Tributária 190.000,00
Receita Patrimonial 276.500,00
Transferências Correntes 5.761.600,00
Outras Receitas Correntes 1.000,00

Capital 541.000,00
Total 18.781.100,00

IV - Fundo Municipal de Assistência Social:

Transferências Financeiras 4.596.600,00
Transferências Correntes 663.000,00
Receita Patrimonial 29.700,00
Total 5.289.300,00

V - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente:

Transferências Financeiras 513.700,00
Receita Patrimonial 55.000,00
Transferências Correntes 909.500,00
Total 1.478.200,00

VI - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

Receita Tributária 2.820.00,00
Receita Patrimonial 80.000,00
Receita de Serviços 9.008.300,00
Outras Receitas Correntes 477.100,00
Outros Recursos Correntes Intra Orçamentário 120.600,00
Total 12.506.000,00

Art. 5º A despesa fixada da Câmara de Vereadores, da Administração Indireta e dos Fundos Municipais especificados observará a programação constante nos anexos inclusos, com o seguinte desdobramento:

Câmara de Vereadores 3.353.000,00
Fundação Municipal de Esportes 2.464.000,00
Fundo Municipal de Saúde 18.781.100,00
Fundo Municipal de Assistência Social 5.289.300,00
Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente 1.478.200,00
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE 12.506.000,00
Total 43.871.600,00

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro;

II - remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, em nível de modalidade, através de Decreto do Executivo, o saldo das dotações de despesa que as compõem;

III - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal;

IV - abrir crédito suplementar através de Decreto do Executivo até o limite de trinta por cento do total da receita estimada, fixada nesta Lei, nos termos do artigo 7º e artigo 43, § 1º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

V - abrir crédito suplementar correspondente à aplicação de receitas vinculadas, até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizado;

VI - abrir crédito suplementar correspondente ao superávit financeiro do exercício de 2011;

VII - firmar convênios com entidades e/ou organizações governamentais e intergovernamentais, visando o desenvolvimento de programas de governo, de acordo com o estabelecido na Lei de

Diretrizes Orçamentárias;

VIII - abrir crédito especial através de Lei, para os recursos de Convênios, Operações de Crédito, Contratos de Repasse a Fundo Perdido, Emendas Parlamentares e Termos de Responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou para o seu excesso de arrecadação.

Art. 7º Fica assegurado à Câmara de Vereadores o repasse mensal de até seis por cento da receita corrente líquida arrecadada no mês imediatamente anterior.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Administração Direta e Indireta será destinada, por ato do Poder Executivo, a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 9º Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual serão atualizados em 1º de janeiro de 2012 com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apurado no período compreendido entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2011.

Art. 10. Os valores constantes dos Anexos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 desta Lei considerarão as alterações contidas no Anexo 10 e o valores dos quadros dos artigos 1º a 5º desta Lei

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2012.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 79/2011

Classificação Especificação Código
Órgão Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito 02
Unidade Diretoria de Comunicação 03
Função Administração 04
Sub-Função Comunicação Social 131
Programa Manutenção da Diretoria de Comunicação 0.0.0.0.5
Projeto/Atividade/Op. Esp. Manutenção da Comunicação 2.0.0.0.2.0

Código da Ação Descrição da Ação Valor R\$
2.0.0.0.2.0 Manutenção da Comunicação R\$ 315.084,00
TOTAL R\$ 315.084,00

Código Natureza da Despesa Especificação Valor R\$
3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Total do Órgão/Unidade R\$ 320.584,00

ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de Lei nº. 79/2011

ITEM VETADO

Classificação Especificação Código
Órgão Secretaria Municipal de Educação 04



Unidade Educação Especial 09
 Função Educação 12
 Sub-Função Educação Especial 367
 Programa Gestão da Educação Especial 0.0.1.1
 Projeto/Atividade/Op. Esp. Manutenção da Educação Especial
 2.0.0.0.4.8

Código da Ação Descrição da Ação Valor R\$
 2.0.0.0.4.8 Manutenção da Educação Especial R\$ 245.000,00
 TOTAL R\$ 245.000,00

Código Natureza da Despesa Especificação Valor R\$
 3.3.3.5.0.00.00.00.00.00 Transferência a Instituições Privadas
 Sem Fins Lucrativos R\$ 245.000,00
 TOTAL R\$ 245.000,00

Total do Órgão/Unidade R\$ 245.000,00

ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de
 Lei nº. 79/2011

ITEM VETADO

Classificação Especificação Código
 Órgão Fundo Municipal de Saúde 06
 Unidade Fundo Municipal de Saúde 11
 Função Saúde 10
 Sub-Função Assistência Hospitalar e Ambulatorial 302
 Programa Gestão do Fundo Municipal de Saúde 0.0.2.6
 Projeto/Atividade/Op. Esp. Convênio Hospital Nossa Senhora Per-
 pétuo Socorro 2.0.0.1.3.4

Código da Ação Descrição da Ação Valor R\$
 2.0.0.1.3.4 Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro
 R\$ 2.151.000,00
 TOTAL R\$ 2.151.000,00

Código Natureza da Despesa Especificação Valor R\$
 3.3.3.5.0.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Provadas
 Sem Fins Lucrativos R\$ 2.151.000,00
 TOTAL R\$ 2.151.000,00

Total do Órgão/Unidade R\$ 18.781.100,00

ANEXO 10

MUNICÍPIO DE GASPAR: Lei Orçamentaria Anual - LOA 2011

Anexo de Ações Alteradas pelas Emendas aprovadas ao Projeto de
 Lei nº. 79/2011

Classificação Especificação Código
 Órgão Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 09
 Unidade Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 19
 Função Administração 4
 Sub-Função Administração Geral 122
 Programa Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio
 da Secret. Munic. de Planej. 0.0.1.9
 Projeto/Atividade/Op. Esp. Manutenção das ações da Secretaria
 2.0.0.0.8.8

Código da Ação Descrição da Ação Valor R\$
 2.0.0.0.8.8 Manutenção das ações da Secretaria R\$ 2.218.000,00
 TOTAL R\$ 2.218.000,00

Código Natureza da Despesa Especificação Valor R\$
 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 307.000,00
 TOTAL R\$ 307.000,00

Total do Órgão/Unidade R\$ 136.637.165,00

Decreto Nº 4.637, de 08 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 4.637, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIA-
 ÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE
 DOUGLAS TRAESEL ENGELMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de
 suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Or-
 gânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade
 com o art. 5º, alíneas "d" e "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de
 junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapro-
 priação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos
 das alíneas "d" e "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, uma área de
 terras matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar
 sob o nº 6.694, com área total de 378,00 m² (trezentos e setenta
 e oito metros quadrados), situado na cidade de Gaspar, na Rua
 Anfilóquio Nunes Pires, Bairro Bela Vista, pertencente a DOUGLAS
 TRAESEL ENGELMANN, brasileiro, maior, programador, inscrito no
 CPF nº 049.634.499-43, contendo as seguintes características:
 terreno urbano, designado so o lote nº 04, limitando-se na frente
 em 12,00 metros confrontando com lado ímpar da Rua Antonio
 Moser; fundos em 12,00 metros com terras de Hermínio Pamplo-
 na; extremado, pelo lado direito, em 31,50 metros com lote nº
 03; e pelo lado esquerdo, em 31,50 metros com o lote 05, imóvel
 registrado sob registro nº R-6-6.694.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-
 á à drenagem das águas pluviais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima
 descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e De-
 senvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

SAMAE

Extrato do Aditivo Nº 5/2009 do Contrato Nº 4/2009 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
 - CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 45/2009 - Número do Aditivo: 5 (Aditivo de
 Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 58/2009 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SA-
 MAE

Contratado: ANTÔNIO AUGUSTO GRACIOLA - CNPJ do contrata-
 do: 485.372.099-53

Objeto: Locação de imóvel com área de 4.222,68m2, objetivando

a utilização da referida área para lavra a céu aberto por escavação para retirada de macadame (saibro), de acordo com as necessidades da Autarquia.

Valor acrescido: R\$ 17.331,96 (dezesete mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos).

Gaspar (SC), em 8 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo 4º do Contrato Nº 45/2009

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
-CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 45/2009 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Reajuste com itens)

Data vigência: 08/12/2011

Data vencimento: 31/12/2011

Número da Licitação: 58/2009 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ANTÔNIO AUGUSTO GRACIOLA - CNPJ do contratado: 485.372.099-53

Objeto: Locação de imóvel com área de 4.222,68m², objetivando a utilização da referida área para lavra a céu aberto por escavação para retirada de macadame (saibro), de acordo com as necessidades da Autarquia.

Valor acrescido: R\$ 81,11 (oitenta e um reais e onze centavos).

Gaspar (SC), em 08 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 4/2009 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 4/2009 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/12/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 4/2009 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO - CNPJ do contratado: 01.701.201/0594-00

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE- Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Gaspar (SC), em 9 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 37/2011- SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 37/2011

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: JOÃO BATISTA FERREIRA - CNPJ/CPF do contratado: 548.027.849-53

Objeto: CESSÃO ONEROSA DE IMÓVEL P/ A ALOCAÇÃO DA ESTRUTURA DA ETA VI (MACUCO).

Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil, quatrocentos reais).

Gaspar (SC), em 8 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo da Ata de Registro de Preços Nº 4/2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número da Ata de Registro de Preços: 4/2011. - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 29/02/2012

Número da Licitação: 6/2011 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: TERRAPLANAGEM SCHRAMM LTDA. - EPP- CNPJ do contratado: 82.117.086/0001-00

Objeto: Registro de Preços para a prestação de horas de serviço com caminhão basculante toco com motorista.

Gaspar (SC), em 09 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo da Ata de Registro de Preços Nº 5/2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número da Ata de Registro de Preços: . - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 29/02/2012

Número da Licitação: 7/2011 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA. CNPJ do contratado: 72.627.759-72 E PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.- CNPJ do contratado: 00.556.052/0001-49.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de tubos, grelhas, lajotas e calhas em concreto.

Gaspar (SC), em 08 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo Nº 2 da Ata de Registro de Preços Nº 1/2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial nº. 49/2010 - Número do Aditivo: 2

(Acréscimo).

Data vigência: 08.12.2011

Data vencimento: 31.12.2011

Número da Licitação: 49/2010 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

- SAMAE

Contratado: QUÍMICA MARAGNO LTDA.- CNPJ do contratado: 00.410.848/0001-99.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município..

Valor acrescido: R\$ 3.223,50 (três mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Gaspar (SC), em 08 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação 45/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 45/2011

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Entrega dos Envelopes: 22/12/2011 às 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 22/12/2011 às 09:15 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM, 08(oito) de dezembro de 2011(dois mil e onze) de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 138/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 138/2011

Tipo : Menor Preço - Por item

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Entrega dos Envelopes: 21/12/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 21/12/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM-SC, 09/12/2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 2.984/2011.

DECRETO Nº 2.984/2011.

"ADOA ÍNDICE OFICIAL DE REAJUSTES PARA O EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado pelo Poder Executivo Municipal para o exercício de 2012, como índice oficial para reajuste dos tributos municipais, e também para todos os contratos, o IPC, com o percentual de 5,85% (cinco virgula oitenta e cinco por cento), calculados na média dos últimos doze meses.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 07 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Decreto Nº 2.985/2011.

DECRETO Nº 2.985/2011.

FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado novo horário de funcionamento, atendimento e expediente nas repartições públicas municipais, que a partir de 2 de janeiro de 2012 passará a ser de segundas a sextas-feiras, das 8:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o decreto nº.2.652/2009.

Herval d'Oeste (SC), 07 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Decreto Nº 2.986/2011

DECRETO Nº 2.986/2011.

CONCEDE ESTÍMULO MATERIAL PARA EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Considerando que a Lei Municipal nr. 2.202/2004 possibilitou a adoção de mecanismos pertinentes à política municipal de desenvolvimento econômico, no sentido de incrementar e fomentar a

atividade industrial, comercial e de prestação de serviços no município de Herval d'Oeste;

Considerando que a empresa MSD Montagens Industriais Ltda pretende regularizar uma área de 588,84m² para possibilitar a expansão de suas atividades, aumentando sua capacidade de estrutura e, por consequência, o número de empregos gerados e incrementando o valor de tributos arrecadados, tendo em vista a maior capacidade de produção;

Considerando que o pedido da referida empresa enquadra-se perfeitamente no artigo 4º, caput e § único da citada Lei Municipal nº. 2.202/2004;

Considerando que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE reuniu-se para apreciar o pedido da referida empresa, manifestando parecer favorável à concessão, conforme lavrado em Ata nº. 005/2011.

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a concessão de área de terras de 588,84m² à empresa MSD Montagens Industriais Ltda, pelo prazo de cinco anos, para a implantação de novos barracões para aumento da capacidade de produção da empresa, instalação de vestiários apropriados aos funcionários, melhorias nas condições de trabalho e aumento da oferta de empregos.

Art. 2º. A empresa MSD Montagens Industriais Ltda fica obrigada a manter todas as condições apresentadas no projeto analisado pelo CMDE que ensejaram a concessão.

Art. 3º. Após vencido o prazo de concessão, será emitido carnê para pagamento do imóvel e/ou benfeitorias, com vencimento das parcelas em 60 (sessenta) meses, sendo que, quando devidamente quitado o imóvel, será outorgada a escritura.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 07 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Decreto Regulamenta Controle Interno

DECRETO Nº 2982/2011

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 0280/2011, QUE INSTITUIU NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA,

DA ABRANGÊNCIA E DAS NORMAS

Art. 1º. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, que atuará de forma integrada com o Poder Legislativo, tem abrangência em todos os órgãos e agentes públicos da administração direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos do Município de Herval d'Oeste. (Art. 70 e 74 da CF e 60 da LC 202/2000).

Parágrafo Único. Para os efeitos deste decreto, consideram-se entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos os permissionários, os concessionários e os beneficiados com subvenções ou incentivos econômicos ou fiscais.

Art. 2º. O Controle Interno será exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Complementar Estadual nº 202/2000, Lei Municipal nº, outras legislações pertinentes à matéria e às normas estabelecidas neste decreto.

§ 1º. O controle dos atos da administração para a boa e regular aplicação dos recursos públicos obedecerá às normas constantes do Anexo I deste decreto.

§ 2º. Para o correto cumprimento dos prazos legais, a elaboração, publicação e encaminhamento de relatórios, dados, informações, prestação de contas e recolhimento de obrigações pelas Unidades auxiliares, fica aprovada a Agenda de Obrigações do Município constante do Anexo II deste decreto, e deverá ser objeto de permanente atualização pela Controladoria Geral.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º. O Sistema de Controle Interno tem como objetivos básicos assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração, relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. (Art. 70 e 74 da CF).

Art. 4º. O Controle dos atos da administração será exercido de forma prévia, com a verificação da sua legalidade; concomitante, com a elaboração e divulgação de relatórios; e subsequente, com a apresentação e divulgação das prestações de contas. (Art. 77 da Lei 4.320/1964).

Art. 5º. Prestará contas todos quantos, de alguma forma utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores do Município ou pelos quais estes respondam. (Art. 70, § único da CF).

Art. 6º. O Sistema de Controle Interno tem como objetivos específicos:

I – Acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 74 da CF e 59 da LRF).

II – Avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras; (Art. 74 da CF e 60 da LC 202/2000).

III – Comprovar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos por pessoas e entidades de direito público e privado; (Art. 70 e 74 da CF, 75 e 76 da Lei 4.320/1964 e 60 da LC 202/2000).

IV – Avaliar os custos das obras e serviços realizados pela administração e apurado em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentária; (Art. 70 e 74 da CF, 79 da Lei 4.320/1964 e 59 da LRF).

V – Controlar as operações de crédito, avais, garantias, direitos, haveres e inscrição de despesas em restos a pagar; (Art. 74 da CF, 59 da LRF e 60 da LC 202/2000).

VI – Verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; (Art. 75 e 76 da Lei 4.320/1964).

VII – Fiscalizar o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal e montante da dívida aos limites estabelecidos no regramento jurídico; (Art. 59 da LRF).

VIII – Acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos; (Art. 59 da LRF).

IX – Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal; (Art. 59 da LRF).

X – Acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em ensino e saúde; (Art. 74 da CF).

XI – Acompanhar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos; (Art. 74 da CF, 8º, 42 e 50, I da LRF).

Art. 7º. O acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, a avaliação dos resultados dos programas ou ações e seus custos, serão realizados através de demonstrativo simplificado de periodicidade mínima trimestral, na forma do Anexo III deste decreto.

Art. 8º. O controle dos limites e condições para realização de operações de crédito, concessão de avais e garantias e inscrição de despesas em restos a pagar, será realizado entre outros meios, através do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal.

Art. 9º. O controle dos direitos e haveres do Município será realizado através de registros contábeis e extracontábeis pelas unidades administrativas correspondentes.

Art. 10. A verificação da fidelidade funcional de responsáveis por bens e valores públicos, será realizada através de controles da execução orçamentária e financeira, prestação e tomada de contas normatizadas por este decreto e constante do Anexo I.

Art. 11. A fiscalização do cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas com pessoal e montante da dívida aos limites legais, será realizada no âmbito das suas competências pelo Departamento de Pessoal, Departamento de Contabilidade e Secretaria de Planejamento.

Art. 12. A aplicação dos recursos oriundos da alienação de ativos obedecerá ao disposto no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e será acompanhada pelo Departamento de Contabilidade.

Art. 13. O acompanhamento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal, será realizado também pela Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade através do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, entre outros.

Art. 14. O acompanhamento e controle dos gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde e ensino, e o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos exigido pela interpretação combinada dos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000 serão realizados pelo Departamento de Contabilidade e pela Secretaria de Planejamento através de Demonstrativos na forma dos Anexos IV, V e VI deste decreto.

Art. 15. A verificação de eventuais falhas, irregularidades ou ilegalidades pelas Unidades auxiliares, deverão ser comunicadas de imediato a Controladoria Geral para orientação ou adoção das medidas corretivas e preventivas cabíveis. (Art. 74, § 1º da CF e Art. 62 da LC 202/2000).

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 16. O Sistema de Controle Interno atuará com a seguinte lógica funcional:
(Art. 74 da CF e 61 da LC 202/2000)

I – Controladoria Geral;

II – Unidades Auxiliares;

III – Auditoria Interna;

IV – Tomada de Contas Especial;

V – Processo Administrativo.

Art. 17. A Controladoria Geral, qualificada como Unidade Administrativa, integrará a estrutura organizacional da Prefeitura, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, com as atribuições definidas na Lei Complementar nº 0281/2011 e neste decreto.

Art. 18. A Controladoria Geral será dirigida por servidor concursado, mediante atribuição de gratificação de função instituída pela Lei Complementar nº 0280/2011, ou nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para o Cargo em Comissão de Controlador Geral.

DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL

Art. 19. À Controladoria Geral compete:

I – Apoiada pelas Unidades auxiliares, manter estudos para permanente atualização e adequação das normas de Controle Interno e da Agenda de Obrigações do Município constantes dos Anexos I e II deste decreto, mediante proposição ao Chefe do Poder Executivo.

II – Programar e organizar auditorias nas Unidades auxiliares, com periodicidade anual, no mínimo; (Art. 61, II da LC 202/2000).

III – Programar e organizar auditorias nas entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos; (Art. 61 da LC 202/2000).

IV – Manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais do Prefeito, com atestado do Chefe do Poder Executivo Municipal que tomou conhecimento das conclusões nela contida; (Art. 63 da LC 202/2000 e Art. 130 da Resolução TC 06/2001).

V – Encaminhar ao Tribunal de Contas Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Prefeito, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário, ou evitar a ocorrência de novas falhas semelhantes; (Art. 74 da CF e 61 da LC 202/2000).

VI – Sugerir aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário; (Art. 61 da LC 202/2000).

VII – Sugerir aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, que solicitem ao Tribunal de Contas a realização de auditorias especiais; (Art. 31 da CF),

VIII – Dar conhecimento ao Tribunal de Contas sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas em Tomada de Contas Especial realizada, com indicação das providências adotadas ou a adotar para ressarcimento de eventuais danos causados ao erário e para corrigir e evitar novas falhas; (Art. 74 da CF e 62 da LC 202/2000).

IX – Programar e sugerir aos chefes dos Poderes a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para a melhoria

do controle interno;

X – Assinar, por seu titular, o Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000. (Art. 54, § único da LRF).

Art. 20. A Controladoria Geral ao programar auditoria interna poderá definir áreas de abrangência para verificação do cumprimento das normas estabelecidas, priorizando aquelas com evidência da ocorrência de falhas, erros ou outras deficiências.

Art. 21. As auditorias internas, em geral, se apoiarão em “check list” elaborado pela Controladoria Geral para a verificação do cumprimento das normas de controle interno, relatando complementamente os fatos de forma a caracterizar as ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros apurados.

Art. 22. A Controladoria Geral ao manifestar-se sobre as contas anuais do Prefeito, destacará, entre outros, os seguintes aspectos: (Art. 84 da Res. TC 06/2001).

I – Resultado das auditorias realizadas com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais falhas, ilegalidades, irregularidades ou ressarcimento de dano causado ao erário;

II – Atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades e avaliação da execução de cada um dos programas constantes do orçamento, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e realizadas em cada ação;

III – Resultado da execução orçamentária das unidades gestoras;

IV – Balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial das diversas Unidades Gestoras;

V – Evolução do estoque da Dívida Ativa e medidas adotadas para sua cobrança;

VI – Abertura de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários;

VII – Gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde e ensino;

VIII – Limite de endividamento e gastos com pessoal; e

IX – Atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo, relativo a execução dos programas e limites de gastos, tomando por base relatórios elaborados pela Câmara Municipal, se for o caso.

Art. 23. O relatório de auditoria, com manifestação da Controladoria Geral sobre as contas do Prefeito, será encaminhado ao Tribunal de Contas juntamente com o Balanço Geral do exercício. (Art. 61 da LC 202/2000).

Art. 24. A Controladoria Geral, ao sugerir ao Chefe de Poder a instauração de Tomada de Contas Especial ou solicitação ao Tribunal de Contas auditoria especial, fundamentará de forma objetiva e clara as razões do pleito. (Art. 61, III da LC 202/2000).

Art. 25. Antes de dar conhecimento ao Tribunal de Contas sobre Tomada de Contas Especial, a Controladoria Geral se manifestará sobre o seu resultado, indicando ao Chefe do Poder correspondente, se for o caso, as medidas para correção e reparo de eventuais danos causados ao erário.

Art. 26. A responsabilização de servidor público pelo descumprimento de normas de controle interno de que não resulte dano ao

erário, será apurada em processo administrativo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 27. A informação à Controladoria Geral sobre o descumprimento de normas, prática de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômicos de que resulte ou não dano ao erário, será sempre por escrito, com indicação clara dos fatos.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES AUXILIARES

Art. 28. Às Unidades auxiliares de Controle Interno do Poder Legislativo e das Unidades Administrativas constantes da estrutura organizacional do Poder Executivo, por seus servidores, compete:

I – Desempenhar suas funções em estrito cumprimento das normas de Controle Interno editadas, sob pena de responsabilidade, sujeitando-os a imputação de débito, multa e/ou punição administrativa na forma estabelecida na Lei Complementar nº 0280/2011, neste decreto, no estatuto dos servidores ou regulamento próprio;

II – Propor à Controladoria Geral a atualização ou adequação das normas de Controle Interno constantes do Anexo I e da Agenda de Obrigações do Município constante do Anexo II deste decreto.

III – Informar à Controladoria Geral para as providências necessárias a ocorrência de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômico de que resultem ou não dano ao erário; (Art. 74 da CF e 62 da LC 202/2000).

IV – Apoiar os trabalhos de auditoria interna, facilitando o acesso a documentos e informações.

DAS AUDITORIAS INTERNAS

Art. 29. As Auditorias Internas serão organizadas e programadas pela Controladoria Geral.

Art. 30. A Auditoria Interna tem como objetivos verificar o cumprimento das normas de Controle Interno pelos servidores municipais no exercício de suas funções nas diversas Unidades auxiliares; a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos beneficiados e o cumprimento de contratos pelos permissionários ou concessionários de serviços públicos; (Art. 61 da LC 202/2000).

Art. 31. Os trabalhos de auditoria serão registrados em relatórios com indicações claras de eventuais falhas, deficiências, áreas críticas que mereçam atenção especial e outras questões relevantes.

Art. 32. O relatório de auditoria será encaminhado à Controladoria Geral para emissão de parecer, conhecimento dos Chefes dos Poderes, observado o âmbito de competência, e encaminhamento ao Tribunal de Contas com indicação das medidas adotadas ou a adotar para a correção das falhas apontadas. (Art. 74 da CF e 62 da LC 202/2000).

Art. 33. O trabalho de Auditoria Interna será exercido, preferencialmente, por servidores efetivos com formação nas áreas de Economia, Ciências Contábeis, Administração e Direito, indicados pelos Chefes dos Poderes no âmbito de suas competências.

Art. 34. Para atender ao princípio da segregação de função, sem prejuízo do princípio da economicidade, as auditorias poderão ser contratadas pela Administração Municipal.

DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Art. 35. Aos responsáveis pela Tomada de Contas Especial, efetuada por comissão ou por tomador de contas, mediante designação dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo no âmbito de cada

Poder, compete:

I – Apurar fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano causado ao erário quando não forem prestadas contas, ou quando ocorrerem desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda, se caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário; (Art. 10 da LC 202/2000).

II – Elaborar relatório da Tomada de Contas Especial, com registro claro e objetivo dos fatos apurados; (Art. 11 da LC 202/2000).

III – Encaminhar Relatório da Tomada de Contas Especial à Controladoria Geral para emissão de parecer, indicação das medidas adotadas e a adotar para correção e reparo de eventual dano causado ao erário, dando conhecimento ao Chefe de Poder correspondente e encaminhamento de imediato ao Tribunal de Contas quando o valor do dano for igual ou superior aquele fixado por aquela Corte de Contas em cada ano civil ou, junto com as contas anuais, quando o valor do dano for inferior; (Art. 10, § 2º e Art. 11 da Lei Complementar nº 202/2000).

§ 1º. A Tomada de Contas Especial será sugerida pelo Controlador Geral e/ou determinada pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara no âmbito de cada Poder, depois de esgotadas as providências administrativas cabíveis para recomposição do erário e deverá ser concluída no prazo máximo de 06 (seis) meses.

§ 2º. Estão sujeitos à Tomada de Contas Especial os agentes públicos, servidores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores da administração direta e indireta do Município e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

§ 3º. Apurado e quantificado os danos causados ao erário, o responsável, identificado em processo de Tomada de Contas Especial será notificado da imputação de débito para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da citação, recolher aos cofres do Município o valor devidamente corrigido, ou apresentar alegações de defesa.

§ 4º. Mantida a decisão de imputação de débito, o responsável será notificado para recolher aos cofres do Município o valor devidamente corrigido no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de inscrição em dívida ativa para execução fiscal.

§ 5º. Não havendo imputação de débito em processo de Tomada de Contas Especial, mas comprovada a prática de grave infração à norma constitucional ou legal, o responsável estará sujeito à multa e/ou às penalidades administrativas previstas no estatuto dos servidores ou em regulamento próprio editado pela autoridade administrativa no âmbito de cada Poder.

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 36. Os Processos Administrativos no âmbito do Sistema de Controle Interno serão propostos pela Controladoria Geral ao Chefe de Poder correspondente, quando comprovada a prática de grave infração às normas de Controle Interno, com o objetivo de apurar os fatos, identificar os responsáveis e, se for o caso, imputar multa e/ou as punições previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste decreto, constituem grave infração às normas de Controle Interno aquelas relacionadas a mandamento constitucional.

Art. 37. Determinado a instauração de Processo Administrativo, sua conclusão deverá se dar no prazo máximo de 180 (cento e

oitenta) dias, contados da sua instauração.

Art. 38. Os Processos Administrativos serão desenvolvidos por comissão designada pelo Chefe de Poder no âmbito de suas competências.

Art. 39. Os relatórios dos Processos Administrativos serão encaminhados à Controladoria Geral para emissão de parecer, conhecimento ao Chefe de Poder correspondente com indicação das medidas adotadas ou a adotar para prevenir novas falhas, ou se for o caso, medidas punitivas aos responsáveis, na forma do estatuto dos servidores ou em regulamento próprio.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Fica assegurado aos responsáveis pela Auditoria Interna, no desempenho de suas funções, o acesso a todos os documentos, fatos e informações relacionados aos órgãos e entidades alcançados pela Controladoria Geral ou controle interno.

Art. 41. É vedado aos responsáveis pelo trabalho de auditoria interna divulgar fatos e informações de que tenham tomado conhecimento, em razão do exercício de suas atribuições.

Art. 42. Respeitados os prazos já estabelecidos, as decisões e providências funcionais previstas neste decreto, deverão ser tomadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da conclusão dos trabalhos, da notificação ou do recebimento do processo.

Parágrafo Único. Caso seja encerrado este prazo e não houver nenhuma providência quanto às irregularidades apontadas, estas serão informadas ao Tribunal de Contas do Estado no Relatório Bimestral do Sistema de Controle Interno.

Art. 43. Este decreto será atualizado na medida em que novas legislações passarem a vigorar.

Art. 44. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Fazem parte do presente regimento os seguintes anexos:

Anexo I – Normas Gerais de Controle Interno

Anexo II – Agenda de Obrigações

Anexo III – Avaliação do cumprimento das Metas (Planilha do Excel e/ou Sistema Informatizado).

Anexo IV – Controle de Gastos com Saúde (Planilha do Excel e/ou Sistema Informatizado).

Anexo V – Controle de Gastos com Ensino (Planilha do Excel e/ou Sistema Informatizado).

Anexo VI – Demonstrativo da apuração das disponibilidades de caixa por fonte de recursos.

Herval d'Oeste (SC), 06 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2982/2011

ANEXO I

NORMAS GERAIS DE CONTROLE INTERNO

1. PLANEJAMENTO

PLANO PLURIANUAL

Estudos

Audiência Pública

Elaboração do Projeto de Lei

Apreciação e votação no Legislativo
Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Publicação
Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações
Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Estudos
Audiência Pública
Relatório dos Projetos que passarão em andamento para o exercício seguinte e das Obras com necessidade de conservação, objeto de priorização de recursos na LDO.
Elaboração do Projeto de Lei
Apreciação e votação no Legislativo
Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Publicação
Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações
Avaliação do cumprimento das prioridades e metas

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Estudos
Audiência Pública
Estudo das Estimativas da Receita, inclusive da Receita Corrente Líquida.
Elaboração do Projeto de Lei
Apreciação e votação no Legislativo
Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Publicação
Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações
Desdobramento da Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação
Elaboração da Programação Financeira
Elaboração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso
Desdobramento das Metas Fiscais Anuais em Metas Quadrimestrais

2. RECEITA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lançamento de Tributos
Alienação de Ativos
Arrecadação das Receitas
Aplicações Financeiras das Disponibilidades de Caixa
Dação em Pagamento
Baixa das Receitas Lançadas
Restituição de Receitas
Inscrição e Cobrança de Créditos em Dívida Ativa
Procedimento Administrativo para Renúncia de Receita

RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA

Arrecadação
Restituição de Receita Extra-orçamentária

DESPESA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Levantamento das necessidades
Requisição
Orçamento de Preços
Desapropriação
Verificação de Disponibilidade Orçamentária
Abertura de Créditos Adicionais

Autorização da Autoridade Competente
Procedimentos Administrativos para Geração de Despesa
Licitação
Empenho
Reinscrição de Restos a Pagar
Empenho de Adiantamento de Despesa
Formalização do Contrato
Autorização de fornecimento, execução de obras ou Serviços.
Anulação de Empenho
Liquidação da despesa
Incorporação de Bens ao Patrimônio
Registro de entrada do material no Almoxarifado
Pagamento da Despesa
Retenções de INSS, ISS, IRRF, Caução, Contribuição Previdenciária, etc.
Anulação de pagamento
Inscrição em Restos a Pagar
Prestação de Contas de Convênios

DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA

Requisição
Orçamento de Preço
Autorização da Autoridade Competente
Licitação
Formalização do Contrato
Autorização de fornecimento, execução de Obras ou Serviços.
Liquidação da Despesa
Registro de entrada de materiais no Almoxarifado
Pagamento
Suprimento à Câmara
Transferências financeiras a Unidades Gestoras
Anulação de Despesa Extra-orçamentária
Cancelamento de Restos a Pagar
Prestação de Contas de Convênios

PATRIMÔNIO

BENS IMÓVEIS

4.1.1. Controles Físico, Cadastral e Contábil da Movimentação.

BENS MÓVEIS

Controles Físico, Cadastral e Contábil da Movimentação.

ATOS DE PESSOAL

INGRESSO

Provimento Efetivo
Provimento Temporário
Provimento em Comissão
Provimento dos Cargos Eletivos
Estagiários

CONTROLES FUNCIONAIS

Registro Funcional
Frequência
Hora Extra
Férias
Licenças
Vantagens
Promoções
Gfip
Demonstrativo Previdenciário
Demonstrativo das Admissões e Contratação de Servidores
Declaração de Bens



Publicação dos Subsídios e da Remuneração dos Cargos e Empregos Públicos.

Rais

Declaração anual de rendimentos pagos ou creditados

Controle da Saúde dos Funcionários

VACÂNCIA

Cargos Efetivos

Cargos em Comissão

Temporários

OUTROS CONTROLES OPERACIONAIS

Acompanhamento do cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação

Limitação de Empenho

Elaboração e Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Elaboração e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Quadrimestre em Audiência Pública

Controle dos Gastos mínimos com Ensino

Controle dos Gastos mínimos com Saúde

Controle dos Gastos com Pessoal

Controle da Execução Orçamentária

Controle da Execução Financeira

Controle de Frota

Controle da Assistência a Pessoas Carentes

Controle de Custos

Controle da Prestação de Serviços Particulares

Prestação de Informações ao Tribunal de Contas do Estado

Prestação de Informações a União

Publicação dos Atos Oficiais

Informações à Câmara Municipal

Informações à Secretaria de Estado da Fazenda

Cumprimento da Agenda de Obrigações

AUDITORIA

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

9. PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. PLANEJAMENTO

RESPONSÁVEL		PLANEJAMENTO 1.1. PLANO PLURIANUAL
		Descrição das Normas
Unidade Administrativa	SERVIDOR	
		1.1.1. Estudos
Secretaria de Planejamento		1. Diagnóstico das necessidades, dificuldades, potencialidades e vocação econômica do Município para definição dos objetivos e metas da Administração para um período de quatro exercícios. Art. 165, § 1º da CF.

Secretaria de Planejamento		2. Estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para o período, de cada uma das Unidades Gestoras.
Secretaria de Planejamento		Estudos para apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e definição das disponibilidades financeiras para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.
Secretaria de Planejamento		4. Definição dos programas e das ações de governo em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamentos, baseado no resultado da Audiência Pública.
		1.1.2. Audiência Pública
Secretaria de Planejamento		1. A Audiência pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal introduzida pela Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, com o objetivo de permitir a participação da sociedade organizada nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental e na avaliação do cumprimento das metas fiscais fixadas para cada quadrimestre. Art. 9º, § 4º e 48, § único da LRF.
Secretaria de Planejamento		2. A participação da sociedade nas audiências públicas se dará na forma estabelecida na Lei Municipal nº , que disciplina a realização desse procedimento administrativo;
Secretaria de Planejamento		3. A Audiência Pública no processo de elaboração do PPA será agendada e convocada pelo Executivo Municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular;

Secretaria de Planejamento		4. A Audiência Pública para elaboração e discussão do Plano Plurianual será realizada até o dia 10/07 do primeiro ano do mandato, conforme disposto na Emenda nº 001/2005 à Lei Orgânica do Município.
Secretaria de Planejamento		5. A Audiência pública será objeto de registro e ata em livro próprio da lista de presença e das decisões ali tomadas.
		1.1.3. Elaboração do Projeto de Lei
Assessoria Jurídica e Secretaria de Planejamento		1. Elaboração do texto do Projeto de Lei do Plano Plurianual dispondo sobre o orçamento da Receita e da Despesa, estabelecendo os objetivos e metas da administração para um período de quatro exercícios. Art. 165, I, § 1º da CF.
Secretaria de Planejamento		2. Elaboração da exposição de motivos e ofício de encaminhamento à Câmara Municipal conforme definido na Lei Orgânica ou outro instrumento legal.
		1.1.4. Apreciação e Votação no Legislativo
Secretaria de Planejamento		1. Acompanhamento das discussões e votações na Câmara.
Mesa da Câmara		2. Devolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção.
		1.1.5. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Chefe do Executivo		1. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 15 dias úteis contados do recebimento.
		1.1.6. Publicação
Assessoria Jurídica		1. Publicação do texto da lei no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos. Art. 48 da LRF.
Secretaria de Administração		1.1.7. Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.

		1.1.8. Avaliação do Cumprimento dos Objetivos e Metas
Secretaria de Planejamento		1. Elaboração de relatórios periódicos de avaliação do cumprimento dos objetivos, metas físicas e fiscais, conforme Anexo III deste decreto.
Secretaria de Planejamento		2. Encaminhamento dos relatórios ao Chefe do Poder Executivo para conhecimento e tomada de decisão.
Secretaria de Planejamento		3. Publicação dos relatórios.

RESPONSÁVEL		PLANEJAMENTO
Unidade Administrativa		SERVIDOR
		1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
		Descrição das Normas
		1.2.1. Estudos
Secretaria de Planejamento		1. Estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para cada uma das Unidades Gestoras para o exercício seguinte.
Secretaria de Planejamento		2. Estudos para apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das disponibilidades financeiras para financiamento das prioridades e metas da Administração para o exercício seguinte, extraída dos objetivos e metas estabelecidos no PPA e aprovadas em audiência pública. Artigos 165, II, § 2º da CF e 48, § único da LRF.
Secretaria de Planejamento		3. Definição dos programas e das ações de governo compatíveis com o PPA, demonstradas em Planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamentos, baseado no resultado da Audiência Pública.
		1.2.2. Audiência Pública
Secretaria de Planejamento		1. A Audiência Pública no processo de elaboração da LDO será agendada e convocada pelo Executivo Municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular.
Secretaria de Planejamento		2. A Audiência Pública para elaboração e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentária será realizada até o dia 10/09 de cada exercício, conforme disposto na Emenda nº 001/2005 à Lei Orgânica do Município
Secretaria de Planejamento		3. A Audiência pública será objeto de registro em livro próprio da lista de presença e das decisões ali tomadas.

		1.2.3. Relatório dos Projetos que passarão em andamento para o exercício seguinte e das Obras com necessidade de Conservação, objeto de priorização de recursos na LDO.
Secretaria de Planejamento		1. Elaboração do Relatório.
Secretaria de Planejamento		2. Encaminhamento do Relatório ao Poder Legislativo até a data de envio da LDO. Art. 45 da LRF.
Secretaria de Planejamento		3. Publicação do Relatório no Órgão Oficial do Município. Art. 45 da LRF.
Secretaria de Planejamento		4. Encaminhamento do Relatório ao Tribunal de Contas na forma e no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações.
		1.2.4. Elaboração do Projeto de Lei
Assessoria Jurídica e Secretaria de Planejamento		1. Elaboração do texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias dispondo sobre o orçamento da Receita e da Despesa, estabelecendo as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraídas do PPA e aprovadas em Audiência Pública. Art. 165, II, § 2º da CF.

		2.A LDO deverá orientar a elaboração da LOA e dispor basicamente sobre: Alteração da legislação tributária; Autorização para: -Criar cargos, empregos e funções; -Concessão de vantagens; -Concessão de aumento aos servidores; -Alteração da estrutura de carreira; -Admissão de pessoal a qualquer título. -Equilíbrio entre receita e despesa; -Limitação de empenho; -Controle de custos; -Avaliação do resultado dos programas; -Condições p/ transferências à entidades públicas e privadas; -Estabelecimento de Metas Fiscais para receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida; -Avaliação do cumprimento de metas do ano anterior; -Registro de Memória e metodologia de cálculo para justificar as metas anuais pretendidas; -Demonstração da Evolução do patrimônio líquido; -Demonstração da Origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos; -Avaliação da situação financeira e atuarial; -Estimativa e compensação da renúncia de receita; -Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; -Reserva de recursos para Riscos fiscais; -Definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência. -Programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso. -Definição de despesa irrelevante para dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro. -Prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos. -Autorização para assumir custeio de competência de outros entes. -Definição dos incentivos ou benefícios tributários – renúncia de receita.
Secretaria de Planejamento		
Secretaria de Planejamento		3.Elaboração da exposição de motivos e ofício de encaminhamento à Câmara Municipal conforme definido na Lei Orgânica ou outro instrumento legal.
		1.2.5. Apreciação e Votação no Legislativo
Secretaria de Planejamento		1.Acompanhamento das discussões e votações na Câmara.
Mesa da Câmara		2.Devolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção.
		1.2.6. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Chefe do Executivo		1. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 15 dias contados do recebimento.
		1.2.7. Publicação

Assessoria Jurídica		1. Publicação do texto da lei no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos. Art. 48 da LRF.
Secretaria de Administração		1.2.8. Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		1.2.9. Avaliação do Cumprimento das Prioridades e Metas
Secretaria de Planejamento		1. Elaboração de relatórios periódicos de avaliação do cumprimento das prioridades, metas físicas e fiscais. Anexo III deste decreto.
Secretaria de Planejamento		2. Encaminhamento dos relatórios ao Chefe do Poder Executivo para conhecimento e tomada de decisão.
Secretaria de Planejamento		3. Publicação dos relatórios no órgão oficial do Município.

RESPONSÁVEL		1. PLANEJAMENTO
		1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Unidade Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas
		1.3.1. Estudos
Secretaria de Planejamento		1. Estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para cada uma das Unidades Gestoras para o exercício seguinte.
Secretaria de Planejamento		2. Estudos para apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das disponibilidades financeiras para financiamento das prioridades e metas da Administração para o exercício seguinte, extraída da LDO e aprovadas em audiência pública. Artigos 165, III, § 5º da CF e 48, § único da LRF.

Secretaria de Planejamento		3. Classificação das despesas a nível institucional, funcional programática e categoria econômica, fixando as dotações por grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, demonstradas em Planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamentos, baseado em resultados da Audiência Pública.
Secretaria de Planejamento		4. Elaboração dos Anexos, Adendos e Demonstrativos de receitas e despesas previstos na Lei 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Portarias da STN e LDO.
		1.3.2. Audiência Pública
Secretaria de Planejamento		1. A Audiência Pública no processo de elaboração do LOA será agendada e convocada pelo Executivo Municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular;
Secretaria de Planejamento		2. A Audiência Pública para elaboração e discussão da Lei Orçamentária Anual será realizada até o dia 10/10 de cada exercício, conforme disposto na Emenda nº 001/2005 à Lei Orgânica do Município
Secretaria de Planejamento		3. A Audiência pública será objeto de registro em livro próprio da lista de presença e das decisões ali tomadas.
		1.3.3. Estudos das Estimativas da Receita, inclusive da Receita Corrente Líquida.
Secretaria de Planejamento		1. Disponibilização desses estudos ao Poder Legislativo, com as respectivas memórias de cálculo, até 30 dias antes da remessa das propostas orçamentárias. Art. 12, § 3º da LRF.

		1.3.4. Elaboração do Projeto de Lei
Secretaria de Planejamento e Assessoria Jurídica		1. Elaboração do texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual dispondo sobre a Previsão da Receita e Fixação da Despesa das diversas Unidades Gestoras, identificando o volume de recursos destinados aos Orçamentos: Fiscal, Seguridade Social, e de Investimentos, contemplando autorização para abertura de créditos adicionais suplementares por conta dos recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/64. Art. 165, III, § 5º e 8º da CF.
Secretaria de Planejamento		2. Elaboração da mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal na forma estabelecida na LDO. Art. 22, I da Lei 4.320/64.
		1.3.5. Apreciação e Votação no Legislativo
Secretaria de Planejamento		1. Acompanhamento das discussões e votações na Câmara.
Mesa da Câmara		2. Devolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção.
		1.3.6. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Chefe do Executivo		1. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 15 dias contados do recebimento.
		1.3.7. Publicação
Assessoria Jurídica		1. Publicação do texto da lei no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos. Art. 48 da LRF.
Secretaria de Administração		1.3.8. Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		1.3.9. Desdobramento da Receita Prevista em metas bimestrais de arrecadação.

Secretaria de Planejamento		1. Elaboração de demonstrativo do desdobramento da receita prevista de cada uma das Unidades Gestoras em metas bimestrais de arrecadação. Art. 13 da LRF.
Setor de Tributação		2. Demonstrativo das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa. Art. 13 da LRF.
Secretaria de Administração		3. Aprovação por Decreto do Poder Executivo.
Secretaria de Administração		4. Publicação no órgão oficial do Município.
Secretaria de Administração		5. Encaminhamento ao TCE conforme Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		1.3.10. Elaboração da Programação Financeira
Secretaria de Planejamento		1. Elaboração da Programação Financeira para cada uma das Unidades Gestoras.
Secretaria de Administração		2. Aprovação por Decreto do Poder Executivo.
Secretaria de Administração		3. Publicação no órgão oficial do Município.
Secretaria de Administração		4. Encaminhamento ao TCE, conforme Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		1.3.11. Elaboração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Secretaria de Planejamento		1. Elaboração do Cronograma de Execução Mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras.
Secretaria de Administração		2. Aprovação por Decreto do Poder Executivo.
Secretaria de Administração		3. Publicação no órgão Oficial do Município.
Secretaria de Planejamento		4. Encaminhamento ao TCE, conforme Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		1.3.12. Desdobramento das Metas Fiscais Anuais em Metas Quadrimestrais.

Secretaria de Planejamento	1. Desdobramento das Metas Fiscais Anuais de Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida em Metas Quadrimestrais para acompanhamento e avaliação em Audiência Pública. Art. 9º, § 4º da LRF.

2. RECEITA

RESPONSÁVEL		2. RECEITA
		2.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA
Unidade Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas
		2.1.1. Lançamento de Tributos
Departamento de Tributação		1. Lançamento é o procedimento administrativo de verificação do fato gerador da obrigação, determinação da matéria tributável, cálculo do tributo devido e identificação do sujeito passivo. Art. 142 da Lei Federal 5.172/1966
		2. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Art. 13 da Lei Federal 5.172/1966;
		3. São espécies de tributo: impostos, taxas e contribuição de melhoria;
		4. Imposto é uma obrigação que tem como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Art. 16 da Lei Federal 5.172/66;
		5. A taxa tem como fato gerador o exercício do Poder de Polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Art. 77 da Lei Federal 5.172/66;

		6. A contribuição de melhoria tem como objeto atender o custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que cada obra resultar para cada imóvel beneficiado. Art. 81 da Lei Federal 5.172/66;
Departamento de Tributação		7. Estão sujeitos ao estágio do lançamento: o IPTU, ISS cobrado por estimativa, taxas, aluguéis, arrendamentos e outras receitas que decorram de direitos pré-existentis contra terceiros, ou que possam originar-se de direito novo, prescrito em leis, regulamentos ou contratos aprovados ou concluídos e no decurso do exercício;
Departamento de Tributação		8. O valor do lançamento das receitas será calculado de acordo com o Código Tributário Municipal e suas atualizações;
Departamento de Tributação		9. As receitas lançadas serão objeto de registro por sistema eletrônico e expedição de aviso aos respectivos contribuintes, de forma que permita o registro da baixa no momento da arrecadação e transferência para Dívida Ativa os valores lançados e não arrecadados até o vencimento ou final do exercício de lançamento;
Departamento de Tributação		10. Os encargos moratórios incidentes sobre as receitas recolhidas fora do prazo de vencimento, serão calculados na forma estabelecida no Código Tributário Municipal, e alterações posteriores;
Departamento de Tributação		11. Os agentes arrecadadores serão informados sobre os encargos moratórios incidentes sobre as receitas recolhidas em atraso;

Departamento de Tributação		12. Diariamente será processada a baixa das receitas arrecadadas quando se tratar de receita lançada.
		2.1.2. Alienação de Ativos
Departamento de Patrimônio		1. Elaboração de justificativa quanto ao interesse público da alienação. Art. 17 da Lei 8.666/1993.
Departamento de Patrimônio		2. Emissão de Laudo de Avaliação por comissão especialmente designada, ou emitido por pessoas físicas ou jurídicas qualificadas. Art. 17 da Lei 8.666/1993.
Assessoria Jurídica		3. Elaboração de Projeto de Lei Municipal autorizando a alienação de bens móveis ou imóveis. Artigo 7º, § 3º, e 105, § 2º da Lei 4.320/1964 e Artigo 17, I da Lei 8.666/1993.
Departamento de Patrimônio		4. Elaboração de processo licitatório na modalidade concorrência. A modalidade leilão será admitida para alienação de bens móveis, avaliados isolada ou globalmente em quantia não superior ao limite previsto no art. 23, II, "b" da Lei 8.666/1993. Na alienação de ativos será observado ainda o disposto nos artigos 17, 18, 19 e 24, II da mesma lei.
Comissão de Licitação		
Departamento Financeiro		5. Depósito dos recursos da alienação de ativos em conta bancária específica para aplicação em despesas de capital ou destinada por lei aos regimes de previdência social. Art. 44 e 50, I da LRF.
Departamento de Contabilidade		6. Lançamentos de ajustes contábeis em contas do sistema patrimonial, registro do ingresso na receita e baixa do bem alienado do sistema patrimonial.
		2.1.3. Arrecadação das Receitas

		1. Arrecadação é o segundo estágio da realização da receita lançada e se caracteriza pelo momento em que o contribuinte comparece perante o agente arrecadador, público ou privado, a fim de liquidar sua obrigação com a fazenda pública.
Departamento Financeiro Departamento de Tributação		2. A arrecadação das receitas será realizada exclusivamente pela rede bancária autorizada, com documento próprio, denominado "Documento de Arrecadação Municipal" – DAM, em que fique identificado, no mínimo: o número do DAM, o código de cada uma das contas de receita, nome e endereço do contribuinte, data de vencimento e fato gerador;
Tesouraria		3. Diariamente, o serviço de tesouraria se informará das receitas arrecadadas pelos agentes autorizados, e recolhidas às respectivas contas bancárias do tesouro municipal para conferência, baixa, classificação e registro contábil;
Departamento de Tributação		4. Sobre as receitas arrecadadas após a data de vencimento, incidirá todos os encargos moratórios previsto no Código Tributário Municipal;
Departamento Financeiro		5. Os recursos vinculados a finalidades obrigatórias serão depositados e aplicados no mercado financeiro em contas bancárias específicas. Art. 50, I da LRF.
Departamento Financeiro		6. Os recursos oriundos de convênios firmados com órgão do Governo Federal deverão ser objetos de notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97.

		2.1.4. Aplicações Financeiras das Disponibilidades de Caixa
Tesouraria		1. Aplicações financeiras são operações realizadas através de instituições financeiras em caderneta de poupança ou no mercado aberto lastreadas por títulos da dívida pública.
Tesouraria		2. Disponibilidades de Caixa são recursos financeiros de cada uma das fontes, não comprometidos ou programados para pagamento imediato;
Tesouraria		3. As Disponibilidades de Caixa para fins de aplicação deverão ser apuradas diariamente e constarão de registro próprio de forma que a sua vinculação a fundo, órgão ou despesa seja identificada e preservada. Art. 50, I da LRF;
Tesouraria		4. As Disponibilidades de Caixa vinculadas a objeto de convênio serão aplicadas em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de uso for igual ou superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização verificar-se em prazos menores que 30 dias. Art. 116, § 4º da Lei 8.666/93;
Departamento de Contabilidade		5. As receitas financeiras auferidas com a aplicação das Disponibilidades de Caixa serão registradas em contas de receitas do grupo "Remuneração de Depósitos Bancários", de forma a preservar a sua vinculação original. Art. 116, § 5º da Lei 8.666/93 e Portaria STN nº 300/202;

Tesouraria		6. As Disponibilidades de Caixa, na medida do possível, deverão ser consolidadas com vistas a obtenção de melhores taxas de rendimento, com registro pró-rata dos rendimentos de forma a preservar a sua vinculação;
		2.1.5. Dação em Pagamento
		1. Dação em pagamento é a entrega pelo devedor ao credor, de um bem que não seja dinheiro para saldar dívida anterior. Art. 995 do CC.
		2. A dação em pagamento depende de manifestação expressa do devedor, autorização em lei, manifestação expressa do credor no interesse do bem e emissão de laudo de avaliação por comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo.
		3. Ajustado o valor do bem objeto da dação em pagamento, a relação entre as partes reger-se-á pelas normas de compra e venda.
		4. A dação em pagamento, embora consubstancie uma compra ou alienação de bem público, não exige licitação por se tratar de contrato com destinatário certo.
Departamento Financeiro e Asses. Jurídica		5. A dação em pagamento será objeto de processo com parecer da Assessoria Jurídica sobre a sua legalidade e homologação pelo Prefeito Municipal.
Departamento de Compras		6. O bem objeto da dação em pagamento, acompanhado de Nota Fiscal, será recebido mediante processo de liquidação devidamente homologado por servidor responsável. Art. 63 da Lei 4.320/1964.

Departamento de Contabilidade	7. O bem entregue pelo devedor da Fazenda Pública Municipal será objeto de registro contábil no sistema patrimonial em conta do Ativo Permanente em contrapartida com conta de Variação Ativa – Independente da Execução Orçamentária.
Departamento de Contabilidade	8. O crédito da Fazenda Municipal compensado com o bem entregue pelo devedor, será baixado através de registro contábil em conta de Variação Passiva – Independente da Execução Orçamentária – Baixa de Dívida Ativa, em contrapartida com a conta Créditos do Sistema Patrimonial.
	2.1.6. Baixa das Receitas Lançadas
Departamento de Tributação	1. Conhecida a efetiva arrecadação e o recolhimento das receitas lançadas, proceder-se-á ao devido registro de baixa da responsabilidade do contribuinte perante a fazenda pública.
	2.1.7. Restituições de Receitas
	1. Restituição de receitas é a devolução de saldos de convênios não aplicados, na forma prevista no respectivo instrumento, ou devolução de valores pagos a maior ou indevidamente pelo contribuinte ao tesouro municipal.
	2. A iniciativa do processo de restituição de receitas é do contribuinte, mediante requerimento protocolado relatando os fatos, as razões de direito e juntando os comprovantes necessários.
Departamento de Tributação e Assessoria Jurídica	3. O pedido será examinado para constatar ou não do direito, exarando parecer fundamentado para autorização pelo Secretário Municipal de Finanças e Prefeito Municipal.

Departamento de Contabilidade	4. Autorizada a restituição de receitas no próprio exercício em que ocorreu o seu ingresso, a contabilização se dará como anulação de receita em contrapartida com a conta "Restituições a Pagar" do Passivo Financeiro.
Departamento de Contabilidade	5. Autorizada a restituição da receita em exercícios seguintes em que ocorreu o seu ingresso, a contabilização se dará como despesa orçamentária no elemento "93 – Indenizações e Restituições".
	6. Decorridos 05 (cinco) anos do pagamento de tributos ou outras receitas, o contribuinte perde o direito de requerer sua devolução.
	2.1.8. Inscrição e Cobrança de Créditos em Dívida Ativa
	1. Constitui Dívida Ativa: os créditos da Fazenda Pública Municipal, líquidos e certos, de natureza tributária ou não tributária exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento. Art. 39 da Lei 4.320/64
	2. Dívida Ativa Tributária são todos os créditos da Fazenda Pública Municipal apurados na forma do item anterior, proveniente de obrigação legal relativa a tributos não recolhidos pelo contribuinte na data do seu vencimento.
	3. Dívida Ativa não Tributária são todos os créditos da Fazenda Pública Municipal, apurados na forma do item primeiro acima, proveniente de empréstimos, contribuições estabelecidas em lei, multas, aluguéis, preços de serviços, indenizações, restituições, alcance dos responsáveis definitivamente julgados, etc, não recolhidos pelo devedor na data do seu vencimento.

Departamento de Tributação	4. Os créditos da Fazenda Pública Municipal, apurados na forma do item primeiro acima, serão inscritos em Dívida Ativa, com registro próprio através de arquivo eletrônico, configurado de forma que permita identificar o nome e o endereço do contribuinte, inscrição cadastral, natureza do crédito, valor, data de vencimento e outras informações capazes de melhorar o controle.
Departamento de Tributação	5. Os créditos da Fazenda Pública Municipal quando da inscrição em dívida ativa serão objeto de informação imediata à contabilidade para registro e também objeto de notificação administrativa aos respectivos contribuintes no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da inscrição, oferecendo-lhes prazo de 30 dias, contados do recebimento da notificação, para pagamento ou contestação.
Departamento de Tributação	6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem manifestação do contribuinte sobre a notificação, será expedida Certidão de Dívida Ativa e encaminhamento imediato à Assessoria Jurídica do Município.
Assessoria Jurídica	7. De posse da Certidão de Dívida Ativa a Assessoria Jurídica do Município notificará o contribuinte devedor no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da certidão, informando que o seu débito para com a Fazenda Pública Municipal será objeto de execução fiscal.
Departamento de Tributação e Assessoria Jurídica	8. Ações serão empreendidas para cobrança dos créditos da Fazenda Pública Municipal no menor espaço de tempo possível.

Departamento de Tributação	9. Concretizada a cobrança administrativa ou judicial do crédito da fazenda pública inscrita em Dívida Ativa será providenciado o imediato registro de baixa.
	2.1.9. Procedimento Administrativo para Renúncia de Receita
	1. A renúncia de receita compreende a anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção de caráter não geral, a alteração da alíquota ou a modificação da base de cálculo que implique em redução da receita. Art. 14, § 1º da LRF.
Departamento de Tributação e Assessoria Jurídica	2. A renúncia de receita deverá atender ao disposto na LDO, depende de lei municipal autorizativa e do procedimento administrativo relacionado à estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Art. 14, caput da LRF e Código Tributário Municipal.
Departamento de Tributação, Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade	A estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser elaborada para o exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e para os dois seguintes, atender o disposto na LDO e a pelo menos uma das seguintes condições: Demonstração que a renúncia foi considerada no orçamento da receita e que não afetará as metas fiscais previstas na LDO; Estar acompanhada de medidas de compensação no período acima referido com aumento da receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração de tributos.
RESPONSÁVEL	
2. RECEITA	
2.2. RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Unidade Administrativa	SERVIDOR
Descrição das Normas	
2.2.1. Arrecadação	

		1. A Receita Extra-orçamentária se constitui em ingressos no caixa do tesouro municipal se constituindo em compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa.
Departamento de Contabilidade e Departamento Financeiro/Tesouraria		O ingresso de recursos pelo fluxo extra-orçamentário se dará: Através da retenção obrigatória em pagamentos efetuados a fornecedores, prestadores de serviços e servidores municipais a título de caução, fiança, consignação e outras, por determinações constitucionais, legais ou contratuais; Por convênio firmado com outros entes da federação para execução de obras ou serviços de sua competência por delegação de encargo; e Por operação de crédito por antecipação de receitas para atender eventuais insuficiências de caixa dentro do exercício financeiro.
Departamento de Contabilidade		3. As Unidades Gestoras responsáveis pela retenção ou execução das obras e serviços por delegação de encargos figuram como depositárias, devendo manter registros individualizados e os recursos em contas específicas.
Secretaria de Administração e Finanças		4. Até dois dias após o crédito em conta, os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município serão notificadas do convênio firmado com o Governo Federal, valor e objeto, através de ofício protocolado. Art. 2º da Lei Federal 9.452/97.
Tesouraria		4. Os recursos de convênios e garantias contratuais deverão ser aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança. Art. 56, § 4º e 116, § 4º da Lei 8.666/93.

		2.2.2. Restituição de Receita Extra-orçamentária
		1. Restituição de receitas é a devolução de saldos de convênios não aplicados, na forma prevista no respectivo instrumento, ou devolução de valores retidos a maior ou indevidamente do fornecedor, prestador de serviços ou servidores municipais.
		2. A iniciativa do processo de restituição de receitas extra-orçamentária é do interessado, mediante requerimento protocolado relatando os fatos, as razões de direito e juntando os comprovantes necessários.
Departamento de Contabilidade		O pedido será examinado para constatar ou não do direito, exarando parecer fundamentado para autorização pelo Secretário Municipal de Finanças e Prefeito Municipal.
Departamento de Contabilidade		4. Autorizada a restituição de receita extra-orçamentária, ela se efetivará com a emissão de ordem de pagamento e registro contábil envolvendo a respectiva conta do Passivo Financeiro e conta do Disponível do Ativo Financeiro.

3. DESPESA

RESPONSÁVEL		3. DESPESA
		3.1. DESPESA ORÇAMENTÁRIA
Unidade		Descrição das Normas
Administrativa	SERVIDOR	3.1.1. Levantamento das Necessidades

Diversas		1. As necessidades de cada uma das Unidades Administrativas deverão ser levantadas de forma tempestiva por seus titulares a fim de evitar solução de continuidade das suas atividades e informadas ao Setor competente com as devidas justificativas para adoção dos procedimentos de aquisição e/ou contratação, mediante abertura de processo.
		3.1.2. Requisição
Unidades Administrativas		1. Apurada as necessidades elas serão objeto de requisição ao setor de compras, com identificação das quantidades, especificações e justificativas devidas para adoção dos procedimentos de aquisição e/ou contratação.
		3.1.3. Orçamento de Preços
Unidades Administrativas		1. Elaboração de orçamento de preços das necessidades objeto da requisição, através de pesquisa no mercado, banco de dados ou profissionais de engenharia quando se tratar de obras e serviços de engenharia.
Unidades Administrativas		2. Definição das quantidades a serem adquiridas e/ou contratadas em conformidade com a Programação Financeira de forma a preservar o equilíbrio de caixa.
		3.1.4. Desapropriação

		1. Desapropriação é a transferência compulsória da propriedade particular para o Poder Público Municipal por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro e, ainda, por desatendimento a norma do Plano Diretor mediante pagamento em títulos da dívida pública municipal aprovada pelo Senado Federal para resgate em até 10 (dez) anos. Art. 5º, XXIV e 182, §§ 3º e 4º, III da CF; DL 3.365/1941; e Lei 4.132/1962.
Assessoria Jurídica		2. A desapropriação será processada por Decreto do Chefe do Poder Executivo que identificará o bem, o seu destino, o dispositivo legal em que se enquadra a desapropriação, o nome do expropriado e o destinatário do bem (Município, Autarquia, Fundação Municipal, concessionário de serviços públicos locais) e o valor da indenização baseada em laudo de avaliação emitido por comissão especialmente designada para este fim.
Assessoria Jurídica		3. É condição prévia para desapropriação de imóveis urbanos destinados a implementação de políticas urbanas de que trata o artigo 182, § 3º da CF, a elaboração do procedimento administrativo da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração firmada pelo ordenador da despesa, conforme disposto no artigo 16 da LRF.
Secretaria de Planejamento		4. Os bens havidos por processo de desapropriação devem ser empregados nos fins indicados no Decreto Municipal, podendo, excepcionalmente, ser aplicado em outra destinação pública, nos casos devidamente justificados.
Assessoria Jurídica		
Departamento de Contabilidade		

Assessoria Jurídica		5. Declarada a desapropriação na forma do Decreto Municipal, o Município poderá provê-la amigável ou judicialmente, pagando a indenização justa e devida.
Assessoria Jurídica Departamento de Contabilidade		6. Na hipótese da desapropriação se processar judicialmente por falta de acordo com o expropriado, o valor do bem, conforme avaliação, será depositado em juízo, mediante registro contábil em conta do Ativo Financeiro – Depósitos Judiciais.
Departamento de Contabilidade		7. Ocorrendo a desapropriação de forma amigável, a despesa será processada em obediência a seus estágios de empenho, liquidação (escritura), pagamento e registro no sistema patrimonial – Ativo Permanente, se for o caso de bem de uso especial ou dominial.
		8. É admissível a desistência da desapropriação a qualquer tempo antes da adjudicação da justiça desde que seja revogado o ato expropriatório por não mais subsistirem os motivos de sua expedição, devendo o Município indenizar eventuais prejuízos acarretados ao proprietário e avaliados por comissão especialmente designada.
Assessoria Jurídica		9. O expropriado não perde a posse ou o domínio do bem enquanto o Município não for imitado na posse e subsequente a justiça fizer a necessária adjudicação, com justa e prévia indenização.
		3.1.5. Verificação da Disponibilidade Orçamentária

Departamento de Compras e Departamento de Contabilidade		1. Encaminhamento do processo ao Departamento de Contabilidade para informação nos autos sobre as disponibilidades orçamentárias, financeiras e especificação da classificação da despesa para fins de registro no processo licitatório, se for o caso.
		3.1.6. Abertura de Créditos Adicionais
		1. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, destinados a despesas não orçadas; e extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Art. 41 da Lei 4.320/64;
		2. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo. Art. 42 da Lei 4.320/64;
Assessoria Jurídica		3. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, com imediato conhecimento do Poder Legislativo. Art. 44 da Lei 4.320/64
Assessoria Jurídica		
Departamento de Contabilidade		4. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis e exposição justificativa. Art. 43 da Lei 4.320/64;

		<p>5. Consideram-se recursos disponíveis em cada uma das fontes, desde que não comprometidos:</p> <p>Superávit Financeiro, em cada uma das fontes de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior; Art. 43 da Lei 4.320/64 e 8º, 42 e 50, I da LRF;</p> <p>Excesso de arrecadação, apurado em cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício. Art. 43 da Lei 4.320/64 c/c Art. 8º, § único, 42 e 50, I da LRF;</p> <p>Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei, observada as fontes de recursos. Art. 43 da Lei 4.320/64;</p> <p>Produto de operações de crédito autorizadas. Art. 43 da Lei 4.320/64;</p>
Departamento de Contabilidade		<p>5. Na apuração do excesso de arrecadação em cada uma das fontes de recursos, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. Art. 43, § 4º da Lei 4.320/64 c/c Art. 8º, § único, 42 e 50, I da LRF;</p>
Secretaria de Planejamento		<p>6. A lei orçamentária poderá conter autorização ao Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares até determinada importância, utilizando como recursos o superávit financeiro, o excesso de arrecadação e a Reserva de Contingência, observada a fonte de recursos. Art. 7º da Lei 4.320/64;</p>

Departamento de Contabilidade		<p>7. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo disposição em contrário quanto aos especiais e extraordinários que, se abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício seguinte nos limites dos seus saldos. Art. 45 da Lei 4.320/64 e § 2º do art. 167 da CF;</p>
Assessoria Jurídica		<p>8. A abertura de créditos adicionais será iniciada com exposição fundamentada da sua necessidade elaborada pelo titular da unidade administrativa interessada, parecer das unidades de planejamento e contabilidade e aprovação do Chefe do Poder Executivo;</p>
Assessoria Jurídica		<p>9. Na abertura de créditos especiais deverá ser observada se a ação a ser contemplada está prevista no PPA e priorizada na LDO, sob pena destes serem antes devidamente ajustados;</p>
		3.1.7. Autorização da Autoridade Competente
Departamento de Contabilidade		<p>1. Comprovado a existência de disponibilidade orçamentária e financeira o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para autorização de abertura de processo licitatório e/ou aquisição/contratação.</p>
		3.1.8. Procedimentos Administrativos para Geração de Despesas
Secretaria de Planejamento		<p>1. O Processo de Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro na Geração de Despesa tem como objetivo chamar atenção do gestor público para avaliar se os recursos ou sua evolução suportarão os novos encargos que estarão sendo assumidos.</p>

Secretaria de Planejamento	<p>Esse procedimento administrativo será dispensado para os benefícios ou serviços de saúde, previdência e assistência social, conforme disposto no artigo 24 da LRF, e elaborado nos seguintes casos: Criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa operacional em valor anual superior aquele definido na LDO, caracterizado, por exemplo, pela construção de escolas, equipamento esportivo, centro social, etc. Artigo 16 da LRF.</p> <p>Despesa obrigatória de caráter continuado, caracterizada por despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Art. 17 da LRF.</p> <p>Desapropriação de imóveis urbanos. Art. 16, § 4º, II da LRF.</p>
----------------------------	--

Secretaria de Planejamento	<p>Para geração de despesa caracterizada como criação, expansão, ou aperfeiçoamento da ação governamental e desapropriação de imóveis urbanos, o processo será acompanhado de:</p> <p>Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes instruídos com premissas e metodologia de cálculo. Art. 16, I da LRF.</p> <p>Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Art. 16, II da LRF.</p>
----------------------------	--

Secretaria de Planejamento	<p>Para geração de despesa caracterizada como obrigatória de caráter continuado, o processo será acompanhado de:</p> <p>Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, instruídos com premissas e metodologia de cálculo. Art. 17 da LRF.</p> <p>Demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio. Art. 17, § 1º da LRF.</p> <p>Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Art. 17, § 4º da LRF.</p> <p>Comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas fiscais de receita e despesa, resultado primário, nominal e montante da dívida. Art. 17, § 2º da LRF.</p> <p>Compensação dos efeitos financeiros nos dois exercícios seguintes, com aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa. Art. 17, § 2º da LRF.</p>
Departamento de Administração e de Contabilidade	5. Esses procedimentos administrativos constituem condição prévia para realização do respectivo processo licitatório e empenho da despesa. Art. 16, § 4º da LRF.
Departamento de Administração	6. Quando couberem, esses procedimentos integrarão o respectivo processo licitatório.
	3.1.9. Licitação
Sector de Licitações	1. Os processos licitatórios da Administração Municipal serão elaborados com base em estimativas de consumo das necessidades para o exercício e nas requisições emitidas pelas diversas Unidades da Administração. Art. 2º da Lei 8.666/93.

Setor de Licitações	2. O processo de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos casos de geração de despesa de que tratam os artigos 16 e 17 da LC 101/2000, integrará o processo licitatório.
Setor de Licitações	3. Observado os casos de dispensa e inexigibilidade previstos na Lei 8.666/93, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas através de processo licitatório de forma que assegure igualdade de condições aos concorrentes e se escolha a proposta mais vantajosa para a administração. Art. 37, XXI da CF e Art. 3º da Lei 8.666/93.
Departamento de Administração	4. Comissão designada e renovada anualmente pelo chefe do Poder Executivo, receberá, examinará e julgará todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes. Art. 51 da Lei 8.666/93.

Setor de Licitações	As licitações serão processadas e julgadas em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, com destaque para obediência aos seguintes aspectos: A licitação será iniciada com abertura de processo administrativo, numerado, registrado em livro próprio, autorizado pelo Chefe do Poder Executivo e publicada na forma prevista no artigo 21 da Lei 8.666/93. Art. 38 da Lei 8.666/93; Constituem anexos do Edital: o projeto básico e/ou executivo, orçamento estimado e minuta do contrato. Art. 40, § único da Lei 8.666/93; Aprovação prévia da minuta do Edital e do Contrato pela Assessoria Jurídica. Art. 38, § único da Lei 8.666/93; As deliberações da Comissão de Licitação serão registradas em ata; Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela comissão de licitação. Art. 43, § 2º da Lei 8.666/93; O Chefe do Poder Executivo homologará o processo licitatório e adjudicará o objeto ao vencedor do certame. Art. 43, VI, da Lei 8.666/93.
Departamento de Administração	6. As dispensas e inexigibilidades de licitação serão necessariamente justificadas e comunicadas ao Chefe do Poder Executivo no prazo de três dias para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de cinco dias. Art. 26 da Lei 8.666/93.
Departamento de Administração	7. Será mantido registro cadastral atualizado dos fornecedores e prestadores de serviços na forma do disposto nos artigos 34 a 37 da Lei 8.666/93, fornecendo-lhes certificado de registro.

Departamento de Administração	8. Pelo menos uma vez por ano, através da imprensa oficial e de jornal com circulação diária, far-se-á chamamento público para atualização dos registros existentes e ingresso de novos interessados. Art. 34, § 1º da Lei 8.666/93.
Departamento de Administração	9. Nos processos licitatórios é facultada a exigência de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública para efeito de habilitação. Art. 34, § 2º da Lei 8.666/93.
Departamento de Contabilidade	10. A minuta da licitação será enviada ao Tribunal de Contas por meio eletrônico. Resolução TC-16/94.
Departamento de Contabilidade	11. Até o dia seguinte à primeira publicação do aviso da licitação, os dados sobre processos licitatórios na modalidade concorrência, inclusive concessão e permissão de serviços públicos, dispensa e inexigibilidade cujos valores de contratação estejam enquadrados a partir do limite para a modalidade de concorrência serão enviados ao TCE por meio eletrônico. IN TC 01/2002.
	3.1.10. Empenho
Departamento de Contabilidade	1. Empenho é o ato emanado pela autoridade competente que cria para o Poder Público, obrigação de pagamento desde que atendidas as condições, observado a fonte de financiamento. Art. 58 da Lei 4.320/64;
Departamento de Contabilidade	2. É considerado o 3º estágio da despesa, depois da programação e licitação;
Departamento de Contabilidade	3. O empenho se efetiva com o comprometimento do crédito orçamentário para a respectiva despesa, servindo, portanto, para controlar a execução do orçamento;

Departamento de Contabilidade	4. A materialização do empenho se dá com a emissão do documento denominado "Nota de Empenho". Art. 61 da Lei 4.320/64;
Departamento de Contabilidade	5. Há três modalidades de empenho: Ordinário – De valor líquido e certo, referente a uma única prestação, sem parcelamento na liquidação, com valor indivisível; Global - De valor líquido e certo, referente a várias prestações ou de liquidações diversas, com pagamentos parcelados. Ex. Contrato de aluguel de imóvel, contrato de obra, folha de pagamento, etc. Estimativa – De valor estimado, em que a liquidação da despesa se dará com base em medição de obra, serviço, registro de consumo, fornecimento ou uso de bens ou serviços, dando origem ao sub-empenho.
Departamento de Contabilidade	6. Sub-empenho é o documento emitido por conta do empenho estimativa no momento da liquidação da despesa, respeitado o limite do valor empenhado por estimativa;
Departamento de Contabilidade	7. O empenho da despesa será sempre prévio, efetivado com base em contrato, convênio, autorização de obra, serviço, fornecimento, auxílio, transferência, etc. de forma a não incorrer na realização de despesa sem crédito orçamentário. Art. 60 da Lei 4.320/64;

Departamento de Contabilidade	8. A nota de empenho apresentará no mínimo: data, número, classificação institucional, funcional programática, econômica, fonte de recursos, valor, dedução deste do saldo da dotação, tipo de empenho, nome, endereço e o CNPJ ou CPF do credor, especificação do objeto, finalidade da despesa, número e a modalidade da licitação, número e data do contrato ou aditivo, convênio, identificação e assinatura do titular da unidade ou da autoridade a quem for delegada competência para ordenar a despesa, contador e responsável pelo serviço.
Departamento de Contabilidade	9. São comprovantes regulares da despesa pública: a nota fiscal, recibo, folha de pagamento, roteiro de viagem, ordem de tráfego, bilhete de passagem, guia de recolhimento de encargos e tributos.
Departamento de Contabilidade	10. As notas de empenhos serão arquivadas em ordem de data de emissão e numeração, acompanhadas dos documentos que lhes deram origem.
	3.1.11. Reinscrição de Restos a Pagar
Departamento de Contabilidade	1. Os restos a pagar prescritos e cancelados na forma regulamentar, quando reclamados pelos respectivos credores em processos com tramitação regular e deferidos, serão re-empenhados e pagos, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade. Art. 37 da Lei 4.320/64.
	3.1.12. Empenho de Adiantamento de Despesa

Departamento de Contabilidade	1. O Regime de Adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor especialmente designado para realizar despesas excepcionais, expressamente definidas em lei, que por sua natureza ou urgência não possam subordinar-se ao processo normal de requisição, autorização, empenho, liquidação e pagamento. Artigos 65 e 68 da Lei 4.320/64.
	2. O Regime de Adiantamento disciplinado pela Lei Municipal nº 2274/2005, será sempre precedido de requerimento ao Chefe do Poder Executivo e prévio empenho na dotação própria. Art. 60 da Lei 4.320/64.
	3. Os recursos repassados através de adiantamento para pequenas despesas serão aplicados de acordo com a Lei Municipal nº 2274/2005.
	4. Não se fará adiantamento a servidor responsável por dois adiantamentos, com prestação de contas em atraso ou não aprovada. Art. 69 da Lei 4.320/64.
	5. O numerário do adiantamento será movimentado através de conta bancária especialmente aberta para esse fim, em nome da Prefeitura e do servidor. Resolução TC 16/94.
Departamento de Contabilidade	6. O saldo do adiantamento, no ato da prestação de contas, será recolhido à tesouraria mediante nota de anulação de pagamento e empenho.
Departamento de Contabilidade	7. O servidor responsável por adiantamento será inscrito pela contabilidade no Sistema de Compensação para controle da prestação de contas que deverá ser feita no prazo de 60 (sessenta) dias contados da emissão da Ordem de Pagamento, não podendo ultrapassar a data de 31 de dezembro.

Departamento de Contabilidade	8. A prestação de contas se constituirá de documentos fiscais em nome da Prefeitura, com datas compreendidas ao período de aplicação, sem rasuras ou de leitura difícil no que se refere a data, valor, quantidade e objeto.
Departamento de Contabilidade	9. A prestação de contas do adiantamento será composta de balancete, cópia da Nota de Empenho, documentos fiscais liquidados e extrato da movimentação bancária e entregue no Departamento de Contabilidade que a examinará, procedendo a baixa da responsabilidade em caso de aprovação. A despesa não aprovada será impugnada e o responsável notificado a recolher aos cofres públicos o valor correspondente ou apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação. Confirmada a impugnação da despesa o responsável será notificado a recolher o valor correspondente aos cofres públicos no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação.

Controladoria Geral	10. Decorridos 15 (quinze) dias do prazo para apresentação da prestação de contas do adiantamento sem que esta seja apresentada, o responsável será declarado em alcance pelo Chefe do Departamento de Contabilidade e notificado a apresentar prestação de contas no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação. Decorrido o novo prazo sem apresentação da prestação de contas o fato será objeto de Tomada de Contas Especial por uma comissão designada pelo Chefe do Poder Executivo que identificará o responsável, quantificará o dano causado ao erário, indicando as medidas corretivas e punitivas aplicáveis.
	3.1.13. Formalização do Contrato
Assessoria Jurídica	1. Os contratos administrativos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos da licitação e da proposta de preços a que se vinculam. Art. 54, § 1º da Lei 8.666/93.
	2. A formalização do contrato será obrigatória nos casos em que o valor da transação esteja compreendido nos limites das modalidades tomada de preço e concorrência, e dispensável, independentemente do valor, nos casos de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras. Art. 62 da Lei 8.666/93.

Assessoria Jurídica Departamento de Administração	3. Os contratos e seus aditivos deverão ser elaborados em conformidade com o disposto no capítulo III da Lei 8.666/93, publicados de forma resumida na imprensa oficial do Município, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e enviados ao TCE. Art. 61, § único da Lei 8.666/93 e Resolução TC 16/94.
Setor de Contratos	4. Os Contratos serão registrados de forma simplificada em livro próprio e arquivados em ordem cronológica juntamente com seus aditivos. Art. 60 da Lei 8.666/93.
Assessoria Jurídica	4. A minuta dos contratos e seus aditivos serão previamente examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica. Art. 38, § único da Lei 8.666/93.
	5. A execução dos contratos e seus aditivos serão acompanhados e fiscalizados por profissional habilitado indicado pela Administração, com registro em livro próprio de todas as ocorrências relacionadas ao contrato. Art. 67 da Lei 8.666/93.
	3.1.14. Autorização de Fornecimento, Execução de Obras ou Serviços.
Departamento de Compras	1. Expedição da autorização de fornecimento, execução da obra ou serviço ao vencedor do certame licitatório contratado ou escolhido para atender a necessidade da administração nos casos de dispensa.
Departamento de Compras	2. A autorização de fornecimento, execução de obra ou serviço será emitida em três vias: a 1ª via para o fornecedor; a 2ª via para a contabilidade para empenhamento; e a 3ª via para arquivo no Departamento de Compras. O envio ao fornecedor poderá ser feito através de fax ou e-mail.

	3.1.15. Anulação de Empenho
Departamento de Contabilidade	1. É o ato emanado pela autoridade competente que anula para o Poder Público Municipal, a obrigação de pagamento, seja parcial ou total, de empenho ordinário, global ou por estimativa, baseado em fundamento expresso pelo servidor responsável pela causa.
Departamento de Contabilidade	2. A anulação de empenho pode ter origem nas mais diversas causas: classificação imprópria, credor indevido, valor maior, histórico impróprio, cancelamento de ordem de fornecimento, aditamento de contrato reduzindo o objeto, etc.
Departamento de Contabilidade	3. A anulação de empenho será processada pelo serviço de contabilidade que emitirá nota de anulação comprovando a reversão do valor anulado à dotação correspondente. Art. 38 da Lei 4.320/64.
Departamento de Contabilidade	4. A nota de anulação de empenho conterá no mínimo: data, número, classificação institucional, funcional programática, econômica, fonte de recursos, valor, adição deste ao saldo da dotação, nome, endereço e o CNPJ ou CPF do credor, especificação do objeto, motivo da anulação, identificação e assinatura do titular da unidade ou da autoridade a quem for delegada competência para ordenar a despesa, contador e responsável pelo serviço.
	3.1.16. Liquidação da Despesa

Unidade Administrativa Requisitante	1. A liquidação da despesa constitui o quarto estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base a licitação, o contrato, a autorização, a nota de empenho, o boletim de medição, o documento fiscal, a fiscalização da obra ou serviço, a importância exata a ser paga e o verdadeiro credor. Art. 63 da Lei 4.320/64.
Unidade Administrativa Requisitante	2. O ato da liquidação da despesa se efetivará mediante atestado registrado em documento próprio ou no corpo do documento fiscal, emitido pelo setor correspondente, responsável pelas compras, execução de obras, serviços ou requisitante.
Departamento de Contabilidade	3. Atestada a liquidação da despesa, esta será objeto de registro contábil mediante emissão da respectiva ordem de pagamento, com indicação da fonte de recursos e data de vencimento para obediência da ordem cronológica de pagamento na forma estabelecida no artigo 5º da Lei 8.666/93.
Departamento de Contabilidade	Quando do registro contábil da liquidação da despesa, se for o caso, far-se-á também o registro contábil das variações ativas ou passivas por mutações patrimoniais em contrapartida com as contas correspondentes do Ativo e Passivo Permanente.
Departamento de Contabilidade	5. A execução de obras caracterizadas como bens de uso especial ou dominiais será objeto de registro em conta específica e individualizada, de forma a expressar o seu custo final para fins de registro e controle patrimonial.

Secretaria de Planejamento	6. Em se tratando de obra, considerada concluída, será emitido termo de recebimento provisório e definitivo, conforme disposto no artigo 73 da Lei 8.666/93.
Assessoria Jurídica	7. Não aceita como liquidada a despesa, medidas administrativas e jurídicas cabíveis serão tomadas para que o interesse público seja preservado.
	3.1.17. Incorporação de Bens ao Patrimônio
Departamento de Administração	1. Registro do bem no patrimônio com especificação completa, numeração, identificação do responsável pela carga, fixação da placa de identificação, etc.
	3.1.18. Registro de Entrada do Material no Almoxarifado.
Departamento de Contabilidade	1. Os materiais de consumo em geral, adquiridos e estocados deverão ser objeto de registro contábil na conta almoxarifado do Sistema Patrimonial.
Departamento de Administração	2. A movimentação de entrada e saída dos materiais de consumo em estoque será objeto de controle físico baseado em Notas Fiscais e requisições de necessidades expedidas pelas Unidades Administrativas interessadas.
Departamento de Administração	3. A movimentação de saída de materiais de consumo do almoxarifado será informada à contabilidade para fins de registro contábil de baixa.
	3.1.19. Pagamento da Despesa

Tesouraria	1. O pagamento é considerado o 6º e último estágio da despesa pública, depois das transferências financeiras, e se constitui na emissão de cheque nominal ao credor ou ordem bancária pelo valor líquido constante da ordem de pagamento processada pelo serviço de contabilidade. Art. 62 da Lei 4.320/64.
Tesouraria	2. A emissão de cheque nominal ao credor ou ordem bancária pelos respectivos agentes pagadores deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa homologada pelo Prefeito Municipal, devidamente publicada. Art. 5º da Lei 8.666/93.
Tesouraria	3. As despesas cujos valores não ultrapassem o limite de dispensa de licitação para compras e serviços de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, dentro de cada fonte diferenciada de recursos, serão pagas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. Art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93.
	3.1.20. Retenções de INSS, ISS, IRRF, Caução, Contribuição Previdenciária, etc.
Tesouraria	1. A Ordem de Pagamento emitida deverá registrar todas as retenções previstas em contrato ou na legislação vigente, evidenciando o valor líquido a ser pago ao credor.
Departamento de Contabilidade	2. As retenções constantes da Ordem de Pagamento serão objeto de registro contábil no Passivo Financeiro ou Ingresso na Receita Orçamentária nos casos de ISS e IRRF.

Tesouraria	3. As retenções objeto de garantia contratual deverão ser aplicadas no mercado financeiro para devolução devidamente corrigida. Artigo 56, § 4º da Lei 8.666/93.
Tesouraria	4. As retenções tidas como consignações deverão ser depositadas em conta bancária específica para recolhimento nas datas de vencimento.
	3.1.21. Anulação de Pagamento
Departamento de Contabilidade	1. A anulação de pagamento pode ter origem em devolução de adiantamento de despesa, necessidade de correção da Nota de Empenho, devolução de bens adquiridos, entre outras situações.
	2. Os ingressos de recursos financeiros originários da anulação de pagamentos serão depositados na conta bancária originária do pagamento.
Tesouraria	
	3.1.22. Inscrição em Restos a Pagar
Departamento de Contabilidade	1. Constitui restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro distinguindo-os de processadas e não processados. Art. 36 da Lei 4.320/64.
Departamento de Contabilidade	2. O registro em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro deverá ser por exercício e por credor com especificação do Serviço da Dívida a Pagar. Art. 92 da Lei 4.320/64.
Departamento de Contabilidade	3. No último ano do mandato, as despesas empenhadas e não liquidadas, só serão registradas em restos a pagar se houver suficiente disponibilidade de caixa. Art. 42 c/c 55, III, "b" 4 da LC 101/2000.

Tesouraria		4. O pagamento dos restos a pagar obedecerá a ordem cronológica de exigibilidade. Art. 5º da Lei 8.666/93.
		3.1.23. Prestação de Contas de Convênio
Tesouraria		1. As receitas financeiras auferidas com a aplicação dos recursos de convênio serão computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto da sua finalidade e demonstrada na prestação de contas. Art. 116, § 5º da Lei 8.666/93;
Departamento de Contabilidade		2. A execução do objeto, a aplicação dos recursos e a prestação de contas deverão observar rigorosamente os prazos e as normas estabelecidas no convênio;
Unidade Administrativa Responsável		3. Em casos de força maior e tempestivamente, será solicitada prorrogação de prazo;
		4. Os saldos financeiros dos convênios, inclusive os resultantes de aplicações financeiras, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, mediante registro contábil de anulação da receita quando dentro do próprio exercício e, por empenho, quando fora do exercício em que ocorreu o ingresso. Art. 116, § 6º da Lei 8.666/93;
Departamento de Contabilidade e Tesouraria		
Departamento de Contabilidade		5. Os recursos de convênios objeto de delegação de encargos do órgão repassador, serão contabilizados no fluxo extra-orçamentário, e os de cooperação financeira no fluxo orçamentário;
RESPONSÁVEL		3. DESPESA
		3.2. DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA
Unidade Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas
		3.2.1. Requisição

		1. Apurada as necessidades elas serão objeto de requisição ao setor de compras, com identificação das quantidades, especificações e justificativas devidas para adoção dos procedimentos de aquisição e/ou contratação.
		3.2.2. Orçamento de Preço
Departamento de Compras		1. Elaboração de orçamento de preços das necessidades objeto da requisição, através de pesquisa no mercado, banco de dados ou profissionais de engenharia quando se tratar de obras e serviços de engenharia.
Departamento de Compras		2. Definição das quantidades a serem adquiridas e/ou contratadas em conformidade com a Programação Financeira de forma a preservar o equilíbrio de caixa.
		3.2.3. Autorização da Autoridade Competente
Departamento de Compras		1. Comprovada a existência de disponibilidade financeira o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para autorização de abertura de processo licitatório e/ou aquisição/contratação.
		3.2.4. Licitação
		1. Os processos licitatórios para contratação por conta de recursos extra-orçamentários obedecerão no que couberem, as normas descritas no item 3.1.9.
		3.2.5. Formalização do Contrato
		1. A formalização dos contratos por conta de recursos extra-orçamentários obedecerá no que couberem, as normas descritas no item 3.1.13.
		3.2.6. Autorização de Fornecimento, Execução de Obras ou Serviços.

Unidade Administrativa Interessada		1. A autorização de fornecimento, execução de obras ou serviços por conta de recursos extra-orçamentários obedecerá no que couberem, as normas descritas no item 3.1.14.
		3.2.7. Liquidação da Despesa
Unidade Administrativa Interessada		1. A liquidação da despesa por conta de recursos extra-orçamentários obedecerá no que couberem, as normas descritas no item 3.1.16.
		3.2.8. Registro de Entrada de Materiais no Almoxarifado
Departamento de Compras		1. O registro de entrada de materiais no almoxarifado adquiridos por conta de recursos extra-orçamentários obedecerá no que couberem, as normas descritas no item 3.1.18.
		3.2.9. Pagamento
Tesouraria		1. Os pagamentos por conta de recursos extra-orçamentários obedecerão no que couberem, as normas descritas no item 3.1.19.
		3.2.10. Suprimento à Câmara
		1. O suprimento constitui o 5º estágio da despesa e consiste na entrega de recursos financeiros aos agentes pagadores de órgãos públicos vinculados ao mesmo orçamento, para liquidação dos compromissos assumidos com fornecedores, prestadores de serviços e outros beneficiários.
		2. O suprimento financeiro à Câmara Municipal para execução do seu orçamento de despesa será realizado até o dia 20 de cada mês através de depósito em conta bancária específica. Art. 29-A, § 2º, II da CF.
Tesouraria		

		3. O valor mensal do suprimento será aquele estabelecido no cronograma de execução mensal de desembolso elaborado e aprovado por Decreto do Executivo, observado ainda o fluxo de caixa. Art. 8º da LRF.
Tesouraria		4. O suprimento à Câmara será objeto de registro contábil no Ativo Financeiro em conta do grupo Realizável.
		5. A Câmara Municipal prestará contas até o dia 10 de cada mês do suprimento recebido até o dia 20 do mês imediatamente anterior para que a contabilidade geral do Município proceda a consolidação dos dados e informações dos atos e fatos ocorridos no Poder Legislativo, com registro contábil de baixa no Ativo Financeiro em conta do grupo Realizável.
		6. Integrarão a prestação de contas os seguintes documentos: Notas de Empenhos acompanhadas dos respectivos documentos de suporte: processo licitatório, contrato, autorização de fornecimento, documento fiscal, etc. Notas de Anulação de Empenhos; Boletim de Caixa acompanhado das Ordens de Pagamento, cópia de cheque, ordem bancária ou aviso de débito, Anulação de Ordem de Pagamento, extrato bancário, etc; Balancete com os relatórios que demonstre a movimentação das contas nos diversos sistemas.
		7. Os suprimentos financeiros não utilizados até 31/12, desde que não comprometidos, serão recolhidos ao caixa central até o dia 10/01 do exercício seguinte.
		3.2.11. Transferências Financeiras a Unidades Gestoras

Tesouraria		1. A Transferência Financeira consiste na entrega de recursos financeiros do tesouro central para as Unidades Gestoras Municipais, conforme previsões na Lei Orçamentária Anual e alterações posteriores observada a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso aprovada para o exercício e o comportamento do fluxo de caixa.
Departamento de Contabilidade		2. A Transferência Financeira para as Unidades Gestoras Municipais será objeto de registro contábil em conta do grupo "Transferências" com repercussão positiva no resultado patrimonial da Unidade recebedora e negativa na Unidade transferidora.
		3. As Transferências Financeiras ao Regime Próprio de Previdência, decorrente das obrigações patronais incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores vinculados às ações e serviços públicos de saúde, ensino fundamental, profissional do magistério em efetivo exercício e ensino infantil e especial, serão objeto de registro contábil em conta específica para apuração dos gastos mínimos exigidos pela CF.
		3.2.12. Anulação de Despesa Extra-orçamentária
Departamento de Contabilidade		1. A anulação de pagamento pode ter origem em devolução de adiantamento de despesa, necessidade de correção da Ordem de Pagamento, devolução de bens adquiridos, entre outras situações.
Departamento de Contabilidade		2. Os ingressos de recursos financeiros originários da anulação de pagamentos serão depositados na conta bancária originária do pagamento.

		3.2.13. Cancelamento de Restos a Pagar
Departamento de Contabilidade		1. O registro contábil do cancelamento de restos a pagar será processado em conta do grupo "Transferências" com repercussão positiva no resultado patrimonial.
		3.2.14. Prestação de Contas de Convênios
Departamento de Contabilidade		1. As receitas auferidas com a aplicação financeira dos recursos de convênio serão computadas a crédito do convênio, no fluxo extra-orçamentário, e aplicada exclusivamente no objeto da sua finalidade e demonstrada na prestação de contas. Art. 116, § 5º da Lei 8.666/93;
Departamento de Contabilidade		2. A execução do objeto, a aplicação dos recursos e a prestação de contas deverão observar rigorosamente os prazos e as normas estabelecidas no convênio;
Departamento de Contabilidade		3. Em casos de força maior e tempestivamente, será solicitada prorrogação de prazo;
Departamento de Contabilidade		4. Os saldos financeiros dos convênios, inclusive os resultantes de aplicações financeiras, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, mediante registro contábil de anulação de receita. Art. 116, § 6º da Lei 8.666/93;

4. PATRIMÔNIO

RESPONSÁVEL		4. PATRIMÔNIO 4.1. BENS IMÓVEIS
		Descrição das Normas
Unidade Administrativa	SERVIDOR	
		4.1.1. Controles Físicos, Cadastrais e Contábeis da Movimentação.

		1. São Bens Imóveis: O solo com seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo a superfície, as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo, o subsolo; Tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como a semente lançada a terra, os edifícios e construções de modo que se não possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano; Tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento ou comodidade. Art. 43 do Código Civil.
Departamento de Contabilidade		2. A movimentação da conta contábil "Bens Imóveis" se dará pelos atos administrativos de: a) aquisição, recebimento em doação, desapropriação, usucapião, transferência por doação, construção, ampliação, reavaliação, perda por sinistro e alienação.
		Cada "Bem Imóvel" será objeto de formação de processo com os seguintes documentos: 1 – Básicos: Translado da Escritura; Registro no Cartório de Imóveis 2 – Complementares: Cópia da planta do terreno com representação das benfeitorias; Cópia de planta de situação; Folha de tombo; Cópia de Termo de Responsabilidade Administrativa sobre imóvel distribuído; Ficha de Cadastro de Imóvel no controle patrimonial; Laudo de vistoria; Termo de entrega e recebimento do imóvel; Termos de recebimento provisório e definitivo de obra quando for o caso; Original do "Habite-se"; Outros
Departamento de Serviços Gerais		

		A folha de tombo conterá as seguintes informações mínimas: Município e Estado; Endereço e denominação pelo qual o imóvel é eventualmente conhecido; Destinação do imóvel; Forma de aquisição, número da nota de empenho, fonte de recursos e transferidor; Identificação do título de transferência, cartório, comarca, nº de registro, livro, folha e data; Dimensões do terreno e área do imóvel; Valor de aquisição; Descrições dos limites e confrontações do terreno; Especificação detalhada das benfeitorias; Tipo de cercamento existente; Outras informações úteis para melhor caracterização do imóvel.
Departamento de Serviços Gerais		5. O estado de cada imóvel deverá ser verificado pelo menos a cada seis meses, com relato das condições, comunicação ao responsável para providências se necessárias para manter a posse, limpeza e conservação.
Departamento de Serviços Gerais		6. Os bens imóveis deverão ser avaliados anualmente através de comissão especialmente designada para este fim, mediante emissão de laudo que servirá de base para atualização dos registros contábeis.
Departamento de Serviços Gerais		7. O controle dos bens imóveis será documental, através de processos com as informações acima descritas; contábil, através de registros em contas específicas; e cadastral, através de programa informatizado.
RESPONSÁVEL		4. PATRIMÔNIO
Unidade		4.2. BENS MÓVEIS
Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas

		4.2.1. Controles Físicos, Cadastrais e Contábeis da Movimentação
Departamento de Serviços Gerais		1. Os bens móveis serão objetos de registro analítico individualizado com indicação das suas características e dos responsáveis pela sua guarda e administração. Art. 94 da Lei 4.320/64.
Departamento de Contabilidade		2. O registro contábil dos bens móveis poderá ser de forma sintética. Art. 95 da Lei 4.320/64.
Departamento de Serviços Gerais		3. Para conferência das responsabilidades pela guarda e confrontação com a escrituração contábil e cadastral, os bens móveis deverão ser inventariados pelo menos uma vez por ano. Art. 96 da Lei 4.320/64.
Departamento de Serviços Gerais		4. O controle dos bens móveis envolverá toda e qualquer movimentação através de registro: Da distribuição dos bens logo após a aquisição; Da afixação de chapas de identificação do nº de registro; Da emissão do termo de responsabilidade e guarda dos bens; Do recolhimento por inservibilidade, perda ou extravio, furto ou roubo, alienação, doação desnecessidade, obsoleto ou excedente, entre outros; Da redistribuição; Do empréstimo, troca ou transferência; Da baixa, etc.

Departamento de Serviços Gerais		5. O controle cadastral dos bens deverá conter informações, no que couber, tais como: Nº do registro cadastral; Requisitante do bem; Nomenclatura e descrição do bem; Dados do fornecedor; Número da nota de empenho, valor e fonte de recursos; Movimentação de carga, data, nº do documento fiscal, nº do termo de responsabilidade, transferência, recolhimento, descrição da declaração etc. Identificação do responsável que autorizou a baixa; Outras informações necessárias ao perfeito controle dos bens.
		6. O detentor ou responsável pelo bem deverá comunicar imediatamente ao Departamento de Serviços Gerais qualquer ocorrência tão logo constatado o extravio, alterações nas características como retirada de partes, adaptações, extravio da placa de identificação, saída para outro setor, etc.
		7. A conservação dos bens é responsabilidade de todos os servidores mediante uso adequado e cuidados de manutenção preventiva e corretiva.
		8. Cabe ao responsável pelo bem solicitar sempre que necessário, a manutenção preventiva e corretiva.

5. ATOS DE PESSOAL

RESPONSÁVEL		5. ATOS DE PESSOAL
		5.1. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO
Unidade Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas
		5.1.1. Provimento Efetivo

Departamento de Administração	1. A investidura em cargo público de provimento efetivo dependerá sempre de aprovação em concurso público na forma estabelecida no Estatuto dos Servidores e no Regulamento do Concurso Público. Art. 37, II da CF.
Departamento de Administração	2. O concurso público será promovido mediante autorização da autoridade competente para preenchimento de cargos vagos de necessidade permanente para a administração pública.
Departamento de Administração	3. O processo de concurso público deve obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, o disposto no Estatuto dos Servidores, no Regulamento do Concurso e reservará percentual dos cargos e empregos para pessoas portadoras de deficiência na forma da Lei Municipal. Art. 37, caput, VIII da CF.
Departamento de Administração	4. Os candidatos classificados, primeiros colocados no concurso, serão convocados para tomar posse mediante apresentação de exames médicos, comprovante de nacionalidade, quitação militar e eleitoral, habilitação exigida para o cargo, número de dependentes, declaração de não acumulação de cargos, declaração de bens, documentos pessoais e demais documentos exigidos no Edital e no Regulamento do concurso.
Departamento de Administração	5. Aprovada a documentação será editada Portaria de nomeação, publicação, assinatura do termo de posse e exercício em livro próprio.

Departamento de Administração	6. No exercício do cargo o servidor permanecerá em estágio probatório pelo período de três anos, contados da posse, em que será avaliado por uma comissão, na forma estabelecida em lei e regulamento. Art. 41, § 4º da CF.
Departamento de Administração	7. Aprovado no estágio probatório o servidor permanecerá no cargo adquirindo a estabilidade. Art. 41 da CF.
Departamento de Administração	8. Reprovado no estágio probatório o servidor será exonerado mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Art. 5º, LV e 41, § 1º, III da CF.
	5.1.2. Provimento Temporário
Departamento de Administração	1. A investidura em cargo público de provimento temporário dependerá de aprovação em processo seletivo simplificado na forma estabelecida na Lei Municipal nº
Departamento de Administração	2. O processo seletivo será promovido mediante autorização da autoridade competente para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme disposto na Lei Municipal nº . Art. 37. IX da CF.
Departamento de Administração	3. O processo para provimento temporário comprovará a necessidade temporária e o excepcional interesse público.
Departamento de Administração	4. Os candidatos selecionados, primeiros colocados, serão convocados para assinatura do contrato mediante apresentação de exames médicos, comprovante de nacionalidade, quitação militar e eleitoral, habilitação exigida para o cargo, número de dependentes, declaração de não acumulação de cargos, declaração de bens, documentos pessoais e demais documentos exigidos no Edital.

		5.1.3. Provimento em Comissão
Departamento de Administração		1. A investidura em cargo público de provimento em comissão dependerá da existência de vaga e será de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Legislativo e Executivo. Art. 37, II da CF.
Departamento de Administração		2. Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições de chefia, direção e assessoramento. Art. 37, V da CF.
Departamento de Administração		3. Para nomeação em comissão o escolhido deverá apresentar seus documentos pessoais, exames médicos, declaração de bens e declaração de não acumulação de cargos públicos.
Departamento de Administração		4. Considerada regular a documentação será editada Portaria de nomeação, publicação no órgão oficial do Município e assinatura do termo de posse em livro próprio.
		5.1.4. Provimento dos Cargos Eletivos
Secretaria da Câmara.		1. Os vereadores serão empossados em sessão solene realizada no dia 1º de janeiro do início da legislatura mediante juramento, apresentação do diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens, documentos pessoais e assinatura do termo de posse, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara.
Secretaria da Câmara		2. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão empossados pela Câmara Municipal no dia 1º de janeiro do início do mandato em sessão solene na Câmara mediante juramento, apresentação de diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens, documentos pessoais e assinatura do termo de posse, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.

Secretaria da Assistência Social		3. Os membros do Conselho Tutelar, escolhidos por eleição direta na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente e nomeados pelo Prefeito Municipal, serão empossados mediante apresentação da ata da eleição, documentos pessoais e assinatura do termo de posse em livro próprio.
		5.1.5. Estagiários
Departamento de Administração		1. O estágio no serviço público tem a função de preparar estudantes para o mercado de trabalho.
		2. A contratação de estudantes estagiários será realizada através de processo seletivo simplificado na forma estabelecida em Lei Municipal e se destina ao desempenho de funções de apoio às atividades próprias dos servidores.
Departamento de Administração		3. A contratação de estagiários é exclusiva para estudantes, mediante comprovação de matrícula e frequência às aulas.
Departamento de Administração		4. Os estagiários estarão amparados por apólice de seguro de acidente de trabalho.

RESPONSÁVEL		5. ATOS DE PES-SOAL	
Unidade Administrativa	SERVIDOR	5.2. CONTROLES FUNCIONAIS	
		Descrição das Normas	
		5.2.1. Registro Funcional	
Departamento de Recursos Humanos		1. As ocorrências funcionais do servidor em relação a promoções, atribuições, licenças, punições e outras, serão objeto de registro em ficha ou em banco de dados informatizado de forma a espelhar sua atuação na entidade.	
Departamento de Recursos Humanos		2. Os documentos relacionados às ocorrências funcionais do servidor serão arquivados em ordem em pastas individuais.	
		5.2.2. Frequência	

Departamento de Recursos Humanos	1. A frequência do servidor ao trabalho será controlada através de livro, relógio ou ficha ponto, base para elaboração da folha de pagamento e liquidação da despesa.
	5.2.3. Hora Extra
Departamento de Recursos Humanos	1. A realização de hora extra pelo servidor depende de autorização expressa da autoridade competente, caracterização do interesse público e registro no ponto.
Departamento de Recursos Humanos	2. O nº de horas extras no mês não excederá a 50 (cinquenta), conforme Lei Complementar nº 0281/2011.
	5.2.4. Férias
Departamento de Recursos Humanos	1. As férias devidas aos servidores serão concedidas nos doze meses subsequentes ao período aquisitivo, conforme escala de férias previamente elaboradas.
Departamento de Recursos Humanos	2. No interesse público, a administração poderá pagar em pecúnia até 10 (dez) dias de férias, conforme art. 69 da Lei Complementar nº 0191/2005.
Departamento de Recursos Humanos	3. Na concessão de férias serão observados os fatores que eventualmente influenciaram no número de dias a serem concedidos, tais como: faltas injustificadas, licenças, afastamentos, entre outros, conforme estatuto dos servidores.
	5.2.5. Licenças
Departamento de Recursos Humanos	1. As licenças previstas no Estatuto dos Servidores serão requeridas pelos servidores e a sua concessão observará o período aquisitivo e o interesse público.
	5.2.6. Vantagens
Departamento de Recursos Humanos	1. As vantagens em pecúnia devidas aos servidores e prevista no Estatuto dos Servidores serão objeto de controle quanto à conquista do direito.
Departamento de Recursos Humanos	2. As vantagens em pecúnia admitidas pelo Estatuto dos Servidores serão concedidas quando atendidos os requisitos da lei e através de Portaria do Chefe de Poder.
	5.2.7. Promoções
Departamento de Recursos Humanos	1. As promoções funcionais previstas no Estatuto dos Servidores serão objetos de controle quanto à sua conquista do direito e concedidas através de Portaria do Chefe de Poder.
	5.2.8. Gfip
Departamento de Recursos Humanos	1. O preenchimento da Gfip será realizado e enviado no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.

		5.2.9. Demonstrativo Previdenciário
IPREVI		1. O Demonstrativo Previdenciário será elaborado e enviado à Secretaria Nacional da Previdência Social nos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		5.2.10. Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores
Departamento de Recursos Humanos		1. O Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores de que trata a IN TC nº 02/2001 em seu artigo 12 será elaborada e encaminhada ao TCE nos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		5.2.11. Declaração de Bens
Departamento de Recursos Humanos		1. A declaração de bens dos Agentes Políticos e ocupantes de cargo de chefia de que trata o artigo 115 da Lei Complementar nº 202/2000 será elaborada e enviada ao TCE nos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		5.2.12. Publicação dos Subsídios e da Remuneração dos Cargos e Empregos Públicos
Departamento de Recursos Humanos		1. O valor dos subsídios dos Agentes Políticos e a remuneração dos cargos e empregos públicos serão publicados anualmente no órgão oficial do Município. Art. 39, § 6º da CF. Anexo II deste decreto.
		5.2.13. Rais
Departamento de Recursos Humanos		1. Preenchimento e encaminhamento à CEF no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
		5.2.14. Declaração Anual dos Rendimentos Pagos ou Creditados
Departamento de Recursos Humanos		1. Elaboração e entrega da Declaração dos Rendimentos Pagos ou Creditados no exercício anterior aos servidores e agentes públicos no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
Departamento de Recursos Humanos		2. DIRF - Encaminhamento a Receita Federal os rendimentos pagos ou creditados a qualquer título no exercício anterior.
		5.2.15. Controle da Saúde dos Funcionários
Departamento de Recursos Humanos		1. Os servidores efetivos deverão realizar até o mês de dezembro de cada exercício e comprovar junto ao Departamento de Recursos da Prefeitura, através das Unidades de Saúde, exames mínimos de sangue, fezes, urina, pressão arterial e, se for o caso, a critério médico, avaliação cardíaca vascular.

Departamento de Recursos Humanos		2. Os servidores efetivos com até 35 anos poderão optar por realizar e apresentar avaliação médica a cada dois anos.
----------------------------------	--	--

RESPONSÁVEL		5. ATOS DE PESSOAL 5.3. VACÂNCIA
Unidade Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas
		5.3.1. Cargos Efetivos
Departamento de Recursos Humanos		1. Por exoneração a pedido do servidor mediante apresentação de requerimento formal, declaração de bens, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, atestado demissional de saúde e Portaria, com publicação desta no órgão oficial do Município.
Departamento de Recursos Humanos		2. Por aposentadoria compulsória mediante verificação da idade máxima de 70 anos para permanecer no serviço público, encaminhando a documentação necessária à previdência, procedendo a rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração. Art. 40, II da CF.
Departamento de Recursos Humanos		3. Por aposentadoria voluntária mediante apresentação de requerimento formal, contagem do tempo de serviço, cálculo da remuneração com memória, verificação do atendimento dos requisitos legais, apresentação de declaração de bens, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, atestado demissional de saúde e Portaria, com publicação desta no órgão oficial do Município, comunicação ao regime de previdência e encaminhamento do processo ao TCE para homologação.

Departamento de Recursos Humanos		4. Por aposentadoria involuntária decorrente de acidente de trabalho ou doença, mediante preenchimento da declaração de acidente de trabalho ou formulários e encaminhamento para inspeção médica com parecer final da junta médica, encaminhamento ao regime de previdência, cálculo dos proventos com memória, apresentação de declaração de bens, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município e encaminhamento do processo ao TCE para homologação.
Departamento de Recursos Humanos		5. Por falecimento mediante apresentação do atestado de óbito pelos familiares, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, cálculo da pensão com memória e identificação dos beneficiários, comunicação ao regime de previdência, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município e encaminhamento do processo ao TCE para homologação.
Departamento de Recursos Humanos		6. Por demissão mediante decisão em processo administrativo, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, atestado de saúde demissional, apresentação de declaração de bens, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.
		5.3.2. Cargos em Comissão

Departamento de Recursos Humanos		1. Por exoneração a pedido mediante apresentação de carta, declaração de bens, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.
Departamento de Recursos Humanos		2. Por destituição mediante ordem do Chefe de Poder de acordo com o apurado em sindicância, apresentação de declaração de bens, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.
		5.3.3. Temporários
Departamento de Recursos Humanos		1. Por interesse de uma das partes mediante manifestação formal, elaboração do termo de rescisão contratual, cálculo e pagamento de eventuais saldos de remuneração, atestado de saúde demissional, Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.
		2. Por término do contrato mediante elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração e atestado de saúde demissional.
Departamento de Recursos Humanos		3. Por justa causa mediante ordem de demissão como conclusão em processo de sindicância, elaboração da rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração, atestado de saúde demissional, Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.

6. OUTROS CONTROLES OPERACIONAIS

RESPONSÁVEL	6. OUTROS CONTROLES OPERACIONAIS	
Unidade Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas

		6.1. Acompanhamento do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação
Secretaria de Planejamento		1. Até o final do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre, conforme Agenda de Obrigações, será elaborado e publicado demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para verificação da necessidade ou não da decretação de limitação de empenho e movimentação financeira. Art. 9º da LRF.
		6.2. Limitação de Empenho
		1. A limitação de empenho e movimentação financeira é um procedimento administrativo imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal com o objeto de preservar o atingimento das metas fiscais estabelecidas da LDO e consiste na indisponibilização de créditos orçamentários para compensar a frustração da arrecadação prevista até o bimestre e para recondução da dívida ao limite legal. Artigo 9º e 31, II da LRF.
Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade		2. Verificado ao final de um bimestre que o comportamento da arrecadação poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário ou nominal estabelecido na LDO, os Poderes Executivo e Legislativo, por ato próprio, e nos montantes necessários, promoverão, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira através da indisponibilização de créditos orçamentários, segundo critérios fixados pela LDO. Art. 9º da LRF;
Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade		Verificado ao final do quadrimestre (ou semestre para Municípios com menos de 50 mil habitantes) que o montante da dívida ultrapassou o limite de 120% da RCL, enquanto perdurar o excesso, os Poderes Executivo e Legislativo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos três quadrimestres subsequentes, limitação de empenho através da indisponibilização de créditos orçamentários, segundo critérios fixados na LDO. Art. 31, II da LRF.
Secretaria de Planejamento		4. A necessidade de limitação de empenho e montante necessário será comunicada oficialmente ao Chefe do Poder Legislativo até o dia 15 do mês seguinte ao período de apuração, com base em exposição fundamentada encaminhada ao Chefe do Poder Executivo pela Unidade de Planejamento ou titular da Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Contabilidade.

Secretaria de Planejamento	5. A limitação de empenho será estabelecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo da Câmara, observada a vinculação dos recursos, com registro contábil e destaque no Quadro Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.	3. O RREO será elaborado, publicado e enviado à CEF e ao Tribunal de Contas do Estado nas datas e prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto. Artigos 48, 52 e 53 da LRF. Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002. Art. 12 da IN TCE nº 02/2001.
Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade	6. Restabelecida a arrecadação ou limite de endividamento, ainda que parcial, a recomposição das dotações indisponibilizadas poderá se dar de forma proporcional às reduções efetivadas através de decretos dos titulares dos Poderes com base em exposição fundamentada produzida pela Unidade de Planejamento ou titular da Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Contabilidade, observada a vinculação dos recursos. Art. 9º, § 1º da LRF;	4. O RREO será elaborado consolidando todos os dados das Unidades Gestoras, conferido, publicado e enviado à CEF e ao TCE.
	6.3. Elaboração e Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO	5. A publicação do RREO será realizada no órgão oficial do Município e em meios eletrônicos de acesso público. Art. 6º, da IN nº 02/2001 e art. 48 da LRF.
Departamento de Contabilidade	1. O RREO é uma exigência da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado na forma dos demonstrativos descritos nos artigos 52 e 53, cujo manual de elaboração consta da Portaria STN nº 441/2003 com o objetivo de dar transparência à execução orçamentária de forma a permitir o seu controle social. Art. 165, § 3º da CF.	6. O RREO será assinado pelo responsável pela contabilidade, pelo Responsável pelo Controle Interno e pelo Prefeito Municipal.
Departamento de Contabilidade	2. Integram o RREO os seguintes demonstrativos: Anexo I – Balanço Orçamentário; Anexo II – Demonstrativo da Execução da Despesa por Função/Sub-Função; Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida; Anexo V – Demonstrativo da Receita e Despesa Previdenciária do Regime Próprio da Previdência Social; Anexo VI – Demonstrativo do Resultado Nominal; Anexo VII – Demonstrativo do Resultado Primário; Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão; Anexo X – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Anexo XI – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital; Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência; Anexo XIV – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação desses Recursos; Anexo XVI – Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde.	7. O RREO deverá ser arquivado em ordem cronológica, por meio documental, no Poder ou Órgão, pelo prazo de cinco anos, a contar do dia 1º do ano subsequente ao da elaboração. Art. 6º da IN TCE nº 02/2001.
		6.4. Elaboração e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.
Departamento de Contabilidade		1. O RGF é uma exigência da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF elaborado na forma dos demonstrativos descritos no artigo 55, cujo manual de elaboração consta da Portaria STN nº 440/2003 e tem como objetivo dar transparência aos atos de gestão de forma a permitir o acompanhamento à obediência a limites de gastos e de endividamento, e avaliar a responsabilidade fiscal do gestor público.
Departamento de Contabilidade		2. Integram o RGF os seguintes demonstrativos: PODER LEGISLATIVO Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar; PODER EXECUTIVO Anexo I – Demonstrativo da Despesa Com Pessoal; Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada; Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contra-garantias de Valores; Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito; Anexo V – Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa; Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar; Anexo VII – Demonstrativo dos Limites.
Departamento de Contabilidade		

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Departamento de Contabilidade	<p>5. Não constituem gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas definidas no art. 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394/96 e relacionadas a:</p> <p>Pesquisa, quando não vinculadas às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;</p> <p>Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;</p> <p>Formações de quadros especiais para Administração Pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;</p> <p>Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;</p> <p>Obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;</p> <p>Pessoal docente, e demais trabalhadores da educação quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>6. Por receitas resultantes de impostos entendem-se as seguintes contas de receita: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, FPM, IPI, Transferência Financeira – LC 87, IPVA, Receita da Dívida de Impostos, Multas e Juros de Mora sobre Impostos, Multas e Juros de Mora da Receita de Dívida Ativa de Impostos.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>7. A contribuição de 16,66% sobre as receitas do FPM, ICMS, IPI – Exportação e Transferência Financeira – LC 87 para constituição do FUNDEB, oneram os gastos mínimos referidos nos itens 1 e 2 desta norma. Art. 212 da CF.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>8. A verificação dos gastos mínimos em ensino será realizada mensalmente através de relatório específico. Anexo V deste decreto.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>9. O Relatório de verificação mensal dos gastos com ensino será publicado no Órgão Oficial do Município com encaminhamento de cópia ao Conselho Municipal de Educação e ao Secretário Municipal de Educação para acompanhamento, fiscalização e indicação de medidas corretivas, se for o caso; Art. 72 da Lei Federal nº 9.394/96, Art. 4º e 5º da Lei Federal nº 9.424/96 e Portaria STN nº 441/2003.</p>
	<p>6.7. Controle dos Gastos Mínimos com Saúde</p>

Departamento de Contabilidade	<p>1. Os gastos em ações e serviços públicos de saúde, em cada exercício serão de pelo menos 15% do produto da arrecadação de impostos. Art. 77, III dos ADCT;</p>
Departamento de Contabilidade	<p>2. Por ações e serviços públicos de saúde, entende-se gastos com pessoal, custeio e capital, definido na Resolução nº 316/2002 do Conselho Nacional de Saúde e relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo que atendam simultaneamente os seguintes critérios:</p> <p>Sejam destinadas às ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito;</p> <p>Estejam em conformidade com os objetivos e metas explicitadas nos Planos de Saúde Municipal;</p> <p>Sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicas, ainda que com reflexos sobre as condições de saúde;</p>

Departamento de Contabilidade	<p>3. Atendido aos critérios definidos na norma acima, e para efeito da aplicação da EC nº 29/2000, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:</p> <p>Vigilância epidemiológica e controle de doenças;</p> <p>Vigilância sanitária;</p> <p>Vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;</p> <p>Educação para a saúde;</p> <p>Saúde do trabalhador;</p> <p>Assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;</p> <p>Assistência farmacêutica;</p> <p>Atenção à saúde dos povos indígenas;</p> <p>Capacitação de recursos humanos do SUS;</p> <p>Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;</p> <p>Produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;</p> <p>Saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores e ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, e outras ações de saneamento a critério do Conselho Nacional de Saúde;</p> <p>Atenção especial aos portadores de deficiência;</p> <p>Ações administrativas realizadas pelos órgãos de Saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para execução de ações indicadas nos itens anteriores;</p> <p>Pagamento de juros e amortizações decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01/01/2000 para custear ações e serviços públicos de saúde.</p>
-------------------------------	--

Departamento de Contabilidade	<p>4. Não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas a:</p> <p>Aposentadorias e pensões;</p> <p>Assistência saúde que não atenda ao princípio da universalidade;</p> <p>Merenda escolar;</p> <p>Saneamento básico, mesmo o previsto na norma anterior, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas;</p> <p>Limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos;</p> <p>Preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente;</p> <p>Ações de assistência social não vinculadas diretamente a execução das ações e serviços referidos na norma anterior e não promovidas pelos órgãos de saúde do SUS;</p> <p>Ações e serviços públicos de saúde custeada com recursos que não o produto da arrecadação de impostos relacionados na norma seguinte.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>5. Por produto da arrecadação de impostos se entendem as seguintes contas de receita: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, FPM, IPI, Transferência Financeira – LC 87, ICMS, IPVA, Receita da Dívida de Impostos, Multas e Juros de Mora sobre Impostos, Multas e Juros de Mora da Receita de Dívida Ativa de Impostos.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>6. Os recursos vinculados a ações e serviços públicos de saúde serão aplicados através da Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde. Art. 77, § 3º dos ADCT.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>7. A verificação do gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde será realizada mensalmente através de Relatório Específico. Anexo IV deste decreto.</p>
Departamento de Contabilidade	<p>8. O relatório será publicado no Órgão Oficial do Município e encaminhado cópia dele ao Conselho Municipal de Saúde e ao Secretário Municipal de Saúde para acompanhamento, fiscalização e adoção de medidas corretivas, se for o caso.</p>
	6.8. Controle dos Gastos com Pessoal
Departamento de Contabilidade	<p>1. O gasto com pessoal do Poder Executivo, em cada exercício, não excederá 51,3% (Limite Prudencial) da Receita Corrente Líquida. Art. 22, § único da LRF.</p>

Secretaria da Câmara	2. O gasto com pessoal do Poder Legislativo em cada exercício observará os seguintes limites: O gasto com pessoal não excederá 5,7% (Limite Prudencial) da Receita Corrente Líquida. Art. 22, § único da LRF; A folha de pagamento não excederá 70% da sua receita. O subsídio individual de cada vereador não excederá 30% do subsídio do Deputado Estadual. A remuneração total dos vereadores não excederá 6% da receita total realizada no exercício.
	3. Para efeito desta norma entende-se por gasto com pessoal o disposto nos artigos 18 e 19 da LRF.
	4. Para efeito desta norma entende-se por Receita Corrente Líquida o disposto no artigo 2º, IV da LRF.
Departamento de Contabilidade	5. De forma preventiva e para adoção de medidas corretivas quando necessária, o controle dos gastos com pessoal será realizado mensalmente.
	6. A elaboração e publicação do Demonstrativo de Despesas com Pessoal de que trata a Portaria STN nº 440/2003 será realizada de acordo com o estabelecido na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
	6.9. Controle da Execução Orçamentária
	1. Compreenderá a verificação da legalidade dos atos relacionados a arrecadação e realização de despesa, nascimento ou extinção de direitos e obrigações, fidelidade funcional dos agentes públicos e o cumprimento dos programas e metas estabelecidas. Art. 75 da Lei 4.320/64.
Departamento de Tributação	2. O controle da execução orçamentária se dará através dos procedimentos administrativos constantes das normas de controle interno: Lançamento de tributos; Arrecadação; Baixa Inscrição de créditos em Dívida Ativa; Execução Fiscal; Empenho; Liquidação; Pagamento; Abertura de créditos adicionais; Acompanhamento do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação; Limitação de empenhos; Elaboração e publicação do RREO e RGF; Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas em audiência pública; Controle dos gastos mínimos com ensino, saúde, pessoal e montante da dívida; e Inscrição em Restos a Pagar;
Departamento de Contabilidade	
Secretaria de Planejamento	
Departamento de Administração	

		6.10. Controle da Execução Financeira
		1. Compreenderá a movimentação financeira pelo fluxo orçamentário e extra-orçamentário. Arts. 90 a 93 da Lei 4.320/64 e 8º e 13 da LRF.
Secretaria de Planejamento		2. O controle da execução financeira se dará através dos procedimentos administrativos constantes das normas de controle interno: Desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; Elaboração da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso; Arrecadação; Aplicações financeiras; Pagamentos; Retenções contratuais e consignações; Transferências Financeiras à Unidades Gestoras; e Suprimento à Câmara;
Departamento de Contabilidade		
Departamento Financeiro		
		6.11. Controle de Frota
		1. Os veículos e equipamentos rodoviários a serviço do Município terão seus custos de manutenção e utilização controlados pela administração.
		2. As despesas com combustíveis, lavagem, lubrificação, pulverização, troca de óleo, filtros e outros serão realizadas mediante autorização da autoridade competente na empresa vencedora do certame licitatório.
Departamento de Serviços Gerais		3. O fornecimento de materiais e serviços será objeto de registro em ficha individual por veículo com as seguintes informações mínimas: Identificação do veículo; Identificação do motorista ou operador; Quilometragem ou número de horas trabalhadas inicial e final no mês; Data, hora, quantidade, especificação do produto ou serviço, valor unitário e total e assinatura do motorista ou operador; Quilometragem percorrida, ou horas trabalhadas no mês.
Departamento de Serviços Gerais		4. Os dados e informações constantes da ficha, assim como outros gastos com manutenção do veículo serão registrados em programa específico para emissão de relatório mensal que permita identificar o custo de manutenção de cada veículo, do Km rodado ou hora trabalhada, consumo por Km rodado ou hora trabalhada.
		6.12. Controle da Assistência a Pessoas Carentes

Fundo de Assistência Social	1. A assistência a pessoas carentes será realizada em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Programa Municipal de Assistência Social, Lei Orgânica do Município e Lei Municipal que disciplina a matéria.
Fundo de Assistência Social	2. A condição de carente será homologada pelo serviço de assistência social do Município através de cadastro sócio econômico na forma da Lei Municipal que disciplina a matéria.
Fundo de Assistência Social	3. A assistência a pessoas carentes será realizada através de processo simplificado, montado pelo serviço de assistência social.
	6.13. Controle de Custos
Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade	1. Em atendimento aos princípios constitucional da eficiência e economicidade as ações desenvolvidas pelo Município serão objeto de controle de custos que permita a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme normas estabelecidas na LDO. Art. 37 e 70 da CF, Art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF.
Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade	2. O Sistema de Controle de Custos será desenvolvido de forma a apurar os custos: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc.
Secretaria de Planejamento	3. Constará da LOA, Demonstrativo das Ações com especificação das metas físicas, financeiras e seus respectivos custos orçados.
Secretaria de Planejamento e Departamento de Contabilidade	4. Constará do Balanço Geral do Exercício, Demonstrativo das Ações com especificação das metas físicas, financeiras e seus respectivos custos realizados.
Secretaria de Planejamento	5. As Unidades Administrativas ou servidores, responsáveis pela execução dos programas e ações, informarão mensalmente à Secretaria de Planejamento, a realização física.
Secretaria de Planejamento	6. O Sistema de Controle de Custos orientará estudos e medidas relacionadas ao atendimento aos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.
	6.14. Controle da Prestação de Serviços Particulares
Departamento de Tributação	O atendimento a particulares com serviços de equipamentos rodoviários obedecerá ao disposto na Lei Municipal que trata da matéria.

Departamento de Tributação	2. Os serviços com equipamentos rodoviários serão requeridos pelos interessados mediante pagamento do preço dos serviços calculado por estimativa com base nos valores estabelecidos em norma legal.
Secretaria da Agricultura ou de Obras	3. Sem prejuízo do interesse público, a realização dos serviços obedecerá a ordem cronológica de solicitação por comunidade de forma a preservar o princípio constitucional da igualdade.
Departamento de Tributação	4. Realizado os serviços com equipamentos rodoviários o servidor responsável em até cinco dias úteis, contados da conclusão, informará a quantidade de horas trabalhadas ou de Km rodados para acerto de contas com o beneficiário.
Departamento de Tributação	5. O acerto de contas deverá ser realizado em até dez dias úteis, contados da conclusão dos serviços, sob pena de notificação e inscrição em dívida ativa se for o caso.
	6.15. Prestação de Informações ao TCE
Departamento de RH	1. Declaração de Bens dos Servidores e Agentes Políticos. Art. 115 da LC 202/2000.
Departamento de Contabilidade	2. Demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação acompanhada, quando cabível, das medidas de combate a evasão e a sonegação fiscal, Programação Financeira e Cronograma de Execução mensal de desembolso. Art. 12 da IN TCE nº 02/2001.
Departamento de RH	3. Atos de pensão e aposentadoria dos servidores vinculados ao RPP. Art. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC, Res. TC 06/2001.
Departamento de Contabilidade	4. Processo licitatório na modalidade concorrência. Cadastramento no Website do TCE. Art. 2º da IN TC nº 01/2002.
Departamento de Contabilidade	5. Sistema de cadastramento e acompanhamento de obras. Art. 3º da IN TC nº 01/2002.
Departamento de Contabilidade	6. RREO e RGF. Art. 12 da IN TC 02/2001.
Departamento de Contabilidade	7. Auditoria de Contas Públicas – ACP. Arts. 22 e 26 da Res. TC 16/94.
Departamento de RH	8. Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão de Obra Terceirizada para Substituição de Servidores. Art. 12 da IN TC nº 02/2001.
Departamento de Contabilidade	9. Balanço Geral das Unidades Gestoras e Consolidado. Art. 20 da Res. TC 16/94.
Departamento de Contabilidade	10. Ata da audiência pública realizada para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do quadri-mestre. Art. 17, I da IN TC 02/2001.

Departamento de Contabilidade	11. Relatório com informações necessárias, comprovando a priorização de recursos na LDO para obras em andamento e despesas com conservação do patrimônio público. Art. 17, III da IN TC 02/2001.
Departamento de Contabilidade	12. Elaboração de resposta à diligência, audiência, notificação, pedido de informação e documentos complementares, nos prazos estabelecidos.
	13. As informações serão encaminhadas ao Tribunal de Contas, quando couber, nos prazos indicados na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
	6.16. Prestação de Informações à União
Departamento de Contabilidade	1. Disponibilização na "Homepage" do TCU as comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98.
Departamento de Contabilidade	2. Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU os resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados. Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93. Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98.
IPREVI	3. Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPP do bimestre anterior na forma do Anexo II da Portaria MPAS nº 4.992/99 – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. Art. 14, da Portaria MPAS nº 4.992/99.
Departamento de Contabilidade	4. Comprovação à Secretaria de Previdência Social o repasse ao RPP das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior. Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada.
IPREVI	5. Demonstrativo Financeiro do RPP do bimestre anterior. Encaminhamento à Secretaria da Previdência Social na forma do Anexo III da Portaria MPAS nº 4.992/99. Art. 17, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada.
Departamento de RH	6. Quantitativo de servidores ativos e inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social. Competência dezembro do exercício anterior. Informação à Secretaria de Previdência Social. Art. 14, § 7º, da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada.
Departamento de Contabilidade	7. Elaboração do Cadastro de Operações de Crédito de que trata a Portaria STN nº 109/2002. Competência exercício anterior. Encaminhamento à CEF de vinculação. Art. 3º e 5º da Portaria STN nº 109/2002.
Departamento de Contabilidade	8. Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios do 2º mês imediatamente anterior. Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98.
Departamento de Contabilidade	9. Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no 2º mês imediatamente anterior. Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98.
Departamento de Contabilidade	10. Disponibilização na "Homepage" do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF do bimestre imediatamente anterior. Art. 1º, II, § 2º da Lei Federal 9.755/98.
IPREVI	11. Reavaliação atuarial e financeira e demonstrativo da projeção atuarial, previstos na alínea "a", inciso IV, § 2º do Art. 4º e no inciso II do § 1º do Art. 53 da LRF – Encaminhamento até 28/02 a Secretaria de Previdência Social. Art. 9º, II da Portaria MPAS nº 4.992/99.
Departamento de Contabilidade	12. RGF – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada. Competência Semestre imediatamente anterior. Disponibilização ao Ministério da Fazenda. Art. 4º, § único da Res. Nº 40/2001 do Senado.
Departamento de Contabilidade	13. RREO – Informações dele extraídas. Competência bimestre anterior. Encaminhamento à CEF de vinculação. Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002.
Departamento de Contabilidade	14. Consolidação dos Balanços das diversas Unidades Gestoras na forma estabelecida na Portaria STN nº 109/2002 – Encaminhamento à União via CEF, acompanhado de cópia dos Balanços do exercício. Art. 51, da LRF e Portaria STN nº 109/2002.
IPREVI	15. Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência. Encaminhamento à Secretaria de Previdência Social. Art. 9º da Portaria MPAS nº 4.992/99 Atualizada.
Departamento de Contabilidade	16. SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde. Encaminhamento ao Ministério da Saúde nos prazos indicados na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
Secretaria Municipal de Saúde	17. Relatório Anual de Gestão da Saúde. Encaminhamento a Secretaria Estadual de Saúde no prazo indicado na Agenda de Obrigações. Anexo II deste Decreto.
	18. As informações à União serão prestadas nos prazos indicados na Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.
	6.17. Publicação dos Atos Oficiais

Unidades Administrativa Correspondente	1. Constituem atos da administração, entre outros, sujeitos a publicação, a edição de leis, decretos, portarias, resoluções, aviso de concurso, audiências públicas, licitação, dispensa e inexigibilidade, chamamento público para atualização dos registros cadastrais e ingresso de novos interessados, minutas de contratos, convênios, acordos ajustes e seus aditivos, resultado do julgamento da habilitação e propostas de preços nos processos licitatórios, prestação de contas, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e outros atos da administração de interesse público.
Departamento de Administração	2. Os avisos de licitação nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso e leilão deverão ser publicados com antecedência, no mínimo uma vez: No Diário Oficial da União quando se tratar de obras financiadas total ou parcialmente com recursos do governo federal ou garantidas por instituições federais; No Diário Oficial do Estado; Em Jornal Diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou região. O aviso de licitação na modalidade convite deverá ser publicado na imprensa oficial do Município.
Departamento de Administração	3. A publicação dos avisos de licitação deverá ocorrer nos seguintes prazos mínimos antes do recebimento das propostas, contados a partir da última publicação conforme Art. 21, § 2º da Lei 8.666/93: 45 dias para modalidade concurso e no caso de modalidade concorrência quando o contrato a ser celebrado contemplar regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica e preço". 30 dias para concorrência e tomada de preços do tipo "melhor técnica ou técnica e preço". 15 dias para modalidade tomada de preços e leilão; 5 dias úteis para convite; Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, sendo que só iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão responsável pela licitação. Art. 110 da Lei 8.666/93;
Departamento de Administração	4. As leis, decretos, portarias e resoluções, serão publicadas no mural localizado no hall de entrada do prédio da Prefeitura e no órgão oficial do Município.
Departamento de Administração	5. Os contratos, convênios e seus aditivos, serão publicados na imprensa oficial até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. Art. 61, § único da Lei 8.666/93.

Departamento de Administração	6. O chamamento público para atualização do registro cadastral para efeito de habilitação em licitações, deverá ser realizado pelo menos uma vez por ano, através da imprensa oficial e de jornal diário. Art. 34, § único da Lei 8.666/93.
Departamento de Administração	7. Os avisos de dispensa e inexigibilidade de licitação, habilitação ou inabilitação de licitantes, julgamento das propostas, anulação ou revogação de licitação e rescisão de contrato, deverão ser publicados na imprensa oficial. Art. 26 e 109 da Lei 8.666/93.
	8. Imprensa oficial é o veículo oficial de divulgação do Município, definido pelo Decreto nº 0845/1993 como sendo o mural localizado no hall de entrada do prédio da Prefeitura.
	6.18. Informações à Câmara Municipal
Departamento de Contabilidade	1. Encaminhamento do Balance Mensal das diversas Unidades Gestoras.
Departamento de Contabilidade	2. Encaminhamento do Balanço Geral das diversas Unidades Gestoras para que sejam colocadas à disposição para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. Art. 49 da LRF.
Assessoria Jurídica	3. Elaboração de resposta aos pedidos de informação apresentados pela Câmara Municipal.
	6.19. Informações à Secretaria de Estado da Fazenda
Departamento de Contabilidade	1. Encaminhamento de cópia do Balanço Geral Consolidado até 30 de abril. Art. 51 da LRF.
	6.20. Cumprimento da Agenda de Obrigações
Unidade Administrativa	1. As diversas Unidades Administrativas, no desempenho de suas atribuições, deverão observar o cumprimento da Agenda de Obrigações. Anexo II deste decreto.

7. AUDITORIA INTERNA

RESPONSÁVEL		7. AUDITORIA INTERNA
Unidade Administrativa	SERVIDOR	
		Descrição das Normas

Controladoria Geral	1. Auditoria Interna é um procedimento administrativo regular com o objetivo de verificar a correta gestão orçamentária, financeira e patrimonial sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, publicidade e transparência, conforme as normas de controle interno aqui descritas.
Controladoria Geral	2. A Auditoria Interna será realizada pelo menos uma vez por ano mediante programação, planejamento e coordenação da Controladoria Geral.
Controladoria Geral	3. A verificação do cumprimento das normas de controle interno poderá ser por amostragem através de "check-list" com registro claro e objetivo em relatório de eventuais falhas, erros, deficiências, ilegalidades ou irregularidades constatadas.
Controladoria Geral	4. De posse do relatório de auditoria interna a Controladoria Geral emitirá parecer, dará conhecimento aos chefes dos Poderes observados o âmbito de competência e encaminhará cópia ao TCE com indicação das medidas adotadas e a adotar para correção de eventuais falhas apontadas.

Coordenadoria de Sistema de Controle Interno	5. A auditoria interna será exercida preferencialmente por servidores efetivos com formação nas áreas de economia, ciências contábeis, administração e direito, admitida a contratação para preservar o princípio da segregação de função.
--	--

8. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

RESPONSÁVEL		8. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade Administrativa	SERVI-DOR	Descrição das Normas
Comissão ou Tomador de Contas		1. A Tomada de Contas Especial é um procedimento administrativo com o objetivo de apurar a responsabilidade de quem der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, assim como suprir omissão no dever de prestar contas, com vistas à recomposição do tesouro. Art. 78 da Lei 4.320/64 e Instrução Normativa nº 003/2007.
Controladoria Geral		2. A Controladoria Geral, baseada em relatório de auditoria, denúncia ou ausência de prestação de contas, depois de esgotadas as providências administrativas com vistas à recomposição do erário, recomendará a autoridade competente à instauração de Tomada de Contas Especial.
Autoridade Administrativa Competente		3. A autoridade administrativa competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da recomendação apresentada pela Controladoria Geral ou solicitação do Tribunal de Contas do Estado, decidirá sobre a instauração da Tomada de Contas Especial, sob pena de responsabilidade solidária.
Comissão ou Tomador de Contas		4. A Tomada de Contas Especial será processada por Comissão constituída ou Tomador de Contas designado pelo Chefe de Poder correspondente, devendo concluí-la no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), contados da decisão proferida pela autoridade administrativa.
		5. O processo de Tomada de Contas Especial registrará em relatório, de forma clara e objetiva os fatos apurados, juntando, no que couber, os seguintes elementos: <ul style="list-style-type: none"> - Ficha de qualificação do responsável; - Termo formalizador do convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, e respectivos anexos, ou do ato administrativo que deu causa ao dano ao erário;

	<p>- Demonstrativo financeiro do débito, indicando valor original, origem e data da ocorrência, parcelas recolhidas e respectivas datas de recolhimento, valor atualizado na forma prevista na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCE;</p> <p>- Relatório da Comissão ou Tomador de Contas indicando o motivo da Tomada de Contas Especial, os fatos apurados, as normas legais e regulamentares desrespeitadas, os respectivos responsáveis, informações da fase processual em que se encontra ação no caso de ação judicial e as providências que devem ser adotadas pela autoridade competente para resguardar o erário;</p> <p>- Certificado de Auditoria emitido pelo Controladoria Geral, acompanhado do respectivo Relatório, contendo manifestação acerca dos seguintes requisitos: adequada apuração dos fatos, indicando as normas ou regulamentos eventualmente infringidos; correta identificação do responsável; precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas;</p> <p>- Pronunciamento do Chefe de Poder correspondente declarando as irregularidades ou ilegalidades constatadas e as medidas adotadas ou a adotar para corrigi-las ou para ressarcir o erário;</p> <p>- Cópia das notificações expedidas visando a cobrança do débito, onde constem as irregularidades constatadas e os preceitos legais e regulamentares desrespeitados, acompanhadas de aviso de recebimento ou qualquer outra forma que assegure a certeza da ciência do responsável;</p> <p>- Cópia do relatório de comissão de sindicância ou de inquérito se for o caso;</p> <p>- Cópia de documentos que atestem os fatos descritos no relatório da comissão ou tomador de contas;</p> <p>- Outros elementos que permitam formar juízo acerca da responsabilidade pelo dano ao erário;</p> <p>- Cópia das notificações expedidas às entidades visando a cobrança do débito quando se tratar de omissão no dever de prestar contas de recursos repassados.</p>
Comissão ou tomador de Contas	
Responsável	6. O ressarcimento do dano causado ao erário, apurado em processo de Tomada de Contas Especial, ou apresentação de alegações de defesa, deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da citação expedida pela Controladoria Geral, ou da decisão sobre a apreciação das alegações de defesa.
	7. O débito imputado e não recolhido no prazo estabelecido será inscrito em dívida ativa.
Controladoria Geral	8. As alegações de defesa serão apreciadas e julgada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua apresentação.

Comissão ou Tomador de Contas	9. Não havendo imputação de débito, mas comprovada a prática de grave infração a norma constitucional ou legal, a juízo da comissão ou tomador de contas, o responsável estará sujeito às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores ou em regulamento próprio.
Controladoria Geral	10. O processo de Tomada de Contas Especial será encaminhado ao TCE no prazo de 30 dias, contados da sua conclusão.

9. PROCESSO ADMINISTRATIVO

RESPONSÁVEL		9. PROCESSO ADMINISTRATIVO
Unidade Administrativa	SERVIDOR	Descrição das Normas
		1. O Processo Administrativo é um procedimento voltado para apurar responsabilidade de servidores pelo descumprimento de normas de controle interno sem dano ao erário, mas, caracterizado como grave infração. Art. 36 deste decreto.
		2. O Processo Administrativo será proposto pela Controladoria Geral e determinado pelo Chefe de Poder correspondente.
		3. Instaurado o Processo Administrativo, sua conclusão se dará no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.
		4. O Processo Administrativo será desenvolvido por comissão designada pelo Chefe de Poder correspondente, assegurado aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.
		5. Os fatos apurados pela comissão serão objetos de registro claro em relatório e encaminhamento à Controladoria Geral para emissão de parecer e conhecimento ao Chefe de Poder correspondente com indicação das medidas adotadas ou a adotar para prevenir novas falhas, ou se for o caso, indicação das medidas punitivas cabíveis aos responsáveis, na forma do estatuto dos servidores.
		6. O Chefe de Poder correspondente decidirá no prazo de 30 (trinta) dias, a aplicação das penalidades indicadas no processo.

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : JANEIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência dezembro - (ou próximo dia útil)	

	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência dezembro. (Legislação própria)	
	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Demonstrativo do desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate a evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa. Elaboração até 30 dias após a publicação da LOA. (Art. 13 da LRF)	

	Programação Financeira – Estabelecimento pelo Executivo até 30 dias após a publicação da LOA. (Art. 8º da LRF)	
	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso. Estabelecimento pelo Executivo até 30 dias após a publicação da LOA. (Art. 8º da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97).	
	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001).	

	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de novembro do exercício anterior. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência dezembro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência dezembro.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência janeiro (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	PPA / LDO / LOA – Encaminhamento ao TCE (Art. 21 - Res. TC 16/94)	
30	SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde. Envio dos dados do exercício anterior ao Ministério da Saúde. Portaria Conjunta do MS e Procuradoria Geral da República nº 1163/2000.	

30	RREO, Anexos I, II e X da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público e, quando for o caso, com justificativas da limitação de empenhos e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal adotadas e adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, competência 6º bimestre do exercício anterior. (Art. 48 e 52 da LRF)	
30	RREO – Anexos III, V, VI, VII, IX, XVI e XVII da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência 2º semestre do exercício anterior. (Art. 48 e 53, §1º da LRF, Art. 72 da Lei Federal 9.394/96 e Art. 77 ADCT)	
30	RREO – Anexos XI, XIII e XIV da Portaria STN nº 471/2004 – Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência exercício anterior. (Art. 53 da LRF)	
30	RREO – Informações dele extraídas. Competência 6º bimestre do exercício anterior. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002)	
30	RGF, Anexos I, II, III, IV e VII da Portaria STN nº 470/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência 2º semestre do exercício anterior. (Art. 48, 54 e 55 da LRF)	
30	RGF, Anexos V e VI da Portaria STN nº 470/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência exercício anterior. (Art. 48, 55 e 72 da LRF)	

30	RGF – Informações dele extraídas. Competência 2º semestre do exercício anterior. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 6º, § único da Portaria STN nº 109/2002)	
30	Demonstrativo de que as Operações de Crédito por Antecipação da Receita foram regularmente liquidadas, com juros e outros encargos incidentes, até 10 de dezembro, nos termos do Artigo 38 da LRF – Publicação. (Artigo 5º, § 1º, IV da IN TCE nº 02/2001)	
30	RGF, Anexos I, II, III, IV e VII da Portaria STN nº 470/2004, competência 2º semestre do exercício anterior. Encaminhamento ao Poder Legislativo. (Art. 59 da LRF c/c Art. 5º, I da Lei Federal nº 10.028/00)	
30	RGF, Anexos V e VI da Portaria STN nº 470/2004, competência exercício anterior. Encaminhamento ao Poder Legislativo. (Art. 59 da LRF c/c Art. 5º, I da Lei Federal nº 10.028/00).	
30	Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPP do último bimestre do exercício anterior na forma do Anexo II da Portaria MPAS nº 4.992/99 – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, da Portaria MPAS nº 4.992/99)	
30	Repasse ao RPP das Contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior – Comprovação a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada).	
30	Demonstrativo Financeiro do RPP do bimestre anterior. Encaminhamento à Secretaria da Previdência Social na forma do Anexo III da Portaria MPAS nº 4.992/99. (Art. 17, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada)	

30	Quantitativo de servidores ativos e inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social. Competência dezembro do exercício anterior. Informação à Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, § 7º, da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada)	
30	ACP - Orçamento Anual – Encaminhamento ao TCE (Art. 26. - Res. TC 16/94)	
30	Avaliação do cumprimento da meta de arrecadação para o 6º bimestre do exercício anterior para determinação ou não da limitação de empenho. (Art. 9º da LRF)	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 6º bimestre do exercício anterior, se for o caso. (Art. 9º e 31, § 1º, II da LRF)	
30	Relação atualizada até o trimestre imediatamente anterior, dos ocupantes de cargos eletivos, cargos, empregos ou função de confiança com indicação de nomes, data da posse e CPF – Encaminhamento ao Tribunal de Contas. (Artigo 8º, § único da IN nº TC 02/2004)	
31	Elaboração do Cadastro de Operações de Crédito de que trata a Portaria STN nº 109/2002. Competência exercício anterior. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 3º e 5º da Portaria STN nº 109/2002)	
31	Gastos com Ensino. Anexo X da Portaria STN nº 471/2004. Competência 6º bimestre do exercício anterior – Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação. (Art. 72 da LDB)	

31	Gastos com Saúde. Anexo XVI da Portaria STN nº 471/2004. Competência 6º bimestre do exercício anterior - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde.	
31	Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão de Obra Terceirizada para Substituição de Servidores. Competência 2º semestre do exercício anterior – Elaboração. (Art. 4º da IN TCE nº 02/2001)	
31	Balancetes do mês de dezembro, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência novembro de exercício anterior. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de novembro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31	Relatório Financeiro Trimestral das Atividades da Saúde. Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde em Audiência Pública na Câmara Municipal. Competência 4º trimestre do exercício anterior. (Artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : FEVEREIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência janeiro – (ou próximo dia útil)	

	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência janeiro. (Legislação própria)	
	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita, se for o caso. (Art. 14 da LRF)	

	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)	
	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - Até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
04	e-SFINGE – Competência 6º bimestre do exercício anterior. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	

	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de dezembro do exercício anterior. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	RREO, Anexos I e II da Portaria STN nº 471/2004 - Competência 6º bimestre do exercício anterior - Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	RREO, Anexos III, V, VI, VII, IX e XVII da Portaria STN nº 471/2004 – Competência 2º semestre do exercício anterior. Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	RREO, Anexos XI, XIII e XIV da Portaria STN nº 471/2004 – Competência exercício anterior. Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	RGF, Anexos I, II, III, IV e VII da Portaria STN nº 470/2004 – Competência 2º semestre do exercício anterior – Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	RGF, Anexos V e VI da Portaria STN nº 470/2004 – Competência exercício anterior. Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Desdobramento da Receita Prevista para o exercício em metas bimestrais de arrecadação – Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	

05	Demonstrativo especificando as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de sua competência, a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa – Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso – Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão de Obra Terceirizada para Substituição de Servidores. Competência 2º semestre do exercício anterior – Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência janeiro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência janeiro.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência fevereiro (Art. 29-A, § 2º da CF).	
28	Audiência Pública até 28/02, a partir de 2007, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais - Competência 3º quadrimestre do exercício anterior. (Art. 9º, § 4º c/c Art. 63 da LRF).	
28	Balancetes do mês de janeiro, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
28	Balanco Geral das unidades gestoras – Encaminhamento à Câmara Municipal. (Art. 49 da LRF)	

28	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência dezembro do exercício anterior. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
28	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de dezembro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, § 6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
28	RAIS – Competência exercício anterior – Encaminhamento à CEF	
28	DIRF – Competência exercício anterior – Encaminhamento à Receita Federal.	
28	Comprovante de Rendimentos – Entrega aos servidores	
28	Balanco Geral das unidades gestoras acompanhado do Relatório Circunstanciado da Execução Orçamentária, Parecer da Controladoria Geral e Declaração prestada pela Gerência de Recursos Humanos que o responsável pelas contas da Unidade Gestora está em dia com a exigência de apresentação das declarações de bens e rendas – Encaminhamento ao TCE por meio documental. (Art. 20 da Resolução TC-16/94, Art. 63 da LC 202/2000 combinado com art. 130 da Resolução TC 06/2001 e Art. 6º da IN nº TC 02/2004)	
28	Disponibilização na "Homepage" do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF – Competência 6º bimestre do exercício anterior. (Art. 1º, II, § 2º da Lei Federal 9.755/98)	

28	Reavaliação atuarial em cada balanço da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência. (Art. 2º, I da Portaria MPAS nº 4.992/99).	
28	Prestação de contas dos recursos recebidos do PNATE relativamente ao exercício anterior. Encaminhamento ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF – CACS para análise e emissão de parecer conclusivo. Art. 8º, III da Resolução CD/FNDE nº 18/2004.	
28	Reavaliação atuarial e financeira e demonstrativo da projeção atuarial, previstos na alínea "a", inciso IV, § 2º do Art. 4º e no inciso II do § 1º do Art. 53 da LRF – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. (Art. 9º, II da Portaria MPAS nº 4.992/99)	
28	RGF – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada. Competência 2º Semestre do exercício anterior. Disponibilização ao Ministério da Fazenda. (Art. 4º, § único da Res. Nº 40/2001 do Senado).	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : MARÇO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência fevereiro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência fevereiro. (Legislação própria)	

	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)	

	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001).	
	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de janeiro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência fevereiro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência fevereiro.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência março (Art. 29-A, § 2º da CF)	

30	RREO, Anexos I, II e X da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público e, quando for o caso, com justificativas da limitação de empenhos e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal adotadas e adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, competência 1º bimestre do exercício. (Art. 48 e 52 da LRF)	
30	RREO – Informações dele extraídas. Competência 1º bimestre. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002)	
30	Avaliação do cumprimento da meta de arrecadação para o 1º bimestre para determinação ou não da limitação de empenho. (Art. 9º da LRF)	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 1º bimestre, se for o caso. (Art. 9º e 31, § 1º, II da LRF)	
30	Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPP do último bimestre na forma do Anexo II da Portaria MPAS nº 4.992/99 – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, da Portaria MPAS nº 4.992/99)	
30	Repasse ao RPP das Contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior – Comprovação a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada).	
30	Demonstrativo Financeiro do RPP do bimestre anterior. Encaminhamento à Secretaria da Previdência Social na forma do Anexo III da Portaria MPAS nº 4.992/99. (Art. 17, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada)	

31	Gastos com Ensino. Competência 1º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação. (Art. 72 da LDB)	
31	Gastos com Saúde. Competência 1º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde.	
31	Balancetes do mês de fevereiro, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência janeiro. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de janeiro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011
ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : ABRIL

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência março – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência março. (Legislação própria)	

	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita, se for o caso. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)	

	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - Até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
04	e-SFINGE – Competência 1º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de fevereiro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	RREO, Anexos I e II da Portaria STN nº 471/2004 - Competência 1º bimestre - Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Ata da Audiência Pública realizada até 28 de fevereiro para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais – Encaminhamento ao TCE a partir de 2007 para Municípios que optaram pelo disposto no Art. 63 da LRF. (Art. 17, I da IN TCE nº 02/2001)	

07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência março – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência março.	
15	Prestação de contas dos recursos do PNATE relativamente ao exercício anterior. Encaminhamento pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS ao FNDE. Art. 10, § 3º da Resolução CD/FNDE nº 18/2004.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência abril (Art. 29-A, § 2º da CF)	
20	Relatório com informações necessárias, comprovando a priorização de recursos na LDO para obras em andamento e despesas com conservação do patrimônio público – Encaminhamento ao TCE. (Art. 17, III da IN TCE nº 02/2001)	
30	Consolidação dos Balanços das diversas Unidades Gestoras na forma estabelecida na Portaria STN nº 109/2002 – Encaminhamento à União via CEF, acompanhado de cópia dos Balanços do exercício. (Art. 51, da LRF e Portaria STN nº 109/2002)	
30	Consolidação dos Balanços das diversas Unidades Gestoras na forma estabelecida na Portaria STN nº 109/2002 – Encaminhamento à Secretaria de Estado da Fazenda, acompanhado de cópia dos Balanços do exercício. (Art. 51 da LRF e Portaria STN nº 109/2002)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF – Competência 1º bimestre. (Art. 1º II, § 2º da Lei Federal nº 9.755/98)	

30	Balancetes do mês de março, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência fevereiro. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de fevereiro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, § 6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Relatório de Gestão das atividades da saúde desenvolvidas no exercício anterior. Encaminhamento à Secretaria de Estado da Saúde. Decreto Estadual nº 5.831/2002.	
30	Relatório Financeiro Trimestral das Atividades da Saúde. Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde em Audiência Pública na Câmara Municipal. Competência 1º trimestre (Artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93)	
30	Relação atualizada até o trimestre imediatamente anterior, dos ocupantes de cargos eletivos, cargos, empregos ou função de confiança com indicação de nomes, data da posse e CPF – Encaminhamento ao Tribunal de Contas. (Artigo 8º, § único da IN nº TC 02/2004)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : MAIO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência abril – (ou próximo dia útil)	

	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência abril. (Legislação própria)	
	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita. (Art. 14 da LRF)	

	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)	
	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	

05	Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de março. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência abril – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência abril.	
15	Declaração de IRPF (cópia daquela encaminhada à Receita Federal) – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança, no prazo de até 15 dias após a data limite para entrega à Receita Federal, anexando a ela, quando for o caso, relação das funções e dos cargos de direção que por ventura exerça ou tenha exercido nos últimos 2 anos em órgão colegiado ou em empresas ou instituições públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior. (Art. 1º, § 3º a 6º da IN nº TC 02/2004)	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência maio (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	RREO, Anexos I, II e X da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público e, quando for o caso, com justificativas da limitação de empenhos e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal adotadas e adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, competência 2º bimestre do exercício. (Art. 48 e 52 da LRF)	

30	RREO – Informações dele extraídas. Competência 2º bimestre. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002)	
30	Avaliação do cumprimento da meta de arrecadação para o 2º bimestre para determinação ou não da limitação de empenho. (Art. 9º da LRF)	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 2º bimestre, se for o caso. (Art. 9º e 31, § 1º, II da LRF)	
30	Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPP do último bimestre na forma do Anexo II da Portaria MPAS nº 4.992/99 – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, da Portaria MPAS nº 4.992/99)	
30	Repasse ao RPP das Contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior – Comprovação a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada).	
30	Demonstrativo Financeiro do RPP do bimestre anterior. Encaminhamento à Secretaria da Previdência Social na forma do Anexo III da Portaria MPAS nº 4.992/99. (Art. 17, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada)	
31	Gastos com Ensino. Competência 2º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação. (Art. 72 da LDB)	
31	Gastos com Saúde. Competência 2º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde.	

31	Balancetes do mês de abril, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência março. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de março. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31	Audiência Pública até 31/05, a partir de 2006, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais - Competência 1º quadrimestre. (Art. 9º, § 4º c/c Art. 63 da LRF)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : JUNHO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência maio – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência maio. (Legislação própria)	

	<p>Declaração de IRPF</p> <p>– Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal</p> <p>– Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.</p>	
	<p>Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais</p> <p>– Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)</p>	
	<p>Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)</p>	
	<p>Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita, se for o caso. (Art. 14 da LRF)</p>	
	<p>Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)</p>	

	<p>Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.</p>	
	<p>Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - Até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)</p>	
	<p>Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)</p>	
	<p>Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)</p>	
04	<p>e-SFINGE – Competência 2º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)</p>	
05	<p>Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)</p>	
05	<p>Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de abril. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)</p>	

05	RREO, Anexos I e II da Portaria STN nº 471/2004 - Competência 2º bimestre - Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Ata da Audiência Pública realizada até 31 de maio para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre – Encaminhamento ao TCE a partir de 2006. (Art. 17, I da IN TCE nº 02/2001)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência maio – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência maio.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência junho (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF – Competência 2º bimestre. (Art. 1º II, § 2º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Balancetes do mês de maio, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência abril. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de abril. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, § 6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : JULHO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
-----	-----------	----

02	INSS - Recolhimento - competência junho – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência junho. (Legislação própria)	
	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita. (Art. 14 da LRF)	

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97).	
	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	

05	Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de maio. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência junho – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência junho.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência julho (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde. Envio dos dados do 1º semestre do exercício ao Ministério da Saúde. Portaria Conjunta do MS e Procuradoria Geral da República nº 1163/2000.	
30	RREO, Anexos I, II e X da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público e, quando for o caso, com justificativas da limitação de empenhos e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal adotadas e adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, competência 3º bimestre do exercício. (Art. 48 e 52 da LRF)	
30	RREO – Informações dele extraídas. Competência 3º bimestre. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002)	

30	RREO – Anexos III, V, VI, VII, IX, XVI e XVII da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência 1º semestre. (Art. 48 e 53, §1º da LRF, Art. 72 da Lei Federal 9.394/96 e Art. 77 ADCT)	
30	RGF, Anexos I, II, III, IV e VII da Portaria STN nº 470/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência 1º semestre. (Art. 48, 54 e 55 da LRF)	
30	RGF, Anexos I, II, III, IV e VII da Portaria STN nº 470/2004, competência 1º semestre. Encaminhamento ao Poder Legislativo. (Art. 59 da LRF c/c Art. 5º, I da Lei Federal nº 10.028/00)	
30	RGF – Informações extraídas. Competência 1º semestre. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 6º, § único da Portaria STN nº 109/2002)	
30	Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPP do último bimestre na forma do Anexo II da Portaria MPAS nº 4.992/99 – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, da Portaria MPAS nº 4.992/99)	
30	Repasse ao RPP das Contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior – Comprovação a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada).	
30	Demonstrativo Financeiro do RPP do bimestre anterior. Encaminhamento à Secretaria da Previdência Social na forma do Anexo III da Portaria MPAS nº 4.992/99. (Art. 17, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada)	

30	Avaliação do cumprimento da meta de arrecadação para o 3º bimestre para determinação ou não da limitação de empenho. (Art. 9º da LRF)	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 3º bimestre, se for o caso. (Art. 9º e 31, § 1º, II da LRF)	
31	Remessa do PPA ao Legislativo.	
31	Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência. Encaminhamento à Secretaria de Previdência Social. (Art. 9º da Portaria MPAS nº 4.992/99 Atualizada)	
31	Gastos com Ensino. Competência 3º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação. (Art. 72 da LDB)	
31	Gastos com Saúde. Competência 3º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde.	
31	Balancetes do mês de junho, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência maio. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de maio. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

31	Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão de Obra Terceirizada para Substituição de Servidores. Competência 1º semestre – Elaboração. (Art. 4º da IN TCE nº 02/2001)	
31	Relatório Financeiro Trimestral das Atividades da Saúde. Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde em Audiência Pública na Câmara Municipal. Competência 2º trimestre (Artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93)	
31	Relação atualizada até o trimestre imediatamente anterior, dos ocupantes de cargos eletivos, cargos, empregos ou função de confiança com indicação de nomes, data da posse e CPF – Encaminhamento ao Tribunal de Contas. (Artigo 8º, § único da IN nº TC 02/2004)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : AGOSTO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência julho – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência julho. (Legislação própria)	

	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita, se for o caso. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)	

	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - Até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
04	e-SFINGE – Competência 3º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de junho. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	

05	RREO, Anexos I e II da Portaria STN nº 471/2004 - Competência 3º bimestre - Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	RREO, Anexos III, V, VI, VII, IX e XVII da Portaria STN nº 471/2004 – Competência 1º semestre. Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	RGF, Anexos I, II, III, IV e VII da Portaria STN nº 470/2004 – Competência 1º semestre – Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão de Obra Terceirizada para Substituição de Servidores. Competência 1º semestre – Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência julho – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência julho.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência agosto (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF – Competência 3º bimestre. (Art. 1º II, § 2º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Balancetes do mês de julho, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência junho. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	

30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de junho. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, § 6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	RGF – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada. Competência 1º Semestre. Disponibilização ao Ministério da Fazenda. (Art. 4º, § único da Res. Nº 40/2001 do Senado)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : SETEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência agosto – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência agosto. (Legislação própria)	
	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	

	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97).	
	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	

	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de julho. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência agosto – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência agosto.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência setembro (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	Remessa da LDO ao Legislativo.	
30	RREO, Anexos I, II e X da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público e, quando for o caso, com justificativas da limitação de empenhos e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal adotadas e adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, competência 4º bimestre do exercício. (Art. 48 e 52 da LRF)	
30	RREO – Informações dele extraídas. Competência 4º bimestre. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002)	

30	Avaliação do cumprimento da meta de arrecadação para o 4º bimestre para determinação ou não da limitação de empenho. (Art. 9º da LRF)	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 4º bimestre, se for o caso. (Art. 9º e 31, § 1º, II da LRF)	
30	Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPP do último bimestre na forma do Anexo II da Portaria MPAS nº 4.992/99 – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, da Portaria MPAS nº 4.992/99)	
30	Repasse ao RPP das Contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior – Comprovação a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada).	
30	Demonstrativo Financeiro do RPP do bimestre anterior. Encaminhamento à Secretaria da Previdência Social na forma do Anexo III da Portaria MPAS nº 4.992/99. (Art. 17, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada)	
30	Gastos com Ensino. Competência 4º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação. (Art. 72 da LDB)	
30	Gastos com Saúde. Competência 4º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde.	
30	Balancetes do mês de agosto, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	

30	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência julho. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de julho. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Audiência Pública até 30/09, a partir de 2006, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais - Competência 2º quadrimestre. (Art. 9º, § 4º da LRF)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : OUTUBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência setembro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência setembro. (Legislação própria)	

	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	
	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita, se for o caso. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)	

	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - Até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	e-SFINGE – Competência 4º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de agosto. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	

	RREO, Anexos I e II da Portaria STN nº 471/2004 - Competência 4º bimestre - Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Ata da Audiência Pública realizada até 30 de setembro para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre – Encaminhamento ao TCE a partir de 2006. (Art. 17, I da IN TCE nº 02/2001)	
05	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência setembro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
07	PASEP – Recolhimento – Competência setembro.	
15	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência outubro (Art. 29-A, § 2º da CF)	
20	Remessa da LOA ao Legislativo.	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF – Competência 4º bimestre. (Art. 1º II, § 2º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Balancetes do mês de setembro, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência agosto. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de agosto. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, § 6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30		

30	Relatório Financeiro Trimestral das Atividades da Saúde. Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde em Audiência Pública na Câmara Municipal. Competência 3º trimestre (Artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93)	
30	Relação atualizada até o trimestre imediatamente anterior, dos ocupantes de cargos eletivos, cargos, empregos ou função de confiança com indicação de nomes, data da posse e CPF – Encaminhamento ao Tribunal de Contas. (Artigo 8º, § único da IN nº TC 02/2004)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : NOVEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência outubro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência outubro. (Legislação própria)	
	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	

	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97).	
	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	

	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de setembro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência outubro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência outubro.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência novembro (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	RREO, Anexos I, II e X da Portaria STN nº 471/2004 - Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público e, quando for o caso, com justificativas da limitação de empenhos e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal adotadas e adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, competência 5º bimestre do exercício. (Art. 48 e 52 da LRF)	
30	RREO – Informações dele extraídas. Competência 5º bimestre. Encaminhamento à CEF de vinculação. (Art. 7º da Portaria STN nº 109/2002)	

30	Avaliação do cumprimento da meta de arrecadação para o 5º bimestre para determinação ou não da limitação de empenho. (Art. 9º da LRF)	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 5º bimestre, se for o caso. (Art. 9º e 31, § 1º, II da LRF)	
30	Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPP do último bimestre na forma do Anexo II da Portaria MPAS nº 4.992/99 – Encaminhamento a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, da Portaria MPAS nº 4.992/99)	
30	Repasse ao RPP das Contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior – Comprovação a Secretaria de Previdência Social. (Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada).	
30	Demonstrativo Financeiro do RPP do bimestre anterior. Encaminhamento à Secretaria da Previdência Social na forma do Anexo III da Portaria MPAS nº 4.992/99. (Art. 17, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada)	
30	Gastos com Ensino. Competência 5º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação. (Art. 72 da LDB)	
30	Gastos com Saúde. Competência 5º bimestre - Apuração, publicação e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde.	
30	Balancetes do mês de outubro, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	

30	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência setembro. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de setembro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO.

MÊS : DEZEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência novembro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência novembro. (Legislação própria)	
	Declaração de IRPF – Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal – Entrega à Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores ocupantes de cargo, emprego ou função de confiança até a investidura ou até o término da gestão, mandato, exoneração ou qualquer tipo de afastamento definitivo. (Art. 2º da IN nº TC 02/2004). OBS. A GRH deverá fornecer recibo da entrega, montar processo numerado na forma de livro e organizar a localização das declarações por índice, se possível informatizado.	

	Declaração de IRPF do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais – Remessa de cópia ao Tribunal de Contas pela Gerência de Recursos Humanos no prazo de até 30 dias, contados do seu recebimento. (Art. 4º da IN nº TC 02/2004)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os casos de renúncia de receita, se for o caso. (Art. 14 da LRF)	
	Notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, informando o recebimento de recursos por convênios com o Governo Federal. Prazo - Até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. (Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97)	
	Prestação de contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no convênio.	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - Até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	

	Processo Licitatório na modalidade Concorrência. Cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Art. 2º da IN TC 01/2002)	
05	e-SFINGE – Competência 5º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de outubro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	RREO, Anexos I e II da Portaria STN nº 471/2004 - Competência 5º bimestre - Encaminhamento ao TCE. (Art. 12 da IN TCE nº 02/2001)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência novembro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
15	PASEP – Recolhimento – Competência novembro.	
20	Suprimento devido a Câmara Municipal – Competência dezembro (Art. 29-A, § 2º da CF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF – Competência 5º bimestre. (Art. 1º II, § 2º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Balancetes do mês de novembro, das diversas unidades gestoras – Encaminhamento a Câmara Municipal (Art. 49 da LRF)	

30	Disponibilização na "Homepage" do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios - Competência outubro. (Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de outubro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, § 6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Comissão Permanente de Licitação. Renovação anual de seus membros. Art. 51, § 4º da Lei Federal 8.666/93.	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : JANEIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência dezembro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência dezembro. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	

	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de novembro do exercício anterior. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência dezembro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência dezembro do exercício anterior. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
30	RGF, Anexo I da Portaria STN nº 470/2004 – Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência 2º semestre do exercício anterior. (Arts. 48 e 55 da LRF)	

30	RGF, Anexos V, VI e VII da Portaria STN nº 470/2004 – Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência exercício anterior. (Art. 48, 54 e 55 da LRF)	
30	RGF, Anexo VII da Portaria STN nº 470/2004 – Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência exercício anterior. Exigência até ano base de 2003. (Art. 72 da LRF)	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 6º bimestre do exercício anterior, se for o caso. (Art. 9º da LRF)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de novembro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : FEVEREIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência janeiro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência janeiro. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	

	Estimativa do Impacto Orçamentário –Finan- ceiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações rati- ficadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servido- res vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
05	e-SFINGE – Compe- tência 6º bimestre do exercício anterior. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Home- page" do TCU dos resu- mos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de dezembro do exercício anterior.(Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	RGF, Anexo I da Portaria STN nº 470/2004 – Competência 2º semes- tre do exercício anterior – Encaminhamento ao TCE. (Art. 13 da IN TCE nº 02/2001)	
05	RGF, Anexos V e VI da Portaria STN nº 470/2004 – Competên- cia exercício anterior – Encaminhamento ao TCE. (Art. 13 da IN TCE nº 02/2001)	

	RGF, Anexo VII da Por- taria STN nº 470/2004 – Competência exercício anterior – Encaminha- mento ao TCE. Exigên- cia válida até o exercício base 2003 (Art. 20 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Demonstrativo das Admissões e Contra- tações de Servidores e de Contratações de Mão-de-Obra Terceiri- zada para Substituição de Servidores. Com- petência 2º semestre do exercício anterior. Encaminhamento ao TCE. (Art. 13 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Demonstrativo das despesas com o Poder Legislativo no exercício anterior. Encaminha- mento ao TCE. (Art. 13 da IN TCE nº 02/2001)	
07	FGTS – GFIP - Recolhi- mento - competência janeiro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência janeiro. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
28	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela ad- ministração no mês de dezembro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98).	
28	Balanco Geral acom- panhado do Relatório Circunstanciado da Execução Orçamentária. Encaminhamento ao TCE por meio docu- mental. (Art. 20 da Resolução TC-16/94)	
28	RAIS – Competência exercício anterior – En- caminhamento a CEF	
28	DIRF – Competência exercício anterior – En- caminhamento a Receita Federal	
28	Comprovante de Rendi- mentos – Entrega aos Vereadores e servidores.	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO



MÊS : MARÇO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência fevereiro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência fevereiro. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	

	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de janeiro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência fevereiro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
07	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência fevereiro. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
20	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 1º bimestre do exercício anterior, se for o caso. (Art. 9º da LRF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de janeiro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31		

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : ABRIL

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência março – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência março. (Legislação própria)	

	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
05	e-SFINGE – Competência 1º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de fevereiro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	

07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência março – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência março. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de fevereiro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : MAIO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência abril – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência abril. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	

	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
05	Disponibilização até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de março. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência abril – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência abril. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 2º bimestre do exercício anterior, se for o caso. (Art. 9º da LRF)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de março. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, § 6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : JUNHO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência maio – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência maio. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
05	e-SFINGE – Competência 2º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de abril do exercício anterior. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência maio – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência maio. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de abril. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. Fixação pela Câmara até 6 (seis) meses antes do término da legislatura, para a subsequente. (Art. 111 da CE/SC)	
	Subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais. Fixação por lei de iniciativa da Câmara. (Art. 29, V da CF)	
	Subsídio dos Vereadores. Fixação pela Câmara em cada legislatura para a subsequente. (Art. 29, VI da CF).	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : JULHO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência junho – (ou próximo dia útil)	

	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência junho. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de maio. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	

05	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência junho – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência junho. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
30	RGF, Anexo I da Portaria STN nº 470/2004 – Publicação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, competência 1º semestre. (Arts.48 e 55 da LRF).	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 3º bimestre do exercício anterior, se for o caso. (Art. 9º da LRF)	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de maio. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
31	Proposta Orçamentária da Câmara para o exercício seguinte. Encaminhamento ao Poder Executivo.	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : AGOSTO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência julho – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência julho. (Legislação própria)	

	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso.(Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
05	e-SFINGE – Competência 3º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	RGF, Anexo I da Portaria STN nº 470/2004 – Competência 1º semestre – Encaminhamento ao TCE. (Art. 13 da IN TCE nº 02/2001)	
05	Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão-de-Obra Terceirizada para Substituição de Servidores. Competência 1º semestre. Encaminhamento ao TCE. (Art. 13 da IN TCE nº 02/2001)	

05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de junho.(Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência julho – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimimento recebido. Competência julho. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de junho. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : SETEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência agosto – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência agosto. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	

	Estimativa do Impacto Orçamentário –Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de julho.(Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
05	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência agosto – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
07	Prestação de contas do suprimimento recebido. Competência agosto. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
20	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 4º bimestre do exercício anterior, se for o caso. (Art. 9º da LRF)	
30		

31	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de julho. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
----	---	--

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : OUTUBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência setembro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência setembro. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	

	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
05	e-SFINGE – Competência 4º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de agosto do exercício anterior. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência setembro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência setembro. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de agosto. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : NOVEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência outubro – (ou próximo dia útil)	

	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência outubro. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	
	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de setembro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
05	Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras - SCO do mês anterior. Encaminhamento ao TCE via Internet. (Art. 3º da IN TC 01/2003)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência outubro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	

20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência outubro. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
30	Limitação de empenho e movimentação financeira – Competência 5º bimestre do exercício anterior, se for o caso. (Art. 9º da LRF)	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de setembro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	

Decreto nº 2982/2011

ANEXO II

AGENDA DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

MÊS : DEZEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	OK
02	INSS - Recolhimento - competência novembro – (ou próximo dia útil)	
	Contribuição Previdenciária para Regime Próprio de Previdência – Recolhimento ao Fundo ou Autarquia. Competência novembro. (Legislação própria)	
	Declaração de bens – apresentação ao TCE até 30 dias após a posse; entrada em exercício de cargo, emprego ou função; término de gestão ou mandato; exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, conforme o caso: dos Vereadores e de todos quantos exerçam cargos, empregos ou funções de confiança. (Art. 115 da LC nº 202/2000)	
	Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro para Geração de Despesas ou Assunção de Obrigações, se for o caso. (Arts. 16 e 17 da LRF)	

	Disponibilização na "Homepage" do TCU das comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. (Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98)	
	Atos de Aposentadoria e Pensões de Servidores vinculados ao RPP. Encaminhamento ao TCE para registro. (Arts. 59, III e 113 da CE; Arts. 1º, IV, 35 e 36, § 2º da Lei Orgânica do TCE/SC – LC 202/2000; e Arts. 1º, IV e 123 do RI/TCE/SC – Res. TC – 06/2001)	
05	e-SFINGE – Competência 5º bimestre do exercício corrente. Encaminhamento de dados e informações ao TCE. (Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004)	
05	Disponibilização, até o 5º dia útil, na "Homepage" do TCU dos resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos assinados no mês de outubro. (Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93) (Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98)	
07	FGTS – GFIP - Recolhimento - competência novembro – (ou último dia útil se dia 7 for feriado)	
20	Prestação de contas do suprimento recebido. Competência novembro. Encaminhamento ao Poder Executivo.	
30	Disponibilização na "Homepage" do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no mês de outubro. (Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98)	
30	Saldo Financeiro do Exercício não comprometido. Recolhimento ao Tesouro Municipal. Art. 37 da Resolução TC – 16/94	

30	Comissão Permanente de Licitação. Renovação anual de seus membros. Art. 51, § 4º da Lei 8.666-93.	
----	---	--

Portaria Nº 1122

PORTARIA Nº 1122/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FIXAR LOTAÇÃO à Servidora JAQUELINE RAZERA (Matr. 96), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível/Referência - 8/C, anexo XI, 40 (quarenta) horas semanais, turno matutino/vespertino, junto ao GEM Adolfo Becker, a partir de 01 de fevereiro de 2012, de conformidade com o Edital nº 003/2011/SMECE, com o Decreto nº 2979 de 02 de dezembro de 2011 e com os artigos 33 e seguintes da Lei Complementar nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1123

PORTARIA Nº 1123/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FIXAR LOTAÇÃO à Servidora MARCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível/Referência - 11/D, anexo XI, 40 (quarenta) horas semanais, turno matutino/vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 01 de fevereiro de 2012, de conformidade com o Edital nº 003/2011/SMECE, com o Decreto nº 2979 de 02 de dezembro de 2011 e com os artigos 33 e seguintes da Lei Complementar nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1124

PORTARIA Nº 1124/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO ao Servidor CARLOS ROGÉRIO LOPES DE LIMA (Matr. 2743), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Médico - ESF, Nível - 14, Referência "A", a partir de 07 de Dezembro de 2011, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1125

PORTARIA Nº 1125/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO ao Servidor LILIAN TANIA AMORIM, (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Médico - ESF, Nível - 14, Referência "A", a partir de 07 de Dezembro de 2011, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1126

PORTARIA Nº 1126/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora EDINA SIMONE DA ROSA LUDVIG (Matr. 3394), para ocupar o Cargo de Provisamento em Comissão de Gerente de Serviços Ambulatoriais, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, a partir de 07 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a LC Nº 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 07 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1127

PORTARIA Nº 1127/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO ao Servidor WILLIAM SHI SENG YEH (Matr. 2680), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13, Referência "A", a partir de 08 de Dezembro de 2011, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 0010/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00113/2011

TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2011

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Contratação na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em locação de mão de obra para a prestação de serviços de construção de 100 unidades habitacionais, no bairro São Jorge, Município de Herval d'Oeste (SC)

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 03/01/2012.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 710.577,00 (setecentos e dez mil quinhentos e setenta e sete reais).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site : www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 07 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo de Concessão de Uso de Imóvel Público à SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto Nº 006/2011.

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO Nº 006/2011.

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38, representado neste ato representado por seu Prefeito Sr. NELSON GUINDANI, devidamente autorizado pela Lei Complementar nº 289/2011, daqui por diante denominando simplesmente como CONCEDENTE e o SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, com sede à Rua Tiradentes, nº 123, centro de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Sra. ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 386.948.169-20, RG 11/R-582.728, residente em Joaçaba (SC), daqui por diante designado simplesmente como CONCESSIONÁRIO, resolvem Celebrar o presente "TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO", que se regerá pela Legislação inerente à espécie e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Por este e na melhor forma de direito, o CONCEDENTE concede a CONCESSIONÁRIA, o direito de uso de uma área de 100,00ms2 (Cem metros quadrados), com a inscrição imobiliária nº 01.08.029.0187 e cadastro nº 3421 em nome do Município de Herval d'Oeste(SC), sem benfeitorias, pertencente a uma área maior, localizada no Loteamento Estação Luzerna em Herval d'Oeste (SC), conforme escritura pública registrada sob nº 17.241 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba (SC). O local exato para a construção do Reservatório de Água na área maior constante do mapa em anexo, será determinado pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal em conjunto com um representante do SIMAE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE E OBRIGAÇÕES:

A CONCESSIONÁRIA utilizará o Imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Termo gratuitamente, e única e exclusivamente para construção do Reservatório de Água, o qual será utilizado em prol dos moradores do Loteamento Morada do Sol, sendo-lhes vedado, sua utilização para outra finalidade. Os investimentos com a construção, bem como as despesas com as ligações ou transferências de ligações de energia elétrica, telefone e água, e os pagamentos do respectivo consumo, ou gastos inerentes a qualquer tributo e outras despesas para a viabilização da obra, correrão à conta exclusiva do SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este Termo de Concessão de Uso tem Fundamentação Legal o contido na Lei Orgânica do Município, Código Civil, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 289/2011 e demais Legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA RESCISÃO:

O prazo do presente Termo de Concessão de Uso será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos quantos forem necessários, e o Município poderá rescindir o Termo de Concessão de Uso, se assim lhe convier, mediante notificação escrita por qualquer de suas modalidades, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que caiba ao SIMAE qualquer tipo de indenização pôr quaisquer benfeitorias que tenham sido introduzidas no terreno as quais ficam definitivamente incorporadas

ao mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Para a construção deste Reservatório de Água, o SIMAE deverá respeitar as Normas de Proteção Ambiental, o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município de Herval d'Oeste (SC) e o Ministério Público Estadual, bem como a Legislação municipal inerente ao caso. Em caso da extinção do SIMAE, o objeto desta Lei Complementar reverterá automaticamente ao Patrimônio Municipal, inclusive com todas as benfeitorias sobre ele realizadas, não cabendo qualquer indenização.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC) para dirimir questões decorrentes deste Termo.

E por assim terem justo e entre si acordado, assinam o presente Termo em conjunto com duas testemunhas instrumentais.

Herval d'Oeste (SC), 05 dezembro de 2011.

CONCEDENTE
NELSON GUINDANI
Prefeito

CONCESSIONÁRIA
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF.:

NOME:

CPF.:

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 50/2011 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 64/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 22 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Contratação de empresa para colocação e fornecimento de equipamentos esportivos de academia ao ar livre, na praça de Roça Grande. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 96/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 211/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 22 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Contratação de empresa para fornecer equipamentos de cozinha para escolas municipais. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 97/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 212/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 22 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo maior desconto, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revisão, manutenção mecânica, elétrica e hidráulica, pintura e funilaria e fornecimento de peças originais de primeira linha ou genuínas para os tratores agrícolas e seus implementos e veículos da secretaria municipal de agricultura e pesca. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 45 /11**

Ato da Presidência nº 45 /11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 42ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2011 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
112	PLC nº 247/2011	21/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Institui a gratificação de produtividade aos auditores fiscais tributários do município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
134	PL nº 4.191/2011	21/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera e insere dispositivos na Lei nº 2.842, de 24 de fevereiro de 2006, com redação alterada pela Lei nº 3.870, de 15 de março de 2011 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
143	PL nº 4.194/2011	21/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Revoga a Lei nº 496, de 10 de abril de 1978, que Dispõe sobre doação de Terreno e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 07 de dezembro de 2011.

ROGERTO DE FARIAS PIRES Presidente	ELÍSIO SGROTT Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	THIAGO MACHADO Segundo-Secretário

Itapoá**PREFEITURA****Ata de Sessão Pública Chamamento Público Nº 05/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC

Comissão Permanente de Licitação

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2011 - CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

DATA 07/12/2011 16H30MIN
Licitação/Modalidade DISPENSA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2011
PROC.º 98/2011
Nº 05/2011

OBJETO:

Chamamento público visando o Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura

Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1298/2011. Observado que o edital do certame foi publicado em Diário dos Municípios, mural público municipal e site do Município: www.itapoa.sc.gov.br, no dia 03/11/2011, a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram o envelope de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Protocolaram envelope da chamada pública os seguintes agricultores rurais familiar na pessoa física a saber:

Protocolo	Nome	Data	Horário
3919 /2011	IVO CECCATO	05/12/11	14:32:31

Protocolo	Nome	Data	Horário
3920	ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	05/12/11	14:33:42

Em seguida foram abertos os envelopes dos agricultores rurais familiar, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros. Neste ato constatou-se que todos os licitantes agricultores rurais estavam de acordo com o Edital, portanto considerados HABILITADOS, nesta fase. Passando a fase seguinte foram abertos os Envelopes de PROPOSTA, os quais foram achados conforme com o Edital e estavam dentro do preço médio, conforme preço referencia do Edital - Anexo I. Portanto ficam os agricultores Rurais Familiares IVO CECCATO e ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO Credenciados para fornecerem os seguintes itens:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC
Comissão Permanente de Licitação

PRODUTOR: IVO CECCATO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	V. UNITÁRIO	V.TOTAL
08	Polpa de fruta natural integral, congelada, sabor uva, sem conservantes, corantes ou aditivos, em embalagens de 1kg.	kg	360	12,36	4.449,60

TOTAL: R\$ 4.449,60

PRODUTOR: ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	V. UNITÁRIO	V.TOTAL
01	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	100	5,50	550,00
04	Cebolinha verde. Fresca, folhas firmes, cor verde escura, sem partes amareladas ou apodrecidas.	kg	15	14,75	221,25
05	Pão de abóbora tipo caseiro contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	unidade	148	3,50	518,00
06	Pão de cenoura tipo caseiro contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	unidade	148	3,50	518,00
07	Pão de laranja tipo caseiro contendo em média 500g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	unidade	296	3,50	1.036,00
09	Salsinha. Fresca, folhas firmes, cor verde escura, sem partes amareladas ou apodrecidas.	kg	15	14,75	221,25

TOTAL: R\$ 3.064,50

A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Ciente do resultado supra, o licitante está de acordo com o mesmo. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da CPL

JOSELENE G. N. CUNHA
Membro

GABRIELA DE MELO BARBERO
Membro ADOC

MARIANGELA F. C. RODRIGUES
Membro ADOC

Extrato de Rescisão Contratual
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Itapoá através do prefeito municipal em exercício Sr. Mário Elói Tavares, torna público que será rescindido a partir do dia 09/12/2011, o contrato administrativo a baixo qualificado, referente a licitação DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2011- PRO-CESSE Nº 93/2011 - com o objeto: Constitui o objeto deste contrato a locação de um Imóvel misto, contendo 04 (quatro) quartos, sala, cozinha, 03 (três) banheiros, com varanda na frente e na lateral do imóvel, com aproximadamente 160,00 m², localizado sob a Rua Marcelo Moeck, nº 255, constituído pelo Lote nº 06 da Quadra nº. 15 do loteamento denominado Balneário Pérola, registrada no Registro de Imóveis da Comarca Itapoá, sob a matrícula de nº. 95.781- livro nº. 02- ficha nº. 01, conforme segue:

- Contrato Administrativo nº 77/2011 firmado com a empresa LAURI HENRIQUE DE ANDRADE, brasileiro, divorciado, do comércio, portador do C.I. RG nº. 14/R 1.556.835 SSI/SC, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 503.508.209-10;

Itapoá, 09 de dezembro de 2011.
MARIO ELÓI TAVARES
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Extrato do Contrato Nº 87/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2011

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SUL BRASIL ENGENHARIA LTDA, com sede á Rua Padre Anchieta, nº 2.690, Bairro: Bigorrrilho, na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 78.785.508/0001-30.

Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 12/2011 - PROCESSO Nº 87/2011.

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a Construção da Casa da Cultura com área total de 282,83 m2.

VALOR R\$: 320.324,02 (trezentos e vinte mil, trezentos e vinte e quatro reais e dois centavos)

DATA DA ASSINATURA: 09/12/2011

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura, e com termino esta condicionado a 180 (cento e oitenta) dias.

BASE LEGAL: Lei 8.883/94.

Itapoá, 09 de dezembro de 2011.
MARIO ELÓI TAVARES
Prefeito em Exercício

Extrato do Contrato Nº 88/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2011

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO, produtor rural, grupo informal, com sede a Rua Estrada Geral do Sai Mirim, Primeiro de Julho, neste Município de Itapoá/SC, inscrito no CI.RG. 1400962 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº. 183.357.309-97, Inscrição na DAP/PRONAF SDW0183357309971902111002.

Licitação: Chamada Pública nº 05/2011 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2011 - PROCESSO Nº 98/2011.

Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
VALOR R\$: 3.064,50 (três mil e sessenta e quatro reais e cinqüenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 09/12/2011.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2011.
BASE LEGAL: Lei nº 11.947/2009.

Itapoá, 09 de dezembro de 2011.
MARIO ELÓI TAVARES
Prefeito em Exercício

Extrato do Contrato Nº 89/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2011

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: IVO CECCATO, produtor rural, grupo informal, Estrada do Quiriri, s/n, Pirabeiraba, Joinville/SC, inscrito no CI.RG. 1.131.511 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº. 442.314.589-87, Inscrição na DAP/PRONAF SDW0442314589873108090426.
Licitação: Chamada Pública nº 05/2011 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2011 - PROCESSO Nº 98/2011.
Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
VALOR R\$: 4.449,60 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 09/12/2011.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2011.
BASE LEGAL: Lei nº 11.947/2009.

Itapoá, 09 de dezembro de 2011.
MARIO ELÓI TAVARES
Prefeito em Exercício

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 212 de 07 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 212 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 090/2004 QUE TRATA DA AUTARQUIA PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLASS, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica alterado o art. 9º, caput e §§; art. 15, caput e art. 32, §2º, todos da Lei Complementar nº 090 de 16 de dezembro de 2004, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art 9º Consideram-se dependentes para efeitos da presente Lei Complementar as seguintes pessoas que vivam às expensas do segurado:

- I - cônjuge ou companheiro(a);
- II - filhos até completarem 18 anos, que não possuam vínculo empregatício;
- III - genitores, que não possuam renda;
- IV - menores sob a guarda;
- V - pessoa portadora de deficiência.

§ 1º Será considerada pessoa portadora de deficiência aquela incapaz ou insusceptível de reabilitação para o exercício da atividade que lhe garanta subsistência.

§ 2º A dependência econômica do cônjuge, os filhos solteiros de qualquer condição, menores de dezoito anos, é presumida; a do companheiro e dos filhos inválidos deverá ser comprovada mediante declaração e a dos demais, através de ato judicial.

§ 3º Será considerado dependente o estudante maior de dezoito anos, até a conclusão do primeiro curso superior, fixado o limite de vinte e quatro anos de idade, o que ocorrer primeiro.

Art. 15 Para as sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, fica condicionada a liberação após consulta com profissional especialista da área e respectivo encaminhamento pelo mesmo.

Art. 32

()

§ 2º As contribuições do Município, Autarquias, Fundações e Câmara de Vereadores, serão devidas em mensalidades integrais, correspondendo a 3% (três por cento) sobre o total das remunerações previstas nos incisos I e III do artigo 32 desta Lei Complementar, sendo que a contribuição dos segurados inativos e pensionistas será suportada pelo órgão ao qual o servidor estava vinculado quando em atividade.

Art. 2º Fica prorrogado até 30 de setembro de 2013 o mandato do Conselho de Administração do PLASS nomeado pelo Decreto nº 3.658/2010.

Art. 3º Fica revogado na íntegra o artigo 30 e o art. 9º, §4º, ambos da Lei Complementar nº 090/2004.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 07 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.192 de 07 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.192 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.
"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CONJUNTO RESIDENCIAL ARMINDO DE MEDEIROS HARO, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CONJUNTO RESIDENCIAL ARMINDO DE MEDEIROS HARO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CPNJ sob o nº

09.055.143/0001-75, objetivando a Permissão de Uso de imóvel de propriedade do Município denominado área de utilidade pública com 11.727,88 m² - Matrícula nº 24.169 do Registro Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba.

Parágrafo único - O imóvel destina-se única e exclusivamente para instalação de equipamentos comunitários para atividades educacionais, culturais, desportivas e de lazer da comunidade.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 07 de Dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.193 de 07 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.193 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

“AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM ITÁLIA, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JADIM ITÁLIA, entidade sem fins lucrativos inscrita no CPNJ sob o nº 12.867.058/0001-16, objetivando a Permissão de Uso de dois terrenos urbanos de propriedade do Município, lotes 08 e 09 da quadra N com áreas de 540,00m² e 450,00m² - Matrículas nº 21.004 e 21.005 do Registro Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba.

Parágrafo único - O imóvel destina-se única e exclusivamente para instalação de equipamentos comunitários para atividades educacionais, culturais, desportivas e de lazer da comunidade.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de

notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 07 de Dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.194 de 07 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.194 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica a Fundação Municipal de Cultura e Esportes autorizada a celebrar Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o CIEE/SC - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágios de Estudantes, limitado ao número de três vagas.

Art. 2º Cabe à Fundação Municipal de Cultura e Esportes o repasse mensal ao CIEE/SC de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais), por estudante no exercício de estágio, e transferir, mensalmente, contribuições destinadas ao Fundo Interno de Bolsa-Auxílio/FIBA, administrado pelo CIEE/SC, cujos valores serão aplicados, exclusivamente, na concessão de Bolsa-Auxílio ao estagiário.

Parágrafo único - As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de Dotações próprias do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Cultura e Esportes.

Art. 3º O presente convênio vigorará por 30 (trinta) meses, podendo ser poderá ser prorrogado através de termo aditivo até o máximo de 60 (sessenta) meses.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 07 de Dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.195 de 07 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.195 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 4.169/2011 E 4.170/2011 QUE DENOMINAM POSTOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nºs 4.169/2011 e 4.170/2011 que denominam os Postos de Saúde localizados nos Bairros Frei Bruno e Nossa Senhora de Lourdes.

Art. 2º Os postos de saúde serão denominados Posto de Saúde

Frei Bruno e Posto de Saúde Nossa Senhora de Lourdes, conforme a localização de cada um.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 07 de Dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.196 de 07 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.196 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE JOAÇABA A PARTICIPAR DA FUNDAÇÃO DE TURISMO VALE DO CONTESTADO - CONTTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica o Município de Joaçaba autorizado a integrar a Fundação de Turismo Vale do Contestado - CONTTUR e a efetuar o pagamento de despesas decorrentes da anuidade da entidade.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se a Lei 2.207 de 09 de março de 1995.

Joaçaba, SC, em 07 de Dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 3.961 de 05 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.961 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

REGULAMENTA A CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, NOS TERMOS DA LEI 4.171 DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei, usando da atribuição que lhe confere o art. 10, X, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO que a Constituição da República, em seu art. 30, V, determina que compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 175, que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal estabelece em seu art. 100, que a prestação de serviços públicos, pelo Município, será feita diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre precedida de licitação;

CONSIDERANDO a Lei 4.171/2011 que dispõe sobre a exploração dos serviços de remoção e guarda de veículos;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado, com fundamento no art. 5º da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ser conveniente para o Poder Público Municipal a outorga da concessão para exploração do serviço público de remoção e guarda de veículos que cometerem infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro no Município

de Joaçaba.

TITULO I

CAPÍTULO I

DA REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º Os serviços de remoção e guarda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação em decorrência de infração à legislação de trânsito, na forma do disposto pelo Código de Trânsito Brasileiro, nas vias públicas do município de Joaçaba, reger-se-ão pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, da Lei Ordinária 4.171/2011, pelo presente Decreto e por normas complementares expedidas pelo Poder Executivo.

§ 1º Os serviços de que trata o presente Decreto serão outorgados por concessão à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, mediante licitação na modalidade "concorrência pública", nos termos do artigo 4º da Lei 4.171/2011.

§ 2º As normas complementares referidas no caput serão aprovadas por ato do Chefe do Poder Executivo e referir-se-ão, exclusivamente, à dinâmica da aplicação deste Decreto no que se refere à operação dos serviços visando o seu aperfeiçoamento.

Art. 3º A operação do sistema consiste:

I - na remoção de veículos apreendidos através da utilização de rebocadores de propriedade da concessionária ou por esta contratados;
II - na guarda em pátio de recolhimento ou área destinada para esse fim, onde o veículo permanecerá até a liberação ou transferência para outro local; e

III - na liberação dos veículos infratores com apoio de agentes do poder concedente e de órgãos e instituições governamentais afins.

§1º A remoção só poderá ser efetuada na presença e com prévia autorização do Agente da Autoridade de Trânsito responsável pela autuação.

§ 2º O Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo será recolhido pelo Agente da Autoridade de Trânsito no ato da autuação, devendo ser arquivado em ordem alfanumérica de placa, em local destinado especificamente para esta finalidade.

§ 3º No ato da entrega do veículo será devolvido ao proprietário ou seu representante legal habilitado, mediante recibo, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo recolhido no ato da autuação e remoção.

Art. 4º Os veículos recolhidos deverão permanecer em local apropriado com instalações previamente aprovadas pelo poder concedente, de propriedade da concessionária ou por esta locado, ficando sob sua guarda e responsabilidade até que sejam liberados por determinação da autoridade competente.

Art. 5º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - remoção: o transporte de veículo apreendido executado pela concessionária mediante determinação da autoridade competente, do local em que se encontra no momento da determinação até o local destinado para sua guarda;

II - recolhimento: o depósito de veículo em área de propriedade da concessionária ou locada para esse fim destinado à guarda do veículo removido;

III - estadia: o tempo de permanência no local destinado para esse fim decorrido entre o recolhimento do veículo e sua efetiva liberação; e

IV - pátio: local destinado ou utilizado para a guarda ou depósito de veículos apreendidos, devendo localizar-se no território do Município de Joaçaba.

Art. 6º O pátio de recolhimento de veículos deve ser localizado na área urbana do município de Joaçaba e deverá possuir:

I - capacidade não inferior a dois mil e quinhentos metros quadrados (2.500m²) de área;

II - área coberta que proporcione abrigo para, no mínimo, 80 (oitenta) automóveis e 50 (cinquenta) motocicletas;

III - preparação adequada do solo com nivelamento e compactação com brita ou material compatível;

IV - muro ou cerca de tela circundando o terreno;

V - instalação para administração, controle e segurança;

VI - sistema de monitoramento por imagens;
VII - iluminação para melhoria da segurança noturna; e
VIII - seguro contra furto, roubo, incêndio, casos fortuitos e de força maior.

Parágrafo único. Será de responsabilidade da concessionária, desde o momento de remoção e durante o período em que estiver recolhido, qualquer dano provocado ao veículo.

Art. 7º São procedimentos obrigatórios de operação da concessionária:

I - manter os serviços em funcionamento 24 horas, ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

II - realizar remoção somente com a presença de um agente da autoridade que autuou o infrator;

III - manter cadastro completo dos veículos recolhidos, através de um livro diário no qual deve constar, no mínimo, identificação do veículo, nome do condutor ou do proprietário, data do recebimento, agente de trânsito responsável pela apreensão e data da saída do veículo; e

IV - receber todo e qualquer veículo, assim classificado no art. 96 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), quando devidamente apreendido, removido ou retirado de circulação pelos agentes das autoridade de trânsito, exceto aqueles de tração animal;

V - liberar o veículo somente para seus proprietários ou procuradores, mediante a regularização do motivo da apreensão, devidamente comprovada, e da apresentação do ato liberatório expedido pela autoridade competente e do pagamento das despesas relativas à remoção e estadia.

CAPÍTULO II DA CONCESSÃO

Art. 8º O prazo da concessão a que se refere o § 1º do art. 1º será de cinco (5) anos, na forma do disposto pelo artigo 2º da Lei 4.171/2011.

Art. 9º A concessionária poderá contratar serviços de terceiros por prazo determinado e sob sua responsabilidade para fazer frente ao atendimento de demandas decorrentes da concessão outorgada.

CAPÍTULO III DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Art. 10. Incumbe ao poder concedente:

I - regulamentar o serviço, gerenciá-lo e fiscalizá-lo permanentemente;

II - assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

III - aplicar penalidades regulamentares e contratuais;

IV - declarar a extinção da concessão nos casos previstos em lei;

V - homologar reajustes e proceder às revisões tarifárias.

Parágrafo único. No exercício da fiscalização do poder concedente, deverá a concessionária permitir o acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

CAPÍTULO IV DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Art. 11. Além do cumprimento das cláusulas constantes do contrato de concessão, a concessionária fica obrigada a:

I - prestar serviço adequado assim entendido o prestado com regularidade, continuidade e igualdade de tratamento dos usuários e modicidade nas tarifas;

II - cumprir e fazer cumprir as normas de serviço e as cláusulas da concessão;

III - facilitar o exercício da fiscalização pelo poder concedente;

IV - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo órgão gestor; e

V - submeter-se à fiscalização pelo poder concedente.

CAPÍTULO V DA POLÍTICA TARIFÁRIA E RECEITAS DO SISTEMA

Art. 12. Os serviços de que trata o presente Decreto será remunerado pelos proprietários ou possuidores de veículos notificados e/ou apreendidos por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro mediante o pagamento de tarifa fixada na Lei 14.957/2009, que dispõe sobre taxas estaduais.

§ 1º Constitui receita do sistema a ser considerado no cálculo tarifário os valores obtidos com a cobrança das tarifas para remoção e estadia dos veículos recolhidos ao pátio da concessionária.

§ 2º Os valores fixados na forma do caput deste artigo somente serão corrigidos na medida em que houver reajuste na Lei 14.957/2009, sendo vedado à concessionária a aplicação, sobre eles, de qualquer tipo de reajuste.

TÍTULO II DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS CAPÍTULO I DOS VEÍCULOS

Art. 13. A concessionária deverá disponibilizar no mínimo 02 caminhões-guincho para o regular funcionamento do serviço, devendo apresentar mensalmente ao poder concedente comprovação de regularidade fiscal e, anualmente, apólice de seguro vigente e certificado técnico dos caminhões-guincho expedido pelo INMETRO que ateste a capacidade operacional dos equipamentos.

Art. 14. A idade dos veículos-reboques utilizados na operação dos serviços não poderá ser superior a quinze (15) anos para veículos até quatro toneladas (4t) de peso operacional e não superior a trinta (30) anos para caminhões acima de 4 toneladas (4t) de peso operacional.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO E DA RESCISÃO

Art. 15. Incumbe à Secretaria Municipal de Infraestrutura, através da Gerência de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana, enquanto órgão executivo municipal de trânsito, a fiscalização dos serviços previstos neste Decreto.

Parágrafo único. O poder concedente poderá contar com o apoio de órgãos e instituições governamentais afins para a fiscalização cooperativa dos serviços visando o aperfeiçoamento da dinâmica do exercício do poder de polícia administrativa.

Art. 16. Na hipótese de descumprimento de qualquer disposição deste Decreto por parte da concessionária, o contrato administrativo será rescindido de pleno direito, sem gerar qualquer ônus ao poder concedente.

Parágrafo único. No caso de a rescisão contratual decorrer de requerimento da concessionária, esta deverá pagar uma multa contratual, no ato da formalização da rescisão, cujo valor será o da última remuneração mensal multiplicado pelo número de meses faltantes para o término do prazo da concessão, sem prejuízo das cominações por perdas e danos e indenizações devidas no caso de a rescisão contratual se operar por culpa da concessionária em descumprimento das normas dispostas no presente Decreto

TÍTULO III DOS PRINCÍPIOS GERAIS CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Para os casos não previstos neste Decreto, aplicar-se-á as disposições da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e suas alterações.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 05 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 3.963 de 06 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.963 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º É considerado Ponto Facultativo nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2011, nas Repartições Públicas Municipais (órgãos e entidades da Administração Direta e Fundacional), ressaltados os serviços e as atividades considerados de natureza essencial, especialmente na área da Saúde.

§1º - O Ponto Facultativo no âmbito das Autarquias Municipais, compreendendo SIMAE e PLASS, e Secretaria Municipal de Saúde, será considerado para o dia 30 de dezembro de 2011, sexta-feira.

§2º - Excepcionalmente, para o dia 23 de dezembro de 2011, sexta-feira, o expediente da Autarquia SIMAE e Secretaria Municipal de Saúde, será das 07h às 13h.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 06 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 164/2011/FMS - TA 02/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2011/FMS

TA 02-2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: OXIGENIO.COM GASES ATMOSFERICOS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 164/2011-FMS, firmado em 20 de janeiro de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2011-FMS, instaurado pelo Edital PP nº 02/2011-FMS, homologado no dia 20/01/2011, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR - O valor do contrato original fica suprimido em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), correspondente a 12,815% do valor inicial contratado, em conformidade ao disposto no § 1º e no § 2º, II, do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA SEGUNDA As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

DATA DE ASSINATURA: 08/12/2011.

Extrato do Contrato Nº 232/2011/FMS - TA 01/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 232/2011/FMS

TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 232/2011/FMS, firmado em 08/09/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 30/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 25/2011/FMS, homologado no dia 08/09/2011, cujo objeto é a execução, de forma parcelada, de material impresso (material educativo), destinados ao Programa de Combate à Dengue, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 700,00 (setecentos reais), correspondente a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	UNITÁRIO	TOTAL
3	FOLDER - impressão em Offset 4x4 cores, fundo na cor laranja, 150 gr - papel couchê, A4, tamanho 30,00 cm de larg. x 21,00 cm de alt., acabamento: 1 dobra - vincar, dobrar. Lay-out "JOAÇABA CONTRA A DENGUE"	4.000	UN	0,295	1.180,00
5	Tabuleiro de jogos - folha nas medidas 21 x 29,7; PICOTE; Fotolito (F/V). Folha em Triplex 370 gr com 4x4.	3.000	UN	0,54	1.620,00

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas provenientes da execução deste Aditivo correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0066.0 (48) - Aplicações Diretas

2.013 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0 (35) - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

DATA DE ASSINATURA: 08/12/2011.

Extrato do Contrato Nº 864/2011/PMJ - TA 01/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 864/2011/PMJ

TA 01/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 864/2011/PMJ, firmado em 03/11/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 113/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 53/2011/PMJ, homologado em 03/11/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Joaçaba (exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações), durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO CONTRATADO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO CONTRATADO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 10.650,00 (dez mil seiscentos e cinquenta reais), correspondente a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 2.040 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL - 89 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas - CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as

testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

DATA DE ASSINATURA: 08/12/2011.

Ordem de Paralisação Contrato 693/2010/PMJ

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa EGITO ENGENHARIA LTDA, a paralisação dos serviços relativos à construção do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros, com área total de 272,24 m², no acesso ao Aeroporto Municipal, à Rua Severino Remor, Bairro São Brás, neste Município, objeto do Contrato nº 693/2010, oriundo do Processo de Licitação nº 83/2010 - Edital de Tomada de Preços nº 15/2010, haja vista a necessidade de prazo para que a fiscalização da obra analise as questões técnicas a serem solucionadas para a efetiva conclusão da obra.

A paralisação acontecerá a partir de 23/11/2011 e perdurará pelo período de 30 (trinta) dias, ficando a vigência do contrato prorrogada por igual período.

Joaçaba, SC, 21 de novembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EGITO ENGENHARIA LTDA

Lucien Ribas da Costa

Ordem de Serviço Nº 139/2011, Recebida em 22/11/2011

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 139/2011

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, a iniciar os serviços de REFORMA DE AMBIENTES DA ESCOLA MUNICIPAL ROTARY FRITZ LUCHT, de acordo com o Processo de Licitação nº 104/2011 - CONVITE Nº 17/2011, homologado em 16/11/2011. O total do serviço contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 57.763,47 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula TERCEIRA do CONTRATO Nº 868/2011, de 16 de novembro de 2011. O prazo para a conclusão dos serviços é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento da presente. Fica responsável pelos trabalhos de Fiscalização desta obra, o Engº Civil Adriano Ziero.

Joaçaba (SC), 17 de novembro de 2011.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

REPRESENTANTE: ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Assinatura e carimbo _____

CPF: 026.240.709-40

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.
a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 139/2011

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, a iniciar os serviços de REFORMA DE AMBIENTES DA ESCOLA MUNICIPAL ROTARY FRITZ LUCHT, de acordo com o Processo de Licitação nº 104/2011 - CONVITE Nº 17/2011, homologado em 16/11/2011. O total do serviço contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 57.763,47 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula TERCEIRA do CONTRATO Nº 868/2011, de 16 de novembro de 2011. O prazo para a conclusão dos serviços é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento da presente. Fica responsável pelos trabalhos de Fiscalização desta obra, o Engº Civil Adriano Ziero.

Joaçaba (SC), 17 de novembro de 2011.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

REPRESENTANTE: ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Assinatura e carimbo _____

CPF: 026.240.709-40

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

SIMAE**Homologação Pregão Presencial 043/2011 SIMAE****ESTADO DE SANTA CATARINA**
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 43/2011 - PR**Processo Administrativo: 60/2011
Processo de Licitação: 60/2011
Data do Processo: 09/11/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2011
b) Licitação Nr.: 43/2011-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/12/2011
e) Data da Adjudicação: 08/12/2011 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA TRATADA DO SIMAE PARA ATENDER A COMUNIDADE DE LINHA BARRA DO ESTREITO DE LUZERNA/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1	0,0000	8.140,00
- 006618 - SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUCAO LTDA	13	0,0000	1.219,70
- 006058 - SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	1	0,0000	4.530,00
	15		13.889,70

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (15) Saldo: 1.074.980,32

Joaçaba, 8 de Dezembro de 2011.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Resumo Contrato JHL 0085/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0085/2011
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0043/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2011
PROTOCOLO Nº 2901/2011

Data: 08/12/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM FERRO GALVANIZADO PARA EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE LINHA BARRA DO ESTREITO EM LUZERNA/SC.
Contratado: SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Valor total do Contrato: R\$ 1.219,70 (Hum mil, duzentos e dezanove reais e setenta centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 08/12/2011 a 17/02/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0084/2011 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0084/2011
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0043/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2011
PROTOCOLO Nº 2901/2011

Data: 08/12/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS EM PVC PARA EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE LINHA BARRA DO ESTREITO EM LUZERNA/SC.

Contratado: BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor total do Contrato: R\$ 8.140,00 (Oito mil, cento e quarenta reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 08/12/2011 a 17/02/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0085/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0086/2011
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0043/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2011
PROTOCOLO Nº 2901/2011

Data: 08/12/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS EM PEAD PARA EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE LINHA BARRA DO ESTREITO EM LUZERNA/SC.

Contratado: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA

Valor total do Contrato: R\$ 4.530,00 (Quatro mil, quinhentos e trinta reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 08/12/2011 a 17/02/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux**PREFEITURA****Processo 38/2011 Termo de Dispensa 003/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2011

TERMO DE DISPENSA Nº 003/2011

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOSDE ESCAVADEIRA HIDRAULICA E FORNECIMENTO DE MATACOS PARA MANUTENCAO DA RUA 13 DE MAIO, CONFORME ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

FAVORECIDO: CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME - CNPJ: 12.361.704/0001-79

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DIAS

VALOR GLOBAL: R\$15.800,00

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

JUSTIFICATIVA: ANEXA AOS AUTOS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2011

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JOSE BOITEUX, 08 de Dezembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Processo 38/2011 Termo de Dispensa 003/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2011

TERMO DE DISPENSA Nº 003/2011

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOSDE ESCAVADEIRA HIDRAULICA E FORNECIMENTO DE MATACOS PARA MANUTENCAO DA RUA 13 DE MAIO, CONFORME ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

FAVORECIDO: CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME - CNPJ: 12.361.704/0001-79

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DIAS

VALOR GLOBAL: R\$15.800,00

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

JUSTIFICATIVA: ANEXA AOS AUTOS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2011

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JOSE BOITEUX, 08 de Dezembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

CC 10-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento do Edital:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
CC	10/2011 PML	Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.	24/01/12	14:00

A retirada do Edital obter-se-á somente no Setor de Licitações, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, ao custo de R\$ 10,00.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Portaria nº 204/2011

P O R T A R I A Nº 204/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ROSIMERI CARBONI COAN, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 205/2011

P O R T A R I A Nº 205/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ROSINETE NUNES, elevando de MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei Nº 842/2011

LEI Nº 842 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR PONTE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a denominar a Ponte, localizada na comunidade de Rio Janzen, Município de Leoberto Leal de "VICE-PREFEITO ANTONIO LIBARDO".

Art. 2º Justifica-se esta denominação, pelo fato do senhor Antonio Libardo ter sido Vice-Prefeito Municipal na legislatura de 1973/1977, assumiu a Prefeitura por seis meses e sempre buscou a realização de obras e serviços para a sua comunidade e todo o Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Leoberto Leal, 8 de dezembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei Nº 843/2011

LEI Nº 843 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR PONTE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C no uso de suas

atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a denominar a Ponte, localizada na comunidade de Ribeirão dos Ovos, Município de Leoberto Leal de "VEREADOR ANTONIO STEINBACH".

Art. 2º Justifica-se esta denominação, pelo fato do senhor Antonio Steimbach ter sido Vereador desta comunidade, sempre buscando a realização de obras e serviços para sua comunidade e região.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Leoberto Leal, 8 de dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
PREFEITA MUNICIPAL

Lei Nº 844 - Cria cargo de Agente Ambiental e de Defesa Civil e dá outras providências

LEI Nº 844 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

"Cria cargo de AGENTE AMBIENTAL E DE DEFESA CIVIL e dá outras providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de AGENTE AMBIENTAL E DE DEFESA CIVIL com as características:

- I - provimento efetivo, mediante concurso público;
- II - escolaridade: nível superior em Ecologia ou Gestão Ambiental;
- III - vencimento: R\$ 900,00 (novecentos reais);
- IV - jornada semanal: 40 (quarenta) horas;
- V - quantidade de vagas: 02 (duas); e
- VI - as atribuições de:

- a) zelar pela sustentabilidade das ações humanas e preservação do meio ambiente local;
- b) acompanhar e prevenir as alterações da natureza e meio ambiente, incorporando-se a Comissão de Defesa Civil do Município.

- c) executar e orientar o cumprimento da legislação ambiental;
- d) adotar atitude ética no tratamento da relação ser humano, empresa e órgãos públicos com o meio ambiente;
- e) participar e analisar a elaboração de relatórios sobre impactos ambientais;
- f) recomendar e adotar medidas para que o impacto ecológico seja evitado ou suas consequências atenuadas;
- g) fornecer informações sobre a toxidade de produtos;
- h) criar e executar programas de conscientização ambiental;
- i) elaborar, implementar e manter projetos de gestão ambiental;
- j) aprimorar os sistemas de gestão e administração ambiental já existentes;
- l) analisar a região e planejar sua ocupação de modo a preservar o meio ambiente;
- m) elaborar produtos ou serviços ambientalmente compatíveis a realidade da região elaborar o aproveitamento das matérias-primas;
- n) promover o desenvolvimento sustentável de uma região, planejando a exploração natural de modo a não comprometer o meio ambiente;
- o) elaborar projetos de tratamento e eliminação de dejetos industriais;
- p) elaborar a eliminação de dejetos sólidos;
- q) trabalhar com o armazenamento do lixo e com técnicas de tratamento;
- r) trabalhar com a reciclagem e processos de reaproveitamento

de materiais;

- s) realizar a medição e a avaliação dos resultados dos projetos implementados;
- t) elaborar projetos de recuperação e manutenção de áreas degradadas;
- u) elaborar projetos de drenagem da água da chuva;
- v) trabalhar com a educação ambiental e com a conscientização da população nesse sentido;
- x) incentivar o investimento no setor ambiental;
- z) desenvolver projetos que promovam a sustentabilidade.

Art. 2º A despesa desta lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 8 de dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Retificação do Contrato Nº 080/2011 PMLL RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 080/2011

Conforme publicação ocorrida no DOM, Edição nº 875, página 121, publicado no dia 29/11/2011, o Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, através da Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, torna público a Retificação do Contrato nº 080/2011, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

ONDE SE LÊ: CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Primeira do Contrato nº 001/2011, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO".

I - "O aditivo de contrato tem por objeto, o acréscimo na quantidade, conforme preconiza o inciso I, "b" do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data com o acréscimo na quantidade de 12.600 litros de óleo diesel.

LEIA-SE: CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Primeira do Contrato nº 001/2011, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO".

I - "O aditivo de contrato tem por objeto, o acréscimo na quantidade, conforme preconiza o inciso I, "b" do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data com o acréscimo na quantidade de 12.600 litros de gasolina comum.

Leoberto Leal/SC, 09 de dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1415

DECRETO Nº 1415 de 08 de dezembro de 2011.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO/CMDET DE LUZERNA(SC), na forma do art.6º da Lei nº 615 de 20.10.05, alterado pela Lei nº 992 de 26.07.11, ficando assim constituído:

I-representantes da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração de Luzerna

CRISTINA KÜLL ADÃO - Titular

TIAGO SCHNEIDER - Suplente

II - representantes da ACIAL

ADEMIR DALLA LANA - Titular

RAFAEL KRATOCHVIL - Suplente

III - Gestor de Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL

RAFAEL PATZLAFF

IV - representantes de empresas incubadas

ALEXANDRE HEBERLE - Titular

RUDY JOSÉ NODARI JÚNIOR - Suplente

PAULO SÉRGIO ORTIZ BATISTA - Titular

MAYCON VANER PROVENSI - Suplente

V- representantes do CONSELHO DO MUNICÍPIO

MÁRCIO DALLA LANA - Titular

GUNTHER KNOLSEISEN - Suplente

VI - representantes da Assessoria de Indústria e Comércio

MICHEL FABRÍCIO MOTT - Titular

MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT - Suplente

VII - representantes do Instituto Federal Catarinense - IFC

RICARDO KERSCHBAUMER - Titular

MAURO ANDRÉ PAGLIOSA - Suplente

VIII-representantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Unidade de Luzerna

CLAUDEMIR JOSÉ BONATTO - Titular

FABIANO PASQUAL D'AGOSTINI - Suplente

IX-representantes da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - Campus de Joaçaba

RICARDO ANTONELLO - Titular

TÂNIA MARIA DOS SANTOS NODARI - Suplente

X - representantes do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

SUELI VIEIRA BERNARDI - Titular

ONÍLIA MANENTI - Suplente

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2011.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 160/11

Portaria nº 160/11 de 12/12/11 - "Nomeia servidora que especifica" (ROSELI BAPTISTA DA SILVA DACAZ, para exercer o emprego público efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004, a partir de 12/12/2011).

Extrato Homologação Convite pml.015.2011 - PNEUS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Convite nº 015/2011

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0080/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite

- Objeto: Aquisição de pneus destinados à manutenção dos veículos de propriedade da Rádio Patrulha e da Prefeitura de Luzerna.

- Empresa(s) Vencedora(s): JOAÇABA PNEUS LTDA

- Valor total: R\$ 1.638,00

Luzerna (SC), 09 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Extrato de Contrato Nº: pml.052.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.052.11

MODALIDADE: Carta-Convite para Compras e Serviços nº 0015/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

OBJETO: aquisição de pneus destinados à manutenção dos veículos de propriedade da Rádio Patrulha e da Prefeitura de Luzerna

VALOR: R\$ 1.638,00 (hum mil, seiscentos e trinta e oito reais),

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2011 contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial

DOTAÇÕES:

Conta: 06.0601.06.181.0010.2010.33900000

Reduzido : 024

Órgão : SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DA RÁDIO PATRULHA

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2030.33900000

Reduzido : 052

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 09 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

HERBERT HUGO SÜHNEL

JOAÇABA PNEUS LTDA

CONTRATADA

Massaranduba

PREFEITURA

Errata Processo Licitatório Nº. 30/2011 - FMS

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 30/2011 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS
Nº. 17/2011

ERRATA

Na publicação realizada ref. Ao processo Nº 30/2011, onde se lê:

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 h do dia 12/12/2011.

Leia-se:

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 14/12/2011

Massaranduba, 05 dezembro de 2011.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria n.º 410/2011

PORTARIA n.º 410/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º O Senhor JOÃO NILCEU PASINI, ocupante do cargo de Professor ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escolinha de Treinamento - Voleibol.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 047/2011.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 411/2011

PORTARIA n.º 411/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ANDERSON VENSON DAL PONT, ocupante do cargo de Professor ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escolinha de Treinamento - Futsal.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 048/2011.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Extrato Contratual - Contrato Nº. 097/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 097/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: RICARDO NELSON DALSASSO ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE FOGOS ARTIFICIAIS E EXECUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO SHOW PIROTÉCNICO NA FESTA NOITE DE LUZES - MELEIRO 50 ANOS.
Valor: R\$ 7.800,00
Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 30 de novembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 098/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 098/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: CLAUDIO ELIAS JÚNIOR
Objeto: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO DIA 18.12.2011 COM SHOW DE "MIRELLI ELIAS E BANDA" NA FESTA NOITE DE LUZES - MELEIRO 50 ANOS A SER REALIZADA NO PAVILHÃO DE ARROZ DO MUNICÍPIO.
Valor: R\$ 2.200,00
Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 31/12/2011.
Data da assinatura: 01 de dezembro de 2011.

Navegantes

PREFEITURA

Altera disposições do Código Tributário ref. contribuição de iluminação pública

LEI COMPLEMENTAR N º 128 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N º 6 DE 31/12/2002 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - ATINENTES À CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 60, incisos I e III, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O artigo 390 da Lei Complementar n º 6 de 31/12/2002 - Código Tributário Municipal - passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.390 - A cobrança da contribuição relativa aos imóveis edificados efetuar-se-á mensalmente, será lançada no mesmo documento da fatura mensal de energia elétrica e calculada sobre a tarifa por tipo de ligação conforme segue:

classe	nomenclatura	consumo/kw	valor R\$
Resid.normal			
01 01	resid.normal	0 a 30	0,00
01 01	resid.normal	31 a 50	2,99
01 01	resid.normal	51 a 100	4,30
01 01	resid.normal	101 a 200	6,05
01 01	resid.normal	201 a 300	7,95
01 01	resid.normal	301 a 500	8,70
01 01	resid.normal	501 a 1000	15,70
01 01	resid.normal	acima de 1000	29,00
Resid. Veranista			
01 02	resid. Veranista	0 a 30	4,50
01 02	resid. Veranista	31 a 50	5,50
01 02	resid. Veranista	51 a 100	6,60
01 02	resid. Veranista	101 a 200	7,50
01 02	resid. Veranista	201 a 300	10,30
01 02	resid. Veranista	301 a 500	11,50
01 02	resid. Veranista	501 a 1000	19,70
01 02	resid. Veranista	acima de 1000	49,90
Resid. Outros			
01 99	resid. Outros	0 a 30	0,00
01 99	resid. Outros	31 a 50	3,50
01 99	resid. Outros	51 a 100	5,00
01 99	resid. Outros	101 a 200	6,50
01 99	resid. Outros	201 a 300	9,58
01 99	resid. Outros	301 a 500	9,80
01 99	resid. Outros	501 a 1000	18,30
01 99	resid. Outros	acima de 1000	39,40
Indústria			
02 99	Indústria	0 a 30	6,50
02 99	Indústria	31 a 50	9,50
02 99	Indústria	51 a 100	18,00
02 99	Indústria	101 a 200	21,50
02 99	Indústria	201 a 300	28,58
02 99	Indústria	301 a 500	32,80

02 99	Indústria	501 a 1000	46,30
02 99	Indústria	acima de 1000	59,40
Comercial			
03 99	comercial	0 a 30	5,50
03 99	comercial	31 a 50	7,50
03 99	comercial	51 a 100	15,00
03 99	comercial	101 a 200	19,50
03 99	comercial	201 a 300	24,58
03 99	comercial	301 a 500	26,80
03 99	comercial	501 a 1000	28,30
03 99	comercial	acima de 1000	49,40
Rural			
04 99	rural	0 a 30	0,00
04 99	rural	31 a 50	2,99
04 99	rural	51 a 100	4,30
04 99	rural	101 a 200	6,05
04 99	rural	201 a 300	7,95
04 99	rural	301 a 500	8,70
04 99	rural	501 a 1000	15,70
04 99	rural	acima de 1000	29,00
Primários			
02 99	Primários	ate 2000	88,51
02 99	Primários	2001 a 5000	155,03
02 99	Primários	5001 a 10000	197,50
02 99	Primários	10001 a 50000	348,95

§ 1º Os valores acima serão reajustados automaticamente na mesma proporção e data dos reajustes efetuados na Tarifa de Energia elétrica estabelecidos oficialmente pela ANAEEEL, devendo o Poder Executivo expedir Decreto a fim de formalizar referida atualização.

§ 2º Os pagamentos da contribuição e da tarifa de energia elétrica serão efetuados de maneira conjunta no mesmo código de leitura óptica constante da fatura.

Art.2 º O artigo 391 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 391 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio ou contrato com as Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC para formalização da cobrança prevista no Art.390, repasse dos recursos relativos à contribuição, bem como a operacionalização desta Lei Complementar.

§ 1 º Será assegurado, no contrato ou convênio descrito no caput do presente artigo, métodos de controle de consumo de iluminação pública, por meio de instrumento de aferição e métodos de controle de arrecadação através de instrumentos contábeis.

§ 2º Realizado o convênio, a Concessionária contabilizará mensalmente o produto de arrecadação da contribuição em conta apropriada e fornecerá à Prefeitura Municipal, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao que se operou o recolhimento, o demonstrativo da arrecadação.

Art. 3 º Ficam revogadas as disposições em contrário, notadamente a Lei Complementar n º 033 de 20 de Dezembro de 2005 e o Decreto n º 707 de 19 de abril de 2006.

Art. 4 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 06 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Retificação HOMologação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2011

O Prefeito Municipal de Navegantes, Roberto Carlos de Souza, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA a relação dos candidatos aprovados do Concurso Público realizado no dia 16 de outubro de 2011, conforme Edital nº 001/2011, realizado pela Empresa INTELECTUS - Instituto de Desenvolvimento Ltda., no cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ESF.

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF

Class	Insc.	Nome do Candidato	Pontos	Aprovação
1	1848	VANESSA DE SOUZA SATURNINO	65	APROVADO

Navegantes, 08 de dezembro de 2011

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Novo Horizonte**PREFEITURA****Decreto 1910/2011**

DECRETO Nº 1.910, de 08 de Dezembro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando o excesso de arrecadação no exercício corrente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Projeto 2.018 - Manutenção da cultura.

Elemento de Despesa 3.3.90-01.0000 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 08 de Dezembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Lei Nº 3.567, de 06 de dezembro de 2011.**

LEI Nº 3.567, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

DESAPROPRIAÇÃO. Revoga inciso I do artigo 1º da Lei nº 2.390, de 29 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar áreas de ter-ras situadas nas localidades de Furadinho e Alto Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o inciso I do artigo 1º da Lei nº 2.390, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.568, de 06 de dezembro de 2011.

LEI Nº 3.568, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONVÊNIO. Associação Vida Nueva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Vida Nueva, inscrita no CNPJ nº. 07.636.629/0001-71, com sede a Servidão Mariano José de Fraga Júnior, nº 233, Enseada de Brito, no valor de R\$ 52.272,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais), visando a execução do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional para pessoas em situação de Rua, sendo o repasse de recurso Estadual, devendo 60% do valor, ser utilizado para custeio e manutenção e 40% para investimento, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta do Projeto - Atividade - Fundo Municipal de Assistência Social - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0067.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.569, de 06 de dezembro de 2011.

LEI Nº 3.569, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONVÊNIO. Ação Social Paroquial de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Paroquial de Palhoça, inscrita no CNPJ nº 85.319.333/0001-30, com sede a Avenida Barão do Rio Branco, nº 203, Centro, neste Município, no valor de R\$ 52.272,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais), visando a execução do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional para pessoas em situação de Rua, sendo o repasse de recurso Estadual, devendo 60% do valor, ser utilizado para custeio e manutenção e 40% para investimento, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta do Projeto - Atividade - Fundo Municipal de Assistência Social - 3.3.50. 00.00.00.00.00.0.1.0067.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.570, de 07 de dezembro de 2011.

LEI Nº 3.570, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) de Palhoça, junto à Secretaria de Saúde e Higiene da Prefeitura Municipal que, integrando-se ao esforço nacional de combate às drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento de ações referentes à redução do uso e abuso de drogas.

Parágrafo único. Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações previstas nesta Lei, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no Município dispostas a cooperar com o esforço municipal.

Art. 2º O Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) é órgão colegiado, de caráter opinativo e fiscalizador, nas questões referentes às drogas.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal Antidrogas - COMAD:

I - formular a política municipal antidrogas, de acordo com as peculiaridades do Município;

II - instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas (PRO-MAD), destinado ao desenvolvimento das ações de redução do uso e abuso de drogas;

III - promover e estimular estudos e pesquisas visando ao

aperfeiçoamento dos conhecimentos técnico-científicos, referentes ao uso e tráfico de drogas e substâncias que determinem a dependência física ou psíquica;

IV - propor ao Prefeito Municipal a celebração de convênios ou protocolo de intenções, contratos de prestação de serviços com entidades e profissionais da área, para os fins previstos nos incisos anteriores;

V - expedir autorização para a divulgação de textos, cartazes e representações, bem como para a realização de cursos, seminários, conferências e propagandas que dizem respeito ao uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física e/ou psíquica, ainda que a título de campanha de prevenção.

Artigo 4º O Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) será nomeado pelo Prefeito através de Decreto e terá a seguinte composição:

I - um representante da Secretaria de Saúde;

II - um representante da Secretaria de Educação e Esportes;

III - um representante da Secretaria da Assistência Social e Cidadania;

IV - um representante da Diretoria de Esportes;

V - um representante da Secretaria de Segurança e Defesa do Cidadão;

VI - um representante do Conselho Comunitário;

VII - um representante da Diretoria de Ensino de Palhoça;

VIII - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC, Subseção de Palhoça;

IX - um representante do Centro das Indústrias e Comércio de Palhoça;

X - um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - um representante da Secretaria Estadual de Segurança Pública - Delegacia Seccional de Polícia de Palhoça;

XII - um representante do BPM - Batalhão da Polícia Militar;

XIII - um representante do Conselho Tutelar;

XIV - um representante do Centro de Prevenção e Atendimento de Dependência Química;

XV - um representante das Comunidades Terapêuticas;

XVI - um representante do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º As atividades do Conselho serão regidas por estatuto próprio, que definirá ainda sua estrutura executiva, mediante regimento interno.

Art. 6º O COMAD fica assim constituído;

I - Presidente;

II - Secretário-Executivo;

III - Membros.

§ 1º Os cargos, cujas nomeações serão publicadas no Boletim Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução por igual período.

§ 2º Os casos de impedimento e substituições dos Conselheiros, Presidente e Secretário-Executivo, bem como os motivos relevantes que possam determinar tais providências serão disciplinadas no Estatuto do Conselho.

§ 3º Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de Consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.

§ 4º Os cargos de Presidente e Secretário-Executivo serão eleitos entre os membros do Conselho.

Art. 7º As atividades dos membros do Conselho não serão remuneradas, considerando-se de relevante interesse público aos serviços por eles prestados.

Art. 8º O COMAD poderá contar com o apoio de pessoal voluntário para o desenvolvimento e consecução de seus objetivos.

Art. 9º A Secretaria de Saúde propiciará ao Conselho instalação física, condições materiais e humanas necessárias ao seu funcionamento, com dotação orçamentária definida e prevista no Orçamento Programático do Município e ainda de recursos oriundos de convênios ou repasses de Órgãos Governamentais, de auxílios, de contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Art. 10 A presente Lei será regulamentada através de Decreto do Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação, quando será também nomeado o Conselho.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 07 de dezembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º - O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD DE PALHOÇA, órgão normativo de deliberação coletiva, vinculado administrativamente ao Gabinete do Prefeito, criado pela Lei Municipal 3.570, de 07 de dezembro de 2011, tem por fim dedicar-se inteiramente à causa Antidrogas, cumprindo-lhe integrar, estimular e coordenar a participação de todos os segmentos sociais do município, de modo a assegurar a máxima eficácia das ações a serem desenvolvidas no âmbito da redução e da prevenção da demanda de drogas.

§ 1º - Ao COMAD caberá atuar como órgão coordenador das atividades municipais referente à redução da demanda de drogas.

§ 2º - O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, quanto ao resultado das ações do conselho.

§ 3º - Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio da

remessa de relatórios periódicos, deverá manter a Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD e o Conselho Estadual Antidrogas - CO-NEN, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

§ 4º - Para fins de aplicação do Presente Regimento, considera-se:

a) redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e a reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas.

b) droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química, física ou psíquica. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, des-tacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

c) drogas ilícitas aquelas assim especificadas em Lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e o Ministério da Justiça - MJ;

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O COMAD, no âmbito estrito da sua competência, atinente à redução da demanda de drogas, tem por objetivos:

I - Instituir o Programa Municipal Antidrogas - PROMAD e auxiliar sua aplicação;

II - Instituir o REMAD - Recursos Municipais Antidrogas, assegurar à gestão, o acompanhamento e a avaliação, assim como, no tocante à destinação e emprego dos recursos, a devida aprovação e fiscalização do REMAD;

III - Elaborar a proposta orçamentária anual inerente ao REMAD; e

IV - Acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União.

Parágrafo Único - Caberá ao COMAD desenvolver o PROMAD, por meio da coordenação das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações mencionadas no presente artigo, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O COMAD tem a sua composição estabelecida pelo Art. 4º da Lei Municipal nº 3.570, de 07 de dezembro de 2011.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º São órgãos do COMAD:

I - Plenária;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

V - Comitê REMAD - Recursos Municipais Antidrogas.

§ 1º - O Plenário, órgão máximo do COMAD, é constituído pela totalidade dos seus membros e será presidido pelo seu presidente.

§ 2º - O Conselho elegerá, dentro dos membros que o compõem, um Presidente, e um Vice- Presidente, através do voto secreto por maioria absoluta dos presentes.

§ 3º - O mandato do Presidente, do Vice-Presidente, e do comitê REMAD duração de um ano, permitida a recondução total ou parcial de seus integrantes.

§ 4º - A Secretaria-Executiva é dirigida por um Secretário-Executivo, que será indicado pelo Poder Executivo Municipal, sendo que tal indicação deverá ser homologada pelo Conselho.

§ 5º - O Comitê-REMAD, é constituído por 3 (três) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes, escolhidos pelo Plenário, por votação.

§ 6º - A votação que trata o parágrafo quarto será realizada sempre de forma secreta.

Art. 5º - O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, admitida a sua recondução.

§ 1º No caso de perda ou desistência do mandato do titular, seu suplente o substitui automaticamente, até o final do biênio correspondente, na condição de conselheiro efetivo, devendo ser designado outro suplente para a ocupação de sua vaga.

§ 2º Cabe ao Presidente solicitar a designação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º Na hipótese do conselheiro que perder seu mandato ser detentor de um cargo eletivo, a eleição para o cargo vago será realizada na reunião seguinte do Conselho.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

DO PLENÁRIO

Art. 6º No contexto das atividades inerentes à redução da demanda de drogas, ao Plenário compete:

I - atuar no sentido de concretizar os objetivos do COMAD;

II - aprovar as propostas de programas, planos, regimento interno, assim como do REMAD e demais medidas a que se refere a Lei Municipal Nº 3.570, de 07, de dezembro, de 2011, inerente à criação do COMAD;

III - eleger os conselheiros, para o exercício das funções de acompanhamento e avaliação da gestão do REMAD;

IV - aprovar a proposta orçamentária e os planos anuais de

aplicação dos recursos-REMAD, elaborados pelo Comitê-REMAD, assim como aprovar a destinação desses recursos;

V - referendar a avaliação do Comitê-REMAD sobre a gestão dos recursos-REMAD, sendo que a Secretaria Executiva elaborará os relatórios periódicos sobre a sua aplicação, providenciando seu envio ao Prefeito e à Câmara Municipal e a Sociedade Civil Organizada; e

VI - remeter cópia da aprovação da proposta orçamentária, dos planos anuais de aplicação dos recursos-REMAD e do correspondente relatório periódico à SENAD e CONEN.

SEÇÃO II

DA PRESIDÊNCIA

Art. 7º - À Presidência, visando o desenvolvimento do PROMAD, compete estimular a mais ampla participação das instituições e entidades municipais, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço municipal.

Art. 8º - Ao Presidente compete:

I - Presidir as reuniões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, com direito a voto;

II - convocar sessões ordinárias e extraordinárias; dando execução às decisões correspondentes;

III - representar oficialmente o Conselho;

IV - assinar a correspondência oficial do COMAD;

V - fomentar convênios e promover intercâmbio Técnico-Cultural-Científico com órgãos do SISNAD, com órgãos internacionais e com setores da administração pública relacionados ou especializados em drogas;

VI - realizar e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Conselho, promovendo a mais ampla divulgação dos mesmos;

VII - proceder a abertura e o encerramento de todos os livros usados pelo COMAD, rubricando todas as folhas.

VIII - praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do COMAD; e

IX - cumprir e fazer cumprir este Regimento.

X - O Presidente poderá emitir portarias para estabelecer sistemáticas de procedimentos, quando a demanda ou a necessidade do caso assim o exigir, bem quando houver a necessidade de regulamentação de determinado assunto de interesse do Conselho.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do COMAD, a presidência será exercida pelo Vice-Presidente.

SEÇÃO III

DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 9º - Ao Vice-Presidente Compete:

I - substituir o Presidente em suas funções e atividades, em suas

ausências e impedimentos;

II - auxiliar o Presidente na execução das medidas propostas pelo Conselho; e

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 10º - À Secretaria-Executiva, compete:

I - planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrati-vo necessários ao funcionamento do Conselho.

II - redigir as atas, resoluções e outros documentos encaminhados pelo Presidente, Vice-presidente, representantes do Comitê REMAD e demais Conselheiros, conforme suas necessida-des e deliberações da reunião;

III - praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do conselho.

IV - Prestar atendimento aos cidadãos que buscarem qualquer tipo de informação junto ao Con-selho;

V - Elaborar e gerenciar os relatórios que forem solicitados pelos diversos órgãos Estatais, Fede-raís e Municipais, bem como aqueles solicitados pela Presidência e pelo Plenário do Conselho;

SEÇÃO V

DO COMITÊ REMAD

Art. 11º - Ao Comitê-REMAD compete:

I - elaborar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos-REMAD, submetendo-os à aprovação do Plenário; e

II - acompanhar e avaliar a gestão do REMAD, mantendo o Plenário informado sobre os resul-tados correspondentes.

Art. 12º - O REMAD será gerido pelo Órgão Fazendário Municipal, que se incumbirá da execu-ção orçamentária e do cronograma físico-financeiro, referentes à proposta orçamentária anual aprovada pelo Plenário.

Art. 13º - Ao Comitê do REMAD competirá gerir os recursos inerentes à este fundo, prestando contas nas reuniões dos meses de junho e novembro de cada ano junto ao Plenário do Conselho, e este por sua vez deverá homologar ou rejeitar a prestação de contas.

Art. 14º - Os recursos financeiros do REMAD serão centralizados em conta especial, denomina-da: Município de Brusque - REMAD.

Art. 15º - Nenhuma despesa será efetuada sem a indicação e cobertura bastante de recurso dispo-nível e os responsáveis prestarão contas de suas aplicações em prazo não superior a 90 (noventa) dias, procedendo-se automaticamente à tomada de contas se não as prestarem no prazo assinala-do.

Art. 16º - Todo ato de gestão financeira do REMAD será realizado por força de documento que comprove a operação, ficando registrado na contabilidade mediante classificação em conta adequada, conforme normas de contabilidade pública;

Art. 17º - Constituirão receitas do REMAD:

I - dotações orçamentárias próprias do Município;

II - repasses, subvenções, doações, contribuições ou quaisquer outras transferências de recursos de pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ou ainda, de entidades nacionais, inter-nacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

III - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da Lei;

IV - produtos de convênios firmados com entidades financiadoras;

V - doações em espécies ou de bens in natura feitas diretamente ao REMAD;

VI - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Parágrafo único. Os recursos que compõem o Fundo serão depositados na instituição bancária, em conta especial sob a denominação - Recurso Municipal Antidrogas - REMAD.

Art. 18º - Toda utilização de recursos provenientes do REMAD fica sujeito aos princípio da ad-ministração pública em geral.

Art. 19º - O REMAD será estruturado de acordo com as normas de contabilidade pública e audi-toria estabelecidas pelo Governo, devendo ter sua programação aprovada na forma prevista com clareza.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 20º - Aos conselheiros titulares, no exercício de suas funções compete:

I - participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto;

II - executar as tarefas que lhes forem atribuídas nos grupos e comissões especiais de trabalho, ou as que lhe forem individualmente solicitadas;

III - manter a entidade/órgão que representa regularmente informado sobre as atividades e deli-berações do Conselho;

IV - manter sigilo dos assuntos veiculados no Conselho, sempre que determinado pelo Plenário;

V - convocar reuniões mediante subscrição de um terço dos membros; e

VI - manter conduta ética compatível com as atividades do Conselho.

Parágrafo único: Cada Conselheiro Titular terá direito a um voto, sendo vedado o voto por pro-curação. Na ausência do Conselheiro titular, o respectivo suplente deverá assumir o cargo para o exercício de suas funções.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

Art. 21º - As reuniões plenárias ordinárias do COMAD serão realizadas mensalmente na primei-ra terça-feira do mês, às 15h, com maioria simples de presença, independente de convocação, com

pauta previamente estabelecida e elaborada pelo Presidente.

Art. 22º - As sessões objetivarão a discussão, deliberação, planejamento e avaliação das medidas.

Art. 23º - As deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos conselheiros presente à sessão que serão realizadas sempre através do voto aberto.

Parágrafo Único - O Conselheiro que no exercício de sua titularidade faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, no período de um ano, salvo justificativa por escrito, aprovada por maioria simples dos membros do COMAD, perderá seu mandato, sendo vedada sua recondução para o mesmo período.

Art. 24º - As reuniões extraordinárias realizar-se-ão por convocação do Presidente, ou por convocação de pelo menos 1/3 dos conselheiros titulares, para deliberar sobre assunto de interesse do COMAD.

Parágrafo único - O plenário poderá formar comissões especiais para análise e discussão de temas específicos de interesse do Conselho.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25º - O presente Regimento Interno só poderá ser modificado por proposta de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho, ou por proposta da sua Presidência, referendada pela maioria absoluta dos conselheiros.

Art. 26º - Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do Conselho

Art. 27º - Este Regimento Interno entrará em vigor após aprovado pelo plenário e homologado por decreto pelo Prefeito Municipal.

Palhoça, 07 de dezembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Dec.187/2011

DECRETO N.º 187, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 786/2011.

Art. 1º - Suplementa o Orçamento do Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura
Atividade 2.010: Manutenção do Ensino Regular
Modalidade: 3.1.90.00.0100(31) - Aplicações Diretas R \$
65.000,00

Órgão 05 Secretaria de Esportes
Atividade 1.021: Construção de Equipamentos Esportivos
Modalidade: 4.4.90.00.0100(57) - Aplicações Diretas R \$
5.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 Secretaria de Transportes e Obras
Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras
Modalidade: 3.1.90.00.0100(131) - Aplicações Diretas R \$
70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 30 de novembro de 2011
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 30 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Dec188/2011

DECRETO Nº. 188, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, GILBERTO SCHEFFER VIEIRA PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO FG-1".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Gilberto Scheffer Vieira, para ocupar a função de Chefe de Departamento - FG -1, ligado à Secretaria de Administração.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Dec189/2011

DECRETO Nº. 189, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

“DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, VENICIO PEREIRA DE SOUZA PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5”.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Venicio Pereira de Souza , para ocupar a função de Encarregado de serviços- FG -5, ligado à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Dec190/2011

DECRETO N.º 190, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

“ SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 790/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031: Manutenção das Ações de Saúde Pública
Modalidade: 3.1.90.00.0100 (10) - Aplicações Diretas R \$ 16.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031: Manutenção das Ações de Saúde Pública
Modalidade: 3.3.90.00.0100 (15) - Aplicações Diretas R \$ 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de dezembro de 2011

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 07 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Dec191/2011

DECRETO N.º 191, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 791/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 97.440,00 (Noventa e sete mil, quatrocentos e quarenta reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Atividade 2.003: Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Assessorias
Modalidade: 3.1.90.00.0100 (05) Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 2.010: Manutenção do Ensino Regular
Modalidade: 3.1.90.00.0100 (31) - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Atividade 2.019: Manutenção das Creches

Modalidade: 3.3.90.00.0100 (54) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 05 Secretaria de Esportes

Atividade 2.020 Manutenção da Secretaria de Esportes
Modalidade: 3.1.90.00.0100 (59) - Aplicações Diretas R\$ 250,00

Modalidade: 3.3.90.00.0100 (60) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 06 Secretaria de Cultura

Atividade 2.027 Manutenção dos Eventos Municipais
Modalidade: 3.3.90.00.0100 (70) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 07 Secretaria de Turismo

Atividade 2.024 Manutenção do Departamento de Turismo



Modalidade: 3.3.90.00.0100 (75) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 11 Secretaria do Meio Ambiente e Desenv. Economico
Atividade 2.046 Manutenção do Depto de Desenvolvimento Econômico

Modalidade: 3.1.90.00.0100 (100) - Aplicações Diretas R\$ 400,00

Atividade 2.047 Manutenção do Depto de Meio Ambiente
Modalidade: 3.1.90.00.0100 (103) - Aplicações Diretas R\$ 2.350,00

Órgão 13 Encargos Gerais
Atividade 0.055 Manutenção dos Encargos Especiais
Modalidade: 4.6.90.00.0100 (144) - Aplicações Diretas R\$ 22.940,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura
Atividade 2.012: Manutenção da Merenda Escolar
Modalidade: 3.3.90.00.0100 (47) - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Órgão 12 Secretaria de Transportes e Obras
Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras
Modalidade: 3.1.90.00.0100 (131) - Aplicações Diretas R\$ 62.440,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de dezembro de 2011
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 07 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Dec192/2011

DECRETO N.º 192, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 793/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação projetado para o exercício de 2011, nos termos do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, até o limite de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Atividade: 2.049 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública
Modalidade: 3.3.90.00.00.0117 (135) - Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

Parágrafo Único - O valor projetado do excesso de arrecadação no exercício de 2011 tem por base a média mensal dos valores arrecadados no exercício até o mês de novembro, na vinculação 0117.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 07 de dezembro de 2011
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 07 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Dec193/2011

DECRETO Nº. 193, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

"EXONERA SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Os termos da decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina - Autos Nº 189.11.002669-9 - pela qual restou determinado a esta Administração que suspendesse os atos de nomeações dos candidatos aprovados no concurso público, objeto do Edital 01/2011, inclusive dos candidatos já nomeados:

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam exonerados os servidores abaixo relacionados:

- Andrea Velleda Duarte - Ginecologista;
- Anderson Roldão Rodrigues - Agente Administrativo;
- Angela Matos Raupp - Farmacêutica;
- Claudio Jose Daitx - Braçal;
- Fernanda de Souza Lummertz - Psicóloga Educacional;
- Graziela Porto Trescher - Psicóloga Saúde;
- João Delfino Joaquim - Motorista de Ônibus e Ambulância;
- Leandro Gonzaga Antônio - Motorista de Ônibus e Ambulância;
- Lisandra Eduarda de Castilhos - Auxiliar de Ens. de Educ. Infantil;
- Luciana de Souza Lopes - Médico (Clínico Geral);
- Marcelo Santino Teixeira - Motorista de Ônibus e Ambulância;
- Marcos Rodrigues Hespanhol - Técnico em Enfermagem;
- Maria Aparecida da Silva Cardoso - Oficial Admin.em Projetos e Divulgações;
- Neusa Maria Machado da Silveira - Técnico em Enfermagem;
- Olírio Antunes - Braçal;
- Patricia Scheffer Coelho - Técnico em Enfermagem;
- Patrick Rostirolla da Rosa - Braçal;
- Pricila Miranda Paz - Auxiliar de Ens. de Educ. Infantil;
- Simara Pereira Lummertz - Técnico em Enfermagem;
- Sócrates Telemaco de Sousa - Fisioterapeuta;
- Taíse Martins dos Santos - Agente Administrativo;
- Valdir Pacheco - Braçal;
- Volnei Francisco R. de Almeida - Braçal.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de dezembro de 2011.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei 1476-2011

LEI Nº. 1476 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera anexo de metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 1343, de 25 de agosto DE 2009, referente ao Programa 0031 - CRESCER COM MAIS QUALIDADE E PROTEÇÃO, fica acrescido da Ação nº 67 - Construção de Pontes, no valor de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), sendo R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) de recursos ordinários (0.1.00.000000) e R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) de recursos vinculados (0.1.24.001121).

Art. 2º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2011, correrá por conta da redução do Programa 0000 - Operações Especiais, Ação 53 - Amortização e Encargos da Dívida, no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e do Convênio SDR - Ponte, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 09 de dezembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Lei 1477-2011

LEI Nº. 1477 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 35.000,00
26.782.0031.1.032 - Aquisição de Equipamentos R\$ 35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 35.000,00
28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida R\$ 35.000,00

4.4.60.00.00.00.00.00.0.1.00.000000- Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 09 de dezembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Lei 1478-2011

LEI Nº. 1478 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera anexo de prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 1410 de 16 de setembro de 2010, referente ao Programa 0031 - CRESCER COM MAIS QUALIDADE E PROTEÇÃO, fica acrescido da Ação nº 67 - Construção de Pontes, no valor de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), sendo R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) de recursos ordinários (0.1.00.000000) e R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) de recursos vinculados (0.1.24.001121).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 09 de dezembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.561, de 09 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.561, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO/SC, A FILIAR A CAMARA MUNICIPAL, E ESTA A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM A UVESC - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, COM SEDE EM FLORIANÓPOLIS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso III, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores DECRETA e eu sanciono a

seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a filiar a Câmara Municipal, e esta a contribuir mensalmente em favor da UVESC - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, com sede em Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF n.º 76.875.731/0001-42.

Parágrafo primeiro. O valor de que trata o caput do artigo 1º da presente Lei é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, conforme estatuído no artigo 85, inciso I, "a", "b" e "c" do Estatuto da UVESC, a serem lançados conforme a edição de boleto de pagamento pela Entidade ou depósito em conta bancária.

Parágrafo segundo. Quando os valores referidos da contribuição se modificar, fica o Presidente autorizado por ato próprio a ajustá-los de conformidade como que a UVESC estabelecer.

Art. 2.º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito nos seus Estatutos, não podendo haver desvios de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade prestará contas a Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços contábeis, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3.º A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio estatutário bem como por revogação da presente Lei autorizativa que venha a determinar sua condição de desfilado, o que será comunicado por escrito a UVESC.

Art. 4.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento do Legislativo Municipal.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 09 de dezembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.562, de 06 de Dezembro 2011.

LEI Nº 1.562, DE 06 DE DEZEMBRO 2011.

RECONHECE DIREITO E AUTORIZA A PAGAR VALOR REFERENTE VENCIMENTOS NÃO PERCEBIDOS POR SERVIDOR PÚBLICO, NOMEADO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a reconhecer direito de o servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo, obter progressão horizontal, mesmo estando exercendo cargo de provimento em comissão, desde que preenchidos os demais requisitos previstos lei, bem como autorizado a efetuar o pagamento da quantia de R\$ 1.582,78 (mil quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos) à servidora MARTA GOTTSELIG VOLPATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente perdas nos vencimentos decorrentes da não progressão funcional horizontal no período que exerceu cargo de provimento em comissão, na forma apurada através dos Processos Administrativos de Expedientes nºs 024/2011 e 053/2011.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.488, de 02 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.488, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria de Administração e Planejamento

0201.04 Administração

0201.04.122 Administração Geral

0201.04.122.0002 Administração e Planejamento

0201.04.122.0002.2003 Manutenção da Sec. de Admin. e Planejamento

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte 01.00

Art. 2º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria de Administração e Planejamento

0201.04 Administração

0201.04.122 Administração Geral

0201.04.122.0002 Administração e Planejamento

0201.04.122.0002.2003 Manutenção da Sec. de Admin. e Planejamento

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte 01.00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.489, de 07 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.489, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 CHEFIA DO EXECUTIVO



0202 Secretaria de Educação
0202.12 Educação
0202.12.361 Ensino Fundamental
0202.12.361.0008 Educação Básica
0202.12.361.0008.2026 Manutenção da Educação Básica
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 39.000,00
Fonte 01.01

Art. 2º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
0202 Secretaria de Educação
0202.12 Educação
0202.12.361 Ensino Fundamental
0202.12.361.0008 Educação Básica
0202.12.361.0008.2026 Manutenção da Educação Básica
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 39.000,00
Fonte 01.01

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.490, de 07 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.490, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 2º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 15.406,56 (Quinze mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
0202 Secretaria da Educação
0202.12 Educação
0202.12.361 Ensino Fundamental
0202.12.361.0008 Educação Básica
0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar
33900000 Aplicações Diretas R\$ 15.406,56
Fonte 0122.55

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 15.406,56 (Quinze mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 30 de Novembro de 2011 na fonte de recursos do Transporte Escolar Estadual.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 0297/2011

CONTRATO Nº 0297/2011

OBJETO: Regime de Execução: Empreitada por preço Integral.
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço Nº 018/2011
EMPRESA CONTRATADA: Conset Pré Moldados Ltda.
VALOR DO CONTRATO: 18.760,74(dezoito mil setecentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos).
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Termo Aditivo 028/2011

TERMO ADITIVO 028/2011

OBJETO: Execução de Obra Pública
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 017/2011
EMPRESA CONTRATADA: Fiorelli Ind. e Com. de Lajotas Ltda.
VALOR DO CONTRATO: 951,32(novecentos e cinquenta e um reais e trinta e dois centavos).
DATA DO CONTRATO: 24/11/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.961/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.961/2011

"Dá denominação a Fanfarra do Município de Porto Belo".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Fanfarra Municipal João Carlos da Silva", a Fanfarra do Município de Porto Belo, subordinada a Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de dezembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Portaria Nº 059/2011

PORTARIA N.º 059, de 09 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre suspensão de compras.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, a partir de 12 de dezembro de 2011, as

compras, a qualquer título, para custeio até 31 de dezembro de 2011, exceto gastos essenciais para o funcionamento da estrutura administrativa e operacional do Município, aplicável à todas as Secretarias, liberados com autorização expressa do Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade e do Prefeito Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 022/2011 EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 042/2011 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 022/2011 educação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para a aquisição de material escolar para manutenção do EJA. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 22 de dezembro de 2011 as 14:00 horas na Prefeitura Municipal com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas através do site www.portouniao.sc.gov.br; e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, telefone (042) 3523-1155.

Porto União SC, 08 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2011 EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 041/2011 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2011 educação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para a aquisição de materiais de informática para manutenção do EJA. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 26 de dezembro de 2011 as 14:00 horas na Prefeitura Municipal com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas através do site www.portouniao.sc.gov.br; e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, telefone (042) 3523-1155.

Porto União SC, 08 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Pauta de Julgamento Nº 001/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 001/2012

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 08 de fevereiro de 2012, às 09hs00, no auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do protocolo: Protocolo Nº 1228179/2011

Nome do Recorrente: Teixeira & Filhos Administradora de Bens Ltda

Nº do Recurso: 023/2011

Relator: Cons Khellen Kühl Della Santos

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2011.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

Edital de Publicação de Acórdãos Nº 006/2011

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 006/2011

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 09/12/2011, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Recurso Ordinário nº 021/2011

Protocolo nº 128785/2011

Recorrente: Banco ABN AMRO REAL S/A

Procuradores: Henrique Lago da Silveira, Jucéia Correa Carvalho,

Rodrigo de Carvalho e/ou Guilherme Trilha Philippi

Relator: Conselheiro Roberto Budag

DECISÃO: Pela unanimidade de votos dos Conselheiros, não se conheceu do Recurso, tendo em vista a intempestividade deste.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO - PRAZO - INTEMPESTIVIDADE - NÃO CONHECIMENTO. É de 15 (quinze) dias o prazo para interposição do recurso ordinário, segundo estabelece o art. 178, caput, do Código Tributário Municipal.

Recurso Ordinário nº 022/2011

Protocolo nº 128786/2011

Recorrente: Banco ABN AMRO REAL S/A

Procuradores: Henrique Lago da Silveira, Jucéia Correa Carvalho,

Rodrigo de Carvalho e/ou Guilherme Trilha Philippi

Relator: Conselheiro Roberto Budag

DECISÃO: Pela unanimidade de votos dos Conselheiros, não se conheceu do Recurso, tendo em vista a intempestividade deste.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO - PRAZO - INTEMPESTIVIDADE - NÃO CONHECIMENTO. É de 15 (quinze) dias o prazo para interposição do recurso ordinário, segundo estabelece o art. 178, caput, do Código Tributário Municipal.

LEONICE WITTE
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 106/2011

DECRETO N. 106/2011, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.
Decreta Ponto Facultativo.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e pelos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 16 de Dezembro de 2011 (sexta-feira), em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, em 08 de dezembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário Geral de Planejamento

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 15 de 30 de Junho de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 30 DE JUNHO DE 2011.
FIXA O VALOR DO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Itacir Detofol, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente o artigo 63, § 2º, inciso I da Lei Orgânica do Município e artigo 38, § 1º da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, Lei 709 de 17 de dezembro de 2007 e Portaria nº 3.178 de 19 de outubro de 2010 do Ministério da Saúde, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 714,00 (setecentos e quatorze reais) o vencimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial o

anexo único da Lei Complementar nº 709 de 17 de dezembro de 2007 com relação ao vencimento.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 30 de Junho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LARI JOÃO WESCHENFELDER
Fiscal de Tributos
Matricula nº 321/2

Lei Complementar Nº 16 de 21 de Setembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 16 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO E DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º A presente Lei Complementar institui o Sistema Tributário do Município de Santa Terezinha do Progresso, estabelece normas complementares de Direito Tributário a ele relativo e disciplina a atividade Tributária do Fisco Municipal, sendo regido pela Constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional e o Art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Orgânica do Município, demais Leis Complementares e por este Código que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o procedimento tributário.

TÍTULO I

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.2º. O sistema tributário municipal é regido pelo disposto na Constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional, pela Lei Orgânica Municipal, pela presente Lei Complementar e pelas demais normas tributárias aplicáveis.

Art.3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art.4º. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

a denominação e demais características formais adotadas;
a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art.5º. Os tributos municipais são os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria e a contribuição para custeio da iluminação pública, que serão instituídos pela presente Lei Complementar.

Parágrafo único: A contribuição para custeio da iluminação pública – CIP – prevista no artigo 149-A da Constituição Federal e que está regulamentada na lei municipal e não sofrerá alterações com

a presente lei.

CAPÍTULO II NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 6º A expressão “Legislação Tributária” compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 7º Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos ou a sua extinção;
II – a majoração de tributos ou a sua redução;
III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;
IV – a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;
V – a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
VI – as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários ou de dispensa ou de redução de penalidades.

Art. 8º Não constitui majoração de tributos, para os efeitos do inciso II do artigo anterior, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Art. 9º O Prefeito poderá regulamentar, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

I – as normas constitucionais vigentes;
II – as normas gerais de direito tributário estabelecido pelo Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;
III – as disposições deste Código e das Leis Municipais a ele subsequentes.

Parágrafo único. O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo em especial:

I – dispor sobre matéria não tratada em lei;
II – acrescentar ou ampliar disposições legais;
III – suprimir ou limitar disposições legais;
IV – interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 10 São normas complementares das leis e decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
II – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeira e segunda instância, nos termos estabelecidos na parte processual deste código;
III – as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
IV – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal ou Estadual.

Parágrafo Único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base impositiva do tributo.

Art. 11 Nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado, esteja em vigor antes do início desse exercício.

§ 1º Entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorrer a sua publicação, a lei ou dispositivo de lei que:

I – defina novas hipóteses de incidência;
II – extinga ou reduza isenções, salvo se dispuser de maneira mais favorável ao deste Código;
III – instituem ou majoram impostos e taxas.

§ 2º Os atos administrativos a que se refere o inciso I do art. 10 entram em vigor na data da sua publicação.

§ 3º As decisões a que se refere o inciso II do art. 10, quanto aos seus efeitos normativos, entram em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

§ 4º Os convênios a que se refere o inciso IV do art. 10, entram em vigor na data neles prevista.

CAPÍTULO III DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA SEÇÃO I DAS MODALIDADES

Art. 12 A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I – obrigação tributária principal;
II – obrigação tributária acessória.

§ 1º Obrigação tributária principal é a que surge com a decorrência do fato gerador e tem por objetivo o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objetivo a prática ou a abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente, à penalidade pecuniária.

SEÇÃO II DO FATO GERADOR

Art. 13. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 14. Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 15. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existente os seus efeitos:

I – tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
II – tratando-se da situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída nos termos de direito aplicável.

Art. 16. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I – da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II – dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

SEÇÃO III DO SUJEITO ATIVO

Art. 17. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Santa Terezinha do Progresso é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas Leis a ele subseqüentes.

§ 1º A competência tributária é indelegável sobre a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa de direito público.

§ 2º Não constitui delegação de competência, o cometimento a pessoas de direito privado, do encargo ou função de arrecadar tributos.

SEÇÃO IV DO SUJEITO PASSIVO

Art. 18. Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos deste Código ou leis subseqüentes, ao pagamento de tributos ou penalidade pecuniária de competência do Município.

Parágrafo Único. O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I – contribuinte, quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

II – responsável, quando, sem revestir condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas deste Código.

Art. 19. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou a abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

Art. 20. Salvo os casos expressamente previstos em Lei, as convenções e contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostos à Fazenda Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

SEÇÃO V DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRIBUINTES OU RESPONSÁVEIS

Art. 21. Os contribuintes ou responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal ficando especialmente obrigados a:

I – apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;

II – comunicar a Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária.

III – Apresentar mensalmente até o dia 15 (quinze) ou primeiro dia útil posterior quando este recair em dia sem expediente, declaração denominada "DIF" Declaração de Informações Fiscais – contendo o valor das receitas auferidas no mês imediatamente anterior para prestadores de serviço, através de formulário disponibilizado pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Sem prejuízo do disposto neste Código, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este em caráter supletivo ao cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Art. 22. Mesmo no caso de isenção, os beneficiários ficam sujeitos ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

SEÇÃO VI DA SOLIDARIEDADE

Art. 23. São solidariamente obrigadas:

I – as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II – as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo Único - A solidariedade referida neste artigo não comporta benefícios de ordem.

Art. 24. Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I – pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II – isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III – a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

SEÇÃO VII DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.

Art. 25. A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

SEÇÃO VIII DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 26. Considerar-se-á domicílio tributário do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I – tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede principal de suas atividades ou negócios;

II – tratando-se de pessoa jurídica de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III – tratando-se de pessoa de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

§ 1º. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art.27. O domicílio tributário deverá ser consignado nas petições, guias e documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão toda mudança de domicílio, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ocorrência.

SEÇÃO IX RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 28. Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário

a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO X RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 29. O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 30. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 31. São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III - o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Art. 32. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 33. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

- I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

- I - em processo de falência;
- II - de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

§ 2º. Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for:

- I - sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;
- II - parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou
- III - identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.

§ 3º. Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

SEÇÃO XI RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 34. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
- III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
- VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 35. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatários, prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO XII RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 36. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 37. A responsabilidade é pessoal ao agente:

- I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;
- III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:
 - a) das pessoas referidas no art. 35, contra aquelas por quem respondem;
 - b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 38. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

CAPÍTULO IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 40. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias, ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 41. O crédito tributário regularmente constituído se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos neste Código, obedecidos os preceitos básicos fixados no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da Lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Seção II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SUBSEÇÃO I DO LANÇAMENTO.

Art. 42. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

- I – verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
- II – determinar a matéria tributável;
- III – calcular o montante do tributo devido;
- IV – identificar o sujeito passivo;
- V – propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 43. Com o fim de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, o órgão fazendário competente poderá:

- I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros fiscais e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias;
- II - fazer diligências, levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria impositiva;
- III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV - notificar, para comparecer às repartições da prefeitura, o contribuinte ou responsável;

V - requisitar o auxílio da força policial para levar a efeito as apreensões, inspeções e interdições fiscais.

Art. 44. O lançamento reportar-se-á à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela Lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º. Aplica-se ao lançamento, a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgados ao crédito, maiores garantias ou privilégios, exceto neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º. O disposto no § 1º não se aplica aos impostos lançados por períodos certos, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 45. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - recurso de ofício;
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 49.

Art. 46. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária vigente, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 47. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço sempre que sejam omissos ou não mereçam fé às declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 48. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

- I – lançamento Direto: quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base nos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha destes dados;
- II – lançamento por Homologação: Quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo homologado, expressamente o homologue;
- III – lançamento por declaração: Quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro na forma da legislação tributária, prestar à autoridade fazendária informações sobre a matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º. A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária,

nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos do inciso II deste artigo extingue o crédito sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º. Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando a extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidades ou na sua graduação.

§ 4º. É de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo, expirado este prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º. Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração, por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir o tributo, só será admissível mediante comprovação de erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§ 6º. Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso III deste artigo, apurado quando do seu exame, serão retificados de ofício pela autoridade administrativa à qual competir à revisão.

Art. 49. As alterações e substituições dos lançamentos serão feitas através de novos lançamentos originais, a saber:

I – lançamento de ofício: quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício, pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

- a) quando não for prestada a declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária;
- b) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- c) quando se comprove a omissão ou inexistência, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;
- d) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- e) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício dele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- f) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
- g) quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão pela mesma autoridade, de ato ou de formalidade;
- h) nos demais casos expressamente designados neste Código ou em Lei subsequente.

II – lançamento aditivo: quando o lançamento original consignar diferença menor contra o fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer de suas fases de execução;

III – lançamento substitutivo: quando em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento original, cujos efeitos o invalidam para todos os fins de direito.

Parágrafo Único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 50. Os lançamentos e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

- I – por notificação direta;
- II – por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;
- III – por publicação em órgão da imprensa local;
- IV – por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal;

Parágrafo Único. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

I – mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos indicados pela ordem de preferência:

- a) no órgão oficial do Município;
- b) em qualquer órgão da imprensa local, ou de comprovada circulação no território do município;
- c) no órgão oficial do Estado.

II – mediante afixação de Edital na Prefeitura.

Art. 51. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica na dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposições de recursos.

Art. 52. É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributáveis, quando o montante do tributo não for conhecido oficialmente.

SUBSEÇÃO II DA COBRANÇA E RECOLHIMENTO

Art. 53. A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 54. Aos créditos tributários do Município, aplica-se às normas de correção estabelecidas no nesta Lei Complementar.

Art. 55. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado, sem que se expeça a competente guia ou conhecimento.

Parágrafo Único. No caso de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 56. O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova de recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte a satisfazer quaisquer diferenças que venha a ser posteriormente apuradas.

Art. 57. Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente, tanto o servidor responsável pelo erro, quanto o sujeito passivo, cabendo àquele, o direito regressivo de reaver deste o total do desembolso.

Art. 58. O Poder Executivo poderá firmar convênios com os estabelecimentos bancários, oficiais ou não, com sede, agência ou escritório no território do Município, visando o recebimento de tributos e penalidades pecuniárias, vedada à atribuição de qualquer parcela da arrecadação a título de remuneração, bem como, o recebimento de juros desses depósitos.

Parágrafo Único. O regulamento disporá sobre o sistema de arrecadação de tributos através da rede bancária, podendo autorizar, em casos especiais, a inclusão no convênio, de estabelecimentos bancários com sede, agência ou escritórios em locais fora do Município, quando o número de contribuintes neles domiciliados justificar tal medida.

SUBSEÇÃO III DA RESTITUIÇÃO

Art. 59. As quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributários serão restituídas, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontânea de tributo indevido ou maior que devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou na conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 60. A restituição total ou parcial de tributos dá lugar à restituição, na mesma proporção, juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais a ela relativos.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica a infrações de caráter normal, que não são afetadas pela causa assecutória da restituição.

Art. 61. A restituição de tributos que comporte, pela sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente poderá ser feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por ele expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 62. O direito de restituição extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II artigo 59, da data da extinção do crédito tributário;

II – na hipótese do inciso III do artigo 59, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado, rescindido à ação condenatória.

Art. 63. Em 2 (dois) anos prescreve a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando seu curso por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA

Art. 64. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimentos e fiscalização de tributos municipais, a aplicação de sanções por infração de disposições deste Código, bem como as medidas de prevenção às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a ele subordinado, segundo as atribuições constantes da Lei de Organização dos Serviços Administrativos e dos respectivos regimentos.

Art. 65. Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica

aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância da legislação tributária.

§ 1º. Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência técnica aos órgãos competentes.

§ 2º. As consultas por escrito deverão ser formuladas com objetividade e clareza e somente poderão focalizar dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do contribuinte ou responsável;

§ 3º. As medidas repressivas serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente lesarem ou tentarem lesar o fisco.

Art. 66. A autoridade julgadora dará solução à consulta, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua apresentação.

§ 1º. A solução dada à consulta traduz, unicamente, a orientação dos órgãos, sendo que a resposta desfavorável ao contribuinte ou responsável, obriga-o, desde logo, ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária, se for caso, independentemente do recurso que couber.

§ 2º. A formulação da consulta não terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos e penalidades pecuniárias.

§ 3º. Ao contribuinte ou responsável que procedeu de conformidade com a solução dada à sua consulta, não poderão ser aplicadas penalidades que decorram de decisão divergente, obrigado a agir de acordo com essa decisão, tão logo ela lhe seja comunicada.

Art. 67. Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário modelo de declarações e documentos que devem ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Art. 68. São autoridades fiscais, para efeito deste Código, às que tem jurisdição e competência definida em lei e regulamentos.

SEÇÃO II FISCALIZAÇÃO

Art. 69. Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Parágrafo único. A legislação a que se refere este artigo aplica-se as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Art. 70. Para os efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, prestadores de serviços, industriais, produtores ou qualquer outro contribuinte de tributo municipal, ou da obrigação destes de exibi-los.

§ 1º. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização podendo especialmente:

exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações; apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas nesta lei; fazer inspeções, vistorias, levantamentos, avaliações e auditorias nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação, ou nos bens que constituam matéria tributável;

desclassificar a escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, facultado ao Poder Público Municipal o arbitramento dos diversos valores;
determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

§ 2º Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 71. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para esse documento e o início do procedimento na forma estabelecida em regulamento, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

§ 1º Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos, quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º A autoridade administrativa não poderá suspender o curso da ação fiscal, desde que no exercício da fiscalização sejam provados indícios de infração à legislação tributária, decorrente do descumprimento da obrigação principal ou da obrigação acessória.

§ 3º É vedado à autoridade de qualquer hierarquia paralisar, impedir, obstruir ou inibir a ação fiscal exercida pelos auditores e fiscais de tributos municipais, no exercício de sua competência e suas atribuições.

§ 4º O descumprimento no disposto do parágrafo anterior, pela autoridade de qualquer hierarquia, constitui delito funcional de natureza grave, sem prejuízo das sanções criminais cabíveis.

Art. 72. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros: os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício; os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras; as empresas de administração de bens; os corretores, leiloeiros, e despachantes oficiais; os inventariantes; os síndicos, comissários e liquidatários; os inquilinos e os titulares de direito de usufruto, uso e habilitação; o síndico ou qualquer condômino, no caso de condomínio; os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe; quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 73. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira das pessoas sujeitas à fiscalização e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo, unicamente os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da

autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 74. Haverá prestação de mútua assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre estes e a União, Estados e outros Municípios.

Art. 75. As autoridades administrativas municipais poderão requisitar o auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

SEÇÃO III AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

Art. 76. O servidor fazendário competente, ao constatar infração de dispositivo da legislação tributária, lavrará auto de infração ou notificação, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, que deverá conter:

o local, a data e a hora da lavratura;

o nome e o endereço do infrator, com respectiva inscrição, quando houver;

a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e se necessário as circunstâncias pertinentes;

a descrição do fato, com citação do dispositivo legal infringido que defina a infração, e do que lhe comine penalidades;

a citação ao infrator para pagar os tributos e multas devidas ou apresentar defesa e provas no prazo de 30 (trinta) dias;

a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

a assinatura do autuado ou infrator, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

Art. 77. As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 1º A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, tampouco a recusa agravará a pena.

§ 2º Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção expressa dessa circunstância.

Art. 78. Lavrado o auto de infração, terá o servidor fazendário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador. Antes da entrega o auto deverá ser numerado, constando do número o ano e a sequência dos processos daquele ano.

Art. 79. Da lavratura do auto de infração ou da notificação será cientificado o infrator:

pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, ao seu representante ou ao preposto, contra recibo datado no original;

por carta, acompanhada de cópia do auto, com Aviso de Recebimento - AR datado e firmado pelo destinatário ou por alguém do seu domicílio;

por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o endereço do infrator.

Art. 80. A notificação presume-se feita:

quando pessoal, na data do recibo ou recusa;

quando por carta, na data de recebimento aposta no recibo de volta;

quando por edital, no término do prazo, contado este da data da afixação ou publicação em órgão oficial do Estado ou do Município,

e em qualquer jornal de circulação local.

SEÇÃO IV APREENSÃO DE BENS E OU DOCUMENTOS

Art. 81. Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou em lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 82. Da apreensão lavrar-se-á termo com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no art. 76 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O termo de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 83. Os documentos apreendidos serão devolvidos no prazo de 10 (dez) dias, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 84. As coisas apreendidas serão restituídas, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será determinada por arbitramento pela autoridade autuante, tendo como valor mínimo o valor do tributo mais as penalidades, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 85. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, no prazo de 30 (trinta) dias após a apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º Quando a apreensão recair sobre bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados após transcorridas 24 (vinte e quatro) horas da apreensão a critério da Administração, a associação de caridade e demais entidades de assistência social.

§ 2º Apurando-se na venda em hasta pública ou leilão, importância superior aos tributos e multas devidos, será o autuado notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

SEÇÃO V REPRESENTAÇÃO

Art. 86. Quando incompetente para notificar ou autuar, o agente do Fisco deve, e qualquer pessoa pode, mediante documentação comprobatória, representar contra toda ação ou omissão às disposições da legislação tributária do Município.

Art. 87. A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor e será acompanhada de provas ou indicará os elementos destas e mencionará, ainda, os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único: Recebida à representação, a autoridade fazendária providenciará imediatamente as diligências para verificar a

respectiva veracidade e, conforme couber, notificará o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação. No caso de arquivamento da representação seu autor deverá ser previamente comunicado para, no prazo de 10 dias, apresentar mais provas, querendo.

SEÇÃO VI DA INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Art. 88. Sempre que, a critério do Chefe do Poder Executivo e após garantida ao contribuinte a mais ampla oportunidade de contestação das faltas argüidas em representação, for considerada ineficaz a aplicação das demais penalidades previstas na Legislação Tributária, poderá ser interditado o estabelecimento do infrator.

§ 1º. A interdição, sempre temporária, será comunicada ao infrator, fixando-lhe prazo não inferior a 15 (quinze) dias, para cumprimento da obrigação.

§ 2º. A aplicação da penalidade prevista nesta Seção não exclui as demais cabíveis.

SEÇÃO VII DÍVIDA ATIVA

Art. 89. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de tributos, no seu valor original, mais adicionais legais, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento espontâneo, pela legislação tributária.

§ 1º As dívidas de natureza não tributária serão inscritas em dívida ativa de modo que se identifique a procedência, natureza, valor e formas de atualização do crédito, aplicando-se no que couber o disposto nesta lei.

§ 2º Para fins do previsto no caput deste artigo considera-se esgotado o prazo fixado para pagamento, quando vencida qualquer parcela do tributo, quando decorrido o prazo fixado em notificação, ou findo o prazo previsto por decisão final proferida em processo regular.

Art. 90. A dívida ativa goza de presunção de certeza e liquidez.

§ 1º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º A presunção de certeza e liquidez a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem aproveite.

Art. 91. O termo de inscrição da dívida ativa deverá conter: o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, também seu domicílio ou residência; o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei; a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida; a indicação, se for o caso, de estar à dívida sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo; a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa; o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão da dívida ativa conterá, além dos elementos previstos neste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando oriundas de vários tributos, não poderão ser englobadas numa única certidão.

§ 3º O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser

preparados, a critério do fisco, por processo manual, mecânico ou eletrônico, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nesta lei.

§ 4º Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

Art. 92. Fica autorizada o Poder Executivo a não executar a Dívida Ativa Municipal, que se encontre em uma ou mais das seguintes condições:

cujo valor para a sua cobrança, implique em maior custo e risco do que seu produto;

cujo lançamento originário ou inscrição em dívida Ativa, tenha ocorrido de forma que caracterize crédito tributário indevido;

cujo contribuinte tenha falecido sem deixar bens que expressem valor monetário.

Parágrafo Único – O valor a que se refere o inciso I deste artigo será fixado mediante Lei.

Art. 93. A cobrança da Dívida Ativa do Município será promovida:

I - por via amigável, quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II - por via judicial, quando processada pelos órgãos judiciários.

Art. 94. O parcelamento da Dívida Ativa e seus respectivos descontos serão fixados todo o ano mediante Lei específica.

SEÇÃO VIII CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 95. A prova de quitação dos tributos municipais será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pelo fisco.

§ 1º. A certidão será fornecida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de entrada do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 2º. Em caso de urgência devidamente comprovada e mediante requerimento diretamente ao Secretário de Finanças ou ao chefe do Poder Executivo, a Certidão poderá ser fornecida imediatamente, se possível, em vista de questões técnicas.

Art. 96. Terá os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão positiva de que conste a existência de créditos: não vencidos;

cujo valor ou existência esteja sendo discutida em processo administrativo ou judicial;

em todos os casos previstos no artigo 157 desta lei;

cuja exigibilidade esteja suspensa por qualquer uma das formas previstas na legislação federal pertinente.

Art. 97. O município não celebrará contrato, aceitará proposta em licitação, concederá licença para construção ou reforma e habitar-se, nem aprovará planta de loteamento, sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 98. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelos pagamentos do crédito tributário e acréscimos legais.

§ 1º. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e administrativa que couber e é extensivo a todos que colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

§ 2º. A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de

débito anterior, posteriormente apurado, sendo que todas as Certidões Negativas de Débito expedidas deverão conter esta ressalva.

Art. 99. A venda, cessão ou transferência de qualquer espécie de imóvel, de estabelecimento comercial, industrial, produtor ou de prestação de serviços não poderá efetivar-se sem a apresentação da certidão negativa dos tributos municipais a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou de quem quer que os tenha recebido em transferência.

§ 1º. Sem prova, por certidão negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou quaisquer outros ônus relativos ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escriturais, tabeliães e oficiais de registro não poderão lavrar ou registrar quaisquer atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação.

§ 2º. A certidão será obrigatoriamente referida nos atos de que trata este artigo, e terá validade de 90 dias.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL SEÇÃO I DOS ATOS INICIAIS

Art. 100. O processo administrativo fiscal terá início com os atos praticados pelos agentes fazendários, especialmente através de: notificação de lançamento;

lavratura do auto de infração ou de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais; representações;

§ 1º. A emissão dos documentos referidos neste artigo exclui a espontaneidade do sujeito passivo, independente de intimação.

§ 2º. Também exclui a espontaneidade do sujeito passivo o ato de lavratura do termo de início de fiscalização.

Art. 101. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá os requisitos elencados no artigo 76 deste código.

§ 1º. A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade ao ato ou agravamento da infração.

§ 2º. As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando do processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

Art. 102. O processamento do auto terá um curso histórico e informativo, com as folhas enumeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres.

Art. 103. O autuado será intimado da lavratura do auto de infração:

pessoalmente, no auto da lavratura, mediante entrega de cópia do auto da infração ao próprio autuado, seu representante mandatário, contra assinatura do recibo, datado no original;

por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

por publicidade feita em qualquer meio de divulgação oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improfiáveis os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 104. Conformando-se o autuado com o auto de infração, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido a 50% (cinquenta por cento)

SEÇÃO II DA RECLAMAÇÃO E DEFESA

Art. 105. O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito alegando de uma só vez, toda a matéria que entender útil, indicando e requerendo as provas que pretenda produzir e juntará desde logo, sob pena de preclusão, as que possuir.

Parágrafo único- A impugnação da exigência fiscal mencionará: a autoridade julgadora a quem é dirigida; a qualidade do interessado e o endereço para intimação; os motivos de fato e de direito em que se fundamenta; as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas desde que justificadas as suas razões; o nome de eventuais testemunhas que requer sejam ouvidas, até o máximo de três; o objetivo visado.

Art. 106. Apresentada a reclamação ou a defesa, os funcionários que praticaram os atos, ou outros especialmente designados no processo, terão o prazo de 15 (quinze) dias para impugná-la.

Art. 107. A apresentação da reclamação ou da defesa instaura a fase litigiosa do processo administrativo fiscal.

SEÇÃO III DAS PROVAS

Art. 108. Findo os prazos a que se referem os artigos 105 e 106, o titular da repartição fiscal deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outra devam ser produzidas.

Art. 109. As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo sujeito passivo, ou, quando, ordenadas de ofício, poderão ser atribuídas a agentes do Fisco.

Art. 110. Ao servidor fazendário e ao sujeito passivo será permitido, sucessivamente, reinquirir as testemunhas.

Art. 111. O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seus prepostos ou representantes legais e as alegações que tiverem constarão do termo de diligência e serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 112. Podem servir como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

§ 1º São incapazes:

I - o interdito por demência;

II - o que, acometido por enfermidade, ou debilidade mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los; ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções;

III - o menor de 16 (dezesesseis) anos;

IV - o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.

§ 2º São impedidos:

I - o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, das partes por consangüinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público;

II - o que é parte no processo;

III - o que intervém em nome de uma parte, como o tutor na

causa do menor, o representante legal da pessoa jurídica e o advogado que tenha assistido o contribuinte;

§ 3º São suspeitos:

I - o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença;

II - o inimigo capital da parte, ou o seu amigo íntimo;

III - o que tiver interesse no litígio.

Art. 113. Os custos advindos da realização de perícias e outras diligências que acarretarem despesas, serão arcados por quem as requereu. Quanto às testemunhas, a parte interessada na oitiva deverá apresentar a testemunha, independente de intimação, sendo que sua ausência presume a desistência da oitiva.

SEÇÃO IV DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 114. Findo o prazo para a produção das provas, ou direito de apresentar a defesa, o processo será apresentado à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§1º A autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao servidor fazendário e ao sujeito passivo, por 4 (quatro) dias a cada um, para as alegações finais.

§2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias para proferir a decisão.

Art. 115. A autoridade não fica restrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Parágrafo único: Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o processo em diligência e determinar a produção de novas provas, observada o disposto na Seção III, prosseguindo-se na forma deste capítulo, na parte aplicável.

Art. 116. A decisão, redigida com simplicidade, clareza e fundamentada, concluirá pela procedência ou improcedência do ato praticado pelo órgão ou servidor fazendário, definindo expressamente os seus efeitos, num ou noutro caso.

Parágrafo único. A autoridade julgadora a que se refere esta Seção é o Secretário da Fazenda ou na sua falta ou impedimento, o Secretário de Administração.

SEÇÃO V DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 117. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário com efeito suspensivo, ao Conselho Municipal de Contribuintes, interposto no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Enquanto não constituído o Conselho Municipal de Contribuintes a função judicante em Segunda instância administrativa será exercida pelo Prefeito Municipal.

Art. 118. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Art. 119. Conforme o caso, a autoridade julgadora de primeira instância verificará se foram trazidos ao recurso fatos ou elementos novos não constantes da defesa ou da reclamação que lhe deu origem.

§ 1º Os fatos novos, porventura trazidos ao recurso, serão

examinados pela autoridade julgadora de primeira instância, antes do encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes, sendo que, em hipótese alguma, poderá aquela autoridade modificar o julgamento feito, mas, em face dos novos elementos do processo, poderá justificar o seu procedimento anterior.

§ 2º O recurso deverá ser remetido ao Conselho Municipal de Contribuintes no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento, independente da apresentação, ou não de fatos ou elementos que levem a autoridade julgadora de primeira instância a proceder na forma do parágrafo anterior.

SEÇÃO VI DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 120. Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, e que importem em valores financeiros acima de 200 (duzentos) unidades de referência (URFM) será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo.

§ 1º Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, no caso previsto neste artigo, cumpre ao servidor iniciador do processo, ou a qualquer outro que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§ 2º Constitui falta de exação no cumprimento do dever e desídia no desempenho da função, para efeito de imposição de penalidade estatutária, a omissão a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 121. Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo também caso de ofício não interposto, agirá o órgão julgador como se de recurso de ofício se tratasse.

SEÇÃO VII DA DECISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 122. A decisão na instância superior será proferida pelo Conselho Municipal de Contribuintes no prazo máximo de 30 (trinta) dias, que serão contados da data do recebimento do processo.

SEÇÃO VIII DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FINAIS

Art. 123. As decisões definitivas serão cumpridas: pela notificação do sujeito passivo e, quando for o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação; pela notificação do sujeito passivo para vir receber importância indevidamente paga como tributo ou multa; pela notificação do sujeito passivo para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 30 (trinta) dias, a diferença entre o valor da condenação e o valor pago ou depositado; pela liberação das coisas e documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de venda, se houver ocorrido alienação, ou do seu valor de mercado, se houver ocorrido doação; pela imediata inscrição como dívida ativa e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

SEÇÃO IX DA CONSULTA

Art. 124. É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal, o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto do seu interesse.

§ 1º. Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de ação fiscal já iniciada contra o consulente.

§ 2º. A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas relativas à situação do consulente.

§ 3º. Quando a consulta for formulada por sindicato, associação, federação ou confederação de categorias econômicas ou profissionais, poderá ter como objeto assunto do interesse dos seus integrantes, caso em que o processamento da petição não impedirá o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria consultada.

§ 4º. No decurso da ação fiscal, ocorrendo dúvidas relativas à interpretação e aplicação da legislação tributária, poderá o Agente Fiscal formular consulta, interrompendo a fiscalização iniciada, se for o caso.

SEÇÃO X DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 125. Das decisões proferidas pela Fazenda Municipal, não caberá pedido de reconsideração.

CAPÍTULO VII CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Art. 126. Fica instituído o Conselho Municipal de Contribuintes, com a incumbência de julgar, em Segunda Instância, os recursos interpostos de ofício ou pelos contribuintes deste Município dos atos e decisões sobre matéria fiscal, praticados por força das atribuições do Órgão Fazendário Municipal.

Art. 127. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes dos contribuintes e 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 4 (quatro) anos, que poderá ser renovado indeterminadamente.

§ 1º - A cada membro titular do Conselho corresponderá um suplente, para servirem, quando convocados, na falta ou impedimento dos membros efetivos.

§ 2º - Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes, serão indicados pelos seguintes segmentos da sociedade;

1 (um) representante da classe empresarial do município, indicado pela respectiva associação;

1 (um) representante da classe dos Contabilistas, com atuação neste município e devidamente credenciado no Conselho Regional de Contabilidade, escolhido em comum acordo entre os profissionais sediados no município ou alternativamente indicado pelo conselho regional.

1 (um) representante da OAB, devidamente inscrito na OAB/SC.

§ 3º Os representantes do Poder Executivo Municipal, tanto os efetivos como os suplentes, serão de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal através de decreto e escolhidos dentre servidores públicos municipais ativos ou inativos, versados em assuntos fazendários.

§ 4º Consideram-se impedidos para efeito de nomeação para membro do Conselho na qualidade de titular, bem como de suplente, as autoridades judicantes de primeira instância.

§ 5º O Conselho Municipal de Contribuintes elegerá, anualmente, seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, sendo permitida a reeleição.

§ 6º O membro do Conselho que tiver interesse direto ou indiretamente sobre o fato a ser julgado, será substituído pelo suplente.

Art. 128. A posse dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro de atas do Conselho, ao se instalar este, ou posteriormente, quando ocorrer

à substituição de algum deles, perante o Presidente.

Art. 129. Perde o mandato, o membro que deixar de comparecer às sessões por 3 (três) vezes consecutivas, sem motivo justificado.

Parágrafo Único: Em se tratando de representante do Poder Executivo Municipal, e sendo ele servidor ativo do Município, a perda de mandato, por essa razão, constituirá falta no cumprimento do dever e será anotada em sua ficha funcional.

Art. 130. A função de membro do Conselho Municipal de Contribuintes não será remunerada, constituindo-se serviço público relevante.

Art. 131. O Conselho Municipal de Contribuintes reunir-se-á em local, em dia e hora designados pelo seu Presidente, em comunicação feita a cada membro com a antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, não podendo as reuniões ser realizadas com intervalo inferior a 10 (dez) dias, uma da outra.

Art. 132. O chefe do Poder Executivo Municipal designará um servidor público municipal para secretariar os trabalhos do conselho.

Art. 133. Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe tomar conhecimento e decidir apenas dos recursos que versem sobre atos e decisões de que trata esta Lei Complementar, observados os prazos e demais normas previstas.

Art. 134. O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto nesta lei Complementar e por regimento próprio, homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 135. O Conselho Municipal de Contribuintes somente poderá deliberar com a reunião da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 136. Os processos serão distribuídos aos membros do Conselho mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição.

§ 1º - O relator restituirá no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º - Quando for realizada qualquer diligência a requerimento do relator, terá este novo prazo de 10 (dez) dias, para complementar o estudo, contado da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º Fica automaticamente destituído da função de membro do conselho, o relator que tiver processo além dos prazos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator o alegue em requerimento dirigido tempestivamente ao presidente do Conselho.

§ 4º - O Presidente do conselho comunicará a destituição à autoridade competente, a fim de ser providenciada a nomeação de novo membro ou a substituição pelo suplente.

§ 5º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em cada sessão, o Secretário fornecerá ao presidente a lista dos processos em atraso, a qual constará em ata.

Art. 137. O conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento, neste caso, o relator lançará a decisão no processo, com o visto do Presidente, prosseguindo-se imediatamente.

Art. 138. Enquanto o processo estiver em diligência ou em estudo com o relator, poderá o recorrente requerer ao presidente a junta de documentos, a bem de seus interesses, desde que isso não

proteja o andamento do Processo.

Parágrafo Único. Do indeferimento do pedido pelo presidente não cabe recurso, exceto se se tratar de documento novo ou que durante o prazo de apresentação da reclamação ou defesa não era de seu conhecimento ou não estava em seu poder, sendo que neste caso não cabe indeferimento.

Art. 139. Facultar-se-á sustentação oral do recurso, durante 15 (quinze) minutos, após a leitura do relatório e antes da manifestação dos demais membros do conselho.

Art. 140. A decisão, sob a forma de Resolução, será redigida pelo relator até 5 (cinco) dias após o julgamento e se for vencido, o Presidente designará para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos membros do Conselho, cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º - Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º - As resoluções serão publicadas no órgão oficial do Município ou por edital, sob a designação numérica e com indicação nominal dos recorrentes.

§ 3º - As decisões importantes do ponto de vista doutrinário poderão ser publicadas na íntegra, a critério do Presidente.

§ 4º - Da decisão do Conselho Municipal de Contribuintes que ao interessado se afigure omissa, contraditória ou obscura, cabe Pedido de Esclarecimento, interposto no prazo de 5 (cinco) dias da publicação da Resolução.

§ 5º - Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso, a juízo do Conselho, quando for manifestamente protelatório ou visar, indiretamente à reforma de decisão.

Art. 141. O pedido de Esclarecimento será distribuído ao relator e será julgado preferencialmente na primeira sessão seguinte à data do seu recebimento pelo Conselho.

Art. 142. O presidente do conselho mandará organizar pela Secretaria e publicar, até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

data de entrada no protocolo do Conselho;
data do julgamento em primeira instância;
maior valor, se coincidirem nos dois critérios anteriores.

Parágrafo Único. Terão preferência absoluta, para inclusão em pauta e para julgamento, os processos de que constar a apreensão de mercadorias ou documentos.

Art. 143. Transitadas em julgado as decisões, a Secretaria do Conselho encaminhará o processo à repartição competente, para as providências de execução.

Parágrafo Único. Ficarão arquivadas na Secretaria, a petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito.

Art. 144. Os membros do conselho deverão declarar-se impedidos nos processos de seu interesse pessoal ou das sociedades de que façam parte, como sócios, cotistas, acionistas, interessados, ou como membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal no caso de ter praticado qualquer ato de fiscalização, lançamento ou arrecadação de tributos municipais, relativos ao processo.

Art. 145. O Conselho poderá representar ao chefe do órgão fazendário para:
comunicar irregularidade ou falta funcional, verificada no processo, na instância inferior;
propor as medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos;
sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

Art. 146. O conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descortesiosas ou inconvenientes, acaso usadas por qualquer das partes.

Art. 147. As decisões do Conselho constituem última instância administrativa para recursos contra atos e decisões de caráter fiscal.

CAPITULO VIII INFRAÇÕES E PENALIDADES EM GERAL SEÇÃO I DAS MULTAS

Art. 148. As multas serão aplicadas e calculadas de acordo com os critérios indicados e em razão das seguintes infrações:

não cumprimento pelo contribuinte ou responsável, de obrigação tributária acessória que resulte no atraso de pagamento ou recolhimento a menor de tributos – multa de 10% (dez por cento) do valor do tributo, sendo que a multa será no mínimo equivalente a 100 (cem) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM).

sonegação fiscal, independentemente da ação criminal que couber – multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do tributo sonegado, devidamente atualizado monetariamente, sem prejuízo dos juros de mora, se outra multa não estiver prevista especificamente para o tributo;

não cumprimento pelo contribuinte ou responsável, de obrigação tributária acessória, desde que não resulte na falta de pagamento do tributo - multa de 100 (cem) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), quando não existir outra multa prevista na lei específica do tributo a que se refere;

ação ou omissão que, direta ou indiretamente, prejudique a Fazenda Municipal - multa de 100 (cem) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), quando não existir outra multa específica do tributo a que se refere, a ser exigida de qualquer uma das seguintes pessoas físicas ou jurídicas:

o síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie, de qualquer forma, a sonegação de tributo, no todo ou em parte;

o árbitro que prejudicar a Fazenda Municipal, por negligência ou má-fé nas avaliações;

as autoridades, funcionários administrativos e quaisquer outras pessoas que embarçarem, iludirem ou dificultarem a ação do Fisco;

quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para os quais não tenham sido especificadas penalidades próprias.

§ 1º Para os efeitos do inciso II deste artigo, entende-se como sonegação fiscal à prática, pelo sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, de quaisquer atos definidos como tais na Legislação Federal, especialmente:

prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser fornecida a agentes do Fisco, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos a quaisquer adicionais devidos por lei;

inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pela legislação tributária, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis, com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

§ 2º Aplicada a multa por crime de sonegação fiscal, a autoridade fazendária deverá comunicar o caso à Promotoria Pública para tomar as providências que entender cabíveis.

Art. 149. Em todos os casos previstos nesta seção, a multa será reduzida:

em 50% (cinquenta por cento), quando o contribuinte efetuar o pagamento integral do crédito tributário, dentro do prazo previsto em notificação;

em 30% (trinta por cento) quando o contribuinte requerer e tiver deferido parcelamento do crédito tributário dentro do prazo previsto em notificação.

Parágrafo único: A responsabilidade penal e a multa são excluídas pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou de depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Art. 150. As multas serão cumulativas, quando ocorrer, concomitantemente, o não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

§ 1º Apurando-se no mesmo processo o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória, pelo mesmo sujeito passivo, a pena será aplicada pelo número de infrações cometidas.

§ 2º Quando o sujeito passivo infringir de forma contínua o mesmo dispositivo da legislação tributária, a multa será acrescida de 50% (cinquenta por cento), desde que a continuidade não resulte em falta de pagamento do tributo, no todo ou em parte.

§ 3º Sempre que houver previsão de multa específica da regra tributária transgredida será aplicada aquela em detrimento das previstas nesta seção.

Art. 151. As multas cujos valores são variáveis serão fixadas no limite mínimo se o infrator efetuar o pagamento do débito apurado no Auto de Infração, dentro do prazo estabelecido para apresentar defesa, desde que não se trate de reincidência específica.

Art. 152. As multas não pagas no prazo assinalado serão inscritas em dívida ativa, possibilitando cobrança executiva, sem prejuízo da incidência e da fluência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração e da aplicação da correção monetária.

Art. 153. A imposição de penalidade ou o pagamento da multa respectiva não exime o infrator do pagamento do tributo devido.

SEÇÃO II DOS JUROS DE MORA

Art. 154. O tributo pago fora do prazo regulamentar será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 1º Os juros de mora previstos neste artigo, serão contados a partir do 1º (primeiro) dia após o vencimento do tributo.

§ 2º Os juros de mora serão capitalizados sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

SEÇÃO III DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Art. 155. Os débitos tributários que não forem efetivamente liquidados nos prazos estabelecidos terão seus valores atualizados monetariamente, com base no INPC, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

Art. 156. A correção monetária prevista no artigo anterior e os juros definidos no artigo 153, aplicar-se-ão inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte houver depositado em moeda a importância questionada.

SEÇÃO IV DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 157. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

a moratória;
o depósito do seu montante integral;
as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
o parcelamento.

§ 1º. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

§ 2º. A Instituição de moratória ou de parcelamento dependerá de lei complementar específica, que a regulará segundo exigências da legislação.

Subseção I Da Moratória.

Art. 158. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à base da Lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data, por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros, em benefício daquele.

Art. 159. A moratória somente poderá ser concedida:

I – em caráter geral: por Lei, que pode circunscrever, expressamente, a sua aplicabilidade à determinada região do território do Município ou à determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;
II – em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo, desde que autorizada por lei nas condições do inciso anterior.

Art. 160. A Lei que conceder moratória em caráter geral ou despacho que a conceder em caráter individual, obedecerá aos seguintes requisitos:

I – na concessão em caráter geral, a Lei especificará o prazo de duração do favor e, sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;
b) o número de prestações e seus vencimentos.

II – na concessão em caráter individual, o regulamento especificará as formas e as garantias para a concessão do favor;

III – o número de prestações não excederá a 12 (doze) e a primeira parcela vencerá no ato da concessão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, vencendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

IV – o não pagamento de 03 (três) prestações consecutivas, implicará no cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se, de imediato, a inscrição do saldo devedor na dívida ativa, para cobrança executiva.

Parágrafo Único. O valor mínimo de cada parcela será

equivalente a:

I – 25 (vinte cinco) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), em se tratando de contribuinte pessoa física;
II – 40 (Quarenta) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Art. 161. A concessão da moratória, em caráter individual, não gera direito e será revogado de ofício, sempre que o beneficiário não satisfaça, ou deixar de cumprir os requisitos o obrigações na concessão de favor, cobrando-se o crédito corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora.

I – com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidades, nos demais casos.

a) no caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação, não se computa para efeito de prestação de direito à cobrança do crédito.

b) no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Subseção II Do Depósito.

Art. 162. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária

I – quando preferir o depósito à consignação judicial, prevista deste código;

II – para atribuir o efeito suspensivo:

a) à consulta formulada na forma deste código;
b) a reclamação e a impugnação referente à contribuição de melhoria;
c) a qualquer ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão, total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 163. A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio;

I – para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;

II – como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo nos casos de compensação;

III – como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV – em quaisquer outras circunstâncias em que se fizer necessário resguardar o interesse do fisco.

Art. 164. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I – pelo fisco, nos casos de:

a) - lançamento direto;
b) - lançamento por declaração;
c) - alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
d) - aplicação de penalidades pecuniárias.

II – pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;
b) retificação da declaração nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III – na decisão administrativa desfavorável no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco sempre que não puder ser determinado o montante do crédito

tributário.

Art. 165. Considerar-se-á suspensão á exigibilidade do crédito tributário a partir da efetivação do depósito em estabelecimento bancário, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 166. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

II - por cheque.

§ 1º. O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário, com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º. A legislação tributária poderá exigir nas condições que estabelecer que o cheque entregue para depósito visando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente visados pelo estabelecimento bancário sacado.

Art. 167. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações abrangido pelo depósito.

Parágrafo Único. A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

I – quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II – quando total, de outros créditos referentes aos mesmos ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Subseção III

Da Cessação do Efeito Suspensivo.

Art. 168. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I – pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 169;

II – pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 188;

III – pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – pela cessação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

SEÇÃO V

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 169. Extinguem o crédito tributário:

o pagamento;

a compensação;

a transação;

a remissão;

a prescrição;

a decadência;

a conversão de depósito em renda;

o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;

a consignação em pagamento;

a decisão administrativa, irreformável, favorável ao contribuinte;

a decisão judicial passada em julgado;

a dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Art. 170. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados:

do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Subseção I

Do pagamento.

Art. 171. O regulamento fixará as formas a os prazos para o pagamento do tributo de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração e sua legislação tributária.

Art. 172. O crédito não integralmente pago no vencimento será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo:

I – da imposição das penalidades cabíveis;

II – da atualização monetária do débito, na forma estabelecida neste Código;

III – Da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas na Legislação Tributária do Município.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de requerimento ou recurso formulado pelo devedor, dentro do prazo legal para pagamento de seu crédito junto a Fazenda Municipal.

Art. 173. O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

II – por cheque.

§ 1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate pelo sacado.

§ 2º. Poderá ser exigido, nas condições estabelecidas em regulamento, que os cheques entregues para pagamento de créditos tributários sejam previamente visados pelos respectivos estabelecimentos bancários contra os quais foram emitidos.

Art. 174. O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial das prestações em que se decompõe;

II – quando total, de outros créditos referentes aos mesmos ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 175. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a fazenda municipal, relativo ao mesmo ou a diferentes tributos ou proveniente de penalidade pecuniária, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem enumerada:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II – primeiramente, as contribuições de melhoria, depois as taxas e por fim aos impostos;

III – na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV – na ordem decrescente do montante.

Subseção II

Da Compensação.

Art. 176. Sempre que justificar o interesse público, poderão ser

compensados créditos tributários com créditos líquidos e certos do sujeito passivo, vencidos ou vincendos.

Parágrafo Único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o seu montante será apurado com redução correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Subseção III Da Transação.

Art. 177. Poderá ser celebrada transação com o sujeito passivo da obrigação tributária que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou remediar litígios e, conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Subseção IV Da Remissão.

Art. 178. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I – a situação econômica do sujeito passivo;
- II – o erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III – a diminuta importância do crédito tributário;
- IV – as considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;
- V – as condições peculiares à determinada região do território do Município;

Parágrafo Único. O despacho referido neste artigo, não gera direito adquirido.

Subseção V Da Prescrição.

Art. 179. O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como a sua cobrança, prescreve em 05 (cinco) anos, a contar do último dia do ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo Único. A prescrição se interrompe:

- I – pela citação pessoal feita ao devedor;
- II – pelo protesto judicial;
- III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

Art. 180. Ocorrendo à prescrição e não sendo ela interrompida na forma do Parágrafo único do artigo anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da Lei.

§ 1º. Constitui falta de cobrança rigorosa no cumprimento do dever, deixar o servidor Municipal prescrever débito tributário sob sua responsabilidade.

§ 2º. O servidor Municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função, e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com o governo Municipal, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Subseção VI Da Decadência.

Art. 181. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se em 05 (cinco) anos contados:

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado;

II – da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

§ 1º. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contando da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º. Ocorrendo à decadência, aplicam-se às normas do artigo 180 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e a caracterização das faltas.

Subseção VII Da Conversão do Depósito em Renda.

Art. 182. Extingue o crédito tributário, a conversão em renda de depósito em dinheiro, previamente efetuado pelo sujeito passivo.

I – para garantia de instância;

II – em decorrência de qualquer outra exigência da Legislação Tributária.

Art. 183. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado, contra ou a favor do fisco, será exigido ou restituído da seguinte forma:

I – a diferença à Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta, publicada ou entregue diretamente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

II – o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício independente de prévio protesto, na forma estabelecida para restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Subseção VIII Da Homologação do Lançamento.

Art. 184. Extingue-se o crédito tributário, a homologação do lançamento.

Subseção IX Da Consignação em Pagamento.

Art. 185. Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância de crédito tributário, nos casos:

I – de recusa de recebimento ou subordinação deste pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III – de exigência, por outro município, de igual tributo sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º. Somente se aceitará o pagamento na forma prevista por este artigo, se a consignação versar, exclusivamente, sobre o crédito que o contribuinte se propõe a pagar.

§ 2º. Julgada procedente a ação de consignação, o pagamento se reputa efetuado, e a importância consignada será convertida em renda; julgada improcedente, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido dos juros de mora e das penalidades cabíveis.

§ 3º. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação da consignação, especificar qual o crédito tributário ou parcela do crédito tributário está abrangido pelo depósito.

Subseção X Da Dação em Pagamento.

Art. 186. A Administração Municipal poderá, nas condições que estabelecer, receber do sujeito passivo da obrigação tributária, bens imóveis em substituição ao pagamento de tributos.

Parágrafo Único. Nas operações a que se refere o Caput deste artigo será observado o interesse do município, o valor de mercado do imóvel e sua equivalência em relação à dívida tributária do sujeito passivo.

Subseção XI

Das Demais Modalidades de Extinção.

Art. 187. Extingue o crédito tributário, a decisão administrativa ou judicial que, expressamente:

- I – declare a irregularidade de sua constituição;
- II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.
- V – reconheça a prescrição;
- VI – declare que o sujeito passivo faleceu, deixando, unicamente, bens que, por força de lei, não sejam suscetíveis de execução;
- VII – inscrito em dívida ativa, tenha o valor inferior ao valor fixado anualmente em lei específica.

§ 1º. Somente se extingue o crédito tributário, a decisão administrativa irreformável, assim entendida e definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como, a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da Legislação Tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão de exigibilidade do crédito previstas neste Código.

SEÇÃO V

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Subseção I

Das Modalidades de Exclusão.

Art. 188. Excluem o crédito tributário:

- I – a isenção;
- II – a anistia.

Parágrafo Único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído ou dela conseqüentes.

Subseção II

Da Isenção.

Art. 189. Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas:

- I – do Código Tributário Municipal ou de Lei subsequente;
- II – de Lei Municipal, para atender os interesses do município, quando da instalação de estabelecimentos industriais ou equiparados.

Art. 190. A isenção pode ser:

- I – em caráter geral, concedido por Lei, que pode circunscrever expressamente, a sua aplicabilidade à determinada região do território do Município;
- II – em caráter individual, efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do documento dos requisitos previstos em Lei ou contrato para sua concessão.

§ 1º. Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo, deverá ser renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixou de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º. O despacho a que se refere o inciso II deste artigo, bem como as renovações a que alude o parágrafo anterior, não geram direitos adquiridos.

§ 3º. Salvo disposição em lei em contrário, a isenção não é extensiva:

- I – as taxas e as contribuições de melhoria;
- II – aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 191. A concessão de isenção, por Leis especiais, apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ser de caráter pessoal.

Parágrafo único. Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão em Lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Subseção III

Da Anistia.

Art. 192. A anistia, assim entendida, o perdão da infração cometida e a dispensa de pagamento da penalidade pecuniária a ela relativa, abrangem, exclusivamente, a infração cometida posteriormente à vigência da Lei que a conceder, não se aplicando:

- I – aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação, pelo sujeito passivo, ou por terceiros em benefício daquele;
- II – aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal;
- III – as infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 193. A Lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

- I – em caráter geral;
- II – limitadamente:
 - a) as infrações da legislação relativa a determinado título;
 - b) as infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
 - c) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
 - d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela Lei, que a conceder ou cuja fixação seja atribuída pela autoridade administrativa.

§ 1º. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em Lei para sua concessão.

§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

Art. 194. A concessão da anistia dá a infração por não cometida e, por conseguinte, a infração anistiada não constitui antecedentes para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequente, cometida pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

CAPÍTULO IX

SEÇÃO V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 195. Os prazos fixados nesta Lei Complementar ou na

legislação tributária em geral serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura e em estabelecimentos bancários, prorrogando-se se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 196. Fica instituída, no âmbito do Município, a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em Reais, na legislação tributária, fiscal, econômica e financeira, bem como os valores relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.

§ 1º A expressão monetária da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM deverá ser atualizada anualmente por decreto, com base na variação acumulada do INPC, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre o dia 01 de dezembro até 31 de novembro imediatamente anterior ao exercício de vigência da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM a qual deverá ser definida até o dia 31 de dezembro para vigorar no exercício seguinte.

§ 2º Excepcionalmente para o exercício de 2011, o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM será de R\$ 5,00 (cinco reais).

Art. 197. Subsidiariamente a esta lei, serão aplicadas as normas estabelecidas no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66 com suas alterações posteriores e Decreto Federal nº 70.235/72 com suas alterações posteriores.

TÍTULO II DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 197. Integram o Sistema Tributário do Município:
I – Impostos:

Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

b) Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" - ITBI;

Imposto Sobre Serviço;

II – Taxas:

Decorrentes do exercício do poder de polícia do Município;

De atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços municipais específicos e divisíveis.

III – Contribuição de Melhoria.

IV – Contribuição para Serviço de Custeio de Iluminação Pública, nos termos do artigo 149 - A da Constituição Federal.

V – Preços Públicos.

Art.198. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Art.199. As taxas cobradas pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art.200. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando o direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do devido processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art.201. Os serviços públicos a que se refere o inciso II do art. 197 desta Lei Complementar consideram-se:

utilizados pelo contribuinte:

efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;

potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postas a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas; divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos contribuintes.

Art. 202. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se taxas:

taxas de serviços públicos;

taxa de licença em razão do exercício do poder de polícia;

taxas de serviços diversos.

Art. 203. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 204. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

publicação prévia dos seguintes elementos:

memorial descritivo do projeto;

orçamento do custo da obra;

determinação da parcela do custo da obra a ser paga pela contribuição;

delimitação da zona beneficiada;

determinação do fator de absorção do benefício para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

Fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

Regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra que se refere à alínea "c", do inciso I deste artigo, e o acréscimo do valor do imóvel situado na zona direta ou indiretamente beneficiada.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento.

CAPÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 205. A atribuição constitucional de competência tributária

compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado e na Lei Orgânica Municipal e observado o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 206. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

§ 3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Art. 207. O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diverso daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

CAPÍTULO III

LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 208. É vedado ao Município:

instituir ou majorar tributos sem lei que o estabeleça;
instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvados a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

Cobrar tributos:

em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

utilizar tributo com efeito de confisco;

instituir impostos sobre:

o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

templos de qualquer culto;

o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos, inclusive das fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º O disposto na alínea "a" do inciso VI deste artigo aplica-se exclusivamente aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público a que se refere este artigo, e inerente aos seus objetivos.

§ 3º As vedações do inciso VI, alínea "a" deste artigo são extensivas as autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou as dela decorrentes.

§ 4º As vedações do inciso VI, alínea "a" e do parágrafo anterior deste artigo não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que

haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 5º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c" deste artigo, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições, só poderá ser concedido mediante lei municipal específica, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

Art.209. O disposto na alínea "c" do inciso VI do art. 208 desta Lei Complementar, é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do art. 208 desta Lei Complementar, a autoridade competente, assegurado o devido processo legal e a ampla defesa, pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere à alínea "c" do inciso VI do art. 208 desta Lei Complementar, são exclusivamente os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previsto nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Art.210. Poderá ser atribuída a sujeito passivo de obrigação tributária, a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada à imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido, com fundamento no § 7º do art. 150 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

DOS CADASTROS TRIBUTÁRIOS

Das Disposições Gerais

Art. 211. O Cadastro Municipal de Contribuintes, mantido pelo setor tributário da Prefeitura, se comporá de:

I - cadastro imobiliário;

II - cadastro econômico fiscal.

Parágrafo Único. O setor tributário poderá, quando necessário, instituir outras modalidades de cadastramento de contribuinte, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais.

Art. 212. Convênio com a União ou com o Estado poderá permitir a utilização de dados e elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição no Cadastro Geral, de âmbito federal e estadual, para melhor caracterização de seus registros.

SEÇÃO I

DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

DA FINALIDADE

Art. 213. O Cadastro Imobiliário tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais urbanas existentes, ou que vierem a existir, no perímetro urbano ou em zona de expansão urbana, definidas por lei específica, bem como dos sujeitos passivos das obrigações que as gravam, e dos elementos que permitam a exata apuração do montante dessa obrigação.

Parágrafo Único. Não elimina a obrigatoriedade do registro, a isenção ou a imunidade.

SEÇÃO II DA INSCRIÇÃO

Art. 214. A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário será promovida:

- I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II - por qualquer dos condôminos;
- III - pelo compromissado comprador;
- IV - de ofício, em se tratando de propriedade de entidade de direito público, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na forma legal.
- V - de ofício, em se tratando de Comunicação do Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, quando do registro de desmembramento ou loteamento previamente aprovado, que o lançará em nome do proprietário do desmembramento ou do loteamento.

§ 1º. É fixado o prazo de 30 (trinta) dias para a promoção da inscrição, contados da data da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, e, nos casos de aquisição, a qualquer título ou da assinatura da escritura formal.

§ 2º. Aproveita ao requerente, para os fins deste artigo, o requerimento de "habite-se", devendo o processo, em tal caso, ser encaminhado a setor responsável pela área fazendária, para registro da alteração no Cadastro Imobiliário.

Art. 215. Para efetivar a inscrição, o responsável deverá, em requerimento, apresentar as seguintes informações:

- I - nome do proprietário, possuidor ou compromissário comprador da propriedade;
- II - localização da propriedade;
- III - serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade;
- IV - descrição e área da propriedade territorial;
- V - área, características e tempo de vida da propriedade predial;
- VI - valor venal da propriedade territorial, e de propriedade predial, quando existente;
- VII - utilização dada à propriedade;
- VIII - existência, ou não, de passeios em toda a extensão da testada;
- IX - valor de aquisição.

§ 1º. A propriedade que se limitar com mais de um logradouro será considerada como situada naquele em que a propriedade territorial apresentar testada de maior valor no Cadastro Imobiliário.

§ 2º. A petição mencionada neste artigo será anexada a planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação. Em se tratando de área loteada, deverá a planta ser completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos, e designar o valor da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, a área total, as áreas cedidas ao Patrimônio Municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 216. Considera-se documento hábil, para fins de inscrição no cadastro imobiliário:

- I - a escritura lavrada registrada ou não;
- II - o contrato de compra e venda registrado ou não;
- III - o formal de partilha registrado ou não;
- IV - as certidões relativas às decisões judiciais que impliquem transmissão de imóveis.

Art. 217. Consideram-se prejudicadas para a inscrição, as propriedades cujas petições apresentem informações destinadas à identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e à apuração de

seu montante de maneira incorreta, incompleta ou inexata.

Art. 218. Serão obrigatoriamente comunicadas ao setor responsável pela área fazendária, em petição formulada pelo proprietário, as ocorrências que possam, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário.

§ 1º - O prazo para comunicação é de 30 (trinta) dias, contados da data de ocorrência prevista neste artigo.

§ 2º - Obriga-se o órgão fazendário e de planejamento a efetuar o cadastramento dos imóveis prediais e territoriais urbanos, desmembrados ou loteados quando da comunicação por ofício do órgão competente, em nome do proprietário do título registrado, comunicando o proprietário para apresentar num prazo de 60 (sessenta dias) dias, informações e documentos dos imóveis vendidos por contrato particular ou escritura, sob pena de tornar-se único responsável pela obrigação tributária do imóvel.

§ 3º - Fica obrigado o Cartório de Notas, comunicar a Prefeitura a relação de imóveis transmitidos no mês anterior, constando o nome do adquirente, CPF e Endereço e os dados relativos ao imóvel.

§ 4º - Deverá a prefeitura, oficial aos cartórios da Comarca de Campo Erê, desta obrigação.

Art. 219. Em caso de litígio sobre o domínio da propriedade, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o cartório por onde tramita a ação.

Art. 220. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer ao setor Tributário, a relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, 30 (trinta) dias após a venda, mencionando o nome do comprador, o CPF, o número da Carteira de Identidade, endereço, os números da quadra e lotes, dimensões destes e os respectivos valores dos contratos.

Art. 221. Do cadastro Imobiliário constará o valor venal atribuído à propriedade nos termos da legislação tributária, ainda que discordante este do declarado pelo responsável.

SEÇÃO IV DO CADASTRO ECONÔMICO FISCAL DA FINALIDADE

Art. 222. O Cadastro Econômico Fiscal tem por finalidade o registro nominal dos sujeitos passivos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis, referentes aos impostos sobre:

- I - transmissão inter vivos de bens imóveis - ITBI.
- II - serviços de qualquer natureza - ISS.

SEÇÃO V DA INSCRIÇÃO

Art. 223. A inscrição no Cadastro Econômico Fiscal será promovida pelo sujeito passivo da obrigação tributária, ou responsável, em requerimento à Fazenda Municipal, acompanhado da respectiva ficha de cadastramento.

§ 1º. Como complemento dos dados para a inscrição, o sujeito passivo é obrigado a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério do Fisco, quaisquer informações que lhe for solicitada.

§ 2º. Em se tratando de sociedade, a prova de identidade será exigida de todos os membros da sociedade.

Art. 224. A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, precederá o início da atividade.

§ 1º. A inscrição será intransferível e obrigatoriamente renovada sempre que ocorrer qualquer modificação na identificação do contribuinte, especificamente quanto ao "nome/razão social" ou "local do estabelecimento".

§ 2º. O cancelamento de inscrição, por transferência, venda, fechamento ou baixa do estabelecimento será requerido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência.

Art. 225. As pessoas físicas ou jurídicas, são obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva ocorrência:

I - a informar ao Cadastro Econômico Fiscal qualquer alteração contratual ou estatutária;

II - informar ao Cadastro Econômico Fiscal o encerramento de suas atividades, a fim de ser dada baixa da sua inscrição;

III - a exibir os documentos necessários à atualização cadastral, bem como a dar todas as informações solicitadas pelo fisco.

Art. 226. O pedido de baixa será efetivado através de requerimento do contribuinte ou seu preposto, à Prefeitura.

§ 1º. Recebido o requerimento de baixa, o fiscal de tributos efetuará a fiscalização do contribuinte, se for o caso.

§ 2º. Encerrados os trabalhos de fiscalização, será expedido pelo agente fiscal à liberação para a baixa do cadastro do contribuinte.

§ 3º. A expedição da certidão negativa de baixa ficará condicionada ao pagamento dos tributos remanescentes de responsabilidade do contribuinte.

CAPÍTULO V

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 227. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definida na lei civil, localizada na zona urbana do município.

§ 1º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto, em 1º de janeiro de cada ano.

§ 2º - Para efeito deste imposto, considera-se:

I – Prédio: construção ou edificação permanente, com cobertura.

II – Terreno: solo sem construção ou edificação, bem como:

a) construção em andamento ou paralisada, sem condições de utilização;

b) construção em ruínas, em demolição, condenada ou interdita, exceto quando houver partes do prédio em condições seguras de utilização;

c) construção que a autoridade competente considerar inadequada, quanto à área ocupada para destinação ou utilização pretendida;

d) as áreas que contenham edificações de valor não superior a uma quinta parte do valor venal do terreno.

Art. 228. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel, sem prejuízo das cominações cabíveis.

Art. 229. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a pessoa física ou jurídica diversa.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 230. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo único. Considera-se, para efeito de cálculo do imposto: I – o valor venal do solo, nos casos previstos no artigo 227, § 2º, inciso II;

II – o valor venal do solo, da construção e da edificação, considerados em conjunto.

Art. 231. O imposto será calculado mediante a aplicação, sobre o valor venal dos imóveis respectivos, das alíquotas seguintes:

I – de 0,3% (zero vírgula três por cento), na hipótese do inciso II, do art. 230, quando se tratar de imóvel usado unicamente para fins residenciais, seja proprietário ou não;

II – 0,6% (zero vírgula seis por cento) na hipótese do inciso II, do art. 230, quando se tratar de imóvel usado para fins comerciais, industriais, prestação de serviços, ou qualquer outro que não seja unicamente para residência de pessoa ou família;

III – na hipótese do inciso I, do artigo 230 serão aplicadas as alíquotas de acordo com a Tabela do art. 235.

Parágrafo Único. A alíquota do inciso I é diminuída em 30% (trinta por cento) para a chamada casa popular ou moradia social, desde que seja o único imóvel do proprietário e tenha até 70 m² (setenta metros quadrados) de área total construída.

Art. 232. Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, inclusive no caso previsto no § 2º do artigo 231, o IPTU poderá ser calculado individualmente. Nesta situação a área territorial será calculada pela fração ideal, através da seguinte fórmula:

$$\text{FRAÇÃO IDEAL} = \frac{\text{área do terreno} \times \text{área da unidade}}{\text{área total da edificação}}$$

Parágrafo único. Quando se tratar de prédio residencial ou comercial, no qual haja instituição de condomínio, o cadastro imobiliário será individualizado de acordo com as áreas descritas na convenção do condomínio.

SEÇÃO III

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 233. O Município de Santa Terezinha do Progresso poderá exigir Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo, do proprietário de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, para que promova o seu adequado aproveitamento, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 234. Para a aplicação desse instrumento é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - a propriedade urbana que não atende à sua função social de estar edificada, subutilizada ou não estar sendo utilizada, ser integrante de área definida no Plano Diretor como sujeita à aplicação do IPTU progressivo no tempo;

II - o Plano Diretor estabelecer os critérios e as exigências para o proprietário destinar a sua propriedade para uma finalidade social;

e
III - instituição de lei específica dispondo sobre o detalhamento das exigências concretas para a propriedade urbana atender sua função social, bem como sobre procedimento e prazo para cumprimento das exigências.

Art. 235. O IPTU progressivo no tempo poderá ser exigido mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, de acordo com a Tabela abaixo:

Tempo de progressividade em anos	Alíquota
01 ano – 2011	0,5%
02 ano – 2012	0,6%
03 ano – 2014	0,7%
04 ano – 2015	0,8%
05 ano – 2016	0,9%

§ 1º A alíquota máxima que poderá ser aplicada é de 15% (quinze por cento) do valor do venal do imóvel, até que o proprietário cumpra com a obrigação prevista no art. 234.

§ 2º A alíquota a ser aplicada a cada ano após 2016 será estabelecida em lei específica e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior.

§ 3º A cobrança do IPTU progressivo no tempo não poderá iniciar por meio da alíquota máxima, cabendo a lei estabelecer a razão da progressividade.

Art. 236. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa de desapropriação do imóvel para fins de reforma urbana.

Art. 237. É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva para os proprietários dos imóveis que não estão cumprindo com a obrigação de dar uma destinação social à propriedade urbana.

Art. 238. Será aplicada progressividade das alíquotas para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de todos os imóveis não edificados, a partir do ano de 2011.

Art. 239. Para efeitos deste imposto, será considerado lote urbano, desde que incluído no perímetro urbano por lei municipal, os que possuam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, constituídos ou mantidos pelo Poder Público:

meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
abastecimento de água;
sistema de esgoto sanitário;
rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do terreno considerado.

Art. 240. Também são consideradas zonas urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana:
constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, mesmo que localizadas fora das zonas definidas, nos termos do artigo anterior, preenchidos os requisitos nele estabelecidos;
constantes de loteamentos irregulares, assim considerados aqueles localizados na zona rural, parcelados de forma irregular, desde que possuam pelo menos dois dos requisitos citados nos incisos do artigo anterior e que sejam usados unicamente para fins residenciais, comerciais, industriais ou de prestação de serviços.

Parágrafo único: Entende-se destinação unicamente para fins residenciais, comerciais, industriais ou de prestação de serviços,

aquele que pelo seu tamanho não seja viável para exploração agrícola, pecuária ou extrativista.

SEÇÃO IV

PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Art. 241. O Valor Venal do bem Imóvel será obtido através da soma do Valor Venal do Terreno ao Valor Venal da Edificação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V.V.I. = V.v.t. + V.v.e.$$

Onde

V.V.I. = Valor Venal do Imóvel

V.v.t. = Valor Venal do Terreno

V.v.e. = Valor Venal da Edificação

Parágrafo Único - Para efeito de Correção do Valor Venal dos imóveis, levar-se-á em conta a variação da UFRM- Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 242. Para efeito de determinação do Valor Venal do bem Imóvel Urbano, considera-se:

I - Valor Venal do Terreno, aquele obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os fatores de correção, de acordo com a seguinte fórmula:

Fórmula para Cálculo do Valor Venal do Terreno:

$$V.v.t. = Vgm^2t \times At \times S \times T \times Pe \times P \times Pa$$

Onde:

V.v.t. = Valor Venal do Terreno

Vgm²t = Valor genérico metro quadrado do terreno

At = área do terreno

S = Fator corretivo de situação do terreno

T = Fator corretivo de topografia

Pe = Fator corretivo da Pedologia

P = Fator corretivo de Pavimentação

Pa = Fator corretivo de passeio

II - Valor Venal de Edificação, aquele obtido através da multiplicação do valor genérico do metro quadrado do tipo da construção, aplicados os fatores de correção, pela área construída da unidade de acordo com a seguinte fórmula:

Fórmula para Cálculo do Valor Venal da Edificação:

Valor Venal de Edificação:

$$V.v.e. = Vgm^2c \times Ac \times Est \times Pc \times Ec$$

Onde:

V.v.e. = Valor Venal da Edificação

Vgm²c = Valor genérico de metro quadrado conforme característica da construção.

Ac = Área Construída da Unidade

Est = Estrutura da Construção

Pc = Padrão da construção

Ec = Estado de Conservação

§ 1º - O valor genérico de metro quadrado do terreno (vgm²t) será obtido através da "Tabela I", em anexo a Lei.

§ 2º- O fator corretivo de situação, designado pela letra "S" é atribuído ao imóvel conforme localização, esquina, meio da quadra, encravado ou gleba, e será obtido através da tabela II, em anexo.

§ 3º- O fator corretivo de topografia, designado pela letra "T" é atribuída ao imóvel conforme as características do relevo do solo,

plano, aclave, declive, irregular, e será obtido através da tabela III, em anexo.

§ 4º- O fator corretivo quanto a pedologia do terreno, designado pelas letras "Pe", é atribuída ao imóvel, conforme as características da pedologia do solo, quais sejam: firme, inundável, alagável e rochoso, conforme "Tabela IV", em anexo nesta Lei.

§ 5º- O fator corretivo de Pavimentação, designado pela letra "P", é atribuído ao tipo de Pavimentação do imóvel, com asfalto, com pedras irregulares, sem Pavimentação e sem arruamento, conforme "Tabela V", em anexo nesta Lei.

§ 6º- O fator corretivo de Passeio, designado pela letra "Pa", é atribuído ao imóvel que possui passeio em toda as laterais que fazem frente para a rua, conforme tabela "VI", em anexo nesta lei.

§ 7º- O valor genérico do metro quadrado do tipo de construção (v_{gm}^{2c}) será obtido tomando-se por base o valor máximo do metro quadrado de cada tipo de construção, casa, apartamento, loja, galpão, telheiro, sala comercial, especial, fábrica/indústria, garagens/box e outras, de acordo com a "Tabela VII", em anexo nesta Lei.

§ 8º- A estrutura da construção, designado pelas letras "Est" é atribuído ao tipo de estrutura da construção, conforme características do imóvel em relação ao município - alvenaria/concreto, metálica, mista e madeira, e será obtido através de "Tabela VIII", em anexo nesta Lei.

§ 9º. O padrão da construção, designado pelas letras Pc é atribuído ao tipo de construção, conforme características do imóvel em relação ao município - luxo, normal, médio ou inferior e será obtido através de "Tabela IX", em anexo nesta Lei.

§ 10. O Estado de conservação da construção, designado pelas letras "Ec" é atribuído ao Estado de conservação de construção, conforme características do imóvel em relação ao município - ótima/nova, bom, regular e ruim e será obtido através de "Tabela X", em anexo nesta Lei.

§ 11. A divisão do perímetro urbano em Zonas será feito por meio de Decreto do Poder Executivo, através de mapa e memorial descritivo.

Art. 243. Na determinação do Valor Venal das Edificações não serão considerados:

as construções provisórias que possam ser removidas sem destruição ou alteração;

construções em andamento ou paralisada, exceto quando concedida licença para habitação;

construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;

construção que a autoridade considere inadequada, quanto à área ocupada, para a destinação ou utilização, nos termos da lei, e que efetivamente não esteja sendo utilizada.

Art. 244. Para os fins desta lei, considera-se:

terreno encravado - terreno situado no interior da quadra, com testada inferior a 7 (Sete) metros ou servida por servidão;

esquina - ângulo formado pelo encontro de dois logradouros;

gleba urbana - a área territorial, situada dentro da Zona Física Territorial, zona urbana dos distritos, sítios de lazer e chácara, não provenientes de loteamentos regulares;

residências - edificações com uma ou mais unidades destinadas a habitação humana de modo permanente ou temporário, podendo ser:

unifamiliar - composta de uma única unidade habitacional;

multifamiliar - composta de mais de uma unidade habitacional, podendo ser horizontal ou vertical;

comercial/serviços - edificações com uma ou mais unidades destinadas a atividades comerciais ou prestadoras de serviço;

industriais - edificações com uma ou mais unidades destinadas a atividades preponderantemente industriais com transformação de matéria prima;

edificações em alvenaria- edificações cujo elemento construtivo seja blocos cerâmicos ou elementos de concreto em pelo menos 80% (oitenta por cento) da edificação;

edificações em madeira - edificações cujo elemento construtivo seja madeira em pelo menos 80% (oitenta por cento) da edificação;

edificações mistas - edificações onde são utilizados mais de um tipo de material construtivo, e que não sejam classificados como alvenaria, madeira ou metálica;

telheiros - construções destinadas para fins industriais, depósitos ou estacionamentos construídos apenas por uma cobertura simples apoiada em colunas de madeira, metálicas ou elementos em alvenaria, aberta em seu perímetro em pelo menos três faces, não podendo servir de habitação;

galpão - construções destinadas para fins industriais, depósito ou estacionamento, constituído de uma cobertura sem forro, apoiada em colunas de madeira, alvenaria ou metálicas, fechada pelo menos em duas faces, na altura total ou em parte, por meio de parede ou tapume, não podendo servir de habitação;

dependência - parte isolada ou não de uma habitação e que serve para utilização permanente ou transitória, sem formar unidade de habitação independente;

Box/garagem - espaço destinado a estacionamento de veículos em edificações multifamiliar, comerciais ou de prestação de serviços.

SEÇÃO V INSCRIÇÃO

Art. 245. A inscrição no Cadastro Físico Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida pelo contribuinte, separadamente, para cada terreno e/ou imóvel construído de que for proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título, mesmo que seja beneficiado por imunidade ou isenção.

Art. 246. O contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou atualização das informações no Cadastro Físico Imobiliário, em formulário especial fornecido pelo Município, sob sua responsabilidade, conforme definido em regulamento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da:

demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;

conclusão da construção com a expedição do respectivo "Habite-se";

aquisição de terreno ou imóvel construído;

aquisição de parte de terreno, não construído ou de parte de imóvel construído, desmembrado ou ideal;

posse de imóvel construído, exercido com animus domini.

ou promessa de compra

§ 1º. É de total responsabilidade do comprador do imóvel, dentro do prazo estabelecido neste artigo, e depois de firmada a compra do imóvel, a qualquer título, efetuar a transferência no Cadastro Físico Imobiliário, cumprindo todas as exigências no que tange aos documentos e esclarecimentos necessários para a regularização do imóvel adquirido.

§ 2º. No caso de promessa de compra e venda, por instrumento público ou particular é facultada a alteração ou atualização cadastral.

Art. 247. O contribuinte omissor será inscrito de ofício, no Cadastro Físico Imobiliário, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Equipara-se ao contribuinte omissor o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erradas ou

omitidas dolosamente.

SEÇÃO VI LANÇAMENTO

Art. 248. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU - será lançado anualmente, observando-se a situação do imóvel no Cadastro Físico Imobiliário, em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

Art. 249. O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrição no Cadastro Físico Imobiliário, que estejam devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. No caso de imóvel, objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição no Cadastro Físico Imobiliário do compromissário comprador, sendo ambos solidariamente responsáveis pelos Tributos.

Art. 250. Nos casos de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários, nos dois primeiros casos sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo, exceto nos casos em que todas as unidades autônomas estejam devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis, quando o lançamento será feito em nome do proprietário de cada unidade.

Parágrafo único. Os apartamentos, unidades ou dependências, construídas sob a forma de condomínio, com economias autônomas, serão lançados considerando-se também a respectiva fração ideal do terreno.

Art. 251. O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

Art. 252. O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno ou imóvel construído, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

SEÇÃO VII FORMAS DE PAGAMENTO

Art. 253. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, será pago nas condições e nos prazos fixados pelo Poder Executivo Municipal em calendário fiscal, conforme segue: à vista,;

em 03 (três) parcelas mensais;

em 06 (seis) parcelas mensais.

§ 1º. A opção pelo parcelamento deverá ser feita mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal e protocolado até o dia 10 de março.

§ 2º. As parcelas mensais terão vencimento no dia 10 (dez) de cada mês, a primeira vencendo-se em 10 de abril e as demais no dia 10 (dez) dos meses subsequentes. Quando a data do vencimento cair em fim de semana ou feriado, o vencimento será no primeiro dia útil subsequente.

§ 3º. Considera-se pagamento à vista, para efeito do disposto no inciso I deste artigo, o pagamento em parcela única com vencimento em 31 (trinta e um) de março, sendo que para tanto será concedido desconto, de 15% (quinze por cento). O pagamento em até 03 (três) parcelas dá direito a concessão de desconto de 05% (cinco por cento)

§ 4º. O valor da parcela não poderá ser inferior a 05 (cinco)

UFRM- Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 254. O pagamento do imposto não implica reconhecimento pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do terreno ou do imóvel construído, ou da satisfação de quaisquer exigências.

SEÇÃO VIII DAS ISENÇÕES

Art. 255. São isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU:

O imóvel pertencente ao patrimônio de particular, quando cedido gratuitamente à União, aos Estados e ao Município de Santa Terezinha do Progresso, para a instalação de serviços públicos, enquanto perdurar a cessão, desde que efetivamente utilizados; Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, os contribuintes Aposentados por invalidez e pessoas acima de 65 anos que comprovarem os seguintes requisitos:

Renda familiar não superior a um (01) salário mínimo mensal;

Possuam um único imóvel;

O imóvel seja utilizado, exclusivamente para fins residenciais do requerente e família.

O imóvel de interesse histórico, artístico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística e ambiental, tombado por ato da autoridade competente, com observância da legislação específica, respeitadas as suas características;

O imóvel sem edificação quando cedido ao Município, através de comodato, havendo interesse deste, para fins de prática esportiva ou atividade de lazer, durante o período em que durar o empréstimo a título gratuito.

O imóvel pertencente à Sociedade Esportiva ou Recreativa devidamente constituída, quando usada efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais.

§ 1º. A isenção de que trata este Artigo, abrange a totalidade do valor do imposto.

§ 2º. A isenção prevista no inciso II não se aplica para imóveis em coopropriedade, exceto se todos os proprietários preenchem os requisitos daquele inciso.

§ 3º. Além das isenções existem também as imunidades previstas na Constituição Federal e que serão respeitadas por esta Lei.

Art. 256. A isenção é condicionada e será solicitada em requerimento, por parte do interessado, que deve ser apresentado no período compreendido entre 10 de Janeiro a 10 de Fevereiro de cada ano.

§ 1º. O requerimento deve ser instruído com comprovante de recebimento do benefício previdenciário de aposentadoria, comprovante de residência, Declaração de Imposto de Renda e Estudo Social fornecido pela Secretaria de Assistência Social do Município, além de outros documentos que poderão ser exigidos pelo órgão fazendário responsável.

SEÇÃO IX PENALIDADES

Art. 257. Constituem infrações às normas atinentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, com as correspondentes penalidades:

falta de inscrição, de alteração de informação no Cadastro Físico Imobiliário do imóvel, ou da comunicação da transferência de propriedade dentro do prazo estabelecido - Multa correspondente a 10% (dez por cento) do imposto devido corrigido, a partir do exercício em que deveria ter sido feita a inscrição, comunicação de

alteração ou transferência;
falsidade e ou omissão, praticado quando do preenchimento dos formulários de inscrição do imóvel, no Cadastro Físico Imobiliário - Multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do imposto.

falsidade ou omissão em declaração ou documento praticada com o propósito de obtenção indevida de isenção - Multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do imposto, em cada exercício, sem prejuízo das sanções penais cabíveis e de cancelamento de ofício da isenção fiscal concedida.

CAPÍTULO VI

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER - VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS

SEÇÃO I

FATO GERADOR

Art. 258. O imposto sobre Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Eles - ITBI, tem como fato gerador:

A transmissão onerosa de bem imóvel por natureza ou por cessão física;

Transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

A cessão onerosa de direitos relativos a aquisição de bens imóveis.

Art. 259. O imposto incide sobre a transmissão ou cessão de bens direitos ou imóveis situados no território do município, ainda que a mutação patrimonial decorra de escritura ou contrato celebrado fora dele.

Art. 260. A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

a compra e venda, pura ou condicional;

a dação em pagamento;

arrematação;

adjudicação;

mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais a compra e a venda;

instituição de usufruto ou servidão convencional e onerosa sobre bens imóveis;

compensação ou reposições que ocorram nas divisões para extinção de condomínio de imóveis, quando for recebida por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o valor de sua quota ideal, incidindo o imposto sobre a diferença;

permuta de bens imóveis e de direitos a eles relativos;

quaisquer outros atos e contratos, translativos da propriedade de bens imóveis, sujeitos a transcrição na forma da lei;

Art. 261. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quanto:

à Transmissão de bens ou direitos, quando efetuada para a sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

à transmissão de bens e direitos, quando decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

à transmissão de bens ou direitos, quando a aquisição for feita por pessoa jurídica de direito público interno, templos de qualquer culto ou instituições de educação e assistência social, observado o disposto no § 6º, deste artigo;

à reserva ou à extinção de usufruto, uso ou habitação quando não onerosa.

§ 1º - Os dispostos no inciso I e II deste Artigo não se aplica

quando a pessoa jurídica neles referida, tiver como atividade preponderante a venda ou locação de imóveis ou a cessão de direitos à sua aquisição.

§ 2º - Considerar-se-á caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de venda, locação ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no Parágrafo anterior, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes a data da aquisição.

§ 4º. Quando a atividade preponderante, referida no Parágrafo 1º, deste Artigo, estiver evidenciada no instrumento constitutivo da pessoa jurídica adquirente, o imposto será exigido no ato da aquisição, sem prejuízo do direito à restituição que vier a ser legitimado com aplicação do disposto nos Parágrafos 2º ou 3º.

§ 5º. Ressalvada a hipótese do Parágrafo anterior e verificada a preponderância referida nos Parágrafos 2º e 3º, tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente a data da aquisição e sobre o valor atualizado dos bens ou dos direitos.

§ 6º. Para o efeito do disposto deste artigo, as instituições de educação e de assistência social deverão observar os seguintes requisitos:

não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

aplicarem integralmente no país, os recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais;

manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua perfeita exatidão.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 262 O contribuinte do imposto é:

o cessionário ou adquirente de bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

na permuta, cada um dos permutantes;

Parágrafo único - Nas transmissões ou nas cessões que se efetuarem com recolhimento insuficiente, ou sem recolhimento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis por esse pagamento o transmitente, o cedente e o titular da serventia da justiça em razão do seu ofício, conforme o caso.

SEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

Art. 263. São isentas do imposto:

as aquisições a qualquer título, de bens imóveis promovidas pela Companhia de Habitação ou órgão similar;

as aquisições de bens imóveis, quando vinculadas a programas habitacionais de promoção social ou desenvolvimento comunitário de âmbito Federal, estadual ou municipal, destinado exclusivamente a pessoas de baixa renda, com participação de entidades ou órgãos criados pelo poder público;

as aquisições de imóveis por meio de programas de crédito fundiário da esfera federal, estadual ou municipal.

SEÇÃO IV

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 264. A base de cálculo do imposto é o valor dos bens no momento da transmissão ou da cessão dos direitos a eles relativos, não podendo ser inferiores a tabela de valores venais, fixados em lei municipal, nos termos da tabela I e VII para imóveis urbanos e tabela XI e VII para imóveis rurais.

§ 1º - Não concordando com o valor estimado, poderá o contribuinte requerer a avaliação administrativa, instruindo o pedido com a documentação que fundamente sua discordância.

§ 2º - O valor estabelecido na forma deste artigo prevalecerá pelo prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, sem o pagamento do imposto, ficará sem efeito o lançamento ou a avaliação.

Art. 265. Nos casos a seguir especificados, a base de cálculo é: na arrematação ou no leilão, o preço pago; na adjudicação, o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa; nas doações em pagamento, os valores dos bens imóveis dados para solver o débito; nas permutas, o valor de cada imóvel ou direito permutado; na transmissão do domínio útil, 1/3 (um terço) do valor do imóvel; na transmissão da nua-propriedade, 2/3 (dois terços) do valor do imóvel; na instituição de fideicomisso, o valor do imóvel; na promessa de compra e venda e na cessão de direitos, o valor do imóvel; nas tornas ou reposições, o valor excedente a quota-parte; em qualquer outra transmissão ou cessão de imóvel ou de direito real não especificados nos incisos anteriores, o valor do bem;

§ 1º - Para efeito deste artigo considera-se o valor do bem ou do direito, o da época da avaliação judicial ou administrativa.

§ 2º - O valor do imóvel não poderá ser inferior à tabela de valores venais legais exceto no caso dos incisos, I e II deste artigo.

Art. 266 - A alíquota do imposto será de 2% (dois por cento).

Art. 267 - Quando for a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, o ITBI será reduzido para 1% (um por cento) sobre o valor efetivamente financiado permanecendo a alíquota normal sobre o valor restante.

SEÇÃO V LANÇAMENTO

Art. 268. Nas transmissões ou nas cessões, o contribuinte, o escrivão de notas ou tabelião, antes da lavratura da escritura ou do instrumento, conforme o caso, emitirá guia com descrição completa do imóvel, suas características, localização, área do terreno, tipo de construção, benfeitorias e outros elementos que possibilitem a estimativa de seu valor pelo fisco.

§ 1º - A emissão da guia de que trata o caput será feita também pelo oficial de registro, antes da transcrição, na hipótese de registro de carta de adjudicação, em que o imposto tenha sido pago sem a anuência da fazenda, com os valores atribuídos aos bens imóveis transmitidos.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, fica dispensada a descrição dos imóveis na guia, se a ela for anexada cópia da carta de adjudicação.

Art. 269. O ITBI será recolhido mediante guia de arrecadação expedida pela repartição fazendária.

SEÇÃO VI ARRECADAÇÃO

Art. 279. O pagamento do imposto far-se-á em estabelecimentos bancários credenciados pelo Município, ou na tesouraria da prefeitura municipal.

Art. 271. O pagamento do ITBI realizar-se-á nos seguintes

momentos:

na transmissão ou cessão por escritura pública, antes de sua lavratura;

na transmissão ou na cessão por documento particular, mediante a apresentação do mesmo a fiscalização, mas sempre antes da inscrição, da transcrição ou da averbação no registro competente; na transmissão ou na cessão por meio de procuração em causa própria ou documento que lhe seja assemelhado antes de lavrado o respectivo documento;

na transmissão em virtude de qualquer sentença judicial, antes da transcrição no registro competente;

na arrematação, na adjudicação e na remissão, até 90 (noventa) dias após o ato ou o trânsito em julgado da sentença, mediante guia de arrecadação expedida pelo escrivão do feito;

na aquisição de terras devolutas, antes de assinado o respectivo título, que deverá ser apresentado à autoridade fiscal competente para cálculo do imposto devido, no qual serão anotados os dados da guia de arrecadação;

nas tornas ou nas reposições em que incapazes sejam interessados, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da intimação do despacho que as autorizar;

na aquisição por escritura lavrada fora do município, dentro de 30 (trinta) dias após o ato, vencendo o prazo na data de qualquer anotação ou inscrição ou transição feita no município e referente aos citados documentos.

Art. 272. O imposto recolhido fora dos prazos fixados no artigo anterior terá seu valor monetariamente corrigido, e aplicados multa e juros, nos termos desta lei.

SEÇÃO VII RESTITUIÇÃO

Art. 273. O imposto recolhido será devolvido no todo ou em parte quando:

não se completar o ato ou o contrato sobre o qual se tiver pago, depois de requerido com provas bastantes e suficientes;

for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do contrato pelo qual tiver sido pago;

for reconhecido a não incidência ou o direito a isenção; houver sido recolhido a maior.

§1º - Instruirá o processo de restituição à via original da guia de arrecadação respectiva.

§ 2º - Para fins de restituição, a importância indevidamente paga será corrigida com base na evolução do valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

SEÇÃO VIII FISCALIZAÇÃO

Art. 274. O escrivão, o tabelião, o oficial de notas de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e qualquer outro serventuário da justiça não poderão praticar quaisquer atos que importem em transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como sua cessão, sem que o interessado apresente comprovante original do pagamento do imposto.

Art. 275. Os serventuários referidos no Artigo anterior ficam obrigados a facilitar à fiscalização da Fazenda Municipal, o exame dos livros, registros e outros documentos e a fornecer gratuitamente, quando solicitados, certidões de atos que forem lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

SEÇÃO IX INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 276. Na aquisição por ato inter-vivos, o contribuinte que não pagar o imposto nos prazos estabelecidos no Artigo 271 fica sujeito a multa de 20% (vinte por cento) sobre o imposto.

Parágrafo Único - Havendo ação fiscal, a multa prevista neste artigo será de 30% (trinta por cento).

Art. 277. A falta ou a inexactidão de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto, com evidente intuito de fraude, sujeitará o contribuinte à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo Único - Igual penalidade será aplicada, cumulativamente à do caput, a qualquer pessoa, inclusive serventuário ou funcionário que intervenha no negócio jurídico ou na declaração, e seja conivente ou auxiliar, na inexactidão ou na omissão praticada.

Art. 278. As penalidades constantes desta seção serão aplicadas sem prejuízo do processo criminal ou administrativo cabível.

§ 1º - O serventuário ou o funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo de qualquer modo para o seu não pagamento, ficará sujeito às mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificado para recolhimento de multa pecuniária.

§ 2º - No caso de reclamação contra a exigência do imposto ou contra aplicação de penalidade, apresentada por serventuário ou funcionário, é competente para decidir a controvérsia, em definitivo, o secretário municipal da fazenda, ou na sua falta, o chefe do executivo Municipal.

Art. 279. Serão emitidos tantos documentos de arrecadação, quantos forem os bens e direitos objetos de transmissão.

CAPÍTULO VII

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I

HIPÓTESE DA INCIDÊNCIA

Art. 280. O Imposto Sobre Serviços – ISS tem como fato gerador à prestação de serviço, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, constantes da lista anexa a esta Lei Complementar, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Art. 281. O imposto Sobre Serviços incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 282. A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

§ 1º. A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

§ 2º. A caracterização do fato gerador do Imposto Sobre Serviços – ISS não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão-somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 3º. Para fins de enquadramento na lista de serviços: o que vale é a natureza, a “alma” do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

o que importa é a essência, o “espírito” do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

Art. 283. O fato gerador do imposto se configura, independentemente:

da existência de estabelecimento fixo;
do resultado financeiro do exercício da atividade;
do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao prestador do Serviço;
do recebimento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;
da destinação dos serviços;
da denominação dada ao Serviço Prestado.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 284. O Contribuinte do imposto é o prestador de serviço, assim entendido a pessoa física ou jurídica que exerça habitualmente ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, quaisquer atividades da Lista de Serviços.

SEÇÃO III

LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 285. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses abaixo relacionadas, quando o imposto será devido no local:

do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado;
da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista de Serviços;
da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da Lista de Serviços;
da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços;
das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços;
da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços;
da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços;
da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços;
do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços;
do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da Lista de Serviços;

da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da Lista de Serviços;
da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços;
onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços;
dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;
do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços;
da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista de Serviços;
do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da Lista de Serviços;
do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços;
da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Lista de Serviços;
do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista de Serviços.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município:

no caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista de Serviços, em relação a extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

no caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da Lista de Serviços, em relação a extensão da rodovia explorada.

§ 2º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

SUBSEÇÃO I ESTABELECIMENTO PRESTADOR

Art. 286. Considera-se estabelecimento prestador:

o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

SEÇÃO IV RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 287. O Município atribui, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1o Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados

ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2o Para efeito do disposto no caput deste artigo, são responsáveis:

o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.15, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista anexa.

Art. 288. Além do disposto no § 2º do artigo anterior, o tomador do serviço, quer seja pessoa física quer jurídica, é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

obrigado à emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;
desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

§ 1º. Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço, conforme lista de serviço em anexo.

§ 2º. O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

Art. 289. A retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS, por parte do tomador de serviço, deverá ser, devidamente, comprovada, mediante campo específico ou aposição de carimbo com os dizeres “ISS Retido na Fonte”, por parte do tomador de serviço:

havendo emissão de documento fiscal pelo prestador do serviço, na via do documento fiscal destinada à fiscalização;

não havendo emissão de documento fiscal, mas havendo emissão de documento gerencial pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial destinada ao tomador do serviço;

não havendo emissão de documento fiscal e nem de documento gerencial, pelo prestador de serviço, na via do documento gerencial de controle do tomador do serviço, emitido pelo próprio tomador de serviço.

Art. 290. O proprietário da obra é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto relativo à construção.

Art. 291. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, considera-se:

empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de prestação de serviço;

profissional Autônomo - toda e qualquer pessoa física que habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

trabalho pessoal - aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;

Sociedade Civil de Profissionais - Sociedade civil de trabalho profissional, com caráter especializado, organizada para a prestação de serviços e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

trabalhador avulso - Aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia.

Art. 292. A pessoa física ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido e devido até a data do ato: integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviço.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por ex-sócio, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 293. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.

SEÇÃO V BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DE TRABALHO PESSOAL DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE

Art. 294. O Imposto Sobre Serviços sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, conceituados nesta Lei, poderá ser fixo e será determinado em função da natureza do serviço, expresso em Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

Art. 295. O Imposto Sobre Serviço sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física será calculado, mensalmente, através da multiplicação da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM com a quantidade de UFRM fixadas na Tabela anexa a esta Lei.

Art. 296. O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações mensais, devendo o contribuinte optar pela forma, prazos e condições no ato da inscrição.

Art. 297. Na hipótese de serviços prestados sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado em relação a atividade com a alíquota maior.

SEÇÃO VI BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DE PESSOA JURÍDICA

Art. 298. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços prestado por Pessoa jurídica será determinada mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 299. O Imposto Sobre Serviços sobre a prestação de serviços sob a forma de pessoa jurídica, será calculado, mensalmente, conforme tabela em anexo, através da multiplicação do Preço do Serviço com Alíquota Correspondente.

Art. 300. As Alíquotas Correspondentes, conforme anexo específico próprio, são variáveis de acordo com a natureza do serviço e de outros fatores pertinentes.

Art. 301. Para efeito de retenção na fonte o imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço, conforme lista de serviço em anexo a Lei.

Art. 302. Na hipótese de serviços prestados por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

Parágrafo Único - O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

Art. 304. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, com exceção de fornecimento de mercadorias previstos nos itens da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

§ 1º. São indedutíveis os valores de quaisquer materiais: cujos documentos não estejam revestidos das características ou formalidades legais, previstas na legislação Federal, Estadual ou Municipal, especialmente no que concerne à perfeita identificação do emitente e do destinatário, bem como das mercadorias e dos serviços; relativos a obras isentas ou não tributáveis.

§ 2º. Considera-se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, tudo o que for recebido em virtude da prestação de serviço, seja a vista ou a prazo.

§ 3º. Constituem parte integrante do preço: os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros. os ônus relativos a concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade.

§ 4o. Serão diminuídos do preço do serviço os valores relativos a desconto ou abatimentos não sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados.

§ 5o. Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço, para base de cálculo do imposto, será o preço corrente no mercado.

Art. 305. Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra, encargos sociais e reajustamentos, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

Art. 306. Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro e/ou em materiais provenientes do desmonte.

Parágrafo Único - O disposto neste Artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição conjuntamente com o contrato de construção.

Art. 307. Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor acumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

§ 1o. Na hipótese prevista neste Artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construção proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas.

§ 2o. Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.

§ 3o. A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o registro auxiliar das

incorporações imobiliárias.

§ 4o. Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço dos serviços será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada a unidade contratada.

Art. 308. Se no local do estabelecimento e em seus depósitos ou outras dependências forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, deverá ser observada a seguinte regra: Se as atividades forem tributadas com alíquotas diferentes ou sobre o movimento econômico total, ou com dedução, e se na escrita não estiverem separadas as operações, por atividade, ficarão as mesmas, em sua totalidade, sujeitas a alíquotas mais elevadas, calculada sobre o movimento econômico total.

Art. 309. Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado pela sistemática a seguir:

§ 1 - Fica criada a pauta de valores correspondente ao preço por metro quadrado (m2) a serem utilizados na apuração do valor mínimo de mão-de-obra aplicado na construção civil, para efeito de cálculo de Imposto Sobre Serviços, tomando-se por parâmetro o Custo Unitário Básico da Construção Civil - CUB, sobre o qual aplicar-se-á proporcionalmente ao tipo de obra realizada, percentual observando-se as demais disposições constantes dos incisos abaixo:

os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra de conformidade com o memorial descritivo anexo ao pedido de licença para a construção e do enquadramento do IPTU, do grau de absorção de mão-de-obra na sua execução, nunca superior a 10% (dez por cento) do preço do CUB oficializado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado. em se tratando de construção do tipo mista, será utilizado para o cálculo o valor corresponde a metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido na tabela a seguir ou Pauta de Valores criada pelo § 1º deste artigo.

reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto na tabela abaixo, a que se refere o § 1º deste artigo, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença.

o cálculo para definição do valor do metro quadrado e do imposto devido será feito com base na Tabela em anexo:

A fórmula da base de cálculo é a seguinte:

$CUB \times \% \text{ da Tabela} = \text{Valor do m2.}$

$\text{Valor do m2} \times \text{metragem da edificação} = \text{valor da base de cálculo}$

Art. 310 - Na hipótese de obra cuja realização esteja por acontecer ou com previsão de prazo para seu início e conclusão a critério do responsável, o ISS poderá ser recolhido aos cofres municipais à medida da realização da mesma, com base no grau de absorção da mão de obra, no prazo máximo de seis meses.

Art. 311. A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art. 312. No caso de serviços prestados por hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres a base de cálculo do imposto é o preço do serviço, deduzido de:

80% (oitenta por cento) do seu valor, a título de medicamentos e alimentação, quando se tratar de serviços remunerados pela tabela do SUS- Sistema Único de Saúde, ou órgão substituto ou sucessor.

20% (vinte por cento) do seu valor a título de medicamentos e alimentação, nos demais casos.

SEÇÃO VII ARBITRAMENTO

Art. 313. A autoridade fiscal arbitrarará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

não puder ser reconhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;

os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exigidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, inverossímeis ou falsos, não merecerem fé;

o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, ou mesmo sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis exigidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

houver flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;

for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Municipal.

Art. 314. Na hipótese do Artigo anterior, o arbitramento será elaborado tomando-se como base:

valor de matérias-primas, insumo, combustível e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprios correspondentes a 10% do valor dos mesmos;

o montante das despesas com água, luz, telefone;

impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

outras despesas mensais obrigatórias.

Parágrafo único - O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISS.

Art. 315. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso ISS, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

o preço corrente dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócios ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Art. 316. O arbitramento:

referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

deduzirá os pagamentos efetuados no período;

será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;

contará com os acréscimos legais e será exigido através de Auto de Infração e Termo de Intimação;

cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

**SEÇÃO VIII
ESTIMATIVA**

Art. 317. A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISS, quando se tratar de:

atividade exercida em caráter provisório;
sujeito passivo de rudimentar organização;
o contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;
sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias ou principais.

Parágrafo único - Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatos ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 318. A estimativa será apurada tomando-se como base:
o preço corrente do serviço, na praça;
o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

Art. 319. O regime de estimativa:

será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses;
terá a base de cálculo expressa em UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal;
a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, se suspenso, revisto ou cancelado;
dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte; por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Art. 320. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo único - No caso específico de atividade exercido em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Art. 321. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo único – Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

**SEÇÃO IX
HOMOLOGAÇÃO**

Art. 322. A Autoridade Fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimento sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os autolançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§1o. O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§2o. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3o. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade,

ou sua graduação.

§4o. O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador. Expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**SEÇÃO X
DO LANÇAMENTO**

Art. 323. O imposto será lançado:

de ofício:

uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, no caso de opção pelo valor fixo;

por arbitramento ou estimativa, numa única vez ou mensalmente, durante o exercício.

por homologação, mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período.

Art. 324. Os contribuintes sujeitos ao lançamento mensal do imposto, por homologação, ficam obrigados a:

manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis ou isentos;

emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pelo órgão fazendário competente, por ocasião da prestação dos serviços ainda que não tributáveis ou isentos;

§ 1o. A empresa ao mandar fazer novas impressões de bloco de Notas Fiscais, dependerá de autorização prévia da autoridade fazendária.

§ 2o. Os livros fiscais deverão ser autenticados, de acordo com normas regulamentares.

§ 3o. Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização de tributos, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos nas normas regulamentares.

§ 4o. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 325. A administração tributária poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta, que o volume e/ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 326. A estimativa fiscal não poderá ultrapassar o exercício fiscal em que foi estabelecida.

Art. 327. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa competente, ficar dispensados da escrituração das notas em livros fiscais.

Art. 328. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecer as condições que originaram o enquadramento.

Art. 329. O lançamento do imposto não implica em recolhimento

ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

SEÇÃO XI DA ARRECADAÇÃO

Art. 330. O recolhimento será feito mensalmente junto à tesouraria do município ou nos bancos autorizados, mediante o preenchimento de guias especiais, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo Único- O imposto será recolhido por meio de guias preenchidas pelo próprio contribuinte, de acordo com o modelo fornecido pela prefeitura.

Art. 331. O recolhimento do imposto Sobre Serviço - ISS, será efetuado nos seguintes prazos:
mensalmente no total de 12 (doze) parcelas, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, nos casos do imposto ser homologado ou por estimativa, sendo feito o pagamento referente aos dois primeiros meses dia 10 (dez) de março;
mensalmente, no total de 12 (doze) parcelas, com recolhimento até o dia 10 (dez) de cada mês, sendo as duas primeiras parcelas dia 10 (dez) de março e a última até o dia 20 de dezembro, no caso do valor do imposto ser fixo.

Art. 332. Relativamente à construção civil, o imposto será recolhido:

§ 1o. À vista, no ato da expedição do alvará, salvo se for apresentado contrato entre as partes e desde que o prestador de serviços esteja devidamente inscrito no cadastro sem débito com a fazenda municipal.

§ 2o. No caso de início de atividade, o imposto será proporcional ao número de meses restantes do ano e recolhido até o final do mês, relativo ao início da atividade.

Art.333. No caso de feiras ou diversões públicas, quando estas forem eventuais ou provisórias definidas como espetáculos de qualquer espécie, parque de diversões, exposições, feiras ou qualquer outra promoção ou evento, bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, competições esportivas, onde se cobram ingressos e os serviços sejam tributados, inclusive a guarda e o estacionamento de veículos, o imposto será fixado a partir de uma base de cálculo estimado ou arbitrados e recolhidos antecipadamente aos cofres municipais por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Art. 334. Quando o contribuinte pretender comprovar, com documentação hábil e a critério da fazenda municipal, a inexistência de prestação de serviço tributável pelo município, deve fazê-lo nos prazos estabelecidos para pagamento do imposto.

SEÇÃO XII ISENÇÕES E IMUNIDADES

Art. 335. São isentas do imposto as prestações de serviços efetuadas:

por engraxates, jornaleiros;
por associações de classe, conselhos profissionais, sindicatos e as respectivas federações e confederações cujos atos constitutivos estejam devidamente registrados nos órgãos competentes;
de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;
por associações desportivas, culturais ou recreativas, sem venda de ingresso;
em decorrência da exploração de serviço de diversão pública enquadrada como jogos de bilhar, sinuca, pebolim ou bocha e que

possuam uma única mesa ou cancha;

Art. 336. O imposto não incide sobre:

as exportações de serviços para o exterior do País;
a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I, os serviços desenvolvidos no Município, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por contratante residente no exterior.

SEÇÃO XIII INSCRIÇÃO E DECLARAÇÃO DOS CONTRIBUINTES

Art. 337. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitualmente ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer atividade de prestação de serviços, ficam obrigadas à inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto Sobre Serviços, sendo uma inscrição distinta para cada um de seus estabelecimentos.

Parágrafo único - No caso de construtor ou empreiteira no ramo de construção civil sediado ou domiciliado em outro município, considerar-se-á como estabelecimento o local da obra.

Art. 338. Consideram-se estabelecimentos distintos para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenha funcionamento em locais diversos.

§ 1o. Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel cujo estabelecimento pertença à mesma pessoa física ou jurídica.

§ 2o. O contribuinte é obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos sujeitos à inscrição, escrita fiscal, destinada ao registro dos serviços prestados ainda que não tributados na forma prevista em regulamento.

Art. 339. O pedido de inscrição ou da atualização dos dados cadastrais será feito em formulário próprio no qual o contribuinte ou responsável declarará sob sua exclusiva responsabilidade, na forma, prazo e condições regulamentares, todos os elementos exigidos pela legislação municipal, os quais não implicam na sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las em qualquer época independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

§ 1o. Como complemento dos dados para inscrição, o contribuinte ou responsável é obrigado a anexar ao formulário a documentação exigida pelo regulamento e a fornecer, por escrito, quaisquer informações que lhe forem solicitadas.

§ 2o. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas que couberem.

§ 3o. O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo respectivo número de inscrição no cadastro de atividades, o qual deverá constar em quaisquer documentos pertinentes.

Art. 340. A inscrição deverá operar-se antes do início das atividades do prestador do serviço.

Art. 341. A obrigatoriedade da inscrição estende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Parágrafo único - A inscrição é intransferível a terceira pessoa, salvo nos casos de manutenção do mesmo número de inscrição no CNPJ.

Art. 342. O contribuinte é obrigado a comunicar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua ocorrência, a transferência, a venda, encerramento das atividades e o extravio de blocos de notas fiscais, sob pena de continuar responsável pelo tributo.

§ 1o. A anotação de cessão e/ou de baixa de atividades não implica na quitação ou dispensa de pagamento de qualquer débitos tributários existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou a baixa de ofício.

§ 2o. A baixa da inscrição será procedida considerando a data do protocolo do pedido ou a data do ato, quando se tratar de baixa de ofício.

§ 3o. O contribuinte deverá comunicar ao fisco municipal a perda ou extravio de notas de prestação de serviço, e publicar na imprensa local.

Art. 343. Poderão ser cancelados os débitos lançados, correspondentes ao período posterior ao encerramento das atividades, desde que os interessados comprovem a cessação, com documentos hábeis e idôneos, sem prejuízo das custas processuais e das penalidades cabíveis.

Art. 344. Os contribuintes do imposto cuja base de cálculo é o preço do serviço, ficam obrigados a apresentar anualmente, ressalvados os casos expressamente previstos, Declaração de Informação Econômica Fiscais, contendo informes e dados que venham a ser determinados em regulamento.

Parágrafo Único - Quando se tratar de contribuinte pessoa jurídica, sujeita à inscrição comercial ou fiscal, a declaração será também assinada por contabilista com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, o qual será responsável solidário pela veracidade, acerto e preenchimento das informações constantes na referida declaração, extraída da documentação que lhe for apresentada, ficando o contribuinte responsável pela idoneidade, omissões, rasuras ou adulterações dos documentos apresentados ao profissional contábil.

Art. 345. A não apresentação da Declaração Econômica Fiscal prevista no caput deste artigo e determinada em regulamento, apresentada de forma inexata, sujeitará ao infrator a multa de 25 (vinte e cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, por documento.

SEÇÃO XIV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 346. As infrações às disposições deste capítulo serão punidas com multas nos seguintes valores:

25 (vinte e cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, nos casos de:

exercício de atividade sem prévia inscrição no cadastro fiscal; não comunicação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência, de qualquer alteração contratual ou estatutária; encerramento das atividades sem comunicação à Fazenda Municipal;

50 (cinquenta) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, nos casos de:

omissão dolosa ou falsidade na declaração de dados; emissão de nota fiscal que não reflita o preço do serviço, por nota fiscal; prestação de serviço sem a emissão da respectiva nota fiscal.

recusa na exibição de livros ou documentos fiscais; sonegação de documentos para apuração do preço do serviço ou da fixação de estimativa; embarço à ação fiscal; 60 (sessenta) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, nos casos de:

falta de livros fiscais ou de sua autenticação, por livro; falta de escrituração do imposto devido; dados incorretos na escrita fiscal ou nos documentos fiscais; 40 (quarenta) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, por documento impresso, no caso de estabelecimento gráfico que emitir nota ou documento fiscal sem a devida autorização, respondendo solidariamente o beneficiário, quando a gráfica estiver estabelecida fora do Município.

20% (vinte por cento) sobre o valor do imposto atualizado monetariamente, nos casos de:

falta do recolhimento do imposto, apurado por meio de procedimento fiscal; recolhimento do imposto em importância menor do que a efetivamente devida, apurado por meio de ação fiscal; 30% (trinta por cento) do imposto atualizado monetariamente, nos casos de:

falta de recolhimento do imposto retido na fonte; adulteração, falsificação, extravio ou inutilização de livros e documentos fiscais com a finalidade de sonegação do imposto.

Art. 347. Fica estabelecido até a data de 30 de maio do exercício em que esta lei passar a produzir efeitos, o prazo final para realização de cadastramento de todas as empresas com domicílio tributário e inscrição no cadastro de atividades econômicas do Município de Santa Terezinha do Progresso na forma estabelecida em regulamento.

§ 1o. O prazo previsto neste artigo aplica-se a todos os contribuintes que exerçam atividade no território do Município de Santa Terezinha do Progresso e são passíveis de inscrição no cadastro de atividades econômicas.

§ 2o. Após a data estabelecida neste artigo fica o poder Público Municipal autorizado a criar um cadastro Municipal de inativos e aplicar aos infratores as penalidades cabíveis previstas em Lei.

TÍTULO III DAS TAXAS CAPÍTULO I TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS SEÇÃO I COLETA DE LIXO E ENTULHOS

Art. 348. A taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador à utilização efetiva ou potencial do serviço de coleta de lixo domiciliar e comercial, prestado ou posto à disposição.

Art. 349. Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio ou possuidor, a qualquer título, de imóvel edificado situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

Art. 350. A Taxa será calculada anualmente, e o valor será de 10 (dez) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal ao ano.

Art. 351. A Taxa de Coleta de Lixo, poderá ser lançada juntamente com o carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, discriminada em campo específico ou separadamente. A Taxa será paga na mesma forma e prazos regulamentares do IPTU, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para aquele imposto.

§ 1º - O pagamento de cada parcela independe de estarem pagas

as anteriores e não presume a quitação das demais.

§ 2º - Para os contribuintes isentos do pagamento do IPTU o lançamento e arrecadação será feito nos mesmos prazos e formas estipuladas para o imposto.

Art. 352. O serviço de coleta de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores, cortes de grama, reforma ou construções civis e ainda remoção de lixo realizado em horário especial por solicitação do interessado não está contemplado na taxa anual prevista no artigo 348.

§ 1º. Para ter direito aos serviços previstos neste artigo o interessado deverá efetuar o requerimento específico.

§ 2º. O valor da taxa será de 05 (cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, para cada carga de material a ser retirado e deverá ser paga antes do requerimento.

§ 3º. Fica vedado o depósito de material nas vias públicas, exceto de forma provisória para retirada no mesmo dia, sem todavia impedir o tráfego normal de veículos e pedestres no local.

§ 4º. A infração do parágrafo anterior implica em multa equivalente a 05 (cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, além da obrigação de remover o material.

CAPÍTULO II

DA TAXA DE LICENÇA EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

SEÇÃO I

TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS

SUBSEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 353. A Taxa de Licença, Localização e Funcionamento e Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas é devida ao município pela sua atividade de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem e tranquilidade públicas, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

§ 1º Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviço em geral e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício e autônomos com estabelecimento fixo.

§ 2º Os contribuintes sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município pagarão a Taxa de Licença, Localização e Funcionamento, apenas uma vez, quando do início de suas atividades, por ocasião do requerimento do respectivo alvará.

§ 3º A Licença de Localização e Funcionamento, somente será fornecida mediante verificação “In Loco” do estabelecimento.

§ 4º. Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividades, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 5º. Nos exercícios subsequentes à concessão da Licença, os contribuintes pagarão anualmente, a Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas do estabelecimento, a título do específico exercício do poder de polícia administrativa, a taxa será devida somente quando efetivamente ocorrer o prévio ato de vistoria do estabelecimento e a partir do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o contribuinte deu início as suas atividades.

Art. 354. Estabelecimento é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no Artigo 353, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou

contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º. A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos: manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos; estrutura organizacional ou administrativa; permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

Art. 355. Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou profissional poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município, em caráter permanente ou temporário, sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuados o pagamento da taxa devida.

§ 1º Considera-se eventual a atividade que é exercida apenas em determinadas épocas do ano.

§ 2º São obrigados ao pagamento da taxa os depósitos fechados de mercadorias.

Art. 356. Para efeito de incidência da taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade, ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas; os que, embora com idêntico ramo de atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos, ainda que no mesmo imóvel..

SUBSEÇÃO II

BASE DE CÁLCULO

Art. 357. A taxa será calculada em função da natureza da atividade e outros fatores pertinentes, de conformidade com a “Tabela XVII” em anexo a esta Lei.

SUBSEÇÃO III

SUJEITO PASSIVO

Art. 358. O Sujeito passivo da Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e Taxa de Vistoria do Estabelecimento é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de postura.

SUBSEÇÃO IV

SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 359. A alteração da firma ou a de razão social, decorrente de alienação e de transferência de quotas ou de sucessão, sem prévio pedido de baixa da inscrição, envolverá a responsabilidade solidária do adquirente ou sucessor com o antecessor, relativamente aos débitos fiscais deste.

SUBSEÇÃO V

LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 360. A taxa será lançada em parcela única, com base nos dados existentes no cadastro e/ou apurados “in loco”, quando da vistoria do estabelecimento.

§ 1º. O lançamento da Taxa de Licença, Localização será efetuada, por ocasião do requerimento do respectivo alvará, no mês em que ocorrer a solicitação.

§ 2º. O vencimento da Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas do estabelecimento, a título do específico exercício do poder de polícia administrativa, ocorre no dia 31 de março, quando a data do vencimento cair em fim de semana ou feriado, o vencimento será no primeiro dia útil subsequente.

Art. 361. A taxa será recolhida por meio de documento próprio, de acordo com modelo e forma estabelecidos pelo poder executivo.

Art. 362. Não será admitido o parcelamento da taxa prevista nesta lei.

SUBSEÇÃO VI DAS ISENÇÕES

Art. 363. São isentos de pagamento da taxa de que trata esta lei:

os vendedores ambulantes de jornais;
os engraxates ambulantes;
os vendedores de artigos de artesanato doméstico de sua fabricação, sem auxílio de empregados;
as escolas, orfanatos e asilos mantidos pelo poder público;
as atividades desenvolvidas por pessoas com deficiência física, considerados como tais e cadastrados juntos ao setor competente da assistência social do Município, que exerçam o comércio ou serviço eventual ou ambulante em sua própria residência e que não tenham empregados ou em terrenos, vias e logradouros públicos;
os que venderem nas feiras livres, exclusivamente, os produtos de lavoura e os de criação própria - aves e pequenos animais - desde que exerçam o comércio pessoalmente e que estejam inscritos em órgão competente, como produtor rural;
entidades de classe, e sem fins lucrativos desde que não remunerem seus sócios.

Art. 364. Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa de 75 (setenta e cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

CAPÍTULO III LICENÇA PARA OBRAS E URBANIZAÇÃO SEÇÃO I FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 365. A Taxa de Licença para Obras e Urbanização, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática em razão de interesse público concernente à segurança e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a execução de construção, reformas, concertos, demolições, instalação de equipamentos, a abertura e ligação de novos logradouros ao sistema viário urbano, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano.

SEÇÃO II SUJEITO PASSIVO

Art. 366. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reformar, reparar, acrescentar ou demolir edifícios, casas, muros, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes e quaisquer outras obras em imóveis, estão sujeita à prévia licença do Poder Público Municipal e ao pagamento da taxa de licença para obras e urbanização.

SEÇÃO III DAS ISENÇÕES

Art. 367. Ficam isentos do pagamento da taxa de licença para obras e/ou urbanização:

a construção de passeios e de logradouros públicos providos de meio-fio;
a construção de muros de contenção de encostas;
os loteamentos e arruamentos promovidos pelo poder público, diretamente ou através de órgãos da administração indireta.
a construção de casa, para fins exclusivamente residenciais, com até 70m² (setenta metros quadrados).

SEÇÃO IV BASE DE CÁLCULO

Art. 368. A base de cálculo da Taxa de Licença para Obras e Urbanização, será determinada, para cada obra particular, conforme Tabela XIII, em anexo nesta Lei.

§ 1º. A taxa é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédio ou quaisquer obras, dentro da zona urbana do município.

§ 2º. Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de instalações de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença e pagamento da taxa devida;

Art. 369. Em relação a execução de obras, arruamentos, desmembramento e loteamentos:

a licença será cancelada se a execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará, que será de 18 meses;
a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se o prazo concedido no alvará for insuficiente para a execução do projeto.

nenhum plano de urbanização de terrenos particulares poderá ser aprovado ou executado sem o prévio pagamento da taxa, e o cumprimento das normas legais;

a licença somente será fornecida mediante a apresentação do projeto de construção em 3 (três) vias, elaborada por profissional competente, com ART, memorial descritivo da obra e cópia da escritura ou contrato.

Art. 370. A taxa será cobrada, conforme “Tabela XIII”, em anexo desta Lei.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação da licença para a execução de obras, a taxa será devida em 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

CAPÍTULO IV LICENÇA PARA ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE SEÇÃO I FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 371. A Taxa de Licença para a Atividade Eventual ou Ambulante, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante.

Art. 372. Considera-se atividade:

ambulante, a exercida, individualmente, de modo habitual ou eventual, com localização fixa ou não;
eventual, a exercida, individualmente ou não, em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos, exposições, feiras, comemorações e outros acontecimentos, em locais autorizados pelo Município.

feirante, a exercida, individualmente ou não, de modo habitual, nas feiras livres, em locais previamente determinados.

Parágrafo único – A atividade ambulante, eventual e feirante é exercida, sem estabelecimento, podendo ser em instalações removíveis, colocadas nas vias, nos logradouros ou nos locais de acesso ao público, como veículos, como “trailers”, como “stands”, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e como as demais instalações congêneres, assemelhadas e similares.

Art. 373. É obrigatória a inscrição, na repartição competente no município de Santa Terezinha do Progresso, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela autoridade competente.

§ 1º. A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

§ 2º. Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante, os vendedores cujas mercadorias sejam encontradas em seu poder, mesmo que pertençam a outros contribuintes que já tenham pago a respectiva taxa.

§ 3º. Quando o tributo de que trata este artigo referir-se-á duas ou mais modalidades especificadas na tabela, o tributo será calculado pela taxa mais elevada, acrescendo-se 10% (dez por cento) sobre o valor para cada uma das modalidades restantes.

§ 4º. Na hipótese de taxa anual, o pagamento, poderá ser decomposto em parcelas mensais, traduzidas em UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

§ 5º. A renovação da licença para comércio ambulante implicará em nova petição, sujeitando-se o requerente a novo pagamento na forma prevista neste capítulo.

Art. 373 A – Os comerciantes com estabelecimento fixo, no município ou não, que exerçam atividade de ambulante e façam vendas ao consumidor final, excluídos aí as vendas a atacado, devem obrigatoriamente registrar-se no órgão competente e requerer a licença para atividade ambulante.

SEÇÃO II SUJEITO PASSIVO

Art. 374. O Sujeito passivo da Taxa de Licença para a Atividade Eventual ou Ambulante é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade eventual ou ambulante, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais sanitárias e de postura.

Parágrafo Único – Ao requerer a licença, o contribuinte terá que fornecer os elementos e as informações necessárias para sua inscrição no cadastro fiscal.

SEÇÃO III BASE DE CÁLCULO

Art. 375. A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de seu poder de polícia, será determinada, para cada atividade, para cada licença requerida ou concedida, conforme o caso, de acordo com a Tabela XVII.

SEÇÃO IV DAS ISENÇÕES

Art. 376. São isentos de pagamento da taxa de licença: o exercício do comércio eventual ou ambulante e / ou ocupação de áreas em terrenos ou vias e logradouros públicos por:

engraxates ambulantes;
vendedores de artigo de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;
feiras de livros, exposições, concertos, retrates, palestras, conferências e demais atividades de caráter cultural ou científico;
exposições, palestras, conferências, pregações e demais atividades de cunho notoriamente religioso;
candidatos e representantes de partidos políticos, durante a fase da campanha, observada a legislação eleitoral em vigor.
Os feirantes cadastrados na Secretaria de Agricultura do Município de Santa Terezinha do Progresso, desde que residentes e domiciliados no município e que vendam os produtos aqui produzidos e que apresentarem bloco de produtor rural.
as associações de classe, associações religiosas, escolas sem fins lucrativos, orfanatos e asilos.

CAPÍTULO V TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA

Art. 377. A Taxa de Fiscalização Sanitária, tem como fato gerador, a inspeção sanitária a ser procedida em todas as empresas ou a elas equiparadas para fins de tributação.

Parágrafo Único – A inspeção sanitária será realizada anualmente, com o objetivo de verificar se as empresas mantêm as condições de funcionamento com relação a saúde pública para expedição do competente alvará sanitário.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 378. O contribuinte da taxa é a pessoa jurídica ou a esta equiparada, que exerça ou venha a exercer suas atividades, ainda que imune ou isento de impostos.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 379. O valor da taxa será o fixado para concessão do alvará sanitário pela Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, com parâmetros informados pela Lei nº 7.541/98, ou outra que a venha a substituir.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 380. A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, quando da fiscalização, que deverá ser procedida até o dia 31 de março de todo ano, tendo o contribuinte o prazo de 30 (trinta) dias para o seu recolhimento na Tesouraria Municipal.

CAPÍTULO VI TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

SEÇÃO I FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 381. A Taxa de Autorização de Publicidade tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização, vigilância e fiscalização, visando disciplinar os meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso público, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura, e quando for o caso, ao pagamento da taxa devida.

Art. 382. Inclui-se na obrigatoriedade do Artigo anterior:

I. os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, out-doors,

placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;

II. a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, autofalante e propagandistas.

Parágrafo Único - Compreende-se neste Artigo os anúncios colocados em lugares de acesso público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem de qualquer forma, visíveis da via pública.

SEÇÃO II SUJEITO PASSIVO

Art.383. O sujeito passivo da Taxa de Autorização de Publicidade é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a utilização e a exploração de anúncio, pertinente aos bens públicos de uso comum e ao controle da estética e do espaço visual urbanos.

SEÇÃO III LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 384. Sempre que a licença depender de requerimento, este deverá ser instruído com as descrições da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este, juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 385. A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

Art. 386. Na renovação anual, a taxa será paga até o dia 31 (trinta e um) de Janeiro.

Art. 387. O período de validade da autorização para exibição de publicidade será anual, mensal ou diária.

SEÇÃO IV DAS ISENÇÕES

Art. 388. Estão isentos da Taxa de Autorização de Publicidade:

I. os anúncios de partidos políticos ou de seus candidatos na forma prevista na legislação eleitoral;

II. os anúncios colocados no exterior do estabelecimento, quando a publicidade refere-se a pessoa física ou jurídica licenciada para aquele local;

III. os anúncios colocados no interior de estabelecimentos, mesmo que visíveis do exterior;

IV. anúncios de "aluga-se" ou "vende-se", quando instalados sobre o bem objeto da oferta;

V. a colocação e a substituição, nas fachadas de casas de diversões, de anúncios indicativos de filme, peça ou atração, de nomes de artistas e de horário, proibido o uso de linguagem chula;

VI. anúncios com finalidades exclusivamente cívicas ou educacionais, declarados de interesse cultural, artístico, religioso, turístico, desportivo ou social, ou exibidos por instituições sem fins lucrativos, bem como anúncios de propaganda de certames, congressos, exposições ou festa beneficentes, desde que não vinculem marcas de firmas ou produtos, que ocupem mais de 20% (vinte por cento) do anúncio.

VII. placas indicativas de direção e equipamentos públicos;

VIII. painéis ou tabuletas exigidas pela legislação própria e afixadas em locais de obras de construção civil, no período de sua

duração;

IX. prospectos ou panfletos, desde que a distribuição seja feita no interior do estabelecimento comercial;

X. tabuletas indicativas de sítios, granjas, chácaras e fazendas.

Art. 389. As infrações e penalidades são as seguintes:

I. exibir publicidade sem a devida autorização - multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da taxa.

II. exibir publicidade em desacordo com as características aprovadas ou fora dos prazos constantes da autorização - multa de 20 (vinte) Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

III. não retirar o anúncio quando a autoridade o determinar - multa de 10 (dez) Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

IV. escrever, afixar faixas ou colar cartazes de qualquer espécie sobre coluna, fachada ou parede cega de prédio, muro de terreno, poste ou árvore de logradouro público, monumento, ou qualquer outro local exposto ao público, desde que não autorizado - multa de 5 (cinco) Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

SEÇÃO V BASE DE CÁLCULO

Art. 390. A taxa será calculada e lançada com base nas informações prestadas pelo contribuinte ou apuradas pelo fisco, observando-se a Tabela XVI.

§ 1º. Não havendo na tabela especificação própria para a publicidade, a taxa deverá ser paga pelo valor estipulado no inciso que guardar maior identidade de características com a autorização concedida.

§ 2º. Nos casos em que a taxa é devida, o valor inicial exigível será proporcional ao número restante de meses ou dias que completem o período de validade da autorização.

§ 3º. Fica sujeito a um acréscimo de 30% (trinta por cento) o tributo devido por licença para publicidade de fumo e seus derivados e de 20% (vinte por cento) referente a bebidas alcoólicas.

§ 4º. Fica vedada a utilização de postes de rede de extensão para a fixação de meios de publicidade.

SEÇÃO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 391. As infrações às disposições deste capítulo serão punidas com as seguintes penalidades, se não houver outra específica para a infração:

multa de 10 (dez) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, no caso da não comunicação ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do evento, sobre a alteração da razão social, alteração de endereço ou do ramo de atividade e sobre as alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;

multa de 10 (dez) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal pelo exercício de qualquer atividade a ela sujeita, sem a respectiva licença;

suspensão de licença pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para sua concessão; quando, após a suspensão de licença deixarem ser cumpridas as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, a segurança e aos bons costumes.

CAPÍTULO VII TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA

Art. 392. As taxas de serviços diversos serão as seguintes:

- I. Taxa de Expediente e Protocolo;
II. Taxa de Numeração de Prédios.

Parágrafo Único – As taxas são devidas por quem se utilizar dos serviços prestados pelo município, resultando na expedição de documento em prática de ato de sua competência.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 393. O contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica interessada na prestação dos serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 394. As taxas de Serviços Diversos serão em valor igual a 04 (quatro) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, independente da natureza do serviço.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 395. As taxas de serviços diversos podem ser lançadas antecipadamente ou simultaneamente com a arrecadação.

Art. 396. As taxas de serviços diversos serão arrecadadas sempre previamente à disponibilização do serviço.

TÍTULO IV OS PREÇOS PÚBLICOS.

CAPÍTULO I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 397. Ficam criados os seguintes preços públicos para os serviços abaixo especificados prestados aos munícipes que os solicitarem:

- I – para análise, aprovação e fiscalização da execução de obras e instalações particulares;
II – para análise e aprovação de projetos de parcelamento e desmembramento e urbanização de terrenos particulares;
III – para expedição de alvarás em geral;
IV – para serviços de alinhamento, nivelamento e demarcação;
V – para serviços de cemitério;
VI – de serviços de guarda de bens;
VII – de autorização e uso do subsolo e do espaço aéreo nas vias e logradouros públicos;
VIII – dos serviços de máquina, retirada e transporte de saibro e fornecimento de água;
IX – para utilização de logradouros públicos para atividades específicas.

Parágrafo Único – Os valores dos preços públicos a serem cobrados pelo Município de Santa Terezinha do Progresso serão fixados em UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

CAPÍTULO II PREÇOS PÚBLICOS PELOS SERVIÇOS DE MÁQUINA.

Art. 398. Os preços públicos pela prestação de serviços de máquinas, retiradas e transporte de saibro e fornecimento de água, prestados pelas Secretarias do Município, serão cobrados quando da prestação dos serviços especificados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.	PERÍODO	VALOR/ UFM
------	-----------------------	---------	------------

01	Motoniveladora.	Uma hora	15
02	Retroescavadeira.	Uma hora	09
03	Trator agrícola pneus com ou sem implementos	Uma hora	06
04	Carregadeira	Uma hora	11
05	Caminhão	Uma hora	08
06	Escavadeira Hidráulica	Uma hora	18

Parágrafo Único. O preço público fixado para a utilização de caminhão refere-se ao transporte de cargas de terra para jardim/horta, aterro de construções e cargas de cascalho transportados nos limites do município, sendo vedado a utilização de qualquer veículo ou máquina do município de Santa Terezinha do Progresso em outro município.

Art. 399. O Executivo Municipal disporá sobre os requisitos necessários para que tais serviços atendam ao interesse público.

Art. 400 - O valor do Preço Público pela Utilização de Serviços de Máquinas e Equipamentos será corrigido anualmente, quando da atualização do valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 401. As horas máquinas de que trata essa lei deverão ser requeridas na Secretaria Municipal da Agricultura e pagas antecipadamente na Secretaria Municipal de Finanças.

§ 1º. A autorização para a realização dos serviços requeridos dar-se-á após o pagamento das horas da máquina pretendida, na Secretaria Municipal de Finanças que deverá informar sobre a existência de outros débitos.

§ 2º. A existência de débito em nome do requerente determinará o indeferimento do pedido.

Art. 402. O Cronograma de atendimento dos serviços pagos será definido pela Secretaria Municipal da Agricultura com base na disponibilidade das máquinas, levando em conta a urgência, tipo de serviço, a ordem cronológica dos pedidos pagos e a proximidade das máquinas do local, evitando desperdícios em deslocamentos das máquinas nas estradas.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal da Agricultura poderá cancelar temporariamente novos pedidos de máquinas se a demanda for maior do que a capacidade de atendimento, evitando assim longo período de espera de atendimento dos pedidos já pagos.

Art. 403. Ficam isentos de pagamento os seguintes serviços:

- I – Saneamento: considera-se os serviços de abertura de fossas, sumidouros, esterqueiras e fontes de água para consumo animal;
II - Abastecimento de água potável no meio rural: considera-se os serviços de Abertura de fontes d'água e valetas para enterrar tubulação de condução de água para consumo humano;
III - Atividades de Programas específicos onde a Prefeitura estabelece como contrapartida o atendimento com máquinas públicas ou outras definidas pelo Conselho Municipal de Agropecuária.

Art. 404 - Para fins de pagamento do referido Preço Público, fica o Poder Executivo, autorizado a emitir Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou Documento Bancário em nome dos usuários.

Parágrafo Único - Os valores arrecadados com a utilização dos equipamentos disponibilizados no presente programa de atendimento à agricultura municipal, preferencialmente, serão destinados à continuidade do referido programa e à manutenção dos maquinários e implementos, constituindo-se recursos próprios à sua destinação.

Art. 405. O usuário que não efetuar o pagamento dos serviços nos

termos e prazos desta Lei terá o débito inscrito em dívida ativa, ficando impedido de novas contratações.

Art. 406. O Poder Executivo baixará os decretos e regulamentos necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

CAPÍTULO III

PREÇOS PÚBLICOS PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE PARCELAMENTO, DESMEMBRAMENTO E URBANIZAÇÃO DE TERRENOS PARTICULARES.

Art. 407. Os preços públicos para análise e aprovação de projetos de parcelamento, desmembramento e urbanização em terrenos particulares são exigidos pelo Município para aprovação e licenciamento de projetos mencionados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.	VALOR/UFRM
01	Projetos de loteamento, por lote parcelado.	15,00
02	Projetos de desmembramento, por lote desmembrado.	15,00
03	Alterações em Projetos de parcelamento e desmembramento.	8,00
04	Projeto de terraplanagem (por metro cúbico removido e ou remanejado).	1,00.

Art. 408. Nenhum plano de urbanização particular e ou terraplanagem poderá ser executado no Município sem a prévia licença e o pagamento antecipado do preço previsto no artigo anterior, sob pena de embargo.

CAPÍTULO IV

PREÇOS PÚBLICOS PELOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIO.

Art. 409. Os preços públicos para utilização dos serviços e uso de terreno em cemitério são devidos no momento da prestação do serviço ou da concessão do uso do terreno e obedecerá a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.	VALOR/UFRM.
01	Inumação (todos os tipos);	10,00
02	Abertura de Sepultura, carneira, jazigo ou mausoléu para nova inumação;	15,00
03	Exumação, antes de vencido o prazo de decomposição;	150,00
04	Exumação depois de vencido prazo de decomposição;	100,00
05	Prorrogação de prazo por mais 5 (cinco) anos;	40,00
06	Perpetuidade, por metro quadrado ou fração;	100,00
07	Permissões para construções, reconstruções, reformas ou reparos em sepulturas, carneiras, jazigos e mausoléus, por autorização;	10,00
08	Ocupação de ossário por 05 (cinco) anos;	150,00
09	Carneira Simples.	60,00
10	Carneira Dupla.	100,00
11	Carneira Infantil.	35,00

CAPÍTULO V

PREÇOS PÚBLICOS DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS EM GERAL.

Art. 410. O preço público de expedição de alvarás em geral é devido no momento da expedição do respectivo alvará e obedecerá o valor da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.	VALOR/UFRM
01	Segunda via de Alvarás (diversos).	5,0000

Art. 411. Nenhuma atividade que dependa de alvará de licença poderá ser iniciada no Município sem a prévia licença e o pagamento

antecipado do presente preço, sob pena de embargo da atividade e/ou funcionamento do estabelecimento.

CAPÍTULO VI

PARA SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, NIVELAMENTO E DEMARCAÇÃO.

Art. 412. Os preços públicos pelos serviços de alinhamento, nivelamento e demarcação são devidos no momento da prestação dos serviços mencionados e obedecerá aos valores da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.	VALOR/UFRM.
01	Alinhamento, nivelamento ou demarcação por metro linear; Na zona urbana pelos primeiros 25 metros; Na zona urbana pelo excedente aos primeiros 25 metros.	18,00 2,00
02	Alinhamento, nivelamento ou demarcação por metro linear, Na zona rural.	2,000

TÍTULO V

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 413. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 414. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

SEÇÃO III

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 415. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Art. 416. Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas municipais:

obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás e instalações de comodidade pública; proteção contra secas, inundações, erosão, saneamento e drenagem em geral, retificação e/ ou regularização de cursos de água e irrigação; abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas; construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos; aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

§ 1º As obras definidas neste artigo são classificadas em: prioritárias: quando de relevante interesse público, justificado pelo Poder Executivo Municipal; secundárias: quando de menor interesse público e solicitado por

pelo menos 2/3 (dois terços) dos titulares dos imóveis, situados na área de influência da obra;
comunitárias: organizadas em programas deliberados em assembleia geral, convocada por entidade comunitária do local, com acompanhamento do Poder Público Municipal, para o atendimento das necessidades de obras públicas destinadas à melhoria de determinada região ou bairro do Município, com aprovação de no mínimo 80% (oitenta por cento) dos titulares dos imóveis situados na área da influência da obra.

§ 2º Os programa referidos nos incisos II e III do § 1º deste artigo deverão ser aprovados pelo Poder Público Municipal.

Art. 417. Não há incidência de Contribuição de Melhoria sobre o acréscimo no valor do imóvel integrante do Patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, bem como de suas autarquias e de suas fundações, mesmo que localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

SEÇÃO IV BASE DE CÁLCULO

Art. 418. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria a ser exigida pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência.

§ 1.o A apuração da base de cálculo, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na Zona de Influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2.o A determinação da base de cálculo da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas Zonas de Influência.

§ 3.o A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 4.o Para a apuração do Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra, e dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização, a Administração Pública Municipal adotará os seguintes procedimentos:

delimitará, em planta, a Zona de Influência da obra;

dividirá a Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de Hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

Art. 419. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

§ 1º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência da obra.

§ 2º A percentagem do custo da obra a ser cobrado mediante Contribuição de Melhoria considerará a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas preponderantes e o nível de desenvolvimento da área beneficiada.

Art. 420. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de imóveis Beneficiados, situados na Zona de influência da Obra, em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 1º. Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do fator de absorção de benefício da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 2º. A Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel terá como limite a valorização individual do imóvel, em decorrência da obra pública.

Art. 421. O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o número total de imóveis beneficiados deverão ser demonstrados em Edital específico próprio.

Art. 422. A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte de forma que a sua Parcela Anual não exceda a 5% (cinco por cento) do Valor Venal do Imóvel, atualizado à época da cobrança.

SEÇÃO V SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 423. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto:

o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço; o espólio, pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1.o Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2.o O disposto no inciso III deste artigo aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

SEÇÃO VI LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 424. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento, que conterá os seguintes elementos: memorial descritivo do projeto; custo Total ou Parcial da Obra a ser ressarcida pela Contribuição

de Melhoria;
delimitação, em planta, da Zona de Influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas, e a relação dos imóveis que a integram e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo;
a divisão da Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da Obra;
determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis situados na área de sua influência.

Art. 425. O contribuinte definido no artigo 414 da presente Lei poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.

Art. 426. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

Art. 427. A autoridade competente para julgar a impugnação é aquela definida na Lei Complementar que dispõe sobre as normas gerais em administração tributária, que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

Art. 428. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

Art. 429. Da decisão proferida em primeira instância, caberá recurso à Segunda Instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.

§ 1º. O julgamento em segunda instância obedecerá ao prazo estabelecido no artigo 427 da presente Lei.

§ 2º. A forma de comunicação ao impugnante obedece ao estabelecido no artigo 428 da presente Lei.

Art. 430. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Art. 431. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja regulamentado em edital e/ou Decreto.

Art. 432. A repartição fazendária competente notificará pessoalmente, via postal ou por edital o sujeito passivo, devendo a notificação conter os seguintes requisitos:
do valor da Contribuição de Melhoria lançada;
do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;
dos descontos, se os houver concedido, para o pagamento nas formas referidas no artigo anterior;
do prazo para a impugnação do lançamento.
o local do pagamento da contribuição de melhoria.

Parágrafo único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial de publicação do Município ou jornal de circulação local, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 433. Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado,

deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 30 (trinta) dias antes do vencimento da parcela.

§ 1º - No requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas;

§ 2º - Deferido o parcelamento, a autoridade fazendária procederá a emissão do carnê de pagamento, expresso em UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, cuja transformação em moeda se dará no dia do efetivo pagamento da parcela.

TÍTULO VI DISPOSICOES GERAIS

Art. 434. As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 435. Esta Lei Complementar será regulamentada no que couber, por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 436. Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2011.

Art. 437. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 106/97 e suas alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 21 de Setembro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

TABELA I TABELA DO VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO TERRENO

ZONAS	VALOR EM UMRF POR m²
Zona 01	5,0
Zona 02	4,0
Zona 03	3,0
Zona 04	3,0

TABELA II COEFICIENTE DE VALORIZAÇÃO QUANTO A SITUAÇÃO DO TERRENO

SITUAÇÃO DO TERRENO	INDICE
Esquina (mais de uma frente)	1,10
Meio de quadra	1,00
Encravado	0,80
Gleba	0,80

TABELA III COEFICIENTE QUANTO A TOPOGRAFIA DO TERRENO

TOPOGRAFIA DO TERRENO	INDICE
Plano	1,00
Aclive	0,90
Dedive	0,70
Irregular	0,80

TABELA IV COEFICIENTE QUANTO A PEDOLOGIA DO TERRENO

PEDOLOGIA DO TERRENO	INDICE
Firme	1,00
Inundável	0,80
Alagável	0,70
Rochoso	0,80

TABELA V
COEFICIENTE QUANTO AO TIPO DE PAVIMENTAÇÃO DO TERRENO

PAVIMENTAÇÃO	INDICE
Com asfalto	1,00
Com pedras irregulares	0,80
Sem pavimentação	0,60
Sem arruamento	0,30

TABELA VI
COEFICIENTE QUANTO A EXISTENCIA DE PASSEIO

SITUAÇÃO	INDICE
Com passeio	1,10
Sem passeio	1,00

TABELA VII
VALOR GENERICO DO METRO QUADRADO, CONFORME CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

TIPO DA CONSTRUÇÃO	VALOR EM UMRF POR m²
Casa	25
Apartamento	10
Sala comercial	20
Galpão	15
Telheiro	12
Fabrica/industria	15
Garagem/Box	5
Outras	5

TABELA VIII
COEFICIENTE QUANTO A ESTRUTURA DA CONSTRUÇÃO

ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO	INDICE
Alvenaria/concreto	1,00
Metálica	1,00
Mista	0,90
Madeira	0,85

TABELA IX
COEFICIENTE QUANTO AO PADRÃO DA CONSTRUÇÃO

PADRÃO DA CONSTRUÇÃO	INDICE
Luxo	1,50
Normal	1,30
Médio	1,10
Inferior	0,90

TABELA X
COEFICIENTE QUANTO AO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	INDICE
Ótima/nova	1,50
Bom	1,10
Regular	1,00
Ruim	0,90

TABELA XI
TABELA DO VALOR GENÉRICO DO HECTARE PARA IMÓVEL RURAL

TOPOGRAFIA/LOCALIZACAO	VALOR EM UFRM POR HECTARE
para terras que fazem divisas com o perímetro urbano, independente da topografia	1000
para terras com área acima de 50% mecanizável	900
para terras com área de 20% a 50% mecanizável	700
para terras com menos de 20% mecanizável	500
Áreas de Reserva legal, com mata nativa ou de outra forma inapropriáveis para agricultura	400

TABELA XII
ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

LISTA DE SERVIÇOS				
Item	Subitem	Descrição	Alíquota	Auto-nomo
				Profissional
01.		Serviços de informática e congêneres.		
01.	01.	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3	20
01.	02.	Programação.	3	20
01.	03.	Processamento de dados e congêneres.	3	20
01.	04.	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	3	20
01.	05.	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3	20
01.	06.	Assessoria e consultoria em informática.	3	20
01.	07.	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3	20
01.	08.	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3	20
02.		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
02.	01.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	4	60
03.		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
03.	01.	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3	
03.	02.	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3	
03.	03.	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3	

03.	04.	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3	
04.		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
04.	01.	Medicina e biomedicina.	4	75
04.	02.	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	4	75
04.	03.	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	4	
04.	04.	Instrumentação cirúrgica.	4	50
04.	05.	Acupuntura.	4	50
04.	06.	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	4	50
04.	07.	Serviços farmacêuticos.	4	50
04.	08.	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	4	50
04.	09.	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	4	50
04.	10.	Nutrição.	4	50
04.	11.	Obstetrícia.	4	50
04.	12.	Odontologia.	4	50
04.	13.	Ortótica.	4	50
04.	14.	Próteses sob encomenda.	4	50
04.	15.	Psicanálise.	4	50
04.	16.	Psicologia.	4	50
04.	17.	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	4	
04.	18.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	4	
04.	19.	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	4	
04.	20.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	4	
04.	21.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	4	
04.	22.	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	4	
04.	23.	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	4	
05.		Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
05.	01.	Medicina veterinária e zootecnia.	3	60
05.	02.	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3	

05.	03.	Laboratórios de análise na área veterinária.	3	
05.	04.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3	100
05.	05.	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3	
05.	06.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3	
05.	07.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3	
05.	08.	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3	40
05.	09.	Planos de atendimento e assistência médico veterinária.	3	
06.		Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
06.	01.	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3	30
06.	02.	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3	30
06.	03.	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3	30
06.	04.	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3	40
06.	05.	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3	50
07.		Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
07.	01.	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3	50
07.	02.	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5	
07.	03.	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3	
07.	04.	Demolição.	3	

07.	05.	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5	
07.	06.	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3	
07.	07.	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3	
07.	08.	Calafetação.	3	
07.	09.	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5	
07.	10.	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5	
07.	11.	Decoração e jardinagem, inclusive cortes e poda de árvores.	3	
07.	12.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3	
07.	13.	Dedetização, desinfecção, desinfestização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3	
07.	14.	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	3	
07.	15.	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3	
07.	16.	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3	
07.	17.	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5	
07.	18.	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3	
07.	19.	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pesca, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3	
07.	20.	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5	

08.		Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
08.	01.	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2	
08.	02.	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2	
09.		Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
09.	01.	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3	
09.	02.	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3	
09.	03.	Guias de turismo.	3	50
10.		Serviços de intermediação e congêneres.		
10.	01.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3	
10.	02.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3	
10.	03.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3	
10.	04.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3	
10.	05.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3	
10.	06.	Agenciamento marítimo.	3	
10.	07.	Agenciamento de notícias.	3	
10.	08.	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3	
10.	09.	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3	

10.	10.	Distribuição de bens de terceiros.	3	
11.		Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.	01.	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3	
11.	02.	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3	
11.	03.	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3	
11.	04.	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3	
12.		Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.	01.	Espectáculos teatrais.	2	
12.	02.	Exibições cinematográficas.	2	
12.	03.	Espectáculos circenses.	3	
12.	04.	Programas de auditório.	3	
12.	05.	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3	
12.	06.	Boates, táxi-dancing e congêneres.	3	
12.	07.	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3	
12.	08.	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3	
12.	09.	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3	
12.	10.	Corridas e competições de animais.	3	
12.	11.	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3	
12.	12.	Execução de música.	3	
12.	13.	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3	
12.	14.	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3	
12.	15.	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3	
12.	16.	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3	
12.	17.	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3	
13.		Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13	01.	(VETADO)		

13.	02.	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3	
13.	03.	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3	
13.	04.	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3	
13.	05.	Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia.	3	
14.		Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.	01.	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3	
14.	02.	Assistência Técnica.	3	
14.	03.	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3	
14.	04.	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3	
14.	05.	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	3	
14.	06.	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3	
14.	07.	Colocação de molduras e congêneres.	3	
14.	08.	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3	
14.	09.	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3	20
14.	10.	Tinturaria e lavanderia.	3	
14.	11.	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3	
14.	12.	Funilaria e lanternagem.	3	30
14.	13.	Carpintaria e serralheria.	3	30
15.		Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		

15.	02.	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5	
15.	03.	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5	
15.	04.	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5	
15.	05.	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5	
15.	06.	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5	
15.	07.	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5	
15.	08.	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5	
15.	09.	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5	

15.	10.	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5	
15.	11.	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5	
15.	12.	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5	
15.	13.	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5	
15.	14.	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5	
15.	15.	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5	
15.	16.	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5	
15.	17.	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5	

15.	18.	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5	
16.		Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.	01.	Serviços de transporte de natureza municipal.	2	
17.		Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.	01.	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3	35
17.	02.	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	3	35
17.	03.	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3	35
17.	04.	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3	40
17.	05.	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3	40
17.	06.	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3	
17.	08.	Franquia (franchising).	3	
17.	09.	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3	40
17.	10.	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3	40
17.	11.	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3	
17.	12.	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3	
17.	13.	Leilão e congêneres.	3	
17.	14.	Advocacia.	3	40
17.	15.	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3	
17.	16.	Auditoria.	3	40

17.	17.	Análise de Organização e Métodos.	3	40
17.	18.	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3	40
17.	19.	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3	40
17.	20.	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3	40
17.	21.	Estatística.	3	40
17.	22.	Cobrança em geral.	3	40
17.	23.	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3	40
17.	24.	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3	40
18.		Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.	01.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3	
19.		Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.	01.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	4	
20.		Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.	01.	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3	

20.	02.	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3	
20.	03.	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3	30
21.		Serviços de registros públicos, cartórios e notariais.		
21.	01.	Serviços de registros públicos, cartórios e notariais.	3	50
22.		Serviços de exploração de rodovia.		
22.	01.	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	3	
23.		Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.	01.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3	
24.		Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.	01.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3	40
25.		Serviços funerários.		
25.	01.	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3	
25.	02.	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3	
25.	03.	Planos ou convênio funerários.	3	
25.	04.	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3	

26.		Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
26.	01.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	3	
27.		Serviços de assistência social.		
27.	01.	Serviços de assistência social.	3	40
28.		Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.	01.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3	
29.		Serviços de biblioteconomia.		
29.	01.	Serviços de biblioteconomia.	3	40
30.		Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.	01.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3	40
31.		Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.	01.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3	40
32.		Serviços de desenhos técnicos.		
32.	01.	Serviços de desenhos técnicos.	3	50
33.		Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.	01.	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3	
34.		Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.	01.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3	60
35.		Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.	01.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3	40
36.		Serviços de meteorologia.		
36.	01.	Serviços de meteorologia.	3	60
37.		Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.	01.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3	
38.		Serviços de museologia.		
38.	01.	Serviços de museologia.	3	
39.		Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.	01.	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3	

40.		Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.	01.	Obras de arte sob encomenda.	3	60

TABELA XIII
LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES E URBANIZAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM UMRF POR M²
1- Licença para construções residenciais	0,30
2-Licença para construções industriais, comerciais.	0,40
3-Muros, fachadas e outras construções	Isento
4- Licença para demolição	0,05
5- Licença para habitar (habite-se)	0,10

TABELA XIV
LICENÇA PARA ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

ESPECIFICAÇÃO	DIA UFRM	MÊS UFRM
Alimentação preparada, doces, salgados e similares:		
a) Trailer e outros veículos com capacidade de carga acima de 1.000 kg.....		
.....		
b) Veículos pequenos, Quiosques e barracas		
.....	15,00	150,00
c) Carrinho, tabuleiro, balaio e outros.....	9,00	100,00
.....	8,00	80,00
Frutas, verduras, flores e produtos coloniais, produzidos no município:		
Barracas e quiosques		
.....		
Veículos de tração animal.....	10,0	100,0
Trailer e outros veículos com capacidade de carga acima de 1.000 kg.....	8,0	80,0
.....	15,00	80,00
Feirantes	Isento	Isento
3. Tecidos, roupas, confecções de roupas, lingerie e similares	8,00	90,00
4. Jóias, bijuterias, outros artigos de luxo e similares (bancas e outros).....	8,00	80,00
5. Utensílios e uso doméstico (bancas e outros).....	8,00	80,00
Brinquedos e armarinhos, miudezas e outros artigos	4,50	45,00
Bebidas - bebidas alcoólicas, refrigerantes, sucos, refrescos e similares	10,00	100,00
8. Enxovais, cobertores e similares.....	8,00	80,00
9. Perfumes, cosméticos e similares.....	4,50	45,00
10. Redes, tapetes, esteiras, chapéus, capas de assentos e similares por vendedor.....	8,00	80,00
11. Circos, shows, parques de diversões e jogos	10,00	150,00

12. Carnês, rifas, bingos, etc.....	3,00	30,00
13. Outros, que por sua natureza não se enquadrem nos itens acima		
.....	5,00	10,00

TABELA XV
TABELA DO VALOR GENÉRICO DA MAO DE OBRA POR METRO QUADRADO DE CONSTRUÇÃO PARA FINS DE TRIBUTAÇÃO DO ISS

Tipo de Construção	Padrão	% sobre o CUB Estadual
Alvenaria	Baixo	5%
	Econômico	6,5%
	Médio	8%
	Alto Padrão	10%
Madeira	Baixo	3%
	Médio	5%
	Alto Padrão	6,5%

TABELA XVI
TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICIDADE

ESPECIFICAÇÃO	UFRM Anual	UFRM mensal	UFRM Diária
I - Publicidade em local visível das vias e logradouros públicos.	30,00	4,00	2,00
II - Anúncio por meio de luminosos, ou projeção luminosa por unidade.	25,00	500	2,00
III - Publicidade sonora fixa ou com deslocamento	100,00	40,00	10,00

TABELA XVII
TAXA DE LICENÇA LOCALIZAÇÃO E VISTORIA

ATIVIDADE	VALORES EM UFRM POR ANO
1- INDUSTRIAS:	
1.1-Produtos químicos	15,00
2.2-Agroindústrias	8,00
1.2- Outras	9,00
2- COMERCIO:	
2.1- Combustíveis	20,00
2.2-Supermercados	16,00
2.3-Eletrrodomésticos e moveis	16,00
2.4-Ferragens, maquinas e motores	16,00
2.5-Agropecuárias	16,00
2.6- Cereais	16,00
2.7-Confeções em geral	16,00
2.8-Livraria, papelaria bazar	16,00
2.9-Joalheria, relojoaria	16,00
2.10-Veículos usados	20,00
2.11-Veículos novos e usados	30,00
2.12-Motocicletas	18,00
2.13-Peças e acessórios para veículos	16,00
2.14-Farmácias e drogarias	16,00
2.15-Bebidas em geral	16,00
2.16-Restaurantes e lanchonetes	15,00
2.17-Bares, sorveteria	10,00
2.18-Padarias, confeitarias e mercearias	10,00
2.19-Açougues	16,00
2.20-Fruteiras	8,00

2.21-Feiras	8,00
2.2-Outros	16,00
3-ATIVIDADES FINANCEIRAS	
3.1-Agencias bancarias	40,00
3.2-Posto de serviços bancários	30,00
3.3-Iotéricas	30,00
4-HOTEIS E SIMILARES	
4.1-Hotéis	24,00
4.2-Motéis	40,00
4.3-Pensões	20,00
4.4-Outros	30,00
5-PROFISSIONAIS LIBERAIS	
5.1-Médicos (todas as especialidades)	16,00
5.2-Cirurgião dentista	16,00
5.3-Bioquímicos	16,00
5.4-Médicos veterinários	16,00
5.5-Engenheiros arquitetos	16,00
5.6-Advogados	16,00
5.7-Economistas, administradores	16,00
5.8-Representantes comerciais	10,00
5.9-Corretores	16,00
5.10-Despachantes, contadores	16,00
5.11-Agenciadores de turismo	16,00
5.12-Auditoria e perícia	16,00
5.13-Técnicos	12,00
5.14-Outros nível superior	16,00
5.15-Outros, nível medio	12,00
6-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
6.1-Clínicas medicas	30,00
6.2-Salões de beleza e congêneres	6,00
6.3-Academias	10,00
6.4-Hospitais	100,00
6.5-Estabelecimento de ensino	Isento
6.6-Serviços fúnebres	15,00
6.7-Vigilância	16,00
6.8-Lavanderias	10,00
6.9-Pintores, pedreiro carpinteiro	6,00
6.10-Alfaiates, costureiros, sapateiros	6,00
6.11-Transportes	16,00
6.12-Serviços de informática	16,00
6.13-Estúdios fotográficos e cinematográficos	10,00
6.14-jogos eletrônicos	20,00
6.15-Casa de diversão, boate e congêneres	30,00
6.16-Auto escola	20,00
6.17-Agencia de turismo e de cambio	50,00
6.18-Guarda e estacionamento de bens e veículos	9,00
6.19-Conserto de aparelhos elétricos	5,00
6.20-Oficinas mecânicas	16,00
6.21-Borracharia	10,00
6.22-Imobiliária	30,00
6.23-Serviços de divulgação	9,00
6.24-Consultoria e assessoria	16,00

6.25-Outras atividades	30,00
7-SEM FINS LUCRATIVOS	
7.1-Associações	Isento
6.2-Sindicatos	Isento
6.3-Sociedades	Isento
6.4-Clubes	Isento
6.5-Outros	Isento
8-OUTRAS	
8.1-Empresa de comunicação, publicidade, propaganda	30,00
8.2-Empresa de radiodifusão	30,00
8.3-Transportadora	15,00
8.4-Estatais	20,00
8.5-Empresas públicas	20,00
8.6-Cartório e tabelionato	20,00
8.7-Demais atividades não relacionadas	20,00

Lei Complementar Nº 17 de 13 de Outubro de 2011.
LEI COMPLEMENTAR Nº 17 DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE SOBREAVISO AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ilenir Pedrinho Secchi, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o regime excepcional de trabalho sob a forma de sobreaviso, considerando-se de sobreaviso o servidor que permanecer aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço para pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, de acordo com a escala previamente aprovada pela direção da unidade e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, não prejudicando a sua caracterização o fato de o empregado não comparecer ao local de trabalho, desde que esteja aguardando o chamado para o serviço, por meio de BIP ou telefone, estando ou não em sua residência.

§ 1º A Indenização pelo regime excepcional de trabalho sob a forma de sobreaviso será mensal, com valor de:

III - R\$ 200,00 (duzentos reais) para ocupante do cargo de motorista vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º A indenização de sobreaviso, instituída no caput deste artigo, não será incorporada, em nenhuma hipótese, à remuneração e não fará parte da base de cálculo de qualquer benefício ou vantagem pecuniária e, também nos descontos legais, exceto para o imposto de renda.

§ 3º O regime de "sobreaviso", de que trata o caput deste artigo terá aplicação restritamente sobre os serviços de atendimento emergenciais da Secretaria Municipal da Saúde e terá seu valor calculado de forma proporcional a carga horária semanal e os valores constantes do parágrafo primeiro.

§ 4º Os períodos sujeitos ao regime de sobreaviso serão estabelecidos previamente para cada servidor convocado, através de ato

da Administração.

§ 5º Os profissionais em sobreaviso devem ficar à disposição do Departamento de Saúde, para eventuais necessidades, não sendo necessário que permaneçam na Unidade de Saúde, porém, é necessário que estejam em locais de fácil localização.

Art. 2º - O Regime de Sobreaviso desenvolver-se-á de segunda a sexta-feira, das 17:00h às 08:00h do dia seguinte, e nos sábados, domingos e feriados, durante as vinte e quatro horas do dia.

Art. 3º - O reajuste da indenização pelo Sobreaviso será feita na mesma época e com o mesmo índice da Revisão Geral Anual do Vencimento dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º. As despesas com a presente lei correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 13 de Outubro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

Lei Nº 974 de 30 de Junho de 2011

LEI Nº 974 DE 30 DE JUNHO DE 2011
DENOMINA AVENIDA E RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica denominado a Avenida e Ruas do Perímetro Urbano do Município de Santa Terezinha do Progresso conforme discriminado a seguir:

- a) Avenida Tancredo Neves iniciando entre os lotes L-34 e L-124 por linha reta até entre os lotes L-116 e L-43 e destes por linha reta até o final do lote L-01;
- b) Rua Doze de Maio paralela a Avenida Tancredo Neves iniciando entre os lotes L-28 e L-32 por linha reta até entre os lotes L-38 e L-28 e deste por linha reta até o final do L-01;
- c) Rua Licínio Fabris paralela a Avenida Tancredo Neves iniciando entre os lotes L-54 e L-125 por linha reta até entre os lotes L-138 e L-131;
- d) Rua Alvery de Souza Campos iniciando entre os lotes L-43 e L-38 por linha reta até início do L-42;
- e) Rua Santa Terezinha paralela a Av. Tancredo Neves iniciando entre os lotes L-103 e L-132 por linha reta até o final do lote L-01;
- f) Rua Porto Alegre iniciando no lote L-144 por linha reta até o final do lote L-01;
- g) Rua Fiorindo Monteiro iniciando entre os lotes L-102 e L-140 por

linha reta até o lote L-148;

h) Rua Adão Nunes dos Santos iniciando entre os lotes L-107 e L-140 por linha reta até o início do lote L-145;

i) Rua Coronel Silvestre iniciando entre os lotes L-142 e L-145 por linha reta até a Rua Adão Nunes dos Santos;

j) Rua Guanabara iniciando entre os lotes L-30 e L-32 por linha reta até entre os lotes L-125 e L-126;

k) Rua Operário iniciando entre os lotes L-32 e L-38 por linha reta até entre os lotes L-37 e L-39;

l) Rua Maceió iniciando entre os lotes L-38 e L-144C por linha reta até entre os lotes L-114 e P/L-115;

m) Rua Santa Catarina iniciando entre os lotes L-24 e L-22 por linha reta até entre os lotes L-27 e L-21 e destes por linha reta até entre os lotes L-127 e L-149;

n) Rua Alagoas iniciando entre os lotes L-103 e L-104 por linha reta até entre os lotes L-104 final e L-132;

o) Rua Recife iniciando entre os lotes L-12 e L-8 por linha reta até entre os lotes L-148 e L-149 final;

p) Rua Mario dos Santos iniciando entre os lotes L-24 e L-25 por linha reta até início lote L-28;

q) Rua Ernesto Francisco Cardoso iniciando entre os lotes L-05 e L-04 por linha reta até os lotes L-99 e L-147;

r) Rua Manaus iniciando entre os lotes L-02 e L-01 início por linha reta até o lote L-144;

s) Rua João Paulo II iniciando entre os lotes L-131 e L-148 por linha reta até início do lote L-200;

t) Rua Florianópolis iniciando entre os lotes L-82 e L-85 por linha reta até os lotes L-83 e P/L-73;

u) Rua São Paulo iniciando entre os lotes L-02 e L-03 início por linha reta até os lotes L-72 e L-73;

v) Rua Curitiba iniciando entre os lotes L-78 e L-80 por linha reta até os lotes L-79 e L-80 final.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei Municipal nº 169/98 de 17 de Dezembro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 30 de Junho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LARI JOÃO WESCHENFELDER
Fiscal de Tributos
Matricula nº 321/2

Lei Nº 975 de 30 de Junho de 2011

LEI Nº 975 DE 30 DE JUNHO DE 2011
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER VEÍCULOS EM DOAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber da Secretaria da Receita Federal, por meio do Ato de Destinação de Mercadorias nº 0433 de 25/03/2011, Processo nº 11969.000211/2011-91, o veículo GM CORSA HATCH, ano de fabricação 2004, Placa MCB-1334, Renavam 829463364, Chassi 9BGXF68004C224306, VW/GOL ESPECIAL, ano de fabricação 2002, Placa MCB-1334, Chassi 9BWCA05Y83T083419 e o veículo FIAT/FIORINO IE, ano de fabricação 1999, Renavam 721542620, Chassi

9BD255044X8652285.

Art. 2º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a incorporar ao patrimônio do Município o bem recebido em doação e a realizar as despesas necessárias com a transferência e regulamentação da documentação dos referidos veículos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - As despesas com a realização da presente lei correrão à conta do orçamento vigente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 30 de Junho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LARI JOÃO WESCHENFELDER
Fiscal de Tributos
Matricula nº 321/2

Lei Nº 976 de 30 de Junho de 2011

LEI Nº 976 DE 30 DE JUNHO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a instalação da Rede de Iluminação Pública em todo o perímetro urbano do município de Santa Terezinha do Progresso, dando especial atenção aos pontos onde a mesma é deficiente ou completamente inexistente, podendo, inclusive, firmar convênios e contratos com a concessionária de Energia Elétrica do Estado de Santa Catarina, tudo com vistas a atendimento de situação de interesse público em benefício da população.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 3º - As despesas com a execução presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 30 de Junho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

Lei Nº 977 de 06 de Julho de 2011.

LEI Nº 977 DE 06 DE JULHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, por conta dos recursos do Contrato de Repasse 0303847-32/2009, com o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil duzentos reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2400.00.00.00.00 Transferências de Capital

2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios

2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União e de suas Entidades

2471.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União

0124 - Transferências de Convênios - Outros

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, até o valor de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil duzentos reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

06.02 Departamento de Serviços Urbanos

154510040.1.018000 Execução de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do perímetro urbano

0124 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 98.200,00

Art. 3º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal n. 946/2010), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão de meta física e financeira referente Ação 1.018 Execução de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do perímetro urbano no Programa 040 - Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

Lei Nº 979 de 06 de Julho de 2011.

LEI Nº 979 DE 06 DE JULHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras

providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de até R\$ 89.400,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
154520040.2.033000 Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos
972 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
175120040.2.034000 Manutenção Ampl. e Adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável
1054 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.400,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Depto de Obras
227820040.2.032000 Manutenção das Atividades de Estradas de Rodagem
898 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 50.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.01 Administração Superior do Município
041220006.2.002000 Manutenção das Atividades de Administração Superior do Município
122 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 21.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 89.400,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação
04.01 Depto de Educação
123610018.2.008000 Manutenção das Atividades da Secretaria de educação
544 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
175120040.2.034000 Manutenção Ampl. e Adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável
1058 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.400,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Depto de Obras
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de Estradas de Rodagem
894 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 50.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.01 Administração Superior do Município
041220006.2.002000 Manutenção das Atividades de Administração Superior do Município
198 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo
278120021.2.024000 Manutenção das Atividades do Setor do Esportes
268 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 16.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matrícula nº 136/8

Lei Nº 980 de 27 de Julho de 2011.

LEI Nº 980 DE 27 DE JULHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de até R\$ 3.303.66 (três mil trezentos e três reais e sessenta e seis centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
175120040.1.028000 Ampliação da Rede de distribuição de água
1050 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.303.66

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 3.303.66 (três mil trezentos e três reais e sessenta e seis centavos), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
175120040.2.034000 Manut. Ampl. e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável
1058 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.303.66

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Tecnólogo em Administração

Matricula nº 136/8

Lei Nº 981 de 15 de Agosto de 2011.

LEI Nº 981 DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de até R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinquenta reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103050025.2.043000 Vigilância Epidemiologica

2067 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.750,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinquenta reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103050025.2.043000 Vigilância Epidemiologica

1445 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.750,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 15 de Agosto de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Tecnólogo em Administração

Matricula nº 136/8

Lei Nº 972 de 16 de Junho de 2011

LEI Nº 972 DE 16 DE JUNHO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A COMPRAR E DOAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CHURRASQUEIRA PARA A COMUNIDADE DE LINHA MUNDO NOVO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do

Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a comprar e doar materiais de construção para construção de churrasqueira para a comunidade de Linha Mundo Novo

Parágrafo Único: A autorização citada no caput deste artigo terá o valor máximo de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Junho de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LARI JOÃO WESCHENFELDER

Fiscal de Tributos

Matricula nº 321/2

Lei Nº 973 de 16 de Junho de 2011

LEI Nº 973 DE 16 DE JUNHO DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR AS DESPESAS NECESSÁRIAS COM A INAUGURAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA LINHA MUNDO NOVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as despesas necessárias para a inauguração do Ginásio de Esportes da Linha Mundo Novo, até um limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º - As despesas com a realização da presente lei correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Junho de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LARI JOÃO WESCHENFELDER

Fiscal de Tributos

Matricula nº 321/2

Lei Nº 978 de 06 de Julho de 2011.

LEI Nº 978 DE 06 DE JULHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de até R\$ 169.321,28 (cento e sessenta e nove mil trezentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
1914 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 45.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
226610040.1.025000 Implantação de Área Industrial
2043 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 36.265,92

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Depto de Obras
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de Estradas de Rodagem
898 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 52.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
03.01 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
041220009.2.003000 Manutenção das Atividades do Depto de Administração
328 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 23.000,00

04.00 Secretaria de Educação
04.01 Depto de Educação
123610018.2.017000 Ampliação, reforma e melhoria dos núcleos escolares
684 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.055,36

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 169.321,28 (cento e sessenta e nove mil trezentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
03.01 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
041220009.2.003000 Manutenção das Atividades do Depto de Administração
320 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 23.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Depto de Obras
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de Estradas de Rodagem
894 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 32.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos

154520040.2.033000 Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos

972 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 20.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
154520040.2.035000 Manutenção das Atividades de coleta e destinação final do lixo
1022 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.036,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
1910 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 45.000,00

04.00 Secretaria de Educação
04.01 Depto de Educação
123060018.2.014000 Merenda Escolar para Ensino Fundamental
520 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 23.229,92

04.00 Secretaria de Educação
04.01 Depto de Educação
123610018.2.008000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
544 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.055,36

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

Lei Nº 982 de 18 de Agosto de 2011

LEI Nº 982 DE 18 DE AGOSTO DE 2011

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PONTO DE TAXI QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar Ponto de Táxi na Linha Zanata, interior do município de Santa Terezinha do Progresso.

Parágrafo Único - O Ponto de Táxi mencionados no artigo 1º terá sua vaga, normas e autorização de funcionamento regulamentados através de Ato do Poder Executivo.

Art. 2º - As despesas com a execução presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 18 de Agosto de 2011.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

Lei Nº 983 de 18 de Agosto de 2011.

LEI Nº 983 DE 18 DE AGOSTO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Depto de Obras
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de Estradas de Rodagem
894 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 31.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Depto de Obras
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de Estradas de Rodagem
898 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
154510040.2.037000 Urbanização, mediante manutenção das ruas, avenidas, sinalização, arborização e
956 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.02 Depto de Serviços Urbanos
175120040.2.034000 Manut. Ampl. e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável
1089 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 6.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.01 Administração Superior do Município
041220006.2.002000 Manutenção das Atividades de Administração Superior do Município
198 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo
133920021.2.021000 Manutenção das Atividades do Setor de

Cultura
209 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 15.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo
133920021.2.022000 Festividades Alusivas ao aniversário do Município
232 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.535,26

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo
247220021.1.004000 Implantação da Cidade Digital
254 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 12.560,00
p
04.00 Secretaria de Educação
04.01 Depto de Educação
123060018.2.014000 Merenda Escolar para ensino fundamental
520 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 15.000,00

04.00 Secretaria de Educação
04.01 Depto de Educação
123060018.2.015000 Merenda Escolar educação infantil
532 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

04.00 Secretaria de Educação
04.01 Depto de Educação
123650018.2.018000 Ampliação, reforma e melhoria dos pré-escolares
723 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 9.904,74
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 18 de Agosto de 2011.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

Lei Nº. 971 de 16 de Junho de 2011

LEI Nº. 971 DE 16 DE JUNHO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A COMPRAR E DOAR MATERIAIS E OBJETOS PARA A COMUNIDADE DE LINHA CAMPO GRANDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a comprar e doar cadeiras, mesas e outros objetos para a Comunidade de Linha Campo Grande.

Parágrafo Único: A autorização citada no caput deste artigo terá o valor máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Junho de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LARI JOÃO WESCHENFELDER

Fiscal de Tributos

Matricula nº 321/2

Processo Licitatório N. 1346/ 2011

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1346/ 2011

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2011

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para EXECUCAO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE BARCOES COM ESTRUTURAS PRE-FABRICADAS. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 15:00 horas do dia 26/12/2011, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 15:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09 de Dezembro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 1348/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1348/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 31/2011

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MELHORIA DE ESTRADAS. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 17:00 horas do dia 26/12/2011, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 17:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09 de Dezembro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 1349/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1349/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 32/2011

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 18:00 horas do dia 26/12/2011, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 18:30 horas,

no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09 de Dezembro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 1350/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1350/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 33/2011

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTIVEIS, OLEO LUBRIFICANTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONserto DE PNEUS PARA OS VEICULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2012. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 27/12/2011, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09 de Dezembro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 1351/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1351/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 34/2011

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO (COLETA DE LIXO). Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 16:00 horas do dia 27/12/2011, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 16:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09 de Dezembro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 1352/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1352/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 35/2011

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES ATRAVÉS DE JORNAIS E CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE JORNAL BI-SEMANAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 28/12/2011, junto

ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09 de Dezembro de 2011.
ILENIR PEDRINHO SECCHI
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resumo do Pregão Presencial Nº18/2011

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº18/2011
MENOR PREÇO POR ITEM

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 13:45 horas do dia 22 de dezembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA REFORMA DE CASAS DE FAMILIAS CARENTES, CONFORME DECRETO 4500.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas. Ou ainda pelo site pelo endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2011.
JOSÉ HENELITO WEISS
Diretor Presidente da EMHAB

ROSIELE FENDRICH
Pregoeira Municipal

Contrato de Abertura de Crédito Fixo Celebrado Entre o Banco do Brasil S.A e São Bento do Sul Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

FINANCIADOR: Banco do Brasil S.A
FINANCIADO: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul
OBJETO: Contrato de abertura de crédito fixo para execução do Programa de Intervenções Viárias - PROVIAS.
PRAZO: 1658 dias
VIGÊNCIA: 01/12/2011 à 15/06/2016
VALOR: R\$ 2.893.000,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e três mil reais)
DA ASSINATURA: 01/12/2011.

FLAVIO ERVINO SCHUHMACHER
Prefeito Municipal em Exercício

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 575/2011

PORTARIA IPRESBS Nº 575/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 20/12/2011 a 24/12/2011, à servidora SABRINA BOLLMANN GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Pneumologista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 05/12/2011 a 19/12/2011, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/12/2011.

São Bento do Sul, 09/12/2011.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 576/2011

PORTARIA IPRESBS Nº 576/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 21/12/2011 a 30/03/2012, ao servidor VALDECIR CORREA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 06/12/2011 a 20/12/2011, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/12/2011.

São Bento do Sul, 09/12/2011.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 579/2011

PORTARIA IPRESBS Nº 579/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/12/2011 a 13/01/2012, à servidora LUCIANE BRUNEL SERAFIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/12/2011 a 23/12/2011, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/12/2011.

São Bento do Sul, 09/12/2011.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 574/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 574/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/12/2011 a 30/04/2012, concedido à servidora EMIDIA IVANETE KERSCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 183/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/12/2011.

São Bento do Sul, 09/12/2011.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 577/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 577/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/12/2011 a 22/12/2011, concedido à servidora LUCIANE DUMS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 1), lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 330/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2011.

São Bento do Sul, 09/12/2011.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 578/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 578/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/12/2011 a 12/02/2012, concedido à servidora JOSEANE JUNGTON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 515/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2011.

São Bento do Sul, 09/12/2011.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 580/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 580/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2011 a 31/03/2012, concedido à servidora LUCIA DE FATIMA VIDAL BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 603/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2011.

São Bento do Sul, 09/12/2011.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.323, de 09 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.323, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

Revoga os Decretos nºs 4.303, de 07 de novembro de 2011 e 4.306, de 10 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os Decretos nºs 4.303, de 07 de novembro de 2011 e 4.306, de 10 de novembro de 2011, e demais

disposições em contrário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 157/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/12/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO NA MOTONIVELADORA 12H. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 11/2011 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2011 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 11/2011 - Pregão Presencial Nº 09/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO MCZ 2535 UTILIZADA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES.

FORNECEDOR: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

VALOR: 18.935,71 (dezoito mil novecentos e trinta e cinco reais e setenta e um centavos)

TOTAL: 18.935,71 (dezoito mil novecentos e trinta e cinco reais e setenta e um centavos)

DATA DE ASSINATURA: 15/07/2011

VIGÊNCIA: 15/07/2011 à 15/07/2012

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 13/2011 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2011 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 13/2011 - Pregão Presencial Nº 11/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS EM LINHA REGULAR PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES, PARA O TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO.

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S/A.

VALOR: 94.933,70 (noventa e quatro mil novecentos e trinta e três reais e setenta centavos)

TOTAL: 94.933,70 (noventa e quatro mil novecentos e trinta e três reais e setenta centavos)

DATA DE ASSINATURA: 05/09/2011

VIGÊNCIA: 05/09/2011 à 05/09/2012

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 132/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 132/2011 - Pregão Presencial Nº 86/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q.), A SER UTILIZADO PARA REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

FORNECEDOR: GAIA RODOVIAS LTDA

VALOR: 1.363.650,00 (um milhão trezentos e sessenta e três mil seiscentos e cinquenta reais).

TOTAL: 1.363.650,00 (um milhão trezentos e sessenta e três mil seiscentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/11/2011.

VIGÊNCIA: 16/11/2011 à 16/11/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 134/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 134/2011 - Pregão Presencial Nº 87/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CRECHE MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO.

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR: 44.232,00 (quarenta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais).

FORNECEDOR: PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME

VALOR: 16.819,00 (dezesseis mil e oitocentos e dezenove reais).

FORNECEDOR: ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI

VALOR: 12.416,00 (doze mil e quatrocentos e dezesseis reais).

TOTAL: 73.467,00 (setenta e três mil quatrocentos e sessenta e sete reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/11/2011.

VIGÊNCIA: 18/11/2011 à 18/11/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 136/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 136/2011 - Pregão Presencial Nº 88/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 14.400 LITROS DE LEITE TIPO LONGA VIDA, PARA ATENDER O PROGRAMA MUNICIPAL LEITE DAS CRIANÇAS NO PERÍODO ENTRE 16 DE DEZEMBRO A 25 DE MAIO DE 2012, TOTALIZANDO 24 SEMANAS.

FORNECEDOR: CLAIRTO RICARDI ME

VALOR: 25.056,00 (vinte e cinco mil e cinquenta e seis reais).

TOTAL: 25.056,00 (vinte e cinco mil e cinquenta e seis reais).

DATA DE ASSINATURA: 22/11/2011.

VIGÊNCIA: 22/11/2011 à 22/11/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 138/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 138/2011 - Pregão Presencial Nº 89/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS PARA REVITALIZAÇÃO DA MALHA ASFÁLTICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: SILIPRANDI & ZANCANARO CONSTRUTORA LTDA
VALOR: 290.300,00 (duzentos e noventa mil trezentos reais).
TOTAL: 290.300,00 (duzentos e noventa mil trezentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 25/11/2011.
VIGÊNCIA: 25/11/2011 à 25/11/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 139/2011
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 139/2011 - Pregão Presencial Nº 90/2011.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO E REDUNDANTE DE INTERNET COM WEBFILTER PARA FILTRAGEM DE ACESSOS E CONTEÚDOS DE NAVEGAÇÃO.(POR MEGABYTE).
FORNECEDOR: IVANDRO TOCHETTO ME
VALOR: 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).
TOTAL: 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2011.
VIGÊNCIA: 28/11/2011 à 28/11/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 14/2011 - FMS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2011 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 14/2011 - Pregão Presencial Nº 12/2011.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÕES DE IMPRESSOS EM GERAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
FORNECEDOR: GRÁFICA BAROZZI LTDA
VALOR: 6.890,00 (seis mil oitocentos e noventa reais)
TOTAL: 6.890,00 (seis mil oitocentos e noventa reais)
DATA DE ASSINATURA: 08/12/2011
VIGÊNCIA: 08/12/2011 à 08/12/2012
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 140/2011
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 140/2011 - Pregão Presencial Nº 91/2011.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
FORNECEDOR: IVANDRO TOCHETTO ME
VALOR: 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais).
TOTAL: 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2011.
VIGÊNCIA: 28/11/2011 à 28/11/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 141/2011
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 141/2011 - Pregão Presencial Nº 91/2011.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE UNIFORMES ESCOLARES, MOCHILAS E ESTOJOS, PARA ATENDER OS ALUNOS DA

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
FORNECEDOR: MODA IVANA LTDA ME
VALOR: 185.500,00 (cento e oitenta e cinco mil e quinhentos reais).
FORNECEDOR: ANDREIA C. SCHUCKES BOMM ME
VALOR: 82.900,00 (oitenta e dois mil e novecentos reais).
TOTAL: 268.400,00 (duzentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2011.
VIGÊNCIA: 28/11/2011 à 28/11/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 142/2011
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 142/2011 - Pregão Presencial Nº 93/2011.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA EBM SANTA MARIA GORETTI.
FORNECEDOR: MADEIREIRA PERAZOLI LTDA
VALOR: 185.500,00 (cento e oitenta e cinco mil e quinhentos reais).
FORNECEDOR: ANDREIA C. SCHUCKES BOMM ME
VALOR: 82.900,00 (oitenta e dois mil e novecentos reais).
TOTAL: 268.400,00 (duzentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2011.
VIGÊNCIA: 28/11/2011 à 28/11/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 143/2011
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 143/2011 - Pregão Presencial Nº 94/2011.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO EM LUMINÁRIAS.
FORNECEDOR: ELETROWATT MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA
VALOR: 197.910,00 (cento e noventa e sete mil e novecentos e dez reais).
TOTAL: 197.910,00 (cento e noventa e sete mil e novecentos e dez reais).
DATA DE ASSINATURA: 02/12/2011.
VIGÊNCIA: 02/12/2011 à 02/12/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 144/2011
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 144/2011 - Pregão Presencial Nº 95/2011.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, VÍDEO E DECORAÇÃO PARA FORMATURAS DA PRÉ-ESCOLA E OITAVAS SÉRIES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
FORNECEDOR: RODRIGO COSTA ME
VALOR: 9.340,00 (cento e noventa e sete mil e novecentos e dez reais).
TOTAL: 9.340,00 (cento e noventa e sete mil e novecentos e dez reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/12/2011.
VIGÊNCIA: 07/12/2011 à 07/12/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 161/2011

DECRETO Nº161/2011

FICA CANCELADO O RESTO A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado o Resto a Pagar da Prefeitura Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Empenho nº3340/2010 : no valor de R\$ 218.385,74 (Duzentos e dezoito mil trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Motivo: Serviço não executado.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 161/2011

DECRETO Nº161/2011

FICA CANCELADO O RESTO A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado o Resto a Pagar da Prefeitura Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Empenho nº3340/2010 : no valor de R\$ 218.385,74 (Duzentos e dezoito mil trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Motivo: Serviço não executado.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Portaria n.º 378/2011

PORTARIA n.º 378/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JUDITH HAMES COELHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JUDITH HAMES COELHO, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 07/12/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Avisa da abertura do Processo Nº 72.2011

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 72.2011. MODALIDADE: Concorrência Pública.

Do Objeto da Concorrência:

1.1.1- A concessão de direito real de uso, a título oneroso, de imóveis (Área I , com 3.000,00m² (Três mil metros quadrados) e Área III, com 2.500,00m² (Dois mil e quinhentos metros quadrados), conforme croqui em anexo), de propriedade do município, situados na Área Industrial, localidade Cubatão, neste município; 1.1.1.2 Os imóveis citados no item 1.1.1 serão destinados exclusivamente à instalação de indústria de artefatos de cimento, consoante Lei municipal nº 544, de 22 de setembro de 2009 e 642, de 04 de outubro de 2011, tornando-se deles concessionários os proponentes que preencherem as exigências de habilitação e as demais condições deste instrumento e ofertarem o melhor preço pela cessão.

DATA DE ABERTURA: 11 de janeiro de 2012 às 14:00h

TIPO: MAIOR OFERTA. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 13:00h às 19:00h , ou por email Licitacoes@pmspa.sc.gov.br ou compras@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202. São Pedro de Alcântara, 07/12/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002348/11 de 22 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 002348/11 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001866/11 de 22 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 324.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER
05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 130.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS
06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 194.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA
03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO
4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 29.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER
05.01.27.813.0007.1.004 - CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER NOS BAIRROS
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 20.000,00

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.1.002 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS NAS ESCOLAS
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 18.000,00
05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 10.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 9.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00 - Auxilio Financeiro a Estudantes R\$ 10.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 3.500,00
05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 35.000,00
05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES

MUNICIPAIS

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO
06.01.15.451.0008.1.005 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS E DEMAIS OBRAS
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 15.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO
06.01.15.452.0008.2.032 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 15.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.02 - SETOR DE AGRICULTURA
07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 65.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 22 de Novembro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002349/11 de 25 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 002349/11 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 18.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 6.000,00
05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 18.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 25 de Novembro de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002350/11 de 29 de Novembro de 2011
DECRETO Nº 002350/11 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011
Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal
02.01 - CHEFIA DE GABINETE
02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 500,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 29 de Novembro de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002351/11 de 30 de Novembro de 2011
DECRETO Nº 002351/11 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 307.100,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 157.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 39.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 3.600,00
05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ECOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 3.500,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 16.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 88.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Subtrair excesso de arrecadação R\$ 307.100,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Novembro de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Termo Aditivo Nº. A20/2011 - FMS
TERMO ADITIVO Nº. A20/2011 - FMS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2010 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: BACK SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.787.737/0001-59, estabelecida na Rua General Osório, nº. 220, Bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhorita Cristiane Longhi Tortelli, inscrita no CPF sob

o nº. 924.808.370-68 e portadora da carteira de Identidade nº. 6.564.264-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 15/2010 - FMS, celebrado em 16 de março de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 10/2010 - FMS, Pregão Presencial nº. 07/2010 - FMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica nos posto de Saúde Schroeder I e III da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do serviço do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como na cláusula 14.1 do contrato nº 15/2010-FMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para o período de 1º de janeiro de 2012 até 30 de abril de 2012, no valor total de R\$ 1.465,64 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária 14 do ano de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste, a Cláusula Primeira - do objeto do contrato, e descrição e na Cláusula Quarta - do valor do contrato, passando a vigorar com o valor global de R\$ 1.465,64 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 04 (quatro) meses, repassados no período de vigência desse contrato, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica no Posto de Saúde Schroeder I, localizado a Rua Guarimir, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, sendo: 01 central de alarme 728, 01 transformador, 01 caixa metálica para central, 01 teclado, 01 bateria, 01 sirene e 20 sensores IVP de movimento.	4	MESES	215,54	862,16

02	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica no Posto de Saúde Schroeder III, localizado a Rua Alphons Maria Schmalz, nº. 150, Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, sendo: 01 central de alarme 728, 01 transformador, 01 caixa metálica para central, 01 teclado, 01 bateria, 01 sirene e 11 sensores IVP de movimento.	4	MESES	150,87	603,48
----	--	---	-------	--------	--------

VALOR R\$ TOTAL 1.465,64

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14, prorrogando-se para o período de 1º de janeiro de 2012 até 30 de abril de 2012, a vigência do contrato.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 15/2010-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

BACK SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA
CRISTIANE LONGHI TORTELLI
CPF nº. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Extrato de Contrato Nº. 40/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato de Contrato nº. 40/2011-FAS
Processo de licitação nº. 43/2011-FAS
Modalidade Pregão Presencial nº. 22/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal



Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de itens a fim de montar a estrutura de equipamentos para o Projeto Economia a ser oferecidas iniciativas coletivas de geração de trabalho aos usuários do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e beneficiários do Programa Bolsa Família da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Ferro de passar roupa, tipo: vapor. Alimentação: 220 volts. Potência: 2400 Watts. Capacidade de água: 350 ml. Quantidade de vapor: 40 g/min e vapor extra de 100 g/min. Comprimento do cabo elétrico: 3 metros. Peso aprox. do produto: 1,70 kg.	01	Unidade	62,00	62,00
04	Liquidificador com 3 velocidades, capacidade do copo 1,5 litros, copo material acrílico com tampa de travamento, lâmina serrilhada, função de pulsar e triturar alimentos/gelo, cor branco, voltagem 220V. Largura 22 Centímetros, Altura 34,4 Centímetros, Profundidade 24,5 Centímetros, Peso Líquido 2,1 Quilogramas, Consumo 0,5 kWh, Potência 500 Watts	01	Unidade	93,00	93,00
05	Batedeira com base de sistema giratório manual, com 1 tigela com capacidade de 3,5 litros, 5 velocidades, função turbo, sem porta fio, Potência (W) 300, Cor Branco, Tensão/Voltagem 220V, Dimensões: Altura 34cm, Largura 24cm, Profundidade 37cm, Peso: 2,50 Quilos.	01	Unidade	99,90	99,90
07	Panela de Alumínio, com alças, diâmetro 50cm, altura 21cm, capacidade 41,20 litros.	01	Unidade	119,45	119,45
09	Pia para balcão de cozinha, material alumínio com 1,20mts de largura x 470mm, com 52cm de profundidade.	01	Unidade	110,00	110,00
TOTAL R\$					484,35

Valor do contrato: R\$ 484,35 (Quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos),
Data da Assinatura: 08/12/2011 - Vigência: 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 41/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 41/2011-FAS

Processo de licitação nº. 43/2011-FAS

Modalidade Pregão Presencial nº. 22/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, nº. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89202-300.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de itens a fim de montar a estrutura de equipamentos para o Projeto Economia a ser oferecidas iniciativas coletivas de geração de trabalho aos usuários do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e beneficiários do Programa Bolsa Família da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Geladeira / Refrigerador Duplex Branco, com gavetão de legumes transparente e cesta de porta-ovos portátil para 12 unidades. Capacidade: 334L Classe A em consumo de energia. As prateleiras do refrigerador são reguláveis e removíveis, facilitando a limpeza. Amplo Freezer com 76 litros e prateleira na porta para facilitar a organização dos congelados. Peso sem embalagem 58 Kg Peso com embalagem 62 Kg Capacidade de armazenamento do refrigerador 258L Capacidade total 334L Capacidade bruta 336L Dimensões aproximadas do produto: Largura: 60,3 cm Altura: 170 cm Profundidade: 63,4 cm, com pés antiderrapante.	01	Unidade	1.100,00	1.100,00

03	Forno elétrico, capacidade: 44 litros, pés antiderrapantes, na cor prata, luzes pilotos (indicam que o forno está ligado e quais funções estão em funcionamento), luz interna para visualização dos assados, grade cromada 2 alturas: removível, bandeja esmaltada para resíduos. Dimensões (altura x largura x profundidade): 370x575x520mm, Peso: 14,80Kg, Potência: 1750W, Voltagem: 220V. Funções: assa, gratina e aquece. Frontal em termoplástico, corpo externo em aço pintado, vidros duplos serigrafados, corpo interno com revestimento especial autolimpante, termostato automático de 50°C a 320°C, timer de até 120 minutos (2 horas) com aviso sonoro, controle independente das resistências superior (dourador) e inferior, Isolamento térmico total em fibra cerâmica, controle eletromecânico, abertura lateral porta com.	01	Unidade	425,00	425,00
06	Fogão a gás, 4 bocas, Fogão em aço, grades duplas, queimadores em alumínio e tampa em vidro, revestimento interno tampo de vidro temperado, puxador do forno em metal na cor branca, Vidro duplo na porta do forno, com 1 prateleira fixa no forno; Proteção térmica traseira. Capacidade de forno autolimpante (lts)56 L, com luz e autolimpante, trava de segurança, Queimador rápido, Pés niveladores, com Selo Procel, Potência (w)2,4KW(forno), 1,46KW(semi-rápido) e 2,0KW (rápido), Cor: Branco, com acendimento automático, Pannel: Frontal com botões removíveis. Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP)88x50x60cm, Peso aproximado do produto (Kg)22 Kg.	01	Unidade	368,00	368,00

10	Jogo de Mesa com 8 cadeiras com tampo de MDP medida (LxP) 1800x800mm, com estrutura em aço carbono, acabamento em pintura epóxi, na cor branco, assentos em MDP de 12mm com revestimento de espuma e corino na cor preto, estrutura metálica em pintura epóxi na cor branca. Dimensões (LxAxP) mesa: 1800x750x800mm. Cadeiras: 400x900x3700mm	01	Unidade	790,00	790,00
----	---	----	---------	--------	--------

TOTAL R\$ 2.683,00

Valor do contrato: R\$ 2.683,00 (Dois mil, seiscentos e oitenta e três reais).

Data da Assinatura: 08/12/2011 - Vigência: 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 69/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 69/2011-FMS

Processo de licitação nº. 31/2011-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 18/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ADMINISTRA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS E MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.541.301/0001-86, estabelecida na Rua 1034, nº. 67, Bairro Joao Pessoa, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.257-750.

Objeto: Constitui objeto da presente o REGISTRO DE PREÇO aquisição material para divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Placa em lona, no tamanho de 1,10 x 0,95 com armação em ferro devidamente pintado com fundo a base de epóxi, refletor, lâmpada, foto célula com suporte, instalado.	03	Unidade	400,00	1.200,00



05	Banner em lona B. O. de 1,50x0,70m impressão digital de boa qualidade. As extremidades verticais da lona deve ser soldada sobre astes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo.	10	Unidade	55,00	550,00
----	--	----	---------	-------	--------

VALOR R\$ TOTAL 1.750,00

Valor do contrato: R\$ 1.750,00 (Um mil, setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 09/12/2011 - Vigência: 09/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 70/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 70/2011-FMS
Processo de licitação nº. 31/2011-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 18/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, nº. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89202-300.

Objeto: Constitui objeto da presente o REGISTRO DE PREÇO aquisição material para divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Faixa de TNT de 04 metros de comprimento por 0,60m de largura, pintada até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	12	Unidade	89,50	1.074,00
04	Faixa de TNT de 03 metros de comprimento por 0,60m de largura, pintada até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	15	Unidade	84,50	1.267,50

07	Placa de chapa galvanizada, madeira de lei, nas medidas de 0,42 de altura por 0,62 de largura com a escrita " estacionamento Exclusivo Veículos da Saúde". Fundo galvite com acabamento de esmalte sintético, letreiros em vinil, incluindo colocação.	05	Unidade	379,50	1.897,50
----	--	----	---------	--------	----------

VALOR R\$ TOTAL 4.239,00

Valor do contrato: R\$ 4.239,00 (Quatro mil, duzentos e trinta e nove reais).

Data da Assinatura: 09/12/2011 - Vigência: 09/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 214/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 214/2011 - PMS
Dispensa de Licitação nº. 56/2011-PMS - Processo nº. 170/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LAUPS COMÉRCIO DE LAMINADOS E FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.099.240/0001-95, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, nº 1.922, Baependi, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de materiais para confecção de enfeites para o evento de Auto de Natal e adequações de espaço nas apresentações culturais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CHAPA COMPENSADO DE PINUS NAS MEDIDAS DE 2,50 X 1,60 X 15MM ML B/B	15	UNIDADE	68,67	1.030,05
02	CHAPA COMPENSADO DE PINUS NAS MEDIDAS DE 2,50 X 1,60 X 10MM ML B/B	20	UNIDADE	49,58	991,60
03	CHAPA COMPENSADO DE PINUS NAS MEDIDAS DE 2,50 X 1,60 X 12MM ML B/B	5	UNIDADE	57,61	288,05
04	COLA BRANCA CASCOREZ EXTRA 1 KG	2	UNIDADE	12,33	24,66
05	PREGO LISO SEM CABEÇA 15 X 21 GG	2	KG	7,86	15,72

06	CHAPA TRELIÇA DE IMBUIA 2,00 X 0,60	6	UNIDADE	75,90	455,40
07	CHAPA MDF IMBUIA NICE 6MM 2 FC BP MD DE 1,83 X 2,75	1	UNIDADE	130,00	130,00
08	RODIZIO TN 95MM CROMADO & SILVER INCOLOR S/ FREIO	20	UNIDADE	10,05	201,00
09	PARAFUSO FLA PHS 4,0 X 25 CI av.	80	UNIDADE	0,04	3,20

TOTAL R\$ 3.139,68

Data da Assinatura: 09/12/2011 - Vigência: 31/12/2011

Valor do contrato: R\$ 3.139,68 (Três mil, cento e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 211/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 211/2011 - PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 76/2011-PMS - Processo nº. 161/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.278.531/001-76, estabelecida na Rua Calçara, nº. 116, Bairro Garcia, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89022-290.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
07	Apostila de alfabetização contendo 120pgs por apostila, copias somente em um lado da folha - papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa e contra capa na cor preta.	230	Unidade	13,69	3.148,70

16	Bloco de Ordem de compra, 3x50 vias. Tamanho 15x21cm, cor 1x0 cor. Papel Autocopiativo 53g (1ª via branca picotada, 2ª via amarela picotada, 3ª via Azul fixa), numerado, colado e grampeado)	100	Unidade	6,79	679,00
23	Caderno universitário 8 materias - Capa dura - tamanho aberto 28x40cm. Tamanho fechado 20x28cm. 10 folhas por matéria	200	Unidade	13,00	2.600,00
24	Caderno universitário 8 materias - Capa dura - tamanho aberto 28x40cm. Tamanho fechado 20x28cm. 20 folhas por matéria - total 160 folhas.	200	Unidade	13,00	2.600,00
31	Cartazes, tamanho 60x40cm, em papel couchê 180g, 4x0 cor.	1050	Unidade	0,76	798,00
39	Envelope 310x410mm na cor branca - 3x0 cor - Papel 90g/m².	1000	Unidade	0,60	600,00
46	Ficha de Prontuário de Atendimento do Usuário - SUS, nas medidas: 21cm larg x 29,70cm alt; folha em sulfite 75gr, com 1x1 cores, impresso em off-set, acabamento; corte, frente e verso.	20000	Unidade	0,04	800,00
47	Ficha de Registro de Atendimento ambulatorial - SUS; nas medidas: 21cm larg x 31 cm alt; folha em sulfite 75gr, com 1x1 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte.	8000	Unidade	0,048	384,00
56	Folder's para turismo tamanho aberto (85,6x22cm) com 3 dobras, faca especial, 4x4 cor, papel couchê fosco 250g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder.	4000	Unidade	1,12	4.480,00
57	Folder's Pezinho; nas medidas: 14,5 x 5,1cm, folha couchê 150gr (aberto) capa 4x1 cores. mais 2 lâminas 1x1 cor.	600	Unidade	0,79	474,00
69	Impressão colorida, papel colchê fosco colorido, gramatura 230g.	1000	Unidade	0,63	630,00
71	Papel adesivo 30gr, (interditado); cor 4x0, tamanho 70x15cm.	350	Unidade	1,32	462,00
73	Pasta em papel cartolina azul escuro para o Procon, tamanho aberto 45,1 larg x 31,7 alt - tamanho fechado 22,5 larg x 31,7 alt., 1x0 cor.	3000	Unidade	0,27	810,00

VALOR R\$ TOTAL 18.465,70

Data da Assinatura: 08/12/2011 - Vigência: 08/12/2012

Valor do contrato: R\$ 18.465,70 (dezoito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal**Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 212/2011 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 212/2011 - PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 76/2011-PMS - Processo nº. 161/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit, s/nº, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Agenda escolar/capa e contra capa - tamanho 160x230mm em papel triplex 280g 4x0 cores plastificado. Miolo com 222pg no total (sendo 16 pg iniciais 16 paginas finais). Miolo permanente tamanho 158x228mm - 207 folhas em papel reciclado 63g - 1x1 cor.	3000	Unidade	3,68	11.040,00
02	Alvará em papel sulfite 180g/m2, tamanho 15,5 X 25,5 cm, 3x0 cor.	2000	Unidade	0,12	240,00

09	Bloco Controle Diário de Movimento de Veículos; 1x50 com 50 jogos, 1 via nas medidas 14,50cm larg. X 19cm alt;56 gr com 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte; capa em capa AG canário 66x96, 110gr sem impressão; acabamentos corte serviço colar bloco	200	Unidade	1,08	216,00
10	Bloco de Agendamento Médico; 1x50 c/ 50 jogos, 1ª via nas medidas: 11cm larg x 07 cm alt, em papel sulfite 75gr, com 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos corte, capa em capa AG canário 66x96, sem impressão, acabamento corte, serviços colar bloco.	950	Unidade	0,30	285,00
12	Bloco de Autorização de Viagem; com 50 jogos, 2 vias nas medidas 15cm larg x 8cm alt, 1ª via em extra copy CB branca primeira via, 53gr, c/ 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte;serviços: intercalar 2ª via em extra copy branca via intermediária 53gr, c/ 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte, serviços: intercalar, capa em AG canário 110gr, sem impressão; acabamentos: corte, serviços: colar.	100	Unidade	2,28	228,00
13	Bloco de declaração de Comparecimento; 1x50 c/ 50 jogos, 1 via, nas medidas: 9cm larg. X 12cm alt, em papel sulfite 75gr, com 1x0 cores impresso em off-set; acabamentos: corte, capa em capa AG, sem impressão corte, serviços colar bloco.	400	Unidade	0,52	208,00
17	Bloco de Receituário 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas:15cm larg. X 21cm de alt; 1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte; serviços: intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 53gr, com 1x0 cor impresso em off-set; acabamento: corte; serviços: intercalar em capa AG canário 110gr, sem impressão; acabamento: corte; serviços colar.	1000	Unidade	3,38	3.380,00

18	Bloco de Receituário Controle Especial 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas: 15cm larg. X 21cm de alt; 1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte; serviços: intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 53gr, com 1x0 cor, impresso em off-set; acabamento: corte; serviços: intercalar em capa AG canário 110gr, sem impressão; acabamento: corte; serviços: colar bloco.	1000	Unidade	3,37	3.370,00
20	Bloco de Serviço de Patrulha Mecanizada - 2x50 vias. Tamanho 19x15,5 cm, 1x0 cor. Papel Autocopiativo 53 g, sendo a 1ª via na cor branca e a 2ª via na cor azul, numerado.	20	Unidade	6,15	123,00
22	Blocos de registro de assistência veterinária 2x50 vias, tamanho 10,5x18cm, 1x0 cor. Papel auto copiativo 53g/m² (1º via branca picotada, 2º via azul fixa), numerado, colado e grampeado.	100	Unidade	3,30	330,00
28	Capa carnê IPTU e LIXO, em papel couchê brilho 250 g, tamanho 10x42,5 cm, 4x0 cores, com 01 dobra.	12000	Unidade	0,11	1.320,00
29	Cartão Agendamento - SUS - nas medidas 12cm alt x 29cm larg. Folha em 180gr, com 1x1 cores, impresso em off-set, acabamentos: corte, dobrar, vincar.	500	Unidade	0,12	60,00
32	Cartazes, tamanho A2 (420 x 594 mm), 4x0 cores - Papel Couchê 180gr.	250	Unidade	1,46	365,00
33	Cartazes, tamanho A3 (297x 420 mm), 4x0 cores - Papel Couchê 180gr.	100	Unidade	2,60	260,00
36	Envelope 114x229mm na cor branca - 3x0 cor - Papel 75g/m².	3300	Unidade	0,10	330,00
37	Envelope 162x229mm na cor branca - 3x0 cor - Papel 90g/m².	2300	Unidade	0,19	437,00
38	Envelope 240x340mm na cor branca - 3x0 cor - Papel 90g/m².	1700	Unidade	0,38	646,00
41	Envelope Saco; nas medidas 36cm larg x 26cm alt; folha em envelope agaprint saco 36x26, com 4x0 cores, cor branca, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	200	Unidade	0,75	150,00

42	Ficha de Avaliação Clínica; 1x50 ;cor 3x0, tamanho 148x210, papel vergê 75gr.	50	Unidade	2,00	100,00
43	Ficha de cadastramento de Gestante; papel sulfite 75gr cor 1x0.	1500	Unidade	0,07	105,00
45	Ficha de Programa de Humanização no pré- natal e nascimento; papel sulfite 75gr cor 1x0.	1000	Unidade	0,089	89,00
48	Ficha de registro de Atendimento Imunológico - SUS; nas medidas: 21cm larg x 31cm alt; folha em sulfite 75gr; com 1x1 cores, impresso em off-set; acabamento: corte.	5000	Unidade	0,05	250,00
49	Ficha de Sistema único de Saúde Cadastro Nacional de Famílias; papel sulfite 75gr cor 1x0.	1500	Unidade	0,06	90,00
50	Ficha Individual dos Atendimentos da gestante no Sisprenatal; papel sulfite 75gr cor 1x0.	1500	Unidade	0,06	90,00
51	Fichas de exames Citopatológico, nas medidas 21cm larg x 29,70cm de altura; folha em sulfite 120gr, com 1x1cor impresso em off-set; acabamentos: corte (preventivo).	2000	Unidade	0,09	180,00
52	Fichas de TFD - Exclusivo para Prestação de Contas; papel sulfite 75gr cor 1x0.	5000	Unidade	0,05	250,00
53	Filipeta no tamanho 10x21cm, 4x4 cor, folha em sulfite 115gr.	1000	Unidade	0,24	240,00
55	Folder's para turismo tamanho aberto (14,7x57,7cm) com 3 dobras, capa especial, 4x4 cor, papel couchê fosco 230g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder.	8000	Unidade	0,54	4.320,00
58	Folder's tamanho 29,7x21cm, 4x4 cor, papel couchê 170g brilhoso, com acabamento em corte especial, com arte, tratamento de imagem e prova print.	6000	Unidade	0,16	960,00
60	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 1 dobra, 4x4 cor, papel couchê brilho 120g.	3600	Unidade	0,14	504,00
61	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 2 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 120g.	600	Unidade	0,45	270,00
62	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 2 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g.	4000	Unidade	0,14	560,00

63	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 3 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g.	5000	Unidade	0,13	650,00
64	Folhas Papel Ofício; vergê branco 90gr, cor 2x0, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	2000	Unidade	0,12	240,00
65	Impressão colorida em papel reciclado, gramatura 230g. Tamanho 15x21cm.	100	Unidade	2,20	220,00
67	Impressão colorida, papel colchê brilhoso branco, gramatura 230g.	100	Unidade	2,50	250,00
68	Impressão colorida, papel colchê fosco branco, gramatura 230g.	100	Unidade	2,50	25,00
70	Livreto contendo 4pgs, tipo gibi, 4x4 cores, impressão frente e verso em papel colchê brilhoso 120g no tamanho A4, folhas dobradas e grampeadas.	3000	Unidade	0,24	720,00
74	Pasta em papel cartolina verde para o setor de tributação, tamanho aberto 45,1 larg x 31,7 alt - tamanho fechado 22,5 larg x 31,7 alt., 1x0 cor.	2000	Unidade	0,30	600,00
76	Pastas de Cor Ouro; 170gr, cor 1x0, com 33cm alt x 24cm larg, com o brasão da Prefeitura de Schroeder	4000	Unidade	0,32	1.280,00

VALOR R\$ TOTAL 35.206,00

Data da Assinatura: 08/12/2011 - Vigência: 08/12/2012

Valor do contrato: R\$ 35.206,00 (trinta e cinco mil, duzentos e seis reais).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 213/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 213/2011 - PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 76/2011-PMS - Processo nº. 161/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.614.651/0001-07, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 458, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-300.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material gráfico para suprir as

necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Apostila alemão II contendo 65pgs por apostila, copias frente e verso da folha papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa e contra capa.	200	Unidade	11,90	2.380,00
04	Apostila alemão III contendo 45pgs por apostila, copias frente e verso da folha papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa e contra capa na cor preta.	220	Unidade	8,70	1.914,00
05	Apostila alemão IV contendo 43pgs por apostila, copias frente e verso da folha papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa e contra capa na cor preta.	250	Unidade	7,00	1.750,0
06	Apostila de alemão I contendo 63pgs por apostila, copias frente e verso da folha papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa e contra capa.	270	Unidade	9,80	2.646,00
08	Apostila de jardim III contendo 86pgs por apostila, copias somente em um lado da folha - papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa e contra capa na cor preta.	230	Unidade	11,50	2.645,00
11	Bloco de Atestado; 1x50 c/ 50 jogos, 1ª via nas medidas 10,50cm larg x 15,50 cm de alt. Em papel sulfite 75gr, com 1x0 cor, impresso em off-set; acabamento: corte: capa em capa AG canário 110gr, sem impressão; acabamento: corte, colar bloco.	320	Unidade	0,72	230,40
14	Bloco de Exame Preventivo de Colo Uterino e Mama; 1x50 c/ 50 jogos, 1ª via, nas medidas 11cm larg x 11cm alt; 56gr com 1x0cores, impresso em off-set; acabamento: corte em capa AG canário 110gr, sem impressão; acabam: corte serviço: colar bloco.	130	Unidade	0,88	114,40

15	Bloco de Notificação de Receita Especial, 1x50 com jogos, 1ª via, nas medidas: 9cm larg x 23 cm de alt; 1ª em super Bond azul 75gr, com 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte, picotar, numerar; capa em AG verde 110gr, sem aba, corte, gram; serv: colar bloco.	100	Unidade	1,60	160,00
19	Bloco de Requisição de Resultado de Exames 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas: 15cm larg. X 21cm de alt; 1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte; serviços: intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 53gr, com 1x0 cor impresso em off-set; acabamento: corte; serviços: intercalar em capa AG canário 110gr, sem impressão; acabamento: corte; serviços colar bloco.	800	Unidade	3,30	2.640,00
21	Blocos de Atestado de Saúde Ocupacional; nas medidas 14cm larg x 22cm alt, 3 vias; 1ª extra copy CB branca 1ª via 53 gr, com 1x0 cor, impresso em off-set; acabamentos: corte, picotar, serviços: intercalar 2ª via extra copy CFB verde via intermediária, 53gr, com 1x0 cor impresso off-set; 3ª via extra copy CFB amarela via intermediária, 53 gr, com 1x0 cor impresso off-set.	50	Unidade	7,80	390,00
25	Calendário de mesa personalizado, formato 20x28cm, 4x0 cores, papel supremo alta alvura 300gr, base impressa com calendário 2012 (1 lado) e publicidade da Prefeitura mun. De Schroeder, incluindo logo, endereço e outras informações importantes (1 lado). Miolo contendo 6 folhas impressas frente e verso, 4x4 cores, formato 20x10cm em papel couchê brilhoso 230gr.	600	Unidade	2,80	1.680,00

26	Calendário vertical personalizado, formato 44,5x10cm, 4x0 cores, papel supremo alta alvura 350gr, base impressa com calendário 2012 (1 lado) e publicidade da Prefeitura Mun. De Schroeder, incluindo logo, endereço e outras informações importantes (1 lado). Miolo contendo 6 folhas impressas frente e verso, 4x4 cores, formato 17x10cm em papel couchê brilhoso 230gr.	600	Unidade	3,00	1.800,00
27	Capa bloco produtor rural: triplex 250g - 4x1 cor - fotolito - plastificação frente - 4 vincos - 2 dobras - acabamento em geral, tamanho 21,5x46cm.	800	Unidade	0,57	456,00
30	Cartão de visita 9,5x5,5cm, papel couchê brilho 230g, 3x0 cor, sendo 200 unidades por modelo	12	Modelo	24,99	299,88
34	Carteirinha de Hipertensão e diabético; nas medidas 19cm larg x 13cm alt; papel vergê 90gr nas cores 4x2.	1500	Unidade	0,22	330,00
35	Cartões de gestante; nas medidas 29,7x21,0cm folha sulfite 240gr, com 4x1 cores, impresso em off-set. Acabamento: corte, dobrar c/ 2 vincos.	550	Unidade	0,60	330,00
40	Envelope Saco; nas medidas 20cm larg x 28cm alt; folha em envelope agaprint saco 20x28, com 4x0 cores, cor branca, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	2000	Unidade	0,27	540,00
44	Ficha de cadastro individual de inseminação nas medidas 22,50 larg x 31,5cm alt.; Folha em cartolina palha 180g, 1x1 cor, impresso em Off-Set; Acabamentos; Cortes.	300	Unidade	0,30	90,00
54	Flayer\'s para o setor de Cultura tamanho 11x2cm, 4x1 cor, papel reciclado 75g. Sendo 3.000 peças por modelo.	3	Modelo	115,00	345,00
59	Folder\'s, tamanho 15x21 cm, 4x4 cores, papel couchê brilho 120g.	6000	Unidade	0,079	474,00
66	Impressão colorida, em papel reciclado, gramatura 230g. Tamanho 30x42cm.	200	Unidade	2,10	420,00
72	Papel Timbrado Prefeitura Municipal. Tamanho A4 (29,7x21cm), 3x0 cor, papel sulfite 90g.	12000	Unidade	0,069	828,00

75	Pasta em papel cartolina vermelho para o setor de tributação, tamanho aberto 45,1 larg x 31,7 alt - tamanho fechado 22,5 larg x 31,7 alt., 1x0 cor.	1000	Unidade	0,29	290,00
----	---	------	---------	------	--------

VALOR R\$ TOTAL 22.752,68

Data da Assinatura: 08/12/2011 - Vigência: 08/12/2012

Valor do contrato: R\$ 22.752,68 (Vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A77/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A77/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 50/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº. 284/2005, inscrita no CNPJ nº 83.052.191/0001-62, estabelecida a Rodovia Admar Gonzaga, nº 1347, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.034-900, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por seu Presidente Luiz Ademir Hessmann, CPF sob o nº. 352.288.499-04, e portador da Carteira de Identidade nº 521815 SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 50/2011-PMS, celebrado em 28 de março de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 49/2011-PMS, Dispensa de Licitação nº. 16/2011-PMS, objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural ao Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como nos termos da cláusula 4ª do respectivo contrato, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo frente à prorrogação da vigência do contrato para o ano de 2012, pois o trabalho presta relevantes serviços junto aos agricultores na informação, orientação e acompanhamento, tornando-se instrumento de suma importância.

Considerando que hoje pagamos mensalmente o valor R\$ 3.111,00 (três mil, cento e onze reais) e no ano de 2012, a Administração Municipal estará pagando mensalmente o valor de R\$ 2.959,22 (Dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos), correspondendo a uma supressão ao valor inicial de aproximadamente 4,88% do valor mensal pago pelos serviços.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo

entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste, a Cláusula Quinta - do valor, passando a vigorar com o valor global de R\$ 35.510,64 (trinta e cinco mil, quinhentos e dez reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.959,22 (Dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos), repassados no período de vigência desse contrato.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Quarta (Prazo dos serviços e vigência), prorrogando-se a vigência do contrato para 01 de janeiro de 2012 até dia 31 de dezembro de 2012, para os serviços referentes ao período de 12 meses.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 50/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 07 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

LUIZ ADEMIR HESSMANN

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A81/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A81/2011 - PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 150/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.135.567/0001-30, estabelecida a rua Euclides da Cunha, nº. 482, sala 302, Centro, na cidade de Palmito, Estado de Santa Catarina, CEP: 89887-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor José Roberto Gomes, inscrito no CPF sob o nº 862.889.899-91, e portador da carteira de Identidade nº. 037.915-9.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 150/2010 - PMS, celebrado 26 de julho de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 110/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e

conforme proposta apresentada.

Considerando o artigo 57, I, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos do art. 57, §1º, I do mesmo diploma, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços e vigência do contrato até 15 de fevereiro de 2012.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Waldir Gabriel Reineher, CREA - PR S3 100000-7, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.3 do contrato nº 150/2010-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até dia 15 de fevereiro de 2012.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta (da vigência) no item 16.1 do contrato nº 150/2010-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para até 15 de fevereiro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 150/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 08 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA

JOSÉ ROBERTO GOMES

CPF no 862.889.899-91

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 18/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2011

Número do Registro de Preços: 12/2011

Data do Registro: 09/12/2011

Válido até: 09/12/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material para divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Placa em lona, no tamanho de 1,10 x 0,95 com armação em ferro devidamente pintado com fundo a base de epóxi, refletor, lâmpada, foto célula com suporte, instalado.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	400,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	512,0000	2
3	Faixa de TNT de 04 metros de comprimento por 0,60m de largura, pintada até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	89,5000	1
4	Faixa de TNT de 03 metros de comprimento por 0,60m de largura, pintada até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	84,5000	1
5	Banner em lona B. O. de 1,50x0,70m impressão digital de boa qualidade. As extremidades verticais da lona deve ser soldada sobre astes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	55,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	75,0000	2
7	Placa de chapa galvanizada, madeira de lei, nas medidas de 0,42 de altura por 0,62 de largura com a escrita " estacionamento Exclusivo Veículos da Saúde". Fundo galvite com acabamento de esmalte sintético, letreiros em vinil, incluindo colocação.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	379,5000	1

SCHROEDER, 9 de Dezembro de 2011.

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2569, de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2569, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera o Decreto nº 2.362 de 30 de maio de 2011, que autoriza a execução dos atos necessários a realização de Concurso Público destinado a prover vagas e formar cadastro de reserva de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Administração Direta e Indireta (Prefeitura/SAMAE/FCT e FME) regulamentando provisoriamente os requisitos e as funções/atribuições dos cargos a serem preenchidos.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 50, incisos II, V, VII e X, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "f", "g" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento nas Leis Complementares nº 01, de 22/10/1993, nº 137, 171 de 24/03/2000; Nº 194 de 29/12/2000; e nº 212, de 21/12/2001; e

Considerando as disposições do art. 37, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal;

Considerando que após a edição do Decreto nº 2362, de 30 de maio de 2011, fora constatada a necessidade de ampliar a quantidade de cargos à disposição para realização do concurso e cadastro de reserva,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 2.362 de 30 de maio de 2011, fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Secretaria Municipal da Fazenda e Administração fica autorizada executar todos os atos necessários à realização de Concurso Público destinado a prover vagas e formar cadastro de reserva de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Administração Direta; SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Timbó; Fundação Cultural de Timbó - FCT e Fundação Municipal de Esportes - FME, especialmente para as seguintes vagas/cargos:

I - Administração Direta:

- a) 01(uma) vaga para o cargo de Advogado;
- b) 06(seis) vagas para o cargo de Agente de Trânsito e Transporte;
- c) 01(uma) vaga para o cargo de Assistente Social;
- d) 50(cinquenta) vagas para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil;
- e) 08(oito) vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos;
- f) 153(cento e cinquenta e três) vagas para o cargo de Auxiliar Operacional I;
- g) 2(duas) vagas para o cargo de Engenheiro Civil;
- h) 03(três) vagas para o cargo de Eletricista;
- i) 01(uma) vaga para o cargo de Fiscal de Tributos;
- j) 01(uma) vaga para o cargo de Fiscal de Posturas;
- k) 02(duas) vagas para o cargo de Marceneiro;
- l) 02(duas) vagas para o cargo de Mecânico;
- m) 05(cinco) vagas para o cargo de Médico (para exclusiva função de PSF);
- n) 11(onze) vagas para o cargo de Médico Plantonista;
- o) 01(uma) vaga para o cargo de Médico Veterinário;
- p) 13(treze) vagas para o cargo de Operador de Máquinas;
- q) 13(treze) vagas para o cargo de Pedreiro;
- r) 2(duas) vagas para o cargo de Soldador;
- s) 01(uma) vaga para o cargo de Técnico em Segurança do Trabalho.

II - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

- a) 10(dez) vagas para o cargo de Auxiliar Operacional I;
- b) 01(uma) vaga para o cargo de Engenheiro Sanitarista;
- c) 01(uma) vaga para o cargo de Operador de Máquinas.

III - Fundação Cultural de Timbó - FCT:

- a) 03(três) vagas para o cargo de Auxiliar Operacional I.

IV - Fundação Municipal de Esportes - FME:

- a) 02(duas) vagas para o cargo de Auxiliar Operacional I.

§1º Na elaboração dos atos do concurso deve-se o Regulamento do Concurso Público (Decreto nº 249/05 e alterações posteriores), o Plano de Cargos e Remuneração (Leis Complementares nº 137/98, 171/00, 194/00 e 212/01), e demais legislação pertinente.

§2º - A carga horária e o regime de trabalho dos cargos mencionados no presente artigo, são aqueles definidos nas respectivas leis de criação dos cargos (Leis Complementares nº 137/98, 171/00, 194/00 e 212/01), admitida a implementação de jornadas especiais de escalas de revezamento nos moldes estatuídos pela Lei Complementar nº 01/93.

§3º Fica delegada à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, através de Comissão Especial de Concurso Público, nos termos definidos no decreto nº 249/05 e alterações posteriores, coordenar e auxiliar na elaboração e execução de todos os atos necessários à realização do concurso para preenchimento dos cargos de que trata o presente decreto."

Art. 2º O anexo do Decreto nº 2.362, de 30 de maio de 2011, fica substituído pelo anexo único constante deste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

ANEXO ÚNICO

REQUISITOS E DESCREVO SINTÉTICO DAS FUNÇÕES:

I - PARA OS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - LC Nº 137/98:

Denominação do cargo: Advogado

Requisitos Mínimos: Escolaridade à nível de 3º grau completo na área e inscrição na entidade profissional competente;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Exercer, direta ou indiretamente, as atividades de defesa judicial e administrativa, orientação, consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo; Representar o Município, judicial e extrajudicialmente, em ações e atos jurídicos em geral; Promover a execução da dívida ativa do Município; Responder pela regularidade jurídica de todas as situações negociais, políticas e administrativas do Município; Receber e apurar a procedência das reclamações e denúncias contra órgãos da Administração Pública Municipal e determinar a instauração das medidas legais cabíveis; Elaborar pareceres jurídicos de projetos de leis, decretos, contratos e outros atos municipais; Assessorar técnica e operacionalmente a elaboração de projetos e atos administrativos oficiais expedidos pelo Poder Executivo; Assessorar, preventiva e corretivamente, os demais órgãos e unidades quanto aos assuntos jurídicos e atos legais vigentes; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

Denominação do cargo: Agente de Transito e Transporte

Requisitos Mínimos: Escolaridade nível médio completo e carteira nacional de habilitação na categoria mínima #AB#.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: "Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito; Executar a fiscalização do trânsito em geral e de veículos que fazem o transporte regulamentado pelo município, como por exemplo transporte de escolar, transporte coletivo de passageiros, táxi, ciclomotores, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada; Fiscalizar o cumprimento das normas regulamentares e da programação operacional estabelecidas para o sistema de transporte público, aplicar medidas administrativas e/ou autuar por irregularidades ocorridas; Fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito; Providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação; Fiscalizar e manter o controle operacional dos pontos regulamentares de táxi e transporte coletivo; Auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia da DEMUTRAN; Trabalhar em conjunto com o Departamento de Educação para o Trânsito, na realização de palestras e atividades educacionais; fiscalizar, quando autorizado por convênio, infrações de responsabilidade do Estado elencadas no Código de Trânsito Brasileiro."

Denominação do cargo: Assistente Social

Requisitos Mínimos: Escolaridade à nível de 3º grau completo na área e inscrição na entidade profissional competente;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Visitas domiciliares, estudos sócio econômicos, atendimento individual ou grupo, encaminhamentos e soluções a população, que se encontre em risco ou exclusão social, conforme LOAS e Plano Municipal de A. Social; Elaboração de programas, convênios e projetos de cunho social; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Auxiliar de Recreação Infantil

Requisitos Mínimos: Escolaridade nível médio completo

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: recepcionar as crianças na entrada e saída do horário Escolar; realizar tarefas de banho e higiene das crianças; fornecer alimentação das crianças nos horários determinados; manter vigilância permanente das crianças na tocante a saúde e alimentação; zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais permanentes às crianças; auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal da Educação. Participar cooperativamente das reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição (NEI) ou Secretaria de Educação (SEMED); Auxiliar na organização e funcionamento da instituição contribuindo com sugestões; Respeitar as normas e regras constituídas pela Instituição (NEI) e Secretaria de Educação (SEMED); Cumprir horários estabelecidos pela coordenação da instituição, podendo ser alterada conforme necessidade do NEI.

Denominação do cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos

Requisitos Mínimos: Escolaridade nível médio completo e Conhecimento de informática (curso);

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.); Atendimento ao público e encaminhamento de soluções e alternativas; Assessoramento administrativo aos demais cargos de nível administrativo,

técnico ou profissional; Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados; Digitar textos previamente elaborados, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos; Auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de licenças e correspondências; Entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse da prefeitura, aos respectivos contribuintes; Organizar e atualizar os fichários ou listagens; Renovar fichários ou listagens que se encontrarem com campos esgotados; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Auxiliar Operacional I

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calçetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

Denominação do cargo: Eletricista

Requisitos Mínimos: Séries Iniciais (Ensino Fundamental) e Carteira de Motorista (CNH categoria "B", no mínimo);

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Executar serviços de manutenção na iluminação pública (troca e ajustes de conexões, fiação, comando fotoelétrico, equipamentos auxiliares, braço, luminária e lâmpadas), atendendo as normas e exigências da concessionária; Executar serviços de manutenção e diagnóstico de defeitos da rede elétrica dos prédios do poder público municipal (fiação, quadros de distribuição, luminárias, lâmpadas, reatores, disjuntores, tomadas, etc); Executar serviços de manutenção e instalação de equipamentos e aparelhos elétricos; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

Denominação do cargo: Engenheiro Civil

Requisitos Mínimos: Ensino superior completo na área, Registro na entidade

profissional competente (CREA/SC) e Cursos em software Posição (Estação Total) ou Auto-cad ou Eberick ou de projetos hidráulicos/sanitários ou preventivos contra incêndio/elétricos;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Elaborar projetos de edificações públicas e/ou de interesse social e de parcelamento do solo de acordo com as atribuições determinadas pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia); Acompanhar e fiscalizar a implantação de loteamentos e desmembramentos; Coordenar os serviços da equipe de topografia; Coordenar atividades de sondagem geotécnica; Aplicar, e oferecer apoio técnico na elaboração e revisão da legislação urbanística e de uso e ocupação do solo e revisão do Plano Diretor; Efetuar acompanhamento de obras; Elaborar memoriais descritivos, quantitativos, orçamentos e demais documentações pertinentes para a licitação de obras públicas ou para encaminhamento a órgãos estaduais ou federais; Executar vistorias e efetuar laudos técnicos; Analisar e aprovar processos de loteamentos, desmembramentos e construções; Participar de congressos técnicos, seminários, painéis, encontros e em outros eventos relacionados especificamente ao setor para aperfeiçoamento das atividades; Responder tecnicamente junto ao órgão competente - CREA (Conselho Regional de

Engenharia, Arquitetura e Agronomia), pelas ações de Engenharia pela Prefeitura, de acordo com as atribuições; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Fiscal de Posturas

Requisitos Mínimos: Escolaridade Nível Superior (Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis ou Direito) Carteira de Motorista;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Exercer Poder de Polícia junto às atividades do comércio, indústria e prestação de serviços; Proceder fiscalizações rotineiras, a fim de verificar a condição de licenciamento de comércio ambulante e eventual; Autuar e/ou notificar os estabelecimentos, profissionais liberais ou autônomos que estiverem em desacordo com o Código de Posturas, as leis, normas ou regulamentos municipais; Proceder vistoria para localização e funcionamento de atividades, aplicando a legislação municipal; Executar serviços auxiliares de atualização e manutenção do cadastro econômico (mobiliário) e imobiliário municipal; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Fiscal de Tributos

Requisitos Mínimos: Escolaridade Nível Superior (Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis ou Direito) Carteira de Motorista;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Controlar, orientar e fiscalizar o lançamento de tributos municipais; Autuar e/ou notificar contribuintes inadimplentes com tributos municipais; Atuar nos serviços tributários internos, com atendimento aos contribuintes, perante o Conselho de Contribuintes e nos processos contenciosos administrativos; Executar serviços auxiliares de atualização e manutenção do cadastro econômico (mobiliário) e imobiliário municipal; Fiscalizar a inscrição e cobrança da dívida ativa municipal; Executar serviços auxiliares de Controladoria do Poder Executivo; Autenticar livros e documentos fiscais; Executar serviços de fiscalização, lançamento de tributos não declarados, homologação de recolhimentos de tributos e estimativas fiscais; Propor alterações e regulamentações da legislação tributária; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Marceneiro

Requisitos Mínimos: Séries Iniciais (Ensino Fundamental);

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Serviços gerais de marcenaria, manutenção de bens móveis da municipalidade, conserto de móveis e imóveis, fabricação e montagem de móveis, caixarias, etc.; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Mecânico

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental Completo

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Executar serviços de reparo e manutenção em veículos de passeio, camionetes, caminhões, com sistema de carburação normal, bico injetor e injeção eletrônica, serviços de suspensão da frota municipal, executar serviços de reparo e manutenção em máquinas leves e pesadas na frota municipal, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

Denominação do cargo: Médico PSF - Clínico Geral

Requisitos Mínimos: Ensino superior completo na área e Registro na entidade profissional competente;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Clínica geral, incluindo execução de consultas clínicas, exames físicos, procedimentos ambulatoriais, exames ectoscópicos, diagnóstico, tratamento, prognóstico e acompanhamento de patologias; Prestar assistência integral, contínua e sistemática, com resolutividade e boa

qualidade em relação às necessidades individuais ou coletivas de saúde da população em geral, no atendimento em unidades de saúde e/ou serviços de saúde do município; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

Denominação do cargo: Médico Plantonista - Clínico Geral

Requisitos Mínimos: Ensino superior completo na área e Registro na entidade profissional competente;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Clínica geral, incluindo execução de consultas clínicas, exames físicos, procedimentos ambulatoriais, exames ectoscópicos, diagnóstico, tratamento, prognóstico e acompanhamento de patologias; Prestar assistência integral, contínua e sistemática, com resolutividade e boa qualidade em relação às necessidades individuais ou coletivas de saúde da população em geral, no atendimento em unidades de saúde e/ou serviços de saúde do município; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

Denominação do cargo: Médico Veterinário

Requisitos Mínimos: Ensino superior completo na área e Registro na entidade profissional competente;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Planejar, organizar, supervisionar e executar programas de defesa sanitária, proteção e aprimoramento da pecuária e realizar estudos e pesquisas aplicando conhecimentos; Desenvolver programas de profilaxia, diagnósticos e tratamento de doenças dos animais, promover a fiscalização sanitária nos locais de produção animal; Prestar assistência técnica urbana e em extensão rural, com inseminação artificial inclusive, integral em propriedades agrícolas, contínua e sistemática, com resolutividade e boa qualidade em relação às necessidades individuais ou coletivas da saúde animal, atendimento em unidades de inspeção de saúde animal do município promovendo orientação aos produtores quanto a manipulação, armazenamento, comercialização, classificação da carcaça animal; Assistência técnica na defesa sanitária animal; auxílio e participação em eventos, feiras e congressos, execução auxiliar de atividades de escritório, dar consultas e emitir relatórios, exercer procedimentos de informática em editoração de texto e planilha de cálculos; referendando os programas preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou implantados a nível estadual e/ou municipal; atividades de prevenção (palestras, seminários, etc.) e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

Denominação do cargo: Operador de Máquinas

Requisitos Mínimos: Séries Iniciais (Ensino Fundamental) e Carteira de motorista (CNH categoria "C", no mínimo);

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Serviços gerais de operação/condução/direção de máquinas leves e pesadas (trator de pneu, trator de esteira, retroescavadeira, motoniveladora, escavadeira hidráulica, etc.) na execução de atividades; Operar retro-escavadeiras, pás-carregadeiras, trator de esteira e outras máquinas pesadas, destinadas a carregamento de caminhões, remoção de barro, reaterro, abertura de valas, colocação de tubulação, terraplenagens, abertura e conservação de ruas, etc; Conduzir máquinas e equipamentos aos locais de operação; Manutenção, conservação, proteção e revisão dos equipamentos; Realizar reparos de emergência em máquinas e equipamentos; Zelar pela limpeza e conservação da máquina operada; Promover o abastecimento de combustível, controle dos níveis água e óleo de seus veículos ou máquinas; comunicar, ao superior imediato, os defeitos de funcionamento apresentados pela máquina operada; preencher relatório diário de funcionamento da máquina; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Pedreiro

Requisitos Mínimos: Alfabetizado;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Executar a abertura e fechamento de bocas de lobo, valas, com a remoção e conserto do pavimento, reaterro e apiloamento da vala; Executar consertos

e substituição de tubos, fugir tubos, meio-fio, etc.; Executar instalações de pisos, azulejos e similares, reboco e acabamentos em geral, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; Executar obras municipais; Serviços de alvenaria em geral; Efetuar serviços de pinturas; Efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Soldador

Requisitos Mínimos: Alfabetizado

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Executar serviços de solda MIG, solda de oxigênio e eletrodo (solda elétrica), realizar serviços de serralheria em geral, reparos com solda em veículos e máquinas da frota municipal, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; Efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Técnico em Segurança do Trabalho

Requisitos Mínimos: Escolaridade nível médio completo com curso profissionalizante na área e Registro no órgão competente;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Promover campanhas educativas vislumbrando a prevenção de acidentes de trabalho. Supervisionar as atividades ligadas à segurança do trabalho, visando assegurar condições que eliminem ou reduzam ao mínimo os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho, observando o cumprimento de toda a legislação pertinente.

II - PARA OS CARGOS DO SAMAE - LC Nº 212 de 21/12/2001:

Denominação do cargo: Auxiliar Operacional I

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calcetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

Denominação do cargo: Engenheiro Sanitarista

Requisitos Mínimos: Escolaridade a nível de 3º grau completo na área e inscrição na entidade profissional competente.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Analisar e aprovar projetos de obras e instalações pertinentes ao abastecimento de água e coleta de esgoto de loteamentos, conjuntos habitacionais, edifícios, indústrias, entre outros; Coordenar e acompanhar as atividades dos demais serviços técnicos realizados pelo SAMAE; Providenciar a elaboração de mapas, esquemas, plantas e outros desempenhos relativos aos sistemas de água e esgotos do município; Coordenar e acompanhar as atividades no Aterro Sanitário, nas Estações de Tratamento de Água - ETAs, nas Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs e Laboratórios; Providenciar a atualização de dados cadastrais do sistema; Representar o SAMAE em congressos técnicos, seminários, painéis, encontros e em outros eventos relacionados especificamente ao setor; Responder tecnicamente junto ao órgão competente - CREA (Conselho Regional

de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), pelas ações praticadas a nível de Engenharia pelo SAMAE; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

Denominação do cargo: Operador de Máquinas

Requisitos Mínimos: Séries Iniciais (Ensino Fundamental) e Carteira de motorista (CNH categoria "C", no mínimo);

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Serviços gerais de operação/condução/direção de máquinas leves e pesadas (trator de pneu, trator de esteira, retroescavadeira, motoniveladora, escavadeira hidráulica, etc.) na execução de atividades; Operar retro-escavadeiras, pás-carregadeiras, trator de esteira e outras máquinas pesadas, destinadas a carregamento de caminhões, remoção de barro, reaterro, abertura de valas, colocação de tubulação, terraplenagens, abertura e conservação de ruas, etc; Conduzir máquinas e equipamentos aos locais de operação; Manutenção, conservação, proteção e revisão dos equipamentos; Realizar reparos de emergência em máquinas e equipamentos; Zelar pela limpeza e conservação da máquina operada; Promover o abastecimento de combustível, controle dos níveis água e óleo de seus veículos ou máquinas; comunicar, ao superior imediato, os defeitos de funcionamento apresentados pela máquina operada; preencher relatório diário de funcionamento da máquina; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

III - PARA OS CARGOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT- LC Nº 171 de 24/03/2000:

Denominação do cargo: Auxiliar Operacional I

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calcetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

IV - PARA OS CARGOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ - FME- LC Nº 194 de 29/12/2000:

Denominação do cargo: Auxiliar Operacional I

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental;

Descrição Sintética das Funções/Atribuições: Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calcetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

Aviso de Licitação Deserta 137-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Aviso de Licitação Deserta - PREGÃO PRESENCIAL 137- 2011

Aviso Licitação Deserta

PREGÃO nº. 00137/2011

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTA o Pregão n.º 137/2011 que teve por objetivo a aquisição de materiais para conserto do veículo C-108, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó, 08 de dezembro de 2011.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Aviso de Pregão Presencial n.º 145 2011 Aquisição de alimentos perecíveis

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000145/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS (CARNE, OVOS, PÃO FRANCÊS E PÃO PARA CACHORRO-QUENTE) NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DO CARDÁPIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO DO ANO DE 2012. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 22 de dezembro de 2011. ABERTURA: dia 22/12/2011 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações situado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 06/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Resposta Recurso e Decisão Carta Convite 55 2011

Timbó, 08 de dezembro de 2011.

DECISÃO

A Comissão de Licitação acata o parecer da Procuradoria-Geral do Município de Timbó, oportunidade que deferimos o recurso interposto pela empresa Habitark e indeferimos o recurso perpetrado pela Empresa Sicon, pela perda do objeto. Declarando como vencedora do presente processo licitatório a Empresa Habitark. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO

(Presidente)

JEAN MESSIAS VARGAS

(Membro)

BENO ADAM NETTO

(Membro)

Extrato Aditivo 2011_104 SOBERANA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/104

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de revitalização da Praça Urbano Bertoldi e Campo União.

PRAZO: Prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Ata de Homologação da Eleição para Diretores das Escolas Municipais de Timbó

COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

ATA DE HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e onze, a COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL designada pela Portaria nº 2.374 de 26 de Setembro de 2011, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.461, de 16 de Setembro de 2011 e alterações bem como pelo Edital nº 01/2011 para eleição dos Diretores, reuniu-se na Secretaria Municipal de Educação, tendo por pauta proceder a homologação do processo eleitoral ocorrido na data de vinte e quatro de novembro de 2011, cujo resultado parcial foi divulgado em vinte e cinco de novembro de 2011, nos seguintes termos: 1 - Considerando que o processo eleitoral nos educandário ocorreu normalmente sem impugnação ao resultado parcial divulgado nas Escolas Municipais: Padre Martinho Stein; São Roque; Erwin Prade, Tiroleses e Maurício Germer; 2 - Considerando que por força de liminar concedida nos autos do processo nº 073.11.004827-2, a eleição da Escola Municipal Professor Nestor Margarida, encontra-se suspensa, não podendo seguir os prazos estabelecidos no decreto e no edital para seu trâmite regular; 3 - A Comissão Eleitoral consubstanciada no item 11.8 do edital nº 01/2011, resolve homologar parcialmente o processo eleitoral deflagrado, a fim de considerar eleitos e aptos a nomeação pelo Prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior os seguintes Diretores das seguintes Escolas Municipais: A) Escola Municipal Padre Martinho Stein, candidata eleita para a função de Diretora: Luíza Maria Felippi Antonio e Auxiliar de Direção: Clarice Lenzi Vicenti (Motta) com 66.71% de votos positivos (sim); B) Escola Municipal São Roque: candidata eleita para a função de Diretora: Vânia Regina Lenzi Zoboli com 85.13% de votos positivos (sim); C) Escola Municipal Erwin Prade, candidata eleita para a função de Diretora: Cleide Maria Uber Borth e para Auxiliar de Direção Rosely Maier Hartmann, com 78.57% de votos positivos (sim); D) Escola Municipal Tiroleses, candidata eleita para a função de Diretora: Cleidenir Teske e para Auxiliar de Direção Claracy Maria Ferrari Butzke com 81.32% de votos positivos (sim); E) Escola Municipal Maurício Germer, candidata eleita para a função de Diretora: Meike Marly Schubert e para Auxiliar de Direção Dione Enir Dalpiaz com 81.86% de votos positivos (sim). Por fim, considerando que o ano letivo encerra suas atividades em 16 de dezembro corrente, e que todo o processo eleitoral fora organizado com cadastramento de eleitores seguindo a disposição do ano letivo em curso, entende a comissão que, se não realizada a eleição na Escola Professor Nestor Margarida até a data de 16 de dezembro, o processo eleitoral ficará prejudicado, imputando a necessidade de edição de um novo certame próprio para o aludido educandário, sob pena de prejuízo geral do próprio processo democrático pretendido. Assim, por unanimidade, resolve a Comissão encaminhar sugestão ao insigne Secretário de Educação senhor Sergi Frederico Mengarda e ao Prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior de que, inexistindo possibilidade jurídica por força de falta de julgamento do mandado de segurança nº 073.11.004827-2, para realização das eleições até a data de 16/12/2011, seja revogada a eleição com trâmite suspenso na Escola Municipal Professor Nestor Margarida, a fim de viabilizar a realização ordenada de todos os atos necessários para o ano de 2012. Diante do todo exposto, subscrevem a presente ata os

integrantes da Comissão Eleitoral Central.

COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

MÁRCIA DA ROCHA
Representante SEMED

GLADIS TEREZINHA LONGO BOAVENTURA
Representante SEMED

INGRID WETZEL CORREA
Representante COMED

RITA DE CASSIA DE ANDRADE DAMKE
Representante COMED

MARISE ROSA FLORIANI HOLDERBAUM
Representante SISETI - Presidente da Comissão Eleitoral Central

MARILU CAMPESTRINI
Representante SISETI

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Representante da Procuradoria Geral do Município.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 21/2011

Concede férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, observando o disposto no art. 85 do Estatuto do Servidor Público, RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal de Timbó, com início no dia 26 de Dezembro de 2011 e término no dia de 4 de Janeiro de 2012, permanecendo em atividade apenas o Assessor Parlamentar Especial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 06 de Dezembro de 2011.
ISMAEL MAAS
Presidente

Extrato de Aditivo de Contrato Nº. 09/2010

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 09/2010.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratada: JAILSON ROBERTO VAILATTI - ME
Objeto: A Contratação de empresa para a prestação de serviços de filmagem, transmissão ao vivo via Internet, gravação em mídia de DVD-R, sem edição, para arquivo da Câmara, edição e gravação do material produzido em formato (.wmv), para inclusão no site, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas e Sessões da Câmara Mirim, da Câmara Municipal de Timbó.
Aditivo: Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula 11, prorroga-se o prazo de vigência do Contrato 09/2010, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2012, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.
Vigência: 01/01/2012 a 31/12/2012
Assinado: 06/12/2011 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas Presidente) e Jailson Roberto Vailatti.

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº. 22/2009

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 22/2009.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratada: ADS Serviços LTDA.

Objeto: O objeto deste Aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato 22/2009, por 12 meses, de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Ref. Processo Licitatório 007/2009

Assinado: 06/12/2011 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas Presidente) e ADS Serviços LTDA. (Luciana O.C.Fleischmann).

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação nº 128/2011 Combustíveis

Processo de Licitação nº 128/2011

Edital de Pregão Presencial nº 93/2011.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega de forma parcelada, que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencente ao Fundo Municipal da Saúde) para o exercício financeiro de 2012.

Entrega das propostas até às 10h dia 26/12/2011

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 08 de dezembro de 2011

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 129/2011 Eng. Civil

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2011

Convite para Compras e Serviços nº 10/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite para Compras e Serviços que tem por objeto Contratação de serviços de Engenheiro Civil a serem prestados pelo contratado, compreendendo a execução de projetos técnicos, laudos, vistorias, acompanhamento de obras, e demais serviços relacionados à Engenharia Civil do Município de Tunápolis, para o exercício financeiro de 2012.

Entrega das propostas até às 9h00min dia 20 de Dezembro de 2011.

Informações, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 08 de Dezembro de 2011.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal.

Processo de Licitação Nº 27/2011 Combustíveis FMS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2011
Edital de Pregão Presencial nº 18/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega de forma parcelada que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde para o exercício financeiro de 2012. Entrega das propostas até às 9h15min do dia 26/12/2011. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

Decreto 108/2011

DECRETO Nº 108/11, de 08 de dezembro de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0(8) - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.12(9) - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.10(10) - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00 da fonte recursos (0002), de R\$ 50.000,00 da fonte de recursos (0064.12) e de R\$ 40.000,00 da fonte de recursos (0064.10) do exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de Dezembro de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 0024/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2011

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 048/2005, de 06 de setembro de 2005, realizará no dia 28 de Dezembro de 2011 às 09:00 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, serviços de funilaria, marcenaria, lataria, pintura (corretiva, preventiva e estética) tapeçaria e serviço de reboque (24 horas, 07 dias p/ semana) incluindo-se todos os serviços necessários, pela relação de preço homem/hora para o Exercício 2012; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 0024/2011.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone/fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 09 de dezembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.889/11

DECRETO Nº 9.889/11, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação

02 - Departamento do Ensino Fundamental

2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas 630.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 630.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.890/11

DECRETO Nº 9.890/11, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 524.625,00 (Quinhentos e vinte e quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.063 - Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.10 - Aplicações Diretas 7.900,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.12 - Aplicações Diretas 13.725,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 280.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 2.500,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.066 - Vigilância Sanitária

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 2.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.067 - Programa DST/AIDS

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 1.300,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.068 - Assistência Farmacêutica

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 200,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.080 - Manutenção da Saúde no Município

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 207.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 524.625,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 093/2011

DECRETO DE N.º 093/2011

ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pelo Inciso VI, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 401, da Lei Complementar nº 032, de 28 de dezembro de 2007 que Institui o Código Tributário Municipal, que tem por limite a atualização da Unidade Fiscal Municipal - UFM, usando como referencia o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, fica reajustado em 6,64% (seis vírgula sessenta e quatro por cento) o valor da UFM, passando de R\$ 2,33 (dois reais e trinta e três centavos) para R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2012, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto Nº 094/2011

DECRETO 094/2011

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0201 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.002.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito



44000000.00 - Investimentos
 44900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.725,00

0201 - GABINETE DO PREFEITO E VICE
 04.122.002.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

33000000.00 - Outras Despesas Correntes
 33900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 6.275,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 24.722.012.2030 - Manut. e Ampliação dos Meios de Comunicação
 44000000.00 - Investimentos
 44900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 28.843.004.0001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida
 46000000.00 - Amortização da Dívida
 46900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.306,66

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 20.606.006.2006 - Manutenção da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

44000000.00 - Investimentos
 44900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.945,50

0501 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
 11.334.018.2029 - Implementação de Ações de Geração de Emprego e Renda

44000000.00 - Investimentos
 44900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
 44000000.00 - Investimentos
 44900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 4.422,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos
 44000000.00 - Investimentos
 44900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 6.979,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.007.2011 - Manutenção do Dpto. de Saúde e Assistência Médica
 31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 31900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0200 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 10.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.007.2011 - Manutenção do Dpto. de Saúde e Assistência Médica
 33000000.00 - Outras Despesas Correntes
 33500000.00 - Transferências a Inst. Priv. s/Fins Lucr
 0.1.0200 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 2.000,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.009.2016 - Atenção às Famílias Carentes
 44000000.00 - Investimentos
 44900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.730,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0201 - GABINETE DO PREFEITO E VICE
 04.122.002.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 31900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 24.722.012.2030 - Manut. e Ampliação dos Meios de Comunicação
 33000000.00 - Outras Despesas Correntes
 33900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 28.843.004.0001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida
 32000000.00 - Juros e Encargos da Dívida
 32900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.306,66

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 20.606.006.2006 - Manutenção da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente
 33000000.00 - Outras Despesas Correntes
 33900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.945,50

0501 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
 11.334.018.2029 - Implementação de Ações de Geração de Emprego e Renda
 31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 31900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
 31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 31900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 4.422,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos
 33000000.00 - Outras Despesas Correntes
 33900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 6.979,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.007.2011 - Manutenção do Dpto. de Saúde e Assistência Médica
 33000000.00 - Outras Despesas Correntes
 33900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0200 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 12.000,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.009.2016 - Atenção às Famílias Carentes
 31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 31900000.00 - Aplicações Diretas
 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.730,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 09 de dezembro de 2011.
 IVANOR BOING
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA



VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto Nº 095/2011

DECRETO 095/2011

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.010.2025 - Manutenção da Educação Infantil

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1800 - Transferências do FUNDEB - (aplic. profis) R\$ 20.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.017.2037 - Manutenção dos Serviços Urbanos

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Dpto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.6400 - Atenção Básica R\$ 15.000,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção às Famílias Carentes

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 09 de dezembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.**Aviso de Pregão 06/2011 FMS**

Processo de Licitação 06/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Modalidade: Pregão - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços, para aquisição de combustível, E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 10h30min, do dia 22 de dezembro de 2011 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 09 de dezembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão 50/2011

Processo de Licitação 50/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Modalidade: Pregão - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços, para aquisição de combustível, E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 08h30min, do dia 22 de dezembro de 2011 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 09 de dezembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão 51/2011

Processo de Licitação 51/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Modalidade: Pregão - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços, para aquisição de combustível, E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 09h30min, do dia 22 de dezembro de 2011 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 09 de dezembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal